



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS- UFNT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA – PPGLIT

JACIELLE DA SILVA SANTOS

O NARRADOR DA MEMÓRIA: REFLEXÕES SEMIÓTICAS SOBRE PRODUÇÕES
LITERÁRIAS DE JANAILSON MACÊDO E ABÍLIO PACHÊCO

Araguaína/TO
2025

JACIELLE DA SILVA SANTOS

O NARRADOR DA MEMÓRIA: REFLEXÕES SEMIÓTICAS SOBRE PRODUÇÕES
LITERÁRIAS DE JANAILSON MACÊDO E ABÍLIO PACHÊCO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Câmpus Universitário de Araguaína, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística e Literatura.

Linha de Pesquisa: Práticas discursivas em contextos de formação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Luiza Helena Oliveira da Silva

Coorientador: Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Araguaína/TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D111n DA SILVA SANTOS, JACIELLE.

O NARRADOR DA MEMÓRIA: REFLEXÕES SEMIÓTICAS
SOBRE PRODUÇÕES LITERÁRIAS DE JANAILSON
MACÊDO E ABÍLIO PACHÊCO / JACIELLE DA SILVA
SANTOS. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2025.
210 f.

Tese (Doutorado) (Pós-Graduação - Programa de
Pós-Graduação em Linguística e Literatura - PPGLit) --
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.

Orientador: Luiza Helena Oliveira da Silva.

Coorientador: César Alessandro Sagrillo Figueiredo.

1. Literatura produzida no Norte.. 2. Memória.. 3. Semiótica
Discursiva..

CDD 410

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.


JACIELLE DA SILVA SANTOS

O NARRADOR DA MEMÓRIA: REFLEXÕES SEMIÓTICAS SOBRE PRODUÇÕES
LITERÁRIAS DE JANAILSON MACÊDO E ABÍLIO PACHÊCO


Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Câmpus Universitário de Araguaína, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística e Literatura, sob orientação da prof.^a. Dr.^a Luiza Helena Oliveira da Silva e coorientação do prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo.

Data da aprovação: 24/01/2025


Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 LUIZA HELENA OLIVEIRA DA SILVA
Data: 31/01/2025 17:28:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.^a Dr.^a Luiza Helena Oliveira da Silva (UFNT) (orientadora)

Documento assinado digitalmente
 CESAR ALESSANDRO SAGRILLO FIGUEIREDO
Data: 01/02/2025 12:49:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo (UFNT) (coorientador)

Documento assinado digitalmente
 GÍNIA MARIA DE OLIVEIRA GOMES
Data: 06/02/2025 13:37:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.^a Dr.^a Gínia Maria Gomes (UFRGS)

Documento assinado digitalmente
 RENATA CIAMPONE MANCINI
Data: 03/02/2025 11:52:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Renata Ciampone Mancini (USP)

Documento assinado digitalmente
 NAIANE VIEIRA DOS REIS SILVA
Data: 31/01/2025 22:01:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Naiane Vieira dos Reis (IFCE)

Documento assinado digitalmente
 ELIANE APARECIDA MIQUELETTI
Data: 31/01/2025 17:46:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Eliane Aparecida Miqueletti (UFGD)



Dedico este trabalho aos meus avós maternos, Joaquim Leite da Silva (in memorian) e Joana Maria da Encarnação Silva (in memorian).

AGRADECIMENTOS

À Professora Luiza Helena Oliveira da Silva, pela orientação e acompanhamento em minha trajetória de inserção na vida acadêmica pós-mestrado, e por sua incansável colaboração com a educação básica e o fortalecimento da memória do Norte.

Ao meu coorientador, Professor César Figueiredo, que não mediu esforços para colaborar com minha pesquisa e trajetória acadêmica.

À Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Às Políticas Públicas de Ensino Infantil, Básico e Superior, em especial, à CAPES.

Aos grupos de estudos da UFNT (GESTO e RES), da USP (LABS) e da UNIOESTE (Ressignificações do Passado na América).

Às amigas do GESTO e do RES, que não soltaram minha mão: Verônica Feitosa, Nilsandra Martins, Érica Maia, Kayla Pachêco, Rute Santos, Naiane Reis, Eliane Miqueletti e Letícia Leal.

Aos amigos do Resignificações: Jorge Berndt, Cristian Javier e Marcio Oliveira, que sempre estiveram disponíveis para ajudar com a escrita e reflexões sobre questões de História e Literatura.

À SEDUC/TO, por me liberar de minhas atividades laborais para me dedicar a este doutorado, sem prejuízo salarial.

Aos professores da UNIFESSPA e colaboradores desta pesquisa: Janailson Macêdo e Abílio Pachêco.

Ao poeta Bertin de Carmelita, por nos apresentar poemas tão engajados e contribuir com esta pesquisa.

A todas as minhas professoras e todos os meus professores do Ensino Infantil à Educação Superior.

Às mulheres da minha família, que foram minhas cuidadoras e incentivadoras: minha avó Joana Maria da Encarnação Silva (*in memoriam*); minha mãe, Prof.^a Esp. Zenália da Silva Santos; minhas tias, Prof.^a Zenólia Leite da Silva, Prof.^a Maria De Nuce Leite Pinto, Zilza da Silva Lima (empresária) e Prof.^a Esp. Evanes Leite da Silva.

Ao meu companheiro, Jefferson Nunes Alecrim, por contribuir para que eu me dedicasse, exclusivamente, às demandas do doutorado.

Ao meu filho, Alexandre Santos dos Passos, que sempre esteve ao meu lado e compreendeu minhas ausências durante minha trajetória acadêmica.

À Dr^a Aliny Cardoso e à minha psicóloga, Dr^a Karina Mito, por me auxiliarem na reta final desta trajetória tão intensa.

Ao meu avô, Joaquim Leite da Silva (*in memoriam*), que me disse para nunca parar de estudar, quando eu ainda estava na graduação e tive que cuidar de um bebê prematuro sem rede de apoio por perto: *“Minha filha, o estudo é a única coisa que ninguém tira de você.”*

Ao quebrar o silêncio, a linguagem realiza o que o silêncio pretendia e não conseguiu obter.

Maurice Merleau-Ponty

SANTOS, Jacielle da Silva. **O narrador da memória: reflexões semióticas sobre produções literárias de Janailson Macêdo e Abílio Pachêco**. 210p. Tese de Doutorado em Letras. Programa de pós-graduação em Linguística e Literatura. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFMT), Câmpus Universitário de Araguaína, 2024.

RESUMO

Esta tese analisa, à luz da semiótica discursiva, de estudos da literatura e da história, duas produções literárias de autores que vivem no Norte e que tematizam acontecimentos relativos à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), mais especificamente, a Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Embora se encontrem muitas produções de natureza histórica, jornalística ou sociológica que tratam da temática, observa-se, ainda, uma escassez de publicações voltadas aos impactos sobre os moradores da região que compreende o sul do Pará, o norte do Tocantins e o sul do Maranhão, e cujas vidas foram interrompidas, ou drasticamente modificadas, pelos atores responsáveis pela repressão. Nossa hipótese sugere que essa lacuna decorre de uma política eficaz de silenciamento e de intimidação. Nessa direção, esta tese analisa a literatura que narra a experiência de nortistas, destacando vozes marginalizadas e compreendendo os sentidos que emergem no ato de enunciar memórias coletivas não reverberadas pela história oficial. Para isso, foram selecionadas produções de Janailson Macêdo e Abílio Pachêco. O primeiro elabora uma coletânea de contos de teor ficcional em que ecoam depoimentos de camponeses vitimados pela repressão militar, a partir da escuta de relatos da Comissão Nacional da Verdade. O segundo, em romance também de caráter ficcional, retoma a temática da guerrilha ao lado de outro acontecimento que evidencia a continuidade da repressão do Estado sobre os trabalhadores da região: o Massacre de Eldorado de Carajás. A pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativista, tendo como objetivo central compreender como essas narrativas (re)elaboram sentidos sobre a Guerrilha do Araguaia. Do ponto de vista da semiótica discursiva, foram mobilizadas categorias do nível discursivo, assim como reflexões sobre a memória e o acontecimento. Ao nos apropriarmos dessas reflexões teóricas, apresentamos descrição e análise das obras selecionadas para a nossa pesquisa, nas quais se destaca o desejo de se reconstruir a história oficial e de fazer ecoar a voz dos vencidos. Em *Crônicas do Araguaia*, de Macêdo, as narrativas são elaboradas a partir da memória coletiva dos moradores da região, oferecendo o ponto de vista dos camponeses e possibilitando a compreensão do impacto contínuo dessas ações na vida da população local. De forma semelhante, em *Em despropósito: mixórdia*, de Pachêco, a narrativa é fragmentada e se organiza a partir de *flashes* da memória do narrador, atravessada pela continuidade de atos violentos no sudeste paraense. Isso permite que a história hegemônica seja contraposta a outras versões. Dessa forma, as obras selecionadas justificam-se pela escolha enunciativa dos autores, que optaram por ecoar a voz dos moradores da região, sujeitos marginalizados pela história oficial. Nesse sentido, esta tese defende que autores que vivem no Norte inauguram sentidos silenciados por outras produções de natureza ficcional ou histórica na abordagem das temáticas relativas aos anos de chumbo.

Palavras-chave: Literatura produzida no Norte; Memória; Acontecimento; Semiótica discursiva; Ditadura.

SANTOS, Jacielle da Silva. **The narrator of memory: semiotic reflections on the literary productions of Janailson Macêdo and Abílio Pachêco.** 210pp. Thesis – PhD in Languages/Literature. Postgraduate program in Linguistic and Literature. Federal University of North Tocantins (UFMT), Araguaína University Campus, 2024.

ABSTRACT

This thesis analyzes, in the light of discursive semiotics, literature and history studies, two literary works by authors living in the North and which address events related to the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985), more specifically related to the Araguaia Guerrilla War (1972-1975). Although there are many historical, journalistic or sociological works that deal with the subject, there is still a shortage of publications focused on the impacts on the residents of the region, which includes southern Pará, northern Tocantins and southern Maranhão, and whose lives were interrupted or drastically changed by the actors responsible for the repression. Our hypothesis suggests that this gap results from an effective policy of silencing and intimidation. In this sense, this thesis analyzes the literature that narrates the experience of northerners, highlighting marginalized voices and understanding the meanings that emerge in the act of enunciating collective memories not reverberated by official history. For this purpose, works by Janailson Macêdo and Abílio Pachêco were selected. The former produced a collection of fictional short stories that echo testimonies of peasants who were victims of military repression, based on reports from the National Truth Commission. The latter, in a novel also fictional in nature, revisits the theme of the guerrilla alongside another event that highlights the continuation of state repression against workers in the region: the Eldorado de Carajás Massacre. The research is qualitative and interpretative in nature, with the central objective of understanding how these narratives (re)elaborate meanings about the Araguaia Guerrilla. From the perspective of discursive semiotics, categories of the discursive level were mobilized, as well as reflections on memory and the event. By appropriating these theoretical reflections, we present a description and analysis of the works selected for our research, in which the desire to reconstruct the official history and to echo the voice of the defeated stands out. In *Crônicas do Araguaia*, by Macêdo, the narratives are elaborated based on the collective memory of the residents of the region, offering the peasants' point of view and enabling the understanding of the ongoing impact of these actions on the lives of the local population. Similarly, in *Em despropósito: mixórdia*, by Pachêco, the narrative is fragmented and organized based on flashes of the narrator's memory, crossed by the continuation of violent acts in southeastern Pará. This allows the hegemonic history to be contrasted with other versions. In this way, the selected works are justified by the enunciative choice of the authors, who chose to echo the voice of the residents of the region, subjects marginalized by the official history. In this sense, this thesis argues that authors living in the North inaugurate meanings silenced by other works of a fictional or historical nature when addressing themes related to the years of lead.

Keywords: Literature produced in the North; Memory; Event; Discursive semiotics; Dictatorship.

SANTOS, Jacielle da Silva. **El narrador de la memoria: reflexiones semióticas sobre las producciones literarias de Janailson Macêdo y Abílio Pachêco**. Tesis de Doctorado en Letras. 210p. Programa de posgrado en Lingüística y Literatura. Universidad Federal del Norte de Tocantins (UFMT), Campus Universitario de Araguaína, 2024.

RESUMEN

Esta tesis analiza, a la luz de la semiótica discursiva, la literatura y los estudios de historia, dos producciones literarias de autores que viven en el Norte y que discuten acontecimientos relacionados con la dictadura cívico-militar brasileña (1964-1985), más específicamente relacionados con la Guerrilla de Araguaia (1972-1975). Si bien existen numerosas producciones de carácter histórico, periodístico o sociológico que abordan el tema, todavía faltan publicaciones centradas en los impactos sobre los habitantes de la región, que comprende el sur de Pará, el norte de Tocantins y el al sur de Maranhão, y cuyas vidas fueron interrumpidas o cambiadas drásticamente por los actores responsables de la represión. Nuestra hipótesis sugiere que esta brecha surge de una política efectiva de silenciamiento e intimidación. En este sentido, esta tesis analiza la literatura que narra la experiencia de los norteños, resaltando voces marginadas y entendiendo los significados que emergen en el acto de enunciar memorias colectivas no reverberadas por la historia oficial. Para ello, se seleccionaron producciones de Janailson Macêdo y Abílio Pachêco. El primero prepara una colección de cuentos de contenido ficticio que retoma testimonios de campesinos víctimas de la represión militar, a partir de informes de la Comisión Nacional de la Verdad. El segundo, en una novela también de carácter ficticio, retoma el tema guerrillero junto a otro hecho que resalta la continuidad de la represión estatal contra los trabajadores de la región: la Masacre de Eldorado de Carajás. La investigación es de naturaleza cualitativa e interpretativa, con el objetivo central de comprender cómo estas narrativas (re)elaboran significados sobre la Guerrilla de Araguaia. Desde el punto de vista de la semiótica discursiva, se movilizaron categorías a nivel discursivo, así como reflexiones sobre la memoria y el acontecimiento. Apropiándonos de estas reflexiones teóricas, presentamos una descripción y análisis de las obras seleccionadas para nuestra investigación, en las que destaca el deseo de reconstruir la historia oficial y hacer eco de las voces de los vencidos. En *Crônicas do Araguaia*, de Macêdo, las narrativas se extraen de la memoria colectiva de los habitantes de la región, ofreciendo el punto de vista de los campesinos y permitiendo comprender el impacto continuo de estas acciones en la vida de la población local. De manera similar, en *Em despropósito: mixórdia*, de Pachêco, la narrativa se fragmenta y se organiza a partir de destellos de la memoria del narrador, atravesados por la continuidad de hechos violentos en el sureste de Pará. Esto permite contrastar la historia hegemónica con otras versiones. De esta manera, las obras seleccionadas se justifican por la elección enunciativa de los autores, quienes optaron por hacerse eco de la voz de los habitantes de la región, sujetos marginados de la historia oficial. En este sentido, esta tesis sostiene que autores que viven en el Norte inauguran significados silenciados por otras producciones de carácter ficcional o histórico al abordar temas relacionados con los años de plomo.

Palabras clave: Literatura producida en el Norte; Memoria; Evento; Semiótica discursiva; Dictadura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Operações no Araguaia	32
Figura 2 - Marcos da violência no Norte	39
Figura 3 - Líderes Sindicais assassinados entre 1980-1992	50
Figura 4 - Massacre do Castanhal Dois irmãos.....	51
Figura 5 - Reprodução da capa de <i>Xambioá: guerrilha no Araguaia</i>	88
Figura 6 - Reprodução da capa de <i>Palavras cruzadas</i>	91
Figura 7 - Reprodução da capa de <i>Borboletas e lobisomens</i>	94
Figura 8 - Reprodução da capa de uma das edições de <i>Azul corvo</i>	95
Figura 9 - Reprodução de capa de <i>Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia</i>	98
Figura 10 - Reprodução da capa de <i>No fundo do oceano: os animais invisíveis</i> ...	100
Figura 11 - Reprodução da capa de <i>Cabo de guerra</i>	103
Figura 12 - Reprodução da capa de <i>Doutor Araguaia</i>	104
Figura 13 - Reprodução da Capa de <i>Crônicas do Araguaia</i>	109
Figura 14 - Reprodução da capa de <i>Em despropósito (mixórdia)</i>	113
Figura 15 - Reprodução da capa de <i>Xambioá: guerra e paz</i>	115
Figura 16 - Reprodução de <i>Pesadelo: narrativas dos anos de chumbo</i>	119
Figura 17 - Reprodução da capa de <i>Contos da guerra do Araguaia</i>	129
Figura 18 - Reprodução da capa de <i>À beira do Araguaia</i>	131
Figura 19 - Capa e contracapa do livro <i>Crônicas do Araguaia</i>	139
Figura 20 - Capa e contra capa do romance <i>Em despropósito: (mixórdia)</i>	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produções literárias sobre a Guerrilha do Araguaia e a Ditadura brasileira.

.....86

Tabela 2 - Produções literárias sobre a Guerrilha do Araguaia e a Ditadura brasileira.

.....87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO	Ação Cívico-Social
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CIEx	Centro de Inteligência do Exército
COVID-19	Coronavírus (SARS-CoV-2/2019)
CPC	Centros Populares de Cultura
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GESTO	Grupo de Estudo dos Sentidos
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LabS	Laboratório de Semiótica
LP 3	Linha de Pesquisa 3
PA 70	Rodovia Belém-Brasília- Marabá KM 70 (Atualmente, trecho da BR-222 que liga Belém a Marabá)
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
Pe.	Padre
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PPGLLIT	Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura
PROFLETRAS	Mestrado Profissional em Letras
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RES	Rede de Estudos de Semiótica
SEDUC/TO	Secretaria de Educação do Estado do Tocantins

SLARDES	Seminário Latino-Americano de Reforma do Ensino Superior
SNI	Serviço Nacional de Informações
UAP	União Acadêmica Paraense
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UIA	União Internacional dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

Outros animais
Que nunca sonharam em voar
Até mesmo, por serem da terra
Foram dizimados pela guerra
De uma força só, um só lado
Que aterrorizava a selva, cerrado
Estradas, rios, cidades e ar...

Bertin da Carmelita, *Serra das Andorinhas*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 SILÊNCIOS SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA	30
2.1 O GOLPE MILITAR E OS REFLEXOS DE 1964 NO PARÁ E NO TOCANTINS: O <i>CONTINUUM</i> DA VIOLÊNCIA	41
3 SEMIÓTICA DISCURSIVA E ENUNCIÇÃO: CAMINHOS PARA ANÁLISE	54
3.1 CONTRIBUIÇÕES DA SEMIÓTICA TENSIVA.....	59
4 LITERATURA E POLÍTICA DA MEMÓRIA	63
4.1 LITERATURA E O FAZER DA MEMÓRIA	67
4.1.1 A memória na literatura brasileira	78
5 LITERATURA NO NORTE: NARRATIVAS DE MEMÓRIA SOBRE OS ACONTECIMENTOS NO ARAGUAIA	84
A) Xambioá: Guerrilha no Araguaia – novela baseada em fatos reais	88
B) Palavras cruzadas	91
C) Borboletas e lobisomens	94
D) Azul corvo.....	95
E) Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia	97
F) No fundo do oceano: os animais invisíveis	99
G) Cabo de guerra	102
H) Doutor Araguaia	104
5.1 A GUERRILHA CONTADA POR ESCRITORES DO(N)O NORTE	105
A) Crônicas do Araguaia	109
B) Em despropósito (mixórdia)	113
C) Xambioá: paz e guerra	115
D) Pesadelo: narrativas dos anos de chumbo.....	119
E) Contos da guerra do Araguaia.....	126

F) À beira do Araguaia	130
G) A poesia de Bertin da Carmelita	131
6 SEMIÓTICA DISCURSIVA E A ANÁLISE DO SENSÍVEL.....	134
6.1 JANAILSON MACÊDO: NARRAR O INENARRÁVEL.....	138
6.2 ABÍLIO PACHÊCO: A VIOLÊNCIA DO ESTADO É CONTÍNUA.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS.....	166
APÊNDICES: ENTREVISTAS COM JANAILSON MACÊDO E ABÍLIO PACHÊCO, PUBLICADAS NA REVISTA ENTRELETRAS	176

1 INTRODUÇÃO

Em contextos de formação diversos, professoras e professores do Brasil voltam seus olhares para o ensino de literatura e para a formação de leitores literários na escola como meio de ampliação do conhecimento do estudante sobre o mundo, mas, principalmente, como forma de garantir o acesso a uma produção da cultura que explora as potências máximas da linguagem. Além disso, as práticas pedagógicas operam no esforço de fornecer ferramentas para o estudante com vistas à compreensão e à interpretação, construindo sentidos para os textos e o mundo. É o que se apresenta como horizonte norteador para competências e habilidades sistematizadas na Base Nacional Comum Curricular, BNCC (Brasil, 2018).

Apesar disso, como professora efetiva, desde 2011, da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC/TO), na cidade de Araguaína, deparei-me com as dificuldades dos alunos em relação à leitura e à interpretação de diversos gêneros, do campo literário ou não. Percebemos que, pela prática em sala de aula e pelas discussões sobre o assunto com colegas da profissão e com os estudantes, há cada vez menos disposição à leitura em sala de aula. Diante disso, surgiu uma angústia que não silencia: como a literatura poderia ajudar o estudante a ter interesse pela sua própria história? Como esse leitor pode constituir-se um leitor crítico e um sujeito que reconhece a diferença entre o que está dito na superfície do texto e o que está nas entrelinhas, nos implícitos, nas camadas mais abstratas? É possível mesclar o canônico e o contemporâneo de modo a ajudar o estudante a se tornar sujeito no processo de ensino e a compreender o mundo e a literatura como lugar de expressão de sentidos do vivido, do sensível, do ideológico?

Na escola em que lecionei por mais de nove anos até meu afastamento, em outubro de 2020, para aperfeiçoamento profissional, não havia momentos de discussões e reflexões que pudessem nos levar a um resultado significativo a respeito do ensino de literatura. Uma dessas questões diz respeito à escolha de uma obra literária capaz de trazer a memória local, com potencial para instigar os alunos a mobilizarem reflexões e discussões durante a leitura, a partir de suas experiências

de vida e conhecimento. Era comum, durante as aulas de literatura nas turmas em que lecionava no Ensino Médio, perder-se muita coisa dos sentidos dos textos, tanto pela escolha inadequada da obra para aquela turma quanto pela forma escolhida para sua didatização. Após o contato com as disciplinas de Semiótica e Literatura, da UFNT, tornou-se possível perceber um outro caminho no qual olhar para o texto literário leva em consideração, em primeiro lugar, o tipo e a forma como essa linguagem é utilizada, e que pode ser uma via mais exitosa de planejamento. Por isso, faz-se necessário ampliarmos as discussões, em nossa formação continuada, a respeito da mudança no modo de olhar para o texto literário.

Percebi, de imediato, que, sozinha, não poderia mudar essa situação, agravada pela falta de reflexões e debates nas reuniões pedagógicas da unidade escolar sobre as dificuldades encontradas por nós, professoras e professores regentes. Assim, optei por buscar auxílio por meio da pós-graduação *stricto sensu* — para professores e pesquisadores —, ofertada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), hoje Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Após a conclusão do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), prossegui minha formação continuada em parceria com o PPGLLIT, da UFNT de Araguaína-TO, como aluna especial. Inicialmente, ingressei na disciplina *Seminário avançado em Literatura e Semiótica*, ministrada pelos professores Márcio Araújo de Melo e Luiza Helena Oliveira da Silva. Nessa disciplina, conheci outras possibilidades de perceber como a leitura pode mudar os estados de alma das pessoas quando essas se colocam disponíveis a se relacionarem com o livro, tornado, pela mediação docente, objeto com que se quer entrar em conjunção, como objeto-valor.

Por meio das leituras e discussões das aulas, juntamente com os discentes do doutorado, pude ressignificar minha percepção acerca da função da literatura na sociedade e da leitura literária na escola, como também da relação estabelecida entre sujeito (leitor) e seu objeto desejável, o livro, suas narrativas, sua poesia, sua promessa de sentido. Foi possível, ainda, voltar à escrita acadêmica, culminando em artigos publicados posteriormente.

A partir dessa disciplina, ingressei no Grupo de Estudo dos Sentidos (GESTO), grupo que me acolheu e me permitiu continuar a participar das discussões a respeito da leitura literária na escola (entre tantas outras), por meio das contribuições de uma semiótica didática implicada à *práxis* de sala de aula, cujo

olhar está voltado à educação básica. Não poderia deixar de expressar, aqui, minha eterna gratidão ao GESTO, por ter me permitido o acesso ao doutorado, pois foi por meio de minha inserção nesse grupo que pude voltar a produzir artigos e elaborar um projeto em semiótica, além, é claro, de ser o grupo que, após minha aprovação, me auxilia na pesquisa, garantindo as discussões a respeito do tema e contribuindo no levantamento de dados. Não poderia deixar de mencionar um dos braços do GESTO que muito tem me auxiliado nesta pesquisa: o grupo Rede de Estudos Semióticos (RES). O RES, criado em março de 2023, integra o GESTO e conta com a parceria das professoras Eliane Miqueletti (UFGD) e Naiane Vieira dos Reis Silva (IFCE). Nossas reuniões acontecem virtualmente aos sábados, quando debatemos textos da semiótica que nos auxiliam na compreensão de nossas pesquisas, sempre refletindo como podemos pensar as demandas da sala de aula da educação básica a partir de uma semiótica didática.

Já matriculada no doutorado, conheci outro grupo de estudos que me acolheu e com quem fiz muitas parcerias de escrita. Por meio do professor César Figueiredo, coorientador da tese, fui acolhida pelo “Ressignificações do Passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização” (UNIOESTE), coordenado pelo professor Gilmei Francisco Fleck. Durante a pandemia, o grupo fazia reuniões de duas a três vezes por semana, promovia oficinas de escrita, debatia textos teóricos sobre a relação entre história e literatura, a organização das narrativas ficcionais, a literatura infanto-juvenil, entre outras discussões. O grupo, em sua maioria, é composto por professores da educação básica – mestrandos e doutorandos –, o que contribui para também refletirmos sobre as demandas dessa etapa da educação no Brasil. Nesse ponto, gostaria de ressaltar uma das primeiras disciplinas que fiz no doutorado e que impactaram, significativamente, minha trajetória como professora de literatura. Mesmo que remotamente, em meio ao turbilhão de sentimentos de receio, apreensão e luto, a conexão com a turma da professora Gínia Maria Gomes (UFRGS) foi imediata. O encontro semanal, as leituras literárias e teóricas, os trabalhos individuais que, na prática, eram do coletivo, contavam com a parceria de pessoas que nunca haviam se encontrado antes, mas que carregavam a essência da solidariedade intelectual. Lá eu cresci, aprendi muito sobre as narrativas ficcionais contemporâneas em relação à ditadura na América Latina, pude contribuir com as discussões, conheci autores(as) dessas narrativas, e ainda, pude estudar

com uma das autoras, a escritora argentina Maria Pila, presa pela ditadura argentina. Sempre repito aos meus colegas que existiu uma professora e pesquisadora antes e outra depois dessa disciplina.

Outro grupo de pesquisa a quem sou imensamente grata é o Laboratório de Semiótica (LabS) e a professora Renata Mancini que, em meio à pandemia da COVID-19, criou o LabS Virtual, de forma a manter as discussões da semiótica tensiva remotamente com seus orientandos, e ainda abrir o grupo para todo o país. Não há dúvida de que esse ato contribuiu não somente com minha pesquisa e de outros colegas Brasil afora, mas também nos manteve mais sãos e unidos em prol de uma educação pública de qualidade que se estendeu não somente ao centro do país, mas acessou lugares longínquos, permitindo que os pesquisadores do sudeste pudessem ter contato com nossas pesquisas, mantendo uma interlocução mais igualitária, apesar de todos os problemas que vínhamos enfrentando durante a pandemia. Somos mais gratos à professora Mancini por ter mantido o LabS Virtual (atualmente híbrido), mesmo após a retomada dos encontros presenciais e sua mudança de instituição (da UFF para a USP).

Vale destacar que minha parceria com o espaço da universidade no Estado do Tocantins já vinha acontecendo desde 2014, quando ingressei como supervisora voluntária no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), de Literatura e, em seguida, ingressei na segunda turma do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), da UFT. O meu ingresso no mestrado profissional foi o impulso e apoio que me faltava para que pudesse avançar em minhas reflexões sobre as questões que me afligiam em sala de aula, como a dificuldade dos alunos do Ensino Médio em ler/compreender e escrever sobre o que leu, fazer inferências, participar das aulas como sujeitos da aprendizagem, e ainda, a dificuldade que nós, professoras e professores de sala de aula, encontramos, por vezes, em elaborar um plano de trabalho em que o estudante consiga participar de modo mais protagonista. No período em que a escola na qual trabalhava fez parceria com o PIBID de Literatura, as angústias e reflexões, no momento da elaboração das aulas, foram minimizadas pelos debates e discussões junto ao grupo de pesquisa coordenado pela professora Eleuda de Carvalho. No mestrado, tínhamos o apoio do corpo docente, dos colegas e, no meu caso, de minha orientadora, Isabel Auler (*In memoriam*). Algum tempo após a conclusão do mestrado, não havia mais com quem

contar e, então, outras questões em relação ao ensino de literatura foram surgindo sem espaço para debate e reflexão.

Outra questão, não menos importante, é o fato de que, por não ser tocaninense, pouco conhecia sobre a literatura da região. Também não tinha contato com uma formação específica e incentivo a essa literatura, o que dificultava minha pesquisa/estudo/reflexão, bem como de outros colegas na mesma situação que a minha. Conhecer a história que nos permeia, contada a partir da literatura, é um dos caminhos que pode suscitar, nas aulas, um excelente debate, a fim de formarmos sujeitos críticos capazes de participarem ativamente das discussões em vários âmbitos de nossa sociedade. Mas, para que isso ocorra, o professor(a) precisa também conhecer a cultura e a história do seu local de trabalho, para, juntamente com seus alunos, criar possibilidades de ensino que façam sentido para aquela comunidade, desvelando sentidos outros que possibilitem uma tomada de posição diante de eventos históricos somente apresentados, atualmente, sob a perspectiva dos livros oficiais do Governo. No que diz respeito à Região Norte, por exemplo, temos um *continuum* de violência que não cessa, e a literatura, nesse sentido, emerge como voz de denúncia. Isso, fundamentalmente, que nos motivou a conhecer e fazer ecoar as narrativas de memória dessa região. São memórias que permeiam o dia a dia da população, histórias de cada família que ajudou a constituir essa parte do Brasil. As mesmas são marcadas pela violência no campo, instigada a partir de programas empreendidos pelo Governo Federal que, em nome de um projeto de ocupação e exploração do território e lucro fácil na Amazônia, principiados na década de 1970, abriram estradas e promoveram a migração para a região, gerando conflitos entre posseiros e grileiros, entre empresas de exploração de minérios e moradores do local.

Nascida e criada no Sudeste do Pará, egressa do curso de Letras da UFPA de Marabá-PA, já havia escutado alguns murmúrios sobre o homem que ora virava toco ora virava galo, ou sobre aquele que ninguém conseguia capturar, pois tinha o corpo fechado¹, período em que também os moradores da região não podiam dar muitas informações — deviam falar somente o que lhe perguntassem, manter a porta sempre fechada, etc.

¹ Apesar de parecida com as estórias sobre Oswaldo Orlando da Costa (1938-1974) — guerrilheiro conhecido como Oswaldão —, tratava-se de um grande latifundiário da região que era temido por todos, sejam os moradores ou as autoridades.

Todo cuidado era pouco, conforme orientações familiares, pois, além da Guerrilha (1972) que eclodira na região do Araguaia, havia também as lutas pela posse da terra com confrontos e mortes, entre outros problemas relativos à violência e à exploração no campo. Imigrantes seduzidos pelas propagandas de povoamento da Amazônia Oriental, meus avós maternos, hoje já falecidos, assim como muitos outros, acompanhados de seus dez filhos, entre eles, minha mãe, saíram do Espírito Santo, em 1972, para povoar uma parte da PA 70², hoje, às margens da BR 222, no município de Abel Figueiredo, no Pará. Meu pai, natural da Bahia, mas criado no Espírito Santo, veio somente em 1979, também seduzido pelas promessas de empregos e riqueza fácil. Nessa mesma época, meus avós maternos tinham contato com sacerdotes, como o canadense Pe. Roy Joseph Shea, o padre francês Pe. Humberto Riolland (*in memoriam*), o italiano Pe. Florentino Mabone (*in memoriam*), as irmãs Doroty Mae Stang (*in memoriam*) e Rebeca Spires, além dos leigos que trabalhavam com eles.

Os sacerdotes e leigos citados vinham para a Amazônia com objetivo de agir em favor dos migrantes explorados pelos agropecuaristas e, ao chegarem à PA 70, na vila Abel Figueiredo, eram recebidos pelos colonos, entre eles, meus avós maternos que já exerciam um trabalho junto à paróquia da igreja católica da vila. Nesse mesmo período, como já de costume, minha avó materna colocava “água no feijão”³ para receber os padres e freiras recém-chegados para o trabalho com os que ali habitavam. Muitos deles — como o Pe. Roy, a irmã Doroty e a irmã Rebeca — eram perseguidos pelos grandes fazendeiros e ameaçados de morte; outros foram presos e torturados pelos militares, como o Pe. Humberto e o Pe. Mabone. Apesar de tudo, resistiam em defesa dos menos favorecidos.

Pelo que contam meus avós, suas cinco filhas e um dos outros cinco filhos que resistiram à nova vida no Norte do Brasil, não sofreram nenhuma ameaça dos fazendeiros da região. No entanto, mesmo convivendo a vida toda com meus avós maternos, que sempre nos reuniam para contar causos de como chegaram à região e as histórias de Lampião, nunca foi tocado no assunto a respeito do trabalho que

² A abertura da PA 70 foi realizada pelo governo de Jarbas Passarinho, em 1964. Segundo Joseilson Costa de Meireles (1992), a rodovia foi aberta com o objetivo de fazer ligação com a Belém-Brasília e a cidade de Marabá-PA, ofertando terras a migrantes e empresas com o intuito de uma política de colonização pelas rodovias.

³ Termo utilizado por minha família, e comum em várias regiões do país, para indicar que se deve aumentar a quantidade de refeição, pois há visitas.

meu avô realizava cadastrando os colonos junto ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), com apoio e orientação dos eclesiásticos que por ali passaram. Como ele já faleceu e os filhos que estão vivos dizem não saber do que se tratava, pouco se sabe qual sua participação junto ao sindicato dos colonos. São, pois, histórias emudecidas, confiscadas, queimadas, perdidas, proibidas. Histórias que, em contato com professores pesquisadores da UFT/UFNT, conseguiram alcançar um outro sentido. Algumas se completaram, outras continuam perdidas, e se não as escrevermos, discutirmos, refletirmos, continuarão esquecidas, silenciadas.

Nesse ínterim, a tese surgiu da necessidade de, primeiramente, verificar a existência, no Norte (Pará e Tocantins), de manifestações literárias sobre a memória coletiva da região referente à Guerrilha do Araguaia e à ditadura⁴. Pesquisadores do GESTO partiram do pressuposto de que os sujeitos diretamente implicados pelos efeitos do braço repressor da ditadura não produziram literatura de testemunho (Silva, 2011, 2020a, 2020b), até mesmo em função da baixa escolaridade e da distância de práticas de escrita, muito diferente dos sujeitos que produziram relatos sobre a I e a II Guerra Mundiais, no genocídio dos armênios, no Camboja, etc. A exceção seria a do poeta Pedro Tierra, nascido em Porto Nacional e preso em 1972, quando participava da ALN, iniciando sua poesia testemunhal ainda na prisão.

Assim, no contexto do Tocantins, os relatos pareciam marginais em autores como José Francisco da Silva Concesso e Ângelo Bruno (Silva, 2011, 2020b). A partir da recuperação dessa produção, leitura e análise, torna-se necessário descrever e divulgar, além de estimular a produção de textos a partir dessa perspectiva, com vistas a uma reparação histórica, o que motivou pesquisadores a se lançarem à tarefa de produzir a coletânea *Contos da guerra do Araguaia* (Silva; Ramos Jr., 2022).

Desenvolveu-se, então, esta tese como resultado de pesquisa documental, interdisciplinar e qualitativa que, “apesar dos riscos e dificuldades que impõe, revela-se sempre um empreendimento profundamente instigante, agradável e desafiador”

⁴ Uma tese que investiga as produções do Maranhão está sendo desenvolvida por Kayla Pachêco Nunes (PPGLIT/UFNT), membro do GESTO. Kayla é Mestra em Letras pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (PROFLETRAS/UFNT). Doutoranda em Linguística e Literatura pela UFNT. É professora da educação básica na rede pública estadual do Tocantins, pedagoga na Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz e presta assessoria a instituições e figuras públicas em comunicação e marketing. É membro do Grupo de Estudos do Sentido do Tocantins (GESTO). É membro do grupo de estudos feministas Coletivas Raimundas. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2670075062259458>. Acesso em: dez de 2024.

(Duarte, 2002, p. 140). O *corpus* foi definido a partir do levantamento bibliográfico de obras literárias paraenses e tocantinenses contemporâneas referentes a eventos históricos relacionados à ditadura, como a Guerrilha do Araguaia (1972-1975). A partir do desenvolvimento da pesquisa, foram definidos, para a tese, como centrais para a análise, os trabalhos de Janailson Macêdo e Abílio Pachêco.

Nesse sentido, a tese tem como objetivo geral evidenciar, na produção literária contemporânea produzida no Norte, vozes silenciadas pela narrativa historiográfica. Para isso, selecionando como *corpus* duas obras: *Crônicas do Araguaia*, de Janailson Macêdo (2015) e *Em despropósito: mixórdia*, de Abílio Pachêco (2013). A fim de alcançar este objetivo, foram definidos como objetivos específicos: a) refletir sobre os impactos da ditadura na região do sul/sudoeste do Pará, norte do Tocantins e sul do Maranhão; b) empreender estudos sobre a memória que contribuíssem para a análise da literatura; c) mobilizar categorias de análise semiótica para descrição e compreensão dessa produção literária contemporânea; d) analisar, por meio das categorias semióticas mobilizadas, a perspectiva assumida pelo enunciador a partir das escolhas que projeta nas narrativas em relação à experiência do vivido.

Além disso, esta pesquisa ganha pertinência por compreender a área de concentração do programa — Ensino e Formação de Professores de Línguas e de Literatura —, bem como por fazer parte da linha de pesquisa número 3: (LP3) Práticas discursivas em contextos de formação, desenvolvida pelo PPGLIT — Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura. Tal investigação — a partir do levantamento bibliográfico de uma Literatura Contemporânea que tematiza questões relativas à violência do Estado relacionada a aspectos da vivência local — possibilitará aos professores, professoras e estudantes do Tocantins e demais regiões circunvizinhas conhecerem e compreenderem a pluralidade de textos literários existentes sobre a cultura⁵ nessa região de fronteira, unida/separada pelos rios Araguaia e Tocantins, atravessada por sujeitos com histórias, sonhos e desafios comuns.

⁵ Concebemos cultura, aqui, “como um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole” (THOMPSON, p.17, 1998), ou seja, mesmo que estejamos tratando de um conflito armado, esse determinou/determina o modo de viver daquele lugar e de todos que, direta ou indiretamente, tiveram contato com aqueles acontecimentos.

Inicialmente, ao realizar o levantamento bibliográfico de obras literárias tocantinenses, deparamo-nos, na maioria das publicações, com o silenciamento do tema sobre a Guerrilha. Mas essa política do silêncio compreendido como “excesso de significação” (Orlandi, 2017), leva-nos a refletir sobre como, historicamente, a “presença” do silêncio sobre o Araguaia acarreta na afirmação de que algo ocorreu e que é preciso silenciar. Isso quer dizer que a negação ou exclusão da Guerrilha do Araguaia nas obras contemporâneas afirmam sua existência, uma vez que é no silêncio que são mobilizados sentidos outros que podem significar opressão ou resistência. Portanto, se o silêncio sobre as histórias dos trabalhadores impactados pela violência ainda persiste por não serem estas contadas ou por serem mal contadas, este trabalho emerge como movimento para desvelamento ainda que parcial, pelo que suscita o campo literário, pensado como lugar de resistência. Além disso, na seleção das obras para serem aqui discutidas, priorizamos o direito do cidadão à literatura (Candido, 2017) produzida no Norte.

Após o levantamento bibliográfico e a seleção dessas obras/documentos, adotamos um percurso metodológico de análise dos dados pautado na discursividade, na figuratividade, na narratividade e na afetividade dos textos literários (Bertrand, 2003). Vale frisar, como abordado por José Luiz Fiorin (1999, p. 109), “que o objeto artístico se constitui entre os polos da *mímese* e *poiése*, garantindo a eficácia da linguagem literária como forma de apreensão do mundo.” Nesse sentido, tomamos o texto literário, aqui, como um processo de incorporação da elaboração do vivido, de modo a captar, a partir das categorias de análise da semiótica greimasiana, os efeitos de sentido que as construções das ações das personagens produzem no tempo e no espaço da narrativa. Também, utilizamos a semiótica tensiva a partir de Claude Zilberberg (2011), a fim de compreender a relação entre a concepção de acontecimento, entendido como algo inesperado e perturbador que afeta o sujeito a ponto de desintegrá-lo como ser no mundo real, e a memória como constituição de sentido de um agora, a partir de Luiza Silva (2011, 2016, 2021a, 2022b), dando continuidade, entre outros, aos estudos apresentados por filósofos como Santo Agostinho e Derrida.

Desse modo, nesta primeira seção, apresentamos as motivações que conduziram à elaboração deste trabalho, destacando aspectos da minha trajetória pessoal e da experiência docente no Tocantins. Em seguida, discutimos o percurso metodológico adotado e os fundamentos da semiótica que serão utilizados na

análise. Na segunda seção, abordamos a Guerrilha do Araguaia, seus impactos sobre os moradores locais e os desdobramentos do golpe de 1964 nos Estados do Pará e do Tocantins. Trata-se de uma região marcada por sucessivos conflitos relacionados à disputa por terras e pela exploração econômica desenfreada, os quais contribuíram para a eclosão da guerrilha (1972-1975).

Na terceira seção, introduzimos a semiótica greimasiana e explicamos a relevância do trabalho envolvendo a literatura, com Denis Bertrand (2003). Além disso, utilizamos a semiótica tensiva e a concepção de "acontecimento", conforme Zilberberg (2011), para entender a Guerrilha do Araguaia como um evento inesperado que transformou, abruptamente, a vida dos sobreviventes da região (Silva, 2016). Em concomitância com o exposto anteriormente, na quarta seção, discutimos a literatura de testemunho e seu papel no combate ao esquecimento e silenciamento de eventos violentos perpetrados por regimes autoritários. Também refletimos sobre como essa literatura tem se configurado ao longo do tempo.

A quinta seção é dedicada à literatura contemporânea do Norte, na qual apresentamos as obras que tratam da Guerrilha do Araguaia e destacamos a produção local sobre o tema, ressaltando sua importância como um ato político em prol da memória coletiva da região. Ali, incluímos uma tabela para facilitar a visualização do levantamento bibliográfico relativo a produções literárias sobre a Guerrilha do Araguaia. A partir da leitura dessas obras, fomos, aos poucos, definindo o *corpus* de análise.

Na sexta seção, tratamos da semiótica discursiva de Greimas (2002), Fontanille (2016) e Zilberberg (2011), aplicando-a ao nosso *corpus* literário. A análise do conto *O enxoval* (2015), de Janailson Macêdo, e do romance *Em despropósito: Mixórdia* (2013), de Abílio Pachêco, revela como os narradores dessas obras expressam as experiências violentas sofridas pelos habitantes do Norte, ressaltando memórias coletivas que foram ignoradas pela história oficial.

A opção pela análise das narrativas acima mencionadas leva em consideração alguns critérios essenciais: a pertinência dos assuntos que se concatenam com a proposta da tese. No caso de Abílio Pachêco, isso se deve ao fato de que sua contundente narrativa, além de colocar em evidência eventos traumáticos para a história do Brasil, exercendo um papel fundamental de resgate de vozes constantemente silenciadas pelos registros oficiais de uma história hegemônica, apresenta um painel das vivências dos moradores da região à qual o

conteúdo da tese se destina. Sendo assim, consideramos tal análise em consonância com essa busca da tese em colocar em evidência, pelas vias ficcionais, tanto uma página impactante da história quanto uma oportunidade de ressoar as vozes da região do Pará às quais pretendemos evidenciar. No caso de Janaílson Macêdo, a escolha do conto "O enxoval", para análise, levou em conta o impacto sobre a figura feminina — mulher, mãe e esposa —, vítima dos eventos traumáticos marcados pela arbitrariedade de um poder constituído e seu discurso de violência sobre o corpo do outro. Poderíamos ter escolhido outros contos para análise, mas acreditamos que esse já demarca os percursos que nos são caros aqui: a violência sobre o corpo do outro no contexto da Guerrilha e os impactos dessa mesma violência na figura feminina. Além disso, a obra de Macêdo coloca em primeiro plano a voz do marginalizado, cuja história é constantemente invisibilizada, desvelando, pelas situações de opressão, as consequências de uma tênue resistência frente aos desmandos de um poder político que se impõe como autoridade e que dilacera a identidade/o corpo do outro.

Nas considerações finais, refletimos sobre o papel desse narrador da memória e sugerimos caminhos para caracterizá-lo, a partir da semiótica discursiva. Além disso, enfatizamos a necessidade de trabalhar esses textos em sala de aula, para ecoar histórias silenciadas e promover o contato dos estudantes tocantinenses com versões alternativas da história de nossa região.

Finalmente, defendemos como tese que autores que vivem no Norte inauguram sentidos silenciados por outras produções de natureza ficcional ou histórica na abordagem das temáticas relativas aos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira, compreendida, ao menos oficialmente, entre os anos de 1964 e 1985, afinal de contas, a violência de estado no Norte ainda não terminou.

2 SILÊNCIOS SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Nesta seção, apresentamos, sinteticamente, o que foi a Guerrilha do Araguaia (1972-1975) implementada por forças militares no norte do país, pelos militares, durante os anos de chumbo (1964-1985). Advertimos que, por mais que possamos tentar compreender a experiência daqueles que tiveram que viver nesse período e sofrer as agruras da guerra imposta, muitos dos sentidos nos escapam, e podemos até não darmos conta dessa experiência em toda sua potencialidade, haja vista que “desenvolveu-se sob forte censura e violência a partir de 1966 quando militantes do PCdoB resolveram se instalar na região que fica no Sudeste do Pará, divisa com o atual estado do Tocantins”, conforme explicita o jornalista Eduardo Reina, ao tratar de sequestros empreendidos por militares no contexto ditatorial brasileiro (Reina, 2019, p.18).

Em meados da década de 1960, militantes do PCdoB investiram em “uma ocupação invisível da região chamada de Bico do Papagaio, na divisa entre Maranhão, Pará e Tocantins, já marcada por agudos conflitos por questões de terra” (Vecchi, 2014, p. 135). Tal ocupação consistia em misturar-se à população local, privada de assistência à saúde, educação e direitos quanto à posse de terra. Fugindo da perseguição que se intensificava nas grandes cidades, esse pequeno contingente de militantes de esquerda migrou para a região rural do sudeste paraense, buscando misturar-se aos locais, dedicando-se ao trabalho no campo, no comércio, na saúde e na educação. Numa etapa posterior, iniciaria o trabalho de formação política, que arregimentaria adeptos para uma revolução nos moldes maoístas. Conforme Campos Filho, os comunistas se organizariam em três “bases militares”:

Enquanto nas cidades a repressão abatia-se sobre os militantes de organizações de esquerda, atingindo seu auge nos anos de 1968 a 1970, a região do Araguaia, no Bico do Papagaio, começava a receber novos moradores, diferentes dos que ali já viviam. Algumas áreas foram delimitadas para receber os militantes e implementar o trabalho revolucionário. Em três delas foram constituídas as bases militares: **Faveira**, no médio Tocantins, municípios de São João do Araguaia e Apinajés; **Gameleira**, próxima ao povoado de Santa Isabel, mais ou menos 50 quilômetros acima de São Geraldo, alcançando uma parte da Serra das Andorinhas; e **Caianos**, abaixo de São Geraldo na direção de Conceição do

Araguaia. Em toda essa extensão, os novos moradores compraram posses, montaram roças e adquiriram castanhais. Alguns se instalaram também nos pequenos povoados onde se disfarçaram de pequenos negociantes. (Campos Filho, 2012, p. 108. Grifos nossos).

O plano era buscar aproximar-se da população, ganharem a confiança dos camponeses já tão massacrados pela lógica da exploração do trabalho e disputa de terras, para, posteriormente, comentarem a respeito dos ideais do partido e da luta pela democracia em todo território, “criando uma zona livre do governo militar onde se desenvolveria o início da resistência” (Reina, 2019, p. 18).

Em um primeiro momento, os guerrilheiros agiram como trabalhadores do campo, garimpeiros, bodegueiros, professores alfabetizadores, médicos, enfermeiros, auxiliando os camponeses quando esses necessitavam de mantimentos, remédios, etc. Durante a convivência com os trabalhadores da região do Bico do Papagaio, hoje norte do estado do Tocantins, os “paulistas”, tal como eram conhecidos pela população, fizeram amizades, contribuíram com a educação e acesso à saúde de muitos, assim como também foram acolhidos pelas famílias que, ora ou outra, os ajudavam no plantio, na orientação quanto aos perigos da floresta e a como viver na mata. É o que declara um dos sobreviventes dos confrontos com as forças militares, José Genoíno, em entrevista:

A gente tinha uma relação muito direta com a população, de amizade. Por exemplo, o João Carlos, vou te contar um episódio. O João Carlos salvou a vida de uma mulher, porque ela teve um parto, o menino morreu durante o parto, e ele fez a cirurgia. Mas ele fez a cirurgia sem dizer que era médico: ‘Eu sou curandeiro’. A Tuca, que era enfermeira, também fazia parto. Então, veja bem, e a gente trocava dia de serviço. (Figueiredo et al. 2020, p. 286).

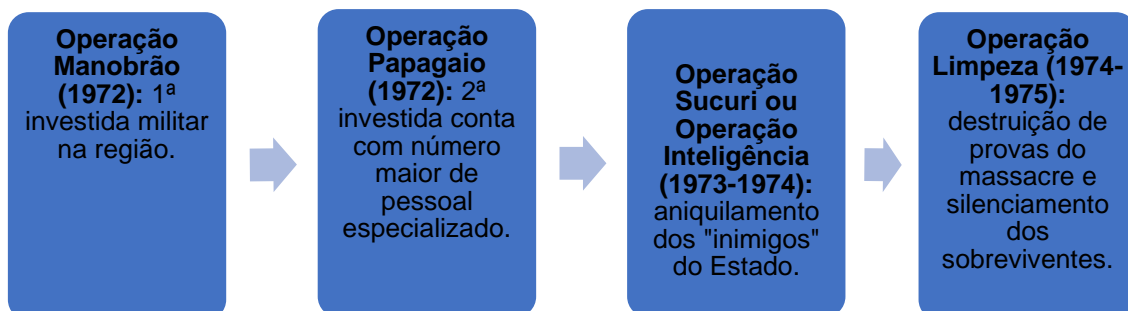
Os camponeses sabiam que havia uma diferença entre os paulistas e os demais migrantes que os exploravam e ameaçavam, no entanto, não faziam ideia de que aqueles jovens eram militantes políticos, e muito menos, que havia a iminência de uma guerra. As cidades eram muito distantes, os recursos, escassos, a comunicação com o restante do país era precária, sendo difícil o acesso às informações a respeito do que acontecia no Brasil e no mundo. Nessa conjuntura, antes mesmo que os camponeses ficassem cientes dos objetivos de enfrentamento da ditadura, a operação foi descoberta e o caos instalado. É então, em 1972, deflagrada uma guerra no interior do país, que ficou conhecida como Guerrilha do Araguaia e se estendeu até 1975, com resquícios que perduram até a atualidade.

A guerra do Araguaia seguiu a lógica já instaurada anteriormente pós golpe de 1964, de combate aos considerados subversivos, ou seja, todos aqueles que confrontavam o regime de exceção ou que tivessem algum tipo de relação com a resistência democrática. Estes eram avaliados como um perigo para a segurança nacional e, portanto, sob a lógica ditatorial, deveriam ser exterminados.

Para que as ações dos militares obtivessem sucesso, foi preciso reunir um número excessivo de agentes e soldados do Exército, da Aeronáutica e da Marinha com o intuito de combater esses sujeitos denominados como “subversivos” e “terroristas”. Foram, então, mobilizados mais de cinco mil homens com todo um arsenal de guerra contra menos de 80 jovens guerrilheiros sem recursos para um confronto como esse.

As ações militares se deram em forma de várias operações, dentre elas, destacam-se: Operação Manobão (1972); Papagaio (1972); Sucuri (1973-1974) e Operação Limpeza (1974-1975). Segundo Campos Filho (2012), as primeiras operações subestimaram o preparo dos militantes e a resistência desses quanto à luta e à vivência na selva. Por esse motivo, a cada nova investida militar na região, aumentava-se o número de soldados e agentes, além de equipamentos de combate, reafirmando uma lógica de guerra autorizada pelo Estado, cujo objetivo maior era espalhar o terror por meio da captura, tortura e extermínio dos membros do partido (seja no campo ou na cidade), dos guerrilheiros que estavam no Araguaia e dos camponeses que tiveram contato com estes, a fim de exercer o controle da população e do território e a consequente manutenção do poder. Na figura 1, apresentamos, graficamente, as etapas relativas aos confrontos.

Figura 1 - Operações no Araguaia



Fonte: elaboração da autora

A primeira operação — chamada de Manobrão, e realizada em 1972 — constituiu-se como uma investida militar, cujo foco principal estava em combater os guerrilheiros na região de Xambioá, utilizando operações de contra-guerrilha — com apoio aéreo e terrestre — e poderio militar. Nesta, oficiais do exército, para não levantar suspeitas, chegaram à região disfarçados, entre outros, de agentes da Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública) e de funcionários do Incra e da Embratel, e procuravam, nesse momento, mapear a região em busca de espaços ocupados por guerrilheiros e focos de resistência. Pela falta de conhecimento da área, essa operação resultou não mais que em embates isolados e fugas de guerrilheiros para áreas mais distantes.

A segunda investida — Operação Papagaio —, também realizada em 1972, tinha como objetivo — já com o reconhecimento da área — exterminar os guerrilheiros atuantes na região, a partir de investidas de contra-guerrilha e poderio militar. A diferença em relação à primeira é que, aqui, já contavam com um suporte bélico e de pessoal mais ostensivo.

As operações do exército se iniciaram por meio da instalação de bases na região em Marabá (PA), Xambioá (TO) e Araguaína (TO), a fim de monitorar as ações dos guerrilheiros e a população local. Esse monitoramento estendeu-se pelas estradas, rodovias e pelo rio Araguaia, muito usado pela população local como meio de transporte de mercadorias e pessoas. As primeiras investidas dos militares ocorreram em abril de 1972 nos destacamentos A e C — respectivamente, a região dos Caianos e Faveira. Agiram de forma rápida nos ataques às plantações e abrigos dos guerrilheiros, atendo fogo e destruindo tudo o que pertencia a eles. Também intensificaram a vigilância ao longo da Transamazônica até a PA 70 e alguns trechos da Belém-Brasília, prendendo qualquer um que considerasse suspeito de envolvimento com os guerrilheiros e levando-os até as bases instaladas na região, dentre elas, a de Marabá, conhecida como Casa Azul.

Ao entrarem nas roças dos paulistas, queimando suas casas, destruindo as plantações e acusando seus moradores de terroristas e subversivos — expressões pouco entendidas por aquele povo —, assaltantes de bancos e criminosos, as Forças Armadas despertaram imediata antipatia na população. Embora o trabalho político não tivesse sido feito, as relações de amizade cultivadas em anos de convivência (de 1967 a 1972) falaram mais alto. (Campos Filho, 2012, p. 141).

Já nas primeiras investidas, o exército agiu de forma violenta com a população local — trabalhadores rurais, donas de casa, barqueiros, estudantes, indígenas, religiosos e religiosas católicos, jovens e crianças — prendendo, torturando, queimando as roças e casas dos moradores, monitorando, ostensivamente, a região e a forma de vida da população que precisou, por causa do medo e da violência, adequar-se à nova situação em que estavam inseridos. Encontravam-se em meio a uma guerra que os considerou terroristas ou subversivos sem ao menos terem consciência do significado do termo e sem tempo para compreenderem os motivos que os tornaram inimigos ou adjuvantes dos inimigos do Estado.

A terceira investida — entre os anos de 1973 e 1974 — constituiu-se como uma operação de resistência militar, denominada de Operação Sucuri. Nesta, o exército buscou infiltrar agentes junto à população com a finalidade de recolher informações a respeito dos guerrilheiros, principalmente no que se refere aos líderes, aos pontos de concentração e às movimentações do grupo pela região.

Para José Genoíno Neto (César Figueiredo, et. al. 2020, p. 289), o movimento do PCdoB no Araguaia foi descoberto aos poucos. Como era uma região estratégica, a repressão já estava com os olhos voltados para lá. Conforme o ex-guerrilheiro, outro fator que pode ter levado à descoberta dos jovens do PCdoB na região foi o fato de alguns companheiros terem saído de lá para tratar de doenças típicas — como leishmaniose, brucelose e malária —, junto às suas famílias, em São Paulo. Como Genoíno afirma, eram doenças que somente existiam na região amazônica, por isso, foi fácil detectar que havia um movimento do partido comunista na região.

A gente até dizia que a gente era uma espécie de gravidez, que estava difícil esconder a barriga. Porque estava acontecendo muita coisa, disputa, terra, principalmente com a abertura da Transamazônica. Depois, teve um caso, que a gente sabe, de companheiros que saíram de lá para se tratar de brucelose e parece que a família descobriu que a pessoa apresentava leishmaniose, malária, e era do sul do Pará, era da Amazônia, porque você não tem leishmaniose, brucelose, nem malária em São Paulo. Isso era do Norte do país. Aí, começaram a ter dicas. Aí, eles pegaram dicas, assim, de que o PCdoB estava lá na região. (César Figueiredo, et. al. 2020, p. 289).

Por fim, a quarta investida, denominada Operação Limpeza — entre os anos de 1974 e 1975 — se deu com os guerrilheiros já exterminados, quando as Forças Armadas iniciaram um processo de apagamento de provas, de ocultação dos fatos

ocorridos na região, colocados sob sigilo absoluto pelo governo do então presidente Ernesto Geisel. Constituíam-se tal operação, como se nota, no processo de apagar rastros da luta, principalmente no que se refere à ocultação de provas e de corpos espalhados pela mata.

Dito de outro modo, em meio às investidas dos militares, e levando em conta as operações acima referidas, houve o que ficou conhecido como um período de trégua, precisamente, entre o fim de 1972 e o fim de 1973. No entanto, tratava-se de uma astuta estratégia que consistiu em retirarem suas tropas e deixarem no local agentes infiltrados que trabalhavam para o Serviço Nacional de Informação (SNI) — conhecidos como “secretas” — que continuaram o trabalho de inteligência ao intensificar as tarefas da polícia militar local de forma a fiscalizar o movimento dos guerrilheiros e impedir o acesso desses a mantimentos e munições, além de possíveis tentativas de saída do local.

Na verdade, a estratégia adotada era bastante sutil e punha em ação um grande número de membros da comunidade de informação espalhados por todos os povoados e fazendas suspeitas de ajudarem os guerrilheiros, e nas principais cidades, por onde supostamente poderiam passar novos militantes para aderirem à Guerrilha. **Os secretas**, como ficaram conhecidos na região, tinham como tarefa listar todos aqueles que tivessem contato com os guerrilheiros, para depois obter as informações através de métodos mais “eficazes” do que os tentados pela Operação Aciso⁶. (Campos Filho, 2012, p. 169. Grifos nossos).

De início, os moradores da região não desconfiaram de nada, já que se tratava de migrantes trabalhadores ou empresários, que se misturavam à população como já era de costume. Após começarem a ter que se apresentar nas delegacias acusados de terrorismo, serem tratados com violência e brutalidade a ponto de não retornarem a suas casas ou condenados a viver sob coação com intuito de denunciarem qualquer movimentação de guerrilheiros ou vizinhos, compreenderam que a guerra não havia acabado. Muito pelo contrário, seguia silenciosa e continuava implacável. Assim, “o Sul do Pará passou a ser uma região controlada pelo SNI, com uma presença maior do CIEx, que ali manteve vários de seus agentes, sob o comando do major Sebastião Curió” (Campos Filho, 2012, p.201-

⁶ A Operação Aciso (Ação Cívico-Social) foi uma estratégia de assistencialismo dos militares à população no intuito de ganharem a credibilidade desses. Entre essas ações, destaca-se assistência médica e de saúde bucal; acesso a remédios gratuitos e vacinação nos pontos mais remotos; legalização e doação de terras; emissão gratuita dos documentos pessoais; regularização da situação dos trabalhadores rurais, etc.

202). A ação dos secretas impingiu um medo devastador à população, que chegou ao ponto de não poder confiar em ninguém, não comentar sobre os chamados paulistas, muito menos se aproximarem deles.

Pesquisas recentes — como as da advogada e pesquisadora Irene Gomes e do jornalista e pesquisador Eduardo Reina — fazem ecoar a estatística de camponeses que tiveram suas vidas impactadas, direta e indiretamente, pela Guerrilha do Araguaia, os quais, desconsiderados pelo Estado, ainda sofrem com os prejuízos físicos, sociais e psicológicos impostos a esta parcela da população. Irene Gomes ouviu, inicialmente, em torno de 700 pessoas, entre camponeses, filhos de camponeses e ex-combatentes de origem camponesa na região do Araguaia entre os anos de 2013 a 2015⁷, com o objetivo de fundamentar o trabalho de comprovação de prejuízos decorrentes da Guerrilha junto aos camponeses (Gomes et. al., 2022). Em 2015, juntamente com a Comissão Estadual da Verdade do Pará, a pesquisadora ouviu mais 200 camponeses e familiares. Por meio de sua pesquisa, Irene Gomes conseguiu contatar 900 depoentes ignorados pelo poder público, no entanto, quanto à reparação pelos danos causados, menos de 15% dos pedidos foram aceitos pela Comissão de Anistia, com a ressalva da negativa de 100% dos pedidos analisados no decorrer dos anos de 2018 a 2022.

Reina, em *Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil* (2019), denuncia o sequestro de bebês e crianças durante a ditadura brasileira, elencando também casos ocorridos no Araguaia. São dezenove os casos identificados pelo jornalista durante sua pesquisa, Desse total, onze estão ligados à Guerrilha do Araguaia, como relatado em entrevista cedida ao jornalista, em 2017, pelo garimpeiro-guerrilheiro Dejocy Vieira da Silva, mostrando que se tratou de uma guerra com emprego da crueldade. O trabalho denuncia a semelhança com o que ocorreu na ditadura na Argentina, pois, além de sequestrar as crianças, algumas delas também foram torturadas, principalmente, os maiores de sete anos. Como justificativa e uma lógica da guerra, os bebês ainda não estariam contaminados pelo “comunismo” e poderiam ser “salvos” pelos militares, enquanto os maiores — entre sete e dez anos — eram

⁷ O acervo de Irene Gomes foi recebido, institucionalmente, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), como parte do Projeto de Extensão PJ002-2020 “Pelo direito à memória, à verdade e à justiça: organização, catalogação e disponibilização de acervo com narrativas orais dos camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia”, sob coordenação de Naurinete Fernandes Inácio Reis (Edital 017/2019 PIBEX Projetos).

considerados impuros, precisando, então, passar por um processo de expurgação para que pudessem voltar à sociedade limpos da ideologia de esquerda.

Segundo o jornalista, as crianças sequestradas no Araguaia eram filhas de guerrilheiros com camponesas e também filhos daqueles que aderiram à luta na mata. O objetivo primeiro era exterminá-las a fim de manter a lógica de guerra que impunha o terror na região, no entanto, uma outra estratégia foi adotada: a de estabelecer uma guerra surda em que não há corpos, não há vítimas, não há provas, portanto, nunca ocorreu. Desse modo, a partir de seu livro reportagem, Reina abre caminhos para incitar pesquisas na área, ao trazer à tona alguns dos segredos interditados pela ditadura brasileira, fazendo ecoar as vozes marginalizadas das vítimas desse período, principalmente de sobreviventes camponeses e moradores comuns da região, considerados como “inimigos” do Estado. Sua pesquisa contribuiu, ainda, para compreendermos que a ditadura brasileira, diferentemente do que é pregado pela elite econômica e pelo Estado, assemelha-se aos anos de chumbo em países como Argentina e Chile, com a diferença de que, no Brasil, torturadores foram anistiados, os casos, abafados, os arquivos, destruídos e as vítimas, silenciadas.

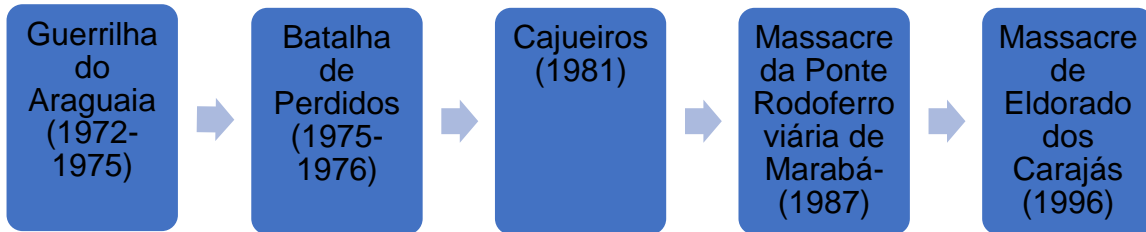
Irene Gomes e Reina, ao se aproximarem dos camponeses do Araguaia por meio de suas pesquisas, descortinam as violências sofridas por esses que “ainda hoje vivem sob o peso da censura e violência desenvolvida pelos militares” (Reina, 2019, p.19), evidenciando como há uma linha de continuidade da violência que é potencializada pelas ações de agentes do Estado ainda presentes na região. Conforme discutido por Roberto Vecchi (2014), o massacre ocorrido no Araguaia e sua intensificação da violência ao longo dos anos abrem uma lacuna na história da ditadura brasileira devido aos sucessivos apagamentos e ocultamentos promovidos pelos agentes de Estado. Essa presença/ausência do Araguaia, portanto, se deve, entre outros, à chamada Operação Limpeza que, ao contrário do que se imagina, não se encerra em 1975, conforme linha temporal histórica da Guerrilha.

As perseguições, as decapitações e exposições dos mortos para a comunidade, desaparecimentos forçados, os deslocamentos e ocultamentos de cadáveres são todas ações das sucessivas operações no Araguaia que visavam não somente intensificar o horror e o medo na população como forma de impedir que a mesma aderisse ao movimento de resistência do PCdoB, do mesmo modo como buscavam evitar que tais ações fossem divulgadas e reafirmassem a crueldade

impingida pelo Estado na região de forma a criar, no imaginário popular, espaço para o culto aos mártires que foram exemplos de resistência. A Operação Limpeza, portanto, que consistiu em “limpar” qualquer vestígio do que ocorrera na região do Araguaia, se estende — promovendo o medo e o temor — a partir de uma perseguição àqueles que ousassem delatar a barbárie ocorrida ou reclamar seus direitos, como é o caso da perseguição a líderes sindicais, padres, freiras e leigos da igreja católica que atuavam em favor dos camponeses.

Em entrevista cedida a nós pelo professor e historiador Janailson Macêdo, da UNIFESSPA (Santos *et al.*, 2020, p. 443), temos o relato de seu impacto ao ter ciência de que um dos camponeses sobreviventes foi ameaçado antes de se apresentar à Comissão Nacional da Verdade, em 2014, na cidade de Marabá-PA. Tal fato reitera as pesquisas, entre outros, de Eduardo Reina e Romualdo Campos Filho, sobre a continuidade das ações dos secretas no que tange à região do Araguaia. Podemos, ainda, citar como exemplo de ações como essas no Norte — que marcam a continuidade da violência do Estado em relação aos pequenos agricultores e migrantes trabalhadores —, a Batalha dos Perdidos (1975-1976); Cajueiros (1981); Massacre da Ponte Rodoferroviária de Marabá-PA (1987) e o Massacre de Eldorado dos Carajás-PA (1996). Vale frisar que os eventos aqui citados são apenas para exemplificar a continuidade da Operação Limpeza, uma vez que estes estão relacionados, de alguma forma, com a Guerrilha do Araguaia, mesmo que alguns pareçam distantes em relação ao marco temporal. Sabemos que ainda há muito a ser desvendado, mas, devido ao tempo e aos objetivos deste trabalho, por ora, relacionamos apenas os fatos com maior impacto e número de vítimas, considerando a violência como um *continuum* e não como da ordem do inesperado.

Figura 2 - Marcos da violência no Norte



Fonte: elaboração da autora

A Batalha dos Perdidos ocorreu na região dos Caianos, local em que os guerrilheiros se instalaram e tiveram grande apoio popular. A disputa pela posse de terras e as ações dos camponeses de resistência pelo direito a suas plantações e moradias, atreladas à coação dos agentes do Estado apoiando grandes latifundiários e seus jagunços, fizeram com que camponeses fossem presos, torturados e mortos. Outros tiveram que fugir, abandonando suas plantações e tudo que tinham construído, de acordo com a entrevista à advogada Irene Gomes na sala da CDHM, Câmara dos Deputados (Calvi, 2018). Não foi diferente com a região de Cajueiros (Pará), em que, mais uma vez, militares, agentes da polícia federal, acompanhados por pistoleiros e políticos, despejaram famílias que residiam na região após uma missa celebrada na casa do posseiro João Matias do Cajueiro.

A paranoia de que o movimento guerrilheiro não tivesse sido extirpado fez com que militares e informantes vissem qualquer grupo ou pessoa como uma ameaça, principalmente, aqueles que trabalhavam em prol da população. O celebrante Pe. Aristides já vinha recebendo ameaças, mas não recuou e, após ser delatado por um dos agentes infiltrados, foi preso e torturado, assim como aqueles camponeses que resistiram. Mesmo sabendo que a região sempre teve conflitos referentes à posse de terras, sabemos que, com a instalação de agentes do SNI, essa questão foi intensificada, “ao cercear qualquer tipo de reunião ou até mesmo missas, sem o aval do Major Curió” (Campos Filho, 2012, p. 203).

Todas essas ações apenas reforçam a continuidade da violência promovida pelos militares e agentes do Estado e o monitoramento sobre a região, haja vista o

que ocorreu contra aqueles com quem os guerrilheiros tiveram contato ou com quem coadunava com suas ideias de liberdade, resistência e de democracia.

Algumas décadas após a Guerrilha do Araguaia, houve o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em uma região próxima à ocupada pelos guerrilheiros, na qual havia conflitos de terra. Na ocasião, militantes do Movimento dos Sem-terra reivindicavam a reintegração de posse de uma terra improdutiva — na região de Curionópolis⁸ — junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Depois de meses de tentativa de negociação, decidiram marchar em direção a Marabá-PA, quando foram encurralados por tropas da polícia militar, na conhecida Curva do S, ocorrendo, então, uma chacina dos trabalhadores.

Mais distante em questão geográfica e temporal, também ocorreu o Massacre da Ponte Rodoferroviária de Marabá-PA, quando garimpeiros foram encurralados por agentes da polícia vindos de Belém-PA, a mando do governador do Estado, e, ainda, pelo exército e policiais de Marabá que, como já anunciado, estavam em número extensivo em relação aos manifestantes, os quais reivindicavam, entre outras coisas, melhorias nas condições de trabalho no garimpo.

Em ambos os eventos de violência, assim como na Guerrilha do Araguaia, houve a tentativa de silenciamento do ocorrido, e até hoje, não se sabe o número exato de mortes, pois há a insistência do Estado em negar e ocultar fatos, documentos e corpos. Sabe-se, no entanto, que treze dos dezenove mortos registrados no Massacre de Eldorado eram sobreviventes do Massacre da Ponte Rodoferroviária do Rio Tocantins, ocorrido em 1987. Vale ressaltar que todos os protestos eram pacíficos, mas o Estado agiu com toda sua truculência na tentativa de silenciar as vozes dos camponeses e trabalhadores, ao impor, mais uma vez, o terror na região. Não é de se estranhar que todos esses eventos de violência, assim como os já apontados no item anterior, estejam ligados, de alguma forma, ao comandante dos agentes do SNI, de bate-paus e jagunços na região. Como se sabe, não somente as terras, mas também os garimpos estavam sob o controle do Major Curió que, aliado ao governo e empresários, elegeu-se como deputado federal em 1986 e, posteriormente, tornou-se prefeito da cidade de Curionópolis.

Diante do exposto, é notório como o silêncio como política de negação ainda paira sobre a região do Araguaia. Por esse motivo, apresentamos, sucintamente, o

⁸ A cidade paraense recebeu esse nome em homenagem a um dos militares responsáveis por assassinar militantes do Pcdob no Araguaia, o major Curió.

contexto de que trata as obras literárias a serem analisadas mais adiante, no intuito de melhor compreendermos o que aconteceu no norte do Brasil, a partir da perspectiva de quem anuncia desde um lugar de pertencimento, um *aqui*. Centramonos, ainda, nos impactos à vida campesina, uma vez que esses vêm sendo afetados, direta e indiretamente, pelo Estado repressor, pelo poder público de forma geral e aqueles que os representam na região. É sob essa perspectiva, a de vozes subalternas, que desenvolvemos este trabalho.

2.1 O GOLPE MILITAR E OS REFLEXOS DE 1964 NO PARÁ E NO TOCANTINS: O *CONTINUUM* DA VIOLÊNCIA

O Brasil de 1964 — da lógica de um regime de exceção e da fúria instalada pelos militares e seus apoiadores — trouxe à tona o pior do ser humano, dividindo o país e provocando o terror. Segundo Rodrigo Pato Sá Motta (2018), durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), houve também uma intensificação de promoções sociais com o intuito de reforçar uma política modernizadora, mas com repressões e acomodações, que visavam o controle dos grandes centros universitários por meio da “delação premiada”. “Para consolidar seu domínio, os grupos vitoriosos em 1964 tentaram obter a derrota total dos inimigos à esquerda, vencendo também a batalha pelos valores, especialmente entre a juventude” (Pato Sá Motta, 2018, p. 96).

Há quem defenda, de modo falacioso, que não houve ditadura, ou que ela foi branda, no entanto, enquanto o governo da extrema-direita, em parceria com seus apoiadores da comunidade civil, investia na extensão das cátedras, em pesquisas e bolsas científicas, expandiam e construía cidades universitárias, ampliavam o conceito de cultura por meio do Projeto Rondon e da Educação Moral e Cívica com vistas a um nacionalismo autoritário, uma guerra social e cultural era intensificada, por meio do Decreto 477⁹. Atuando dessa forma, extinguíam cargos e exoneravam

⁹ Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, baixado pelo então presidente Artur da Costa e Silva durante o regime militar brasileiro. O decreto-lei previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime. Na prática, o processo a que se submetia o acusado era sumário. Os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do país por cinco anos, ao

docentes considerados subversivos; expulsavam, prendiam, torturavam e até matavam discentes que lutavam a favor da democracia; no campo cultural, expressões artísticas e valores (religiosos, morais e políticos) eram censurados. Mesmo diante de tantos atos repressivos, muitos estudantes ainda foram às ruas e continuavam a luta pela democracia; outros optaram por barganhar cargos e posições sociais. Tal política, implantada desde o início de 1960, visava a doutrinação e a exaltação de uma identidade nacional baseada em um passado de exploração e massacres, usurpação de bens e valores dos povos tradicionais, escravização social e política de uma democracia racial inexistente.

Nesse ínterim, o discurso a respeito de uma “ditabranda”¹⁰ surge com intuito de passar uma imagem deturpada sobre a ditadura brasileira, levando a grande massa a defender que a nossa ditadura foi menos cruel que as demais ditaduras dos outros países do Cone Sul: entre eles, Argentina e Chile.

Com a instalação dessa narrativa, não há necessidade de prender torturadores e promover uma justiça social, já que, se a ditadura brasileira foi branda, então, os envolvidos (no caso dos militares e seus apoiadores) podem ser perdoados, os crimes, esquecidos e os processos, engavetados. Os fatos aqui apresentados nada diferem da atual situação vivida, recentemente, na história brasileira, quando milhares de cidadãos que se denominavam “patriotas” foram às ruas questionar uma eleição legítima e pedir intervenção militar, culminando no fracassado golpe de 8 de janeiro de 2023. Considerando-se como censurados quando impedidos de agredir verbalmente os opositores em suas redes sociais, bloquearam rodovias, apropriaram-se da bandeira nacional, deturparam notícias, espalham *fake news*, negando o Estado repressor de 1964.

Nessa conjuntura, o passado vem à tona com todos os seus delírios de usurpação e tomada de poder por lideranças empresariais, religiosas, do agronegócio e militares, inflamados pelos discursos do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Nesse sentido, destacam-se dois eventos que, nos últimos dez anos, comprovam essa busca por usurpação do poder legitimamente constituído, pela infiltração, no meio popular, de discursos atrelados à alienação — pela consolidação

passo que os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos. A norma vigorou até 1979, quando foi revogada pela lei da anistia.

¹⁰ O termo foi empregado em editorial da Folha de São Paulo, publicado no dia 17 de fevereiro de 2009. O jornal, que apoiou o golpe de 1964, buscava atenuar o passado tenebroso do período ditatorial. O termo ecoa a declaração do ditador Augusto Pinochet, em 1983, ao comentar sobre a ditadura no Chile.

da paranoia do inimigo a ser combatido, no caso, o comunismo — e à necessidade de tomada violenta do poder — como critério falacioso de restabelecimento da ordem.

O primeiro refere-se à arbitrária retirada de Dilma Rousseff (legitimamente eleita e sem elementos de culpa) da presidência da república, por meio de um processo de *impeachment* com cartas marcadas, sob o argumento de que, com isso, se acabaria com a corrupção — e no qual, o então deputado federal Bolsonaro, homenageara, na Câmara, o torturador de Dilma na ditadura militar. De acordo com a matéria “Jogo de cartas marcadas”, publicada, à época, pela *Folha de Pernambuco*, após o afastamento da presidenta, “diversos políticos, condenados ou citados em delações premiadas da Operação Lava Jato assumiram o poder” (Montanini, 2017). Acresce-se a isso o áudio vazado dias depois, no qual o ex-ministro Romero Jucá se referia a um pacto para depor a presidente e estancar a sangria (referindo-se às investigações contra corrupção).

O segundo se refere ao discurso do então presidente derrotado, Jair Bolsonaro, em 2022, no qual ele incitava a população a aderir à sua estratégia de golpe, não permitindo a posse do candidato vitorioso, Luiz Inácio Lula da Silva. Após elogiar os atos golpistas que se espalhavam pelo país — incitados pela mentirosa teoria de fraude nas urnas —, o candidato derrotado usou de códigos, apelando às Forças Armadas, ao ‘patriotismo’ do povo para se manter no poder, como se nota em matéria publicada no *Correio Braziliense*, à época: “As Forças Armadas, tenho certeza, estão unidas, e devem, assim como eu, lealdade ao nosso povo, respeito à Constituição e são um dos grandes responsáveis pela nossa liberdade” (Soares, 2022, s/p). Como se nota, o fantasma golpista de 1964 continua a pleno vapor nas primeiras décadas do século XXI.

Conforme apontado por Daniel Aarão Reis Filho (1998), instaurou-se, em 1964, um medo iminente provocado por aqueles que planejaram o golpe contra João Goulart. Para controlar a massa popular, era preciso um estado de exceção que garantisse o avanço do capitalismo a todo custo, como prova de que o país prosperava com os militares no comando. A estratégia, então, era eliminar qualquer um que pudesse impedi-los ou ameaçá-los. Entre estes, estavam os sindicatos dos trabalhadores e as organizações estudantis secundaristas e universitárias.

O que os militares não esperavam era que seus oponentes estivessem preparados para o enfrentamento e que, por isso, resistiriam até o fim. Como

resistência, a esquerda investiu em Centros Populares de Cultura (CPC), militância nas organizações estudantis e desenvolvimento de projetos editoriais. Implacável, o Estado maior utilizou de sua máxima força para destruir as organizações civis: criminalizou a luta sindical, tornou as greves ilegais, ameaçou, prendeu, torturou e matou sindicalistas e qualquer um que estivesse envolvido nessa luta sindical. Nesse contexto, surge o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e grupos afins. A luta desumana tomou força, com passeatas, cartazes e gritos de protestos contra fuzis, bombas, tropas de choque, camburões e metralhadoras.

A ditadura avançou nas grandes capitais, onde havia uma massa civil organizada, no entanto, seu reflexo foi em todo país, com ações de auxílio popular e cultural na região Norte como forma de controle e investigação de aliados daqueles considerados comunistas. No Estado do Pará, por exemplo, a imprensa sofreu forte censura, estudantes, trabalhadores e sindicalistas foram perseguidos. Em sua tese, Abílio Pachêco de Souza (2020, p. 26-27), após uma minuciosa pesquisa sobre a ditadura no Pará, apresenta-nos dois eventos importantes acontecidos na cidade de Belém-PA que teriam irritado os militares. Foram eles: o dia dos Trabalhadores, em 1962, em frente ao Cinema Olímpia, no qual estavam presentes autoridades políticas, militares e sindicalistas; a “noite dos lenços brancos”, seguida da invasão do prédio da União Acadêmica Paraense (UAP), na noite do dia seguinte.

No primeiro, após discurso de Raimundo Jenkins – sindicalista ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, os militares presentes e seus apoiadores ficaram irritados porque o orador enalteceu os trabalhadores e a memória do líder camponês João Teixeira, assassinado na Paraíba no dia 02 de abril do mesmo ano. Após a fala de Jenkins, tomou a palavra um outro sindicalista também ligado ao PCB, o que provocou ainda mais a ira dos militares, fazendo-os, antes mesmo do evento terminar, saírem do palanque e desligarem o microfone, a caixa amplificadora e o gerador. Já em relação ao segundo, alguns estudantes de direita planejaram, juntamente com a polícia militar, uma ação violenta contra estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Acadêmica Paraense (UAP) e da União Internacional dos Estudantes (UIA), que organizavam o I Seminário Latino-Americano de Reforma do Ensino Superior (SLARDES), em março de 1964. A fim de serem identificados como aliados do governo, os estudantes de direita portavam lenços brancos no pescoço e porretes nas mãos. Iniciavam, desse modo, uma briga

para que a polícia militar pudesse chegar espancando e prendendo os organizadores do SLARDES.

Mas não foi somente na capital que a repressão agiu. Houve uma caçada implacável no interior do estado e no campo, onde bases militares foram instaladas, vários agentes disfarçados foram enviados para se infiltrarem entre a população local, pessoas foram cooptadas para delatarem aqueles que ousassem se posicionar contrários ao governo. Em Alenquer (PA), por exemplo, instalaram-se em busca do deputado Benedicto Monteiro. Em Marabá (PA), os alvos eram os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), alojados na região. Conforme discutido pelo professor Abílio Pachêco, em sua tese, há ainda uma clara tentativa de culpar os comunistas pelos crimes bárbaros ocorridos contra pessoas anônimas. No entanto, é preciso deixar claro que houve uma grande disseminação — por parte de agentes políticos ligados ao Estado de exceção — de que os crimes cometidos em favor do Estado seriam considerados “legítimos” na forma da Lei, haja vista, de acordo com José Carlos Moreira Silva Filho (2010), que há uma flexibilização do conceito de violência quando ela é exercida pelos agentes públicos em favor do Estado.

Essa ideia foi implantada e repercutida em todo Brasil, visando a justificativa de que crimes como tortura, desapropriação de terras, apropriação de bens particulares de camponeses, mortes, estupros, etc., se constituíam como ações justificadas pela falácia de que havia um inimigo à solta e que precisava ser detido a qualquer custo. Segundo Pere Petit (2003, p. 79), a partir do estímulo do governo federal à ocupação da Amazônia Legal, entre outras decisões estritamente militares ou político-administrativas, buscava-se evitar perder ou enfraquecer o controle dessa parte do território nacional, seja por nações estrangeiras que cobiçavam as riquezas de nosso país ou por brasileiros civilmente organizados que lutavam em favor da democracia. Nesse sentido, a ideologia de que havia algo a ser defendido e protegido foi articulada no intuito de assegurar uma política progressista, em que os trabalhadores e a terra são explorados enquanto grandes latifundiários, empresários e políticos enriquecem em prol do crescimento econômico da Amazônia e do Brasil.

Segundo Airton Pereira dos Reis (2019), em relação à ocupação do Sul e do Sudeste do Pará, houve, em um primeiro momento, uma política de povoamento às margens dos rios que, inicialmente, acolheram famílias de trabalhadores rurais pobres, oriundos de vários lugares do Brasil, para o trabalho com a terra. Entretanto,

após a política dos governos militares de abertura das rodovias estaduais e federais, a partir da década de 1970, redefiniu-se a ocupação da região, pela desapropriação e expulsão de moradores para a chegada de empresas e grandes agropecuaristas. Como exemplo, temos o Sul e o Sudeste do Pará, região em que o número de conflitos pela posse de terra é exorbitante e os criminosos permanecem impunes.

Uma das primeiras consequências da construção da Belém-Brasília foram o incremento do interesse pelas terras próximas à rodovia, a grande maioria delas definidas como terras devolutas, por parte de setores das elites locais e de outros estados do país. A faculdade de deterem os governadores, desde a Constituição Federal do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, o poder de concessão do uso (arrendamento) ou venda de títulos de terras devolutas a particulares, converteu-se numa de suas principais ferramentas na troca de favores entre os chefes do executivo estadual e os setores da elite econômica e/ou política local, e também entre os próprios integrantes do governo paraense. (Petit, 2003, p. 73-74).

Desde essa época, começaram os conflitos na região, que ainda persistem, pois “os direitos dos posseiros passaram a ser violados por empresário do Centro-Sul do país que chegaram ao território amazônico com apoio político e financeiro do Estado” (Pereira, 2019, p. 151). Assim, as estratégias de povoamento do governo civil-militar para a Amazônia foram pautadas no investimento de subsídios para a instalação de grandes empresas nacionais e estrangeiras, com exploração da mão de obra barata e sem infraestrutura para aqueles trabalhadores rurais pobres que vinham em busca de subsistência. Vale destacar ainda que, de acordo com Airton Pereira dos Reis (2019), os primeiros colonos que habitavam as margens do Sul e do Sudeste do Pará estavam em número menor do que aqueles trabalhadores atraídos pela instalação das grandes empresas subsidiadas pelo governo federal a partir da década de 1970. Desse modo, com a chegada de mais companhias à região, seguida de trabalhadores de outros lugares do país destituídos de suas posses, os conflitos se intensificaram devido ao fato de que não encontravam a facilidade e o lucro fácil propagados pelo governo, sendo esses garantidos apenas aos grandes latifundiários, proprietários de empresas nacionais e internacionais.

Na região em que hoje é o Estado do Tocantins, principalmente nas proximidades das cidades de Araguaína, Xambioá e Tocantinópolis, os camponeses também enfrentaram o reflexo da caça aos comunistas no período ditatorial brasileiro, tal como ocorreu no Sul e no Sudeste do Pará. Ambas as regiões foram marcadas por disputas pela posse de terra, pela exploração dos trabalhadores

rurais, dos mineradores e pela Guerrilha do Araguaia (1972-1975). A perseguição aos camponeses que resistiram à desapropriação de suas terras começou a acontecer mesmo antes do Golpe de 1964. No Estado do Goiás — na atual mesorregião do norte goiano —, por exemplo, houve uma guerra com reflexos ainda latentes na memória daqueles que sobreviveram, a saber, a Luta Campesina de Trombas e Formoso (1954-1957), liderada por José Porfírio de Souza.

Por volta de 1948, na ocasião da construção das rodovias e da “marcha para o oeste”, na região de Trombas (GO) e Formoso (GO), houve, em um primeiro momento, um forte apelo do governo federal para a ocupação da região, como já comentado anteriormente. Muitos trabalhadores rurais, já instalados e trabalhando com a terra, viram-se em meio a uma guerra pela disputa de suas áreas e seus direitos como colonos, com a chegada de grandes agropecuaristas para a apropriação à força das terras ditas devolutas. No entanto, entre as décadas de 1940 a 1950, esse primeiro grupo de camponeses se organizou e, por meio das associações, conseguiu regularizar suas terras, o que enfureceu ainda mais o governo do estado e os grandes latifundiários. Assim como em todo o restante do país, as ações dos camponeses que buscavam seus direitos foram tratadas como ato “subversivo”, fazendo com que o então governador, José Ludovico (1955-1959), com apoio do governo federal, promovesse uma caçada implacável àqueles que faziam parte da associação dos camponeses, entre eles, José Porfírio de Souza (1912 - *), preso em 1972 pelos militares. Porfírio foi um líder sindical e deputado estadual de Goiás, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e atuava em favor dos camponeses de Trombas (GO) e Formoso (GO) e pela reforma agrária brasileira. Libertado em 1973, desapareceu na rodoviária de Anápolis (GO), tornando-se um dos muitos desaparecidos políticos da ditadura civil-militar brasileira.

Após o golpe de 1964, de acordo com a pesquisadora Maiara Dourado (2014, p. 104 -105), houve não somente transformações históricas na região do conflito de Trombas e Formoso, mas também transformações culturais, haja vista que a luta dos camponeses da região, estando associada à “subversão”, gerou perseguições, desaparecimentos, intensas fugas e abandonos de terras por parte dos camponeses ligados à Associação. Com o abandono das terras, ou venda a preços irrisórios, um outro grupo de migrantes não ligados à luta campesina se instalou na região e, então, a memória desse período foi sendo, gradativamente, silenciada e/ou

apagada. É nítido o receio da rememoração desse período por aqueles que resistiram e continuaram na região.

De acordo com Maiara Dourado (2014, p. 107), quando os antigos moradores narram sobre a batalha de Trombas e Formoso, utilizam da personificação de José Porfírio, fazendo ecoar a voz dos camponeses silenciados. Lembramos que o cenário apresentado não difere do Sul e do Sudeste do Pará e do Norte do Goiás — hoje, Tocantins —, regiões que são marcadas pelo conflito armado de 1972, denominado Guerrilha do Araguaia, assim como por outros eventos que reforçam a violência exercida pelo período brasileiro de exceção com efeitos ainda na região, dada a impunidade e a ausência de uma Justiça de Transição.

A política agrícola praticada pelos Governos Militares deu prioridade, nas diferentes regiões do país, às culturas de exportação e à concentração fundiária, proporcionando créditos e incentivos fiscais aos grandes proprietários de terra e a empresas agroindustriais. Sem dúvida, o custo social da modernização autoritária e conservadora do campo foi aterrador. Após a expulsão de milhares de famílias camponesas de suas terras, em 1978, as propriedades agrícolas superiores a 1.000 hectares, representando 1,8% dos imóveis cadastrados, ocupavam 57% das terras agrícolas do país. No mesmo ano, 3.200 propriedades gigantes somavam 102 milhões de hectares, área três vezes superior àquela de que dispunham 2 milhões de minifundistas. (Petit, 2003, p. 86).

Segundo a Secretaria dos Direitos Humanos (Brasil, 2013), entre os anos de 1961 e 1988, foram identificados 1.196 casos de camponeses mortos e desaparecidos em todo o território brasileiro, em função de diversas formas de repressão política e social no campo. No entanto, esse número corresponde apenas àqueles denunciados pelas associações ou por familiares, pois há um receio latente, por parte das pessoas próximas às vítimas, devido ao silenciamento imposto nessas regiões e da inação do Estado frente às situações de violência no campo. Da mesma forma, no documento da Secretaria dos Direitos Humanos publicado em 2013, resultado do Projeto Direito à Memória e à Justiça, somente puderam ser examinados 602 casos dos 1.196 identificados. Além da questão do receio imposto aos familiares, alguns casos não foram protocolados em tempo hábil, o que impediu de serem registrados pela comissão. Cabe destacar ainda que, nessa contabilização, não estão incluídos os massacres a mineradores e indígenas, o que aumentaria ainda mais o percentual de violência.

Dos 1.196 casos estudados de camponeses e seus apoiadores mortos e desaparecidos durante o período de 1961 a 1988, apenas 51 tiveram acesso à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e 29 tiveram reconhecidos os direitos de Justiça de Transição estabelecidos pela Lei 9.140 de 1995. Assim, 1.145 não tiveram acesso e por consequência ficaram excluídos. (Brasil, 2013, p. 54).

O documento, então, torna público os 602 casos de violência no campo referente às décadas de 1960, 1970 e 1980, dos quais constam: “75 sindicalistas; 14 advogados; 7 religiosos; 463 lideranças de lutas coletivas e 43 trabalhadores em conflitos individuais – revelando a ponta de um iceberg de um conjunto bem amplo de perseguidos políticos pela ditadura militar até agora pouco estudado” (Brasil, 2013, p. 14). Entre esses, no que concerne aos Estados do Pará e do Tocantins, na região em que eclodira a Guerrilha do Araguaia, destacamos os líderes sindicais assassinados entre 1980 e 1992 e o caso do Castanhal Dois Irmãos, ocorrido entre os anos de 1981 e 1985. Nas figuras 3 e 4, buscamos sistematizar algumas dessas informações.

Figura 3 - Líderes Sindicais assassinados entre 1980-1992

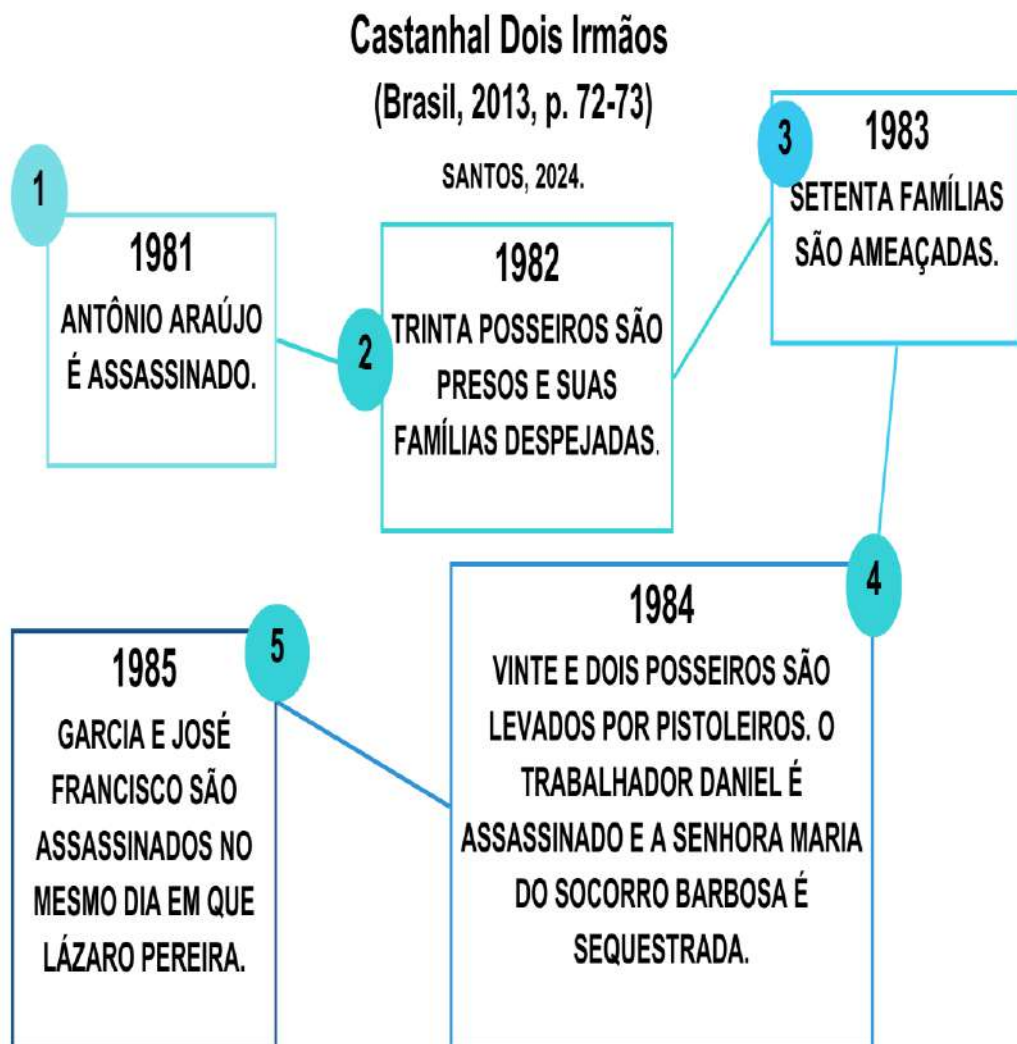
Líderes sindicais assassinados (1980 a 1992):

SANTOS,2024.

1980	1985	1992
Raimundo Ferreira Lima (Gringo) – Conceição do Araguaia (PA)	Policarpo de Souza Louza - Xinguara (PA)	Arnaldo Delcídio Ferreira - Eldorado dos Carajás (PA)
João Mendes de Souza – Colinas (TO)	João Canuto - Rio Maria (PA)	
	Lázaro Pereira Sobrinho - Xinguara (PA)	
<p>“ Gringo era militante ativo das Comunidades Eclesiais de Base da Prelazia. Chegou a ser preso por duas vezes quando dos anos da Guerrilha do Araguaia, segundo se informa, pela Polícia Federal” (Brasil, 2013, p. 62).</p>	<p>“Canuto vinha denunciando os despejos referentes à fazenda Canaã que se encontrava no município de Conceição do Araguaia, mas eram concedidos pela Juíza de Marabá. Os despejos eram feitos com participação da PM do Pará, de forma violenta. O Vigário de Rio Maria, Padre Pedro das Neves e o advogado Raimundo também foram ameaçados ” (Brasil, 2013, p. 76-77).</p>	<p>“Em 1992, Arnaldo Delcídio Ferreira, respeitada liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado, foi executado por pistoleiros. Sete anos antes, em abril de 1985, ele havia se ferido e sobrevivido a um ataque de pistoleiros no Terminal Rodoviário de Eldorado, que acabou atingindo mortalmente a freira Adelaide Molinari” (FONTE: APÚBLICA, 15 de julho de 2013. Reportagem Ismael Machado). Disponível em: Ameaçada desde 1996, Regina sonha viver em paz - Agência Pública (apublica.org) Acesso em março de 2023.</p>

Fonte: elaboração da autora

Figura 4 - Massacre do Castanhal Dois irmãos



Fonte: elaboração da autora

Como já afirmado anteriormente, esses são apenas alguns dos muitos casos de violência contra camponeses, reflexos da ditadura civil-militar brasileira. A maioria deles encontra-se sem resolução, com os familiares e as pessoas próximas mantidas sob ameaça constante de pistoleiros e encarregados de grandes latifundiários e/ou empresários.

Além dos camponeses e trabalhadores em geral, há, também, casos de advogados e líderes religiosos perseguidos e assassinados na década de 1980, que constam na lista do documento emitido em 2013 pela Secretaria de Direitos Humanos. Entre estes, destacamos: Gabriel Sales Pimenta, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá (PA), o qual atuava em favor de 128 posseiros

da fazenda Pau-Seco; Paulo César Fontelles de Lima (Belém – PA), advogado da Comissão da Pastoral da Terra do Pará (CPT), assessor da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura e Deputado Estadual (1982-1986); Wellington C. Z. de Lima, advogado dos trabalhadores rurais de Carmo do Rio Verde (GO), cujo nome foi associado aos esclarecimentos sobre a morte do líder sindical Nativo da Natividade de Oliveira, assassinado em 1985; a advogada e pesquisadora Ana Maria Pinheiro, assassinada em uma fazenda próxima à divisa do Maranhão com Goiás.

Dos líderes religiosos desse mesmo período, damos destaque para o assassinato da religiosa Adelaide Molinari (Marabá-PA), o qual esteve vinculado à tentativa de assassinato do líder sindical Arnaldo Delcídio Ferreira, sendo os criminosos também ligados à Chacina da Fazenda Ubá¹¹; e do Padre Josimo Moraes, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, no Bico do Papagaio (Tocantins), assassinado em Imperatriz (MA).

Outros casos não tratados no documento de 2013 — como a Chacina da Fazenda Castanhal Ubá, no Sudeste do Pará, em 1985, e o massacre da Ponte Rodoferroviária do Rio Tocantins, na cidade de Marabá (PA), em 1987¹², assim como tantos outros não noticiados — reafirmam o *continuum* de violência na região Norte, que por meio, inicialmente, das estratégias de ocupação de regiões isoladas do país, subsidiando empresários e explorando trabalhadores locais, fez e ainda faz emergir a face cruel daqueles que “obedecem uma lógica de guerra, desenvolvida para manter o poder e derrotar seus inimigos” (Reina, 2019, p.12).

Esse *continuum* de violência ainda avança sobre a década de 1990, resultando no massacre de Corumbiara, em Rondônia, em 1995¹³, e o massacre de

¹¹ Em 13 de junho de 1985, no município de São João do Araguaia (PA), os pistoleiros do proprietário da fazenda Castanhal Ubá mataram cinco trabalhadores rurais que residiam na fazenda, entre eles, uma jovem de aproximadamente 18 anos, grávida, que não foi identificada. Cinco dias depois, foram assassinadas mais três pessoas pelo mesmo grupo. (Guimarães; Barp, 2011).

¹² Em 29 de dezembro de 1987, trezentos garimpeiros que faziam reivindicações por melhores condições de trabalho foram encurralados por militares com fuzis e metralhadoras na ponte do Rio Tocantins, em Marabá-PA. São mais de 90 desaparecidos, cujas famílias continuam sem respostas, pois não há investigações e condenações em relação ao massacre. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/para/relembre-o-massacre-da-ponte-que-resultou-em-mais-de-90-garimpeiros-desaparecidos-em-maraba-1.470176>> Acesso em: 24 de out. de 2022.

¹³ O massacre aconteceu em 14 de agosto de 1995, na Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara (RO). Camponeses que estavam no acampamento da fazenda foram emboscados de madrugada com bombas de gás lacrimogêneo. Estima-se que 355 trabalhadores foram presos e torturados, mulheres foram usadas como escudo por policiais e jagunços, oito trabalhadores foram executados sumariamente e o acampamento foi incendiado com todos os pertences dos posseiros. Do lado dos sem-terra, aproximadamente 20 trabalhadores desaparecidos, 350 lavradores

Eldorado dos Carajás, em 1996¹⁴. São eventos que, diferentemente de muitos outros ainda silenciados, ganharam notoriedade nas discussões a respeito dos conflitos agrários no Brasil, e revelam o quanto ainda é preciso resistir e denunciar as atrocidades vivenciadas pela população no Norte do país.

Tais discussões confirmam o que aponta Silva Filho (2010, p. 22), ao destacar que, “por deter o monopólio da violência, o Estado é aquele que possui as maiores probabilidades de utilizá-la de modo inadequado, assim como é o que pode propiciar os resultados mais funestos, tanto em qualidade como em quantidade”. Por isso, faz-se necessária a discussão sobre os graus de barbaridade que alcançou a ditadura civil-militar brasileira, que diferentemente de outros países da América Latina, não prendeu nem mesmo incriminou torturadores e, ainda hoje, nega os massacres promovidos nos porões desse contexto aterrador de nossa história.

gravemente feridos, 200 presos e 8 mortos, incluindo uma criança. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/887/905>> Acesso em: 08 de nov. 2022.

¹⁴ Em 16 de abril de 1996, sem-terras acampados na Fazenda Macaxeira, em Curionópolis (PA), desde março, resolveram fazer uma caminhada em protesto pela morosidade nas negociações e respostas do INCRA. Com isso, o governador enviou tropas de choque que culminou no assassinato de 19 sem-terras portando foices e facões, no evento conhecido como massacre de Eldorado dos Carajás. Segundo consta, desses 19 mortos, treze eram sobreviventes do Massacre da Ponte Rodoferroviária do Rio Tocantins, ocorrido em 1987. Segundo Lucileide Rechi (2020), há relatos de que o número de mortos é maior do que o declarado pelo Estado.

3 SEMIÓTICA DISCURSIVA E ENUNCIÇÃO: CAMINHOS PARA ANÁLISE

A semiótica discursiva, que orienta a análise do *corpus* neste trabalho, emerge dos estudos do lexicólogo lituano Algirdas Julien Greimas, inaugurados pela publicação de *Semântica estrutural*. Nesse trabalho, Greimas define como objetivo da teorização nascente "refletir acerca das condições pelas quais seja possível um estudo científico da significação" (1973, p. 14). O objeto que se desenha para a teoria é, pois, a significação e não mais o signo. Mais adiante, o autor defende que caberia à semiótica, resposta ao projeto saussuriano da necessidade de uma semiologia, "explicitar, sob a forma de uma construção conceptual, as condições de apreensão e de produção do sentido" (Greimas; Courtés, 1979, p. 345).

Assim, ultrapassado o estudo do léxico e das formulações da semântica, Greimas e seguidores voltam-se para o texto, compreendido como um todo de sentido. Conforme Diana Barros, o texto, para a semiótica greimasiana, é concebido como um objeto de significação e de comunicação (Barros, 1994, p. 7), o que implica, portanto, considerar o que o texto diz, o modo como faz para dizer o que diz (as escolhas do sistema nele projetadas por um sujeito enunciador) e as condições de sua produção, mesmo que observadas sob a perspectiva da imanência. Assim, a semiótica

[...] toma o texto como objeto de investigação, incluindo na noção de texto todas as produções das linguagens, além da verbal. Como procedimento de análise, racionaliza, por meio de formalizações, a investigação sobre o modo como os textos produzem sentido, ou seja, interessa-se por privilegiar a forma (o como), mais do que o conteúdo (o quê). (Magalhães; Silva, 2011, p. 114).

Além disso, considerando a própria filiação a Saussure e Hjelmslev, a semiótica deve dar conta da articulação entre os dois planos da linguagem: o plano do conteúdo e o plano da expressão. Assim, para a semiótica greimasiana, o texto é compreendido como objeto de significação por meio do qual o enunciador, aquele que faz sua voz ecoar no texto, busca, nos recursos da língua, as formas adequadas para a produção dos efeitos de sentido pretendidos, o que implica considerar a enunciação, instância das escolhas operadas pelo sujeito, como "campo da manipulação consciente" (Fiorin, 1990). Ao mesmo tempo, o dizer sofre as coerções históricas, escapando ao controle do sujeito, o que remete ao "campo da determinação inconsciente" (Fiorin, 1990).

Nessa perspectiva, “o discurso é um todo de significação constituído pela enunciação” (Fiorin, 2016, p. 26). É a partir, então, da enunciação e do enunciado, associados às escolhas operadas pelo enunciador, o qual busca convencer seu interlocutor, que podemos apreender os efeitos de sentido que emanam de um texto. O sentido, no entanto, não se encontra como um já dado, o que remeteria a pensar a leitura como reduzida a um trabalho de decodificação. A leitura, em semiótica, como acentua Eric Landowski (2001), é sempre uma construção do sujeito leitor, que lê os textos, assim como busca dar sentido ao mundo natural, aos objetos da cultura, às dinâmicas da interação intersubjetiva, etc.

Para a análise do plano do conteúdo, Greimas propõe um “percurso gerativo de sentido”, simulacro das operações que o sujeito faz ao dar sentido, partindo das camadas mais superficiais e concretas e seguindo o processo de abstrações crescentes. Como esclarece Fiorin, “o percurso gerativo de sentido é uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido” (Fiorin, 2011, p. 20). Cada um desses patamares é descrito em termos de uma sintaxe e uma semântica organizada nos níveis fundamental, narrativo e discursivo.

Para a análise do plano da expressão, devem ser consideradas as diferentes materialidades significantes, observando suas especificidades e arranjos. Assim, a leitura de um romance requer procedimentos distintos da leitura de uma pintura ou fotografia. Em termos sintéticos, temos que, no nível fundamental, o mais abstrato e simples do percurso gerativo de sentido, a significação emerge de uma oposição semântica inicial, que receberá os investimentos da axiologização. Assim, num texto que defenda a democracia e rejeite a ditadura, podemos encontrar, nesse nível, a oposição semântica /liberdade/ versus /opressão/, a primeira considerada positivamente, eufórica; a segunda, negativamente, disfórica.

No patamar seguinte, o do nível narrativo, o texto é descrito em termos de uma narratividade, caráter inerente a todos os textos. Assim, a narratividade pode ser apreendida da multiplicidade de gêneros, mesmo aqueles que não são classificados como do tipo narrativo, já que, em todo enunciado, podemos encontrar narrativas mínimas em que aparecem, ao menos, a transformação de dois estados (um inicial e um final) (Fiorin, 2011).

Na sintaxe do nível narrativo, são considerados os estados dos sujeitos e suas transformações, assim como as relações dos sujeitos com o que consideram como

objeto-valor. Como exemplo, um sujeito prisioneiro encontra-se em situação de disjunção com a liberdade. A anistia, como a concedida a prisioneiros do regime militar no Brasil, em 1979, garantiu a estes a liberdade, operando, pois, a passagem da disjunção à conjunção.

As transformações ainda consideram as ações de ordem intersubjetiva entre um destinador e um destinatário. O destinador é o que leva o destinatário a querer e/ou dever fazer. Para realizar o que quer e/ou deve, é preciso que o destinatário adquira ou tenha adquirido o poder e/ou saber fazer. Dotado das competências virtualizantes (querer e/ou dever) e atualizantes (saber e/ou poder), o sujeito destinatário pode, enfim, realizar a performance pretendida. Dado o acordo fiduciário inicial estabelecido entre esses dois sujeitos, a última fase refere-se à sanção, correspondendo, em termos estereotipados, como nas histórias de heróis, ao prêmio ou ao castigo, quando o destinador avalia o fazer do destinatário.

Analisando o que aconteceu no país pela ação militar instaurada pelo golpe de 1964, as lideranças políticas por ele responsáveis deveriam, pelos princípios da democracia, serem punidas pela ruptura da ordem democrática, a que se sucederam crimes diversos. Para isso, a sociedade seria concebida como um destinador social, a cobrar dos golpistas o descumprimento de acordos previamente estabelecidos. Não foi, contudo, o que aconteceu.

No patamar mais concreto e complexo, no nível discursivo, “as formas abstratas do nível narrativo são *revestidas* de termos que lhe dão concretude”. (Fiorin, 2011, p.41). Ou seja, o conteúdo presente no texto toma forma a partir das escolhas lexicais, estilísticas e formais escolhidas pelo enunciador para veicular o discurso pretendido. Por esse motivo, o analista deve compreender que o percurso gerativo de sentido de um texto, seja ele qual for, vai além de abordar a sintaxe e a semântica isoladamente, procurando apreender os sentidos utilizados por cada escolha do enunciador, de forma a articular palavras e enunciados na construção de sentido do texto.

Apesar de ser o mais superficial, o nível discursivo é também o mais complexo. Compreende uma sintaxe, quando se analisam as escolhas operadas pela instância da enunciação, que projeta no texto pessoas, tempos e espaço, e uma semântica, considerando os processos de tematização e figurativização.

Como a linguagem é dinâmica, sabemos que todo ato enunciativo até pode parecer estável, no entanto, ele pende para a instabilidade dado o caráter da enunciação, do tempo, do lugar onde e como são produzidos e de quais efeitos

pretendem provocar no enunciatário. Nesse sentido, para Fontanille (1992, *apud* Fiorin, 2016, p.18), há, nas relações humanas, uma *práxis* que leva as estabilidades discursivas a sofrerem instabilidades como em um jogo, em que a necessidade de desestabilizar, criar, recriar, fazer, desfazer, reinventar sentidos e romper com o que está posto é necessária para estabelecer o efeito pretendido (Fiorin, 2016, p.18).

A função do discurso é deslocada, então, do dizer verdadeiro para o parecer verdadeiro, que só pode ser bem-sucedido se corresponder a determinadas expectativas. Em suas projeções, os enunciadores recorrem a marcas cristalizadas culturalmente e compartilhadas com seus enunciatários, que moldam esse efeito de sentido de verdade. Essa construção tenta atender às expectativas que o enunciador acredita serem as do enunciatário, já que o que está em jogo é o fazer persuasivo, o convencimento. As estratégias se ancoram no próprio contexto cultural do que é a verossimilhança, e identificá-las é também pensar as marcas que revelam a visão de mundo de grupos sociais. (Soares; Mancini, 2023, p. 16).

É no texto e a partir dos sentidos que o enunciador busca empreender ali — em uma relação fiduciária com o enunciatário pressuposto — que a semiótica visa compreender, em sua análise, os efeitos de sentido provocados pelas escolhas do enunciador tanto no plano de conteúdo quanto no plano de expressão: “Em vez de buscar uma verdade ontológica nos discursos, a semiótica francesa optou por estudar e sistematizar os efeitos de verdade, as veridicções” (Soares; Mancini, 2023, p.16).

Dessa forma, a própria temática escolhida pelo enunciador em uma vasta possibilidade de temas, já revela ao analista a triagem feita para produção de sentidos. A partir dessa primeira escolha, o enunciador busca, na língua, estratégias de persuasão para se expressar, utilizando os recursos que dispõe num jogo de *ser x parecer ser*, *não ser x não parecer ser*, entre outras possibilidades. Vale ressaltar que esse enunciatário pode ou não ser persuadido pelo enunciador, tudo dependerá do seu arcabouço cultural, sua relação com o mundo natural; sua forma de ver e sentir o mundo que o cerca, a adesão ou recusa aos valores ideológicos que o texto atualiza.

Em *Caminhos da semiótica literária*, Denis Bertrand (2003) nos apresenta uma metodologia de análise dos textos literários, utilizando dos aspectos da semiótica discursiva para nos direcionar ao “parecer do sentido”. Das unidades mínimas de significação à construção das isotopias figurativas, a seleção de signos para a construção do enunciado forma o discurso pretendido pelo enunciador, o qual deseja persuadir seu enunciatário a aderir a seu ponto de vista. Do discurso social ao individual, os textos literários utilizam de sua licença poética para, também, tecerem

críticas, tornando-se, muitas vezes, referência cultural, arquivo de memórias de determinada cultura, pois refletem, por meio de seus personagens e narrativas, a história coletiva de uma comunidade.

De acordo com Bertrand (2003), os textos literários, para a semiótica, admitem um percurso de análise centrado em um ponto específico que é seu *código semântico*. Durante a análise semiótica, esse código deve ser compreendido a partir do ponto de vista atualizado do leitor, o qual, independente das intenções do autor e das condições de produção, apreende sentidos vários, a depender de seu arcabouço cultural, sua compreensão de mundo.

A proposta metodológica de análise do texto literário, em Bertrand (2003), perpassa por quatro dimensões. São elas: a dimensão narrativa, que está relacionada ao fazer do sujeito, ou seja, suas competências; a dimensão passional, conexa ao ser do sujeito, seu estado e suas transformações ao longo da narrativa; a dimensão figurativa que, ligada às isotopias, apreende o sensível pela e na linguagem; e a dimensão enunciativa que é a manifestação do discurso.

Desse modo, é importante durante uma análise literária, partir da apresentação da obra ou do texto selecionado, seguida da descrição dos elementos figurativos e da análise interpretativa das isotopias que direcionam a significação global do objeto, as quais garantem a coesão semântica e a homogeneidade do discurso.

A análise semiótica do texto literário, com base na dimensão figurativa, considera o sensível da linguagem instaurado pelas isotopias formadas pela competência discursiva do leitor. Para essa abordagem, "o leitor é visto como o centro do discurso, aquele que constrói, interpreta, avalia, aprecia, compartilha ou rejeita os significados" (Bertrand, 2003, p. 24). Para a dimensão figurativa do discurso, o parecer do sentido pode ser interpretado na relação do sujeito que percebe e os objetos percebidos, os quais vão sendo construídos pelo leitor a partir da relação das isotopias do plano de expressão e de conteúdo com o mundo natural: "A análise textual consiste precisamente em selecionar e justificar uma ou várias isotopias que comandam a significação global" (Bertrand, 2003, p.189). Sob esse ponto de vista, a compreensão da semiótica literária nos permite descrever e interpretar os sentidos possíveis que surgem no texto ficcional a partir da dimensão figurativa do discurso tanto do plano do conteúdo quanto do plano de expressão.

Do figurativo ao enunciativo, as isotopias presentes nos textos literários conduzem o leitor a interpretação dos semas, os quais, independente das intenções do

enunciador, são atualizados pelo interlocutor durante a leitura. É, portanto, na dimensão enunciativa do texto literário (Bertrand, 2003) que as isotopias direcionam o leitor para apreender os sentidos do texto. Dessa forma, “X forma o núcleo regente de uma isotopia temática que convida a uma leitura política do conjunto enunciado” (Bertrand, 2003, p. 191). Se é um convite à interpretação, o leitor pode tanto aderir ao que está posto quanto repelir, questionar, duvidar e/ou reformular.

3.1 CONTRIBUIÇÕES DA SEMIÓTICA TENSIVA

Nossa pesquisa nos direciona para narrativas que recuperam eventos históricos traumáticos na região Norte, o que nos levou a mobilizar a compreensão da noção de acontecimento trazido pela semiótica tensiva, desenvolvida, sobretudo, por Claude Zilberberg (2011).

A memória como instância de interpretação da experiência também é o caminho para a discursivização do vivido. Dessa maneira, utilizamos a semiótica tensiva para entender como a violência é sentida pelos personagens como acontecimento, promovendo mudanças bruscas e inesperadas em seus estados iniciais, em um processo concessivo quando são, abruptamente, deslocados de seu ser, de sua aparência e de sua vontade. A memória que recupera o acontecido revela o que o silenciamento tentou esconder, guardando aquilo que foi mais impactante seja pela experiência individual seja pela coletividade.

Do ponto de vista semiodiscursivo (Zilberberg, 2011, p. 20), a busca do sujeito pelo ser e pelo querer se reflete no discurso, e permanece no próprio discurso, forjando, nas categorias de intensidade e extensidade, as marcas do impacto. Esse impacto pode gerar uma concentração de forças, que pode ser difusa ou assomante. Quando a concentração de forças é difusa, o sujeito consegue se restabelecer, pois a força tende a se dispersar. Já quando ela é concentrada, o sujeito fica em estado de perplexidade, de deslumbramento, não podendo mais se restabelecer. Sendo assim, essa dispersão de forças pode ser compreendida como exercício em Zilberberg (2011, p. 20), uma vez que a mesma está vinculada ao campo do presente, mas se refere ao passado de maneira ordenada e compreensível, a qual, de forma descendente, se encaminhou para uma resolução.

O exercício remete a uma prática contínua, uma reiteração de algo já conhecido e assimilado, ou seja, ele é algo que o sujeito consegue organizar e inserir dentro de uma lógica e de um entendimento. O exercício é, portanto, uma tentativa de tornar inteligíveis eventos passados, que são trazidos para o presente sob uma forma compreensível. Ele se opõe ao "trauma" do acontecimento, que desorganiza e fragmenta a experiência. No campo do exercício, o sujeito pode falar sobre o passado, narrá-lo e, até mesmo, criar uma ligação com o enunciatário (quem ouve ou lê a narrativa) que adere ao texto.

Dentro do contexto da memória, o exercício é a prática de lembrar e rememorar, mas de uma forma controlada e orientada para tornar o passado inteligível. O sujeito que exerce a memória faz isso de maneira consciente, trazendo à tona o que foi vivido, mas já transformado em algo narrável e compreensível. Por exemplo, ao narrar um evento traumático, o sujeito pode transformar o "acontecimento", que foi algo inesperado e disruptivo, em um exercício de memória, em que a experiência se torna mais palatável e inteligível através da narração. O exercício da memória, então, permite ao sujeito organizar os fragmentos do passado, inserindo-os em uma narrativa coerente.

No entanto, quando o impacto é tão alto e abrupto que excede o limite das forças do sujeito, ocorre o aniquilamento do ser e do querer ser, sendo impossível narrar ou compreender, no agora, o que houve. Para Zilberberg (2011, p. '20), quando há um acréscimo de mais, de forma abrupta e inesperada, ocorre o acontecimento. Assim, o acontecimento, para Zilberberg (2011), estabelece-se em um ponto de intersecção entre a intensidade da experiência (andamento) e a extensão da duração, ou seja, o sujeito é levado da estesia para a anestesia. Sob esse ponto de vista, a escolha do enunciatário em narrar o indizível parte de uma singularidade no plano do conteúdo, refletindo uma pluralidade identificável no plano de expressão. O plano de expressão, por sua vez, encadeia os semas que orientarão o analista na compreensão da continuidade ou descontinuidade do ser em movimento, que apreende o sensível com maior ou menor grau de intensidade. "Na perspectiva tensiva, a intensidade, ou seja, a afetividade, rege a extensão" (Zilberberg, 2011, p. 18). Em outras palavras, o ser, ao sentir o sensível do mundo, deseja algo, e esse desejo o move. No entanto, existem oscilações e barreiras que impedem o sujeito de realizar seu desejo. Nessa experiência, que pode ser positiva ou negativa, há desvios e resistências que dificultam

o seguimento do curso inicial. Na relação com o mundo natural, o sujeito ora se aproxima, ora se afasta de seu desejo, o que o molda e o transforma.

Para Mariana Pessoa de Barros (2011), quando as imagens do passado emergem no presente, elas desencadeiam imagens desse passado, transformando-o em um acontecimento, conforme a perspectiva de Zilberberg (2011). Em sua tese, Barros (2011, p. 266) apresenta a concepção de memória acontecimento, ao tratar da rememoração do sujeito que, no campo de presença, sente o impacto ao recordar sua experiência sensível. Ela também discute a memória do acontecido, que, sendo da ordem do exercício, é apreendida pelo campo de presença do sujeito como algo inteligível.

Considerando os relatos de sujeitos implicados pela Guerrilha do Araguaia (Silva, 2016), esse evento histórico foi sentido como um acontecimento pelos moradores da região, dado o caráter inesperado, a brutalidade de que foram vítimas, a aceleração das informações que emergiram no campo de presença dos sujeitos. Nesse contexto, Silva (2016, 2020a) nos ajuda a compreender a rememoração, distante no tempo do acontecimento da Guerrilha do Araguaia, como uma possibilidade de tornar inteligíveis os eventos que dizimaram inocentes e perpetuam, em grande parte, o silêncio daqueles que sobreviveram.

Se, com o tempo, há a dispersão das forças do impacto, e somente décadas após a experiência potencializada por aquilo que importa para o ser é possível narrar, podemos afirmar, de acordo com Zilberberg (2011, p.169), que com a difusão no tempo por aquilo que permanece agudo na memória, o acontecimento está para a Guerrilha do Araguaia como a intensidade (afetividade) está para a extensidade (legibilidade), uma vez que, como já estudado, a guerrilha foi um evento abrupto, repentino, da ordem do sobrevir para os moradores da região. Para Silva (2016), as lembranças surgem como fragmentos, que, assim como mosaicos, se alinham nas relações presentes à medida que o sujeito interpreta o mundo em que vive. Dessa forma, estabelece-se uma linha tênue entre presença e ausência, em uma tentativa de reconstrução daquilo que se tenta, mas não se consegue esquecer. Narrar, portanto, configura-se como um meio de restabelecimento do sujeito, uma vez que só é possível narrar quando há uma dispersão da tensão excedente do acontecimento. O sujeito ainda sente o impacto, mas agora com uma intensidade menor, permitindo-lhe narrar a experiência.

Sob essa perspectiva, a semiótica tensiva nos auxilia a compreender as grandezas em relação ao sensível da linguagem quando a narrativa aborda o

acontecimento (Zilberberg, 2011, p. 21), entendido como um excesso de sentido que só pode ser resolvido ao longo do tempo, sob a forma de narração. Assim, no "aqui e agora" da enunciação, a memória ressignifica o acontecimento, considerando a longevidade do trauma, e somente então é possível transformar a experiência dolorosa em palavras e discurso. A análise, desse modo, é feita a partir da perspectiva do sujeito que vivenciou a violência e não pôde narrá-la naquele momento, devido ao choque e à paralisação de suas ações, ou ainda, sob a voz de outrem, que toma a palavra e faz ecoar a voz daqueles que não puderam narrar o inenarrável. Nesse contexto, a semiótica tensiva nos ajuda a entender os impactos da Guerrilha do Araguaia sentidos pelos moradores do Norte, conforme figurativizados nas produções literárias contemporâneas selecionadas nesta tese.

4 LITERATURA E POLÍTICA DA MEMÓRIA

A relação entre literatura e história sempre gerou inúmeras discussões quando se trata de compreender os eventos históricos interpretados por cada uma dessas vertentes. Para que possamos concernir suas diferenças e seus pontos de intersecção, é preciso, primeiramente, voltar nosso olhar para as transformações da história como ciência e como esse fazer foi se aproximando da literatura à medida que houve necessidade de explorar outros paradigmas para que a história dos fatos pudesse ser reconhecida como um dos vários pontos de vista que há sobre determinado evento.

A esse respeito, Peter Burke (1992, p.10) suscita, em sua obra *A escrita da história*, discussões sobre como os historiadores que assumem um paradigma tradicionalista optam por tratar temas sociais relacionados à política pelo viés do Estado, e aponta como surgiu a necessidade de se consultarem outras fontes para compreensão de diferentes pontos de vista, inclusive, dos “vencidos”. Segundo o autor, na vertente tradicionalista, a história da arte ou da ciência acabava sendo marginalizada, pois o que importava para aqueles do paradigma tradicional eram os fatos e documentos institucionalizados pelo Estado, ou seja, é o olhar da história centralizada apenas na perspectiva daquele que detêm o poder. Diante disso, outros pesquisadores sentiram a necessidade de tratá-la por meio de outros pontos de vista, o que fez surgir um outro paradigma, conhecido como nova história, o qual intenta relacionar a história à atividade humana como um todo, considerando, implicitamente, as relações culturais como fonte de constituição social.

Para isso, foi necessário observar e perceber o funcionamento da sociedade, de forma a compreender a história a partir da ênfase em pessoas comuns, de seus costumes e de suas relações sociais. Fez-se necessário, também, considerar, entre outros, a oralidade, objetos, a descrição de viajantes e não somente os documentos institucionais preparados para o interesse do Estado. Se, na vertente tradicionalista, havia somente o prisma oficial, com a nova história, abriram-se margens para fazer ecoar as vozes subalternas, mesmo que, inicialmente, tenham enfrentado muitas

barreiras e sido posta em xeque a cientificidade de um fazer que ultrapassasse a perspectiva estritamente documental.

Tal fato gerou alguns problemas e debates a respeito de qual o melhor viés para se produzir história, pois, se havia dificuldade em centrar-se apenas em documentos produzidos pelo e/ou para o Estado, também surgiram problemas no que concerne a escrever a partir de dados até então considerados não oficiais, como as narrativas orais das comunidades. Essas desconfianças, por sua vez, não impediram o desenvolvimento de várias pesquisas na área; pelo contrário, abriram um leque maior de possibilidades para narrar e interpretar o passado.

É a partir do paradigma da nova história que outras áreas, como economia, geografia, psicologia e literatura vão poder estabelecer uma relação mais próxima com a história. “Os historiadores de arte, literatura e ciência, que costumavam buscar seus interesses mais ou menos isolados do corpo principal de historiadores, estão agora mantendo com eles um contato mais regular” (Burke, 1992, p. 16). Para esse fim, foi preciso refletir como a escrita da história poderia influenciar o leitor, mesmo ela sendo escrita pensando nas estruturas sociais ou na vertente institucional, já que esses textos, independente do paradigma adotado, giram em torno da não onisciência e não imparcialidade dessas narrativas. De acordo com Burke (1992), para que o historiador alcance expressar, em seu texto, os vários pontos de vista, ao deixar transparecer as vozes em conflito, é necessário que este se aproxime da heteroglossia praticada pelos romancistas, como fez Richard Price, em seus estudos sobre o Suriname.

Para a semiótica greimasiana, como todo texto, as narrativas históricas não são isentas de atribuições de sentidos por parte do enunciador, o qual constrói interpretações sobre o mundo e mobiliza estratégias da linguagem com fins de produção de efeito de verdade. A análise semiótica permite entender, portanto, como os textos históricos produzem significados e como diferentes versões da mesma história podem ser lidas em termos de suas estratégias narrativas e implicações ideológicas. Inexiste, portanto, uma história neutra. Conforme argumenta José Luiz Fiorin,

O discurso, por sua vez, não é reflexo de acontecimentos externos a ele. Por isso, estudar seu caráter histórico não é contar anedotas sobre suas condições de produção nem inventariar as referências que são feitas a fatos ocorridos na época em que foi produzido. A partir do conceito bakhtiniano de dialogismo, é preciso considerar que o discurso é histórico porque se

constitui numa relação de conflito com outros discursos. Perceber esse movimento de contradições é que permite apreender a historicidade intrínseca do sentido, que se constitui historicamente. A historicidade atinge também a estrutura, pois ela é um modo de organização peculiar a uma dada formação discursiva. Assim, não existe uma dicotomia entre estrutural e histórico, pois a estrutura é histórica. (Fiorin, 2021, p. 1).

Para a teoria semiótica, não há um real fora da linguagem, aquele que parece buscar reconstituir, a partir de seus processos de investigação e de suas concepções de cientificidade, a narrativa da história. Não podendo ter acesso ao real, a historicidade de um texto é recuperada, sob a perspectiva semiótica, pela relação dialógica que se estabelece entre discursos. Assim, as falas de/sobre sujeitos camponeses impactados pelas ações militares nos anos 1970, que emergem nos textos ficcionais que tomamos como objeto de análise, respondem a narrativas militares que justificariam ou negariam a existência dessas ações. Os que foram denominados como “terroristas” não espalharam terror. Para os moradores da região, o terror emerge com a chegada dos militares agindo contra a população local, considerada como um inimigo interno.

De qualquer forma, o teor histórico, objetivo e descritivo de determinados eventos muito se difere do que o teor literário tem a oferecer. Na ficção, o autor tem a possibilidade de acréscimos, abrir espaço a subjetividades e paixões, enquanto o historiador fica circunscrito ao emprego de estratégias que conferem ao texto o efeito de objetividade. Ainda que haja um avanço em relação à forma como os historiadores narram a história, a literatura tem a seu dispor um outro enquadramento, o qual permite ao leitor conhecer várias outras maneiras de interpretação do evento narrado. Nesse mesmo espaço em que se discute sobre como escrever história, outras questões são colocadas em debate, permitindo reflexões acerca da literatura que trata de eventos históricos, e é isso que nos interessa aqui, e que abordaremos mais adiante.

Mesmo com todas as ponderações a respeito do narrar fatos para a história e do que vem a ser o narrar literário, a historicidade da literatura também se mostra por assumir outros modos de narrar. Segundo Jaime Ginzburg (2012), por exemplo, “no contexto de difusão de teorias pós-coloniais, parte da produção literária rompe com formas etnocêntricas e estabelece a ética como horizonte de interação entre o sujeito e o outro” (Ginzburg, 2012, p.205). Nesse ínterim, o romance contemporâneo — assim como ocorreram mudanças nos paradigmas adotados por historiadores —

assume uma outra perspectiva de narração: ao contrário do herói com ideais europeus, sempre a desbravar o mundo em nome de um bem maior, pessoas comuns tomam o centro da narrativa, o que faz surgir uma outra maneira de ver o fato histórico, enfatizando-se que não há uma verdade absoluta, mas várias formas de se dizer sobre determinado evento, o que nos leva a compreender melhor o fato quando podemos vê-lo sob diferentes pontos de vista.

[...] uma postura notoriamente crítica em relação à história tradicional hegemônica, que intenta desmitificar e fragilizar a representação tradicional do passado – potencializada por meio da sobreposição de diferentes momentos históricos –; apresenta uma versão da história sob a perspectiva do vencido, ou ex-cêntrico; e estabelece uma ruptura concreta com os modelos eurocêntricos exaltadores das versões hegemônicas. (Cella et. al., 2020, p. 184).

É a partir dessa tomada de consciência política de escritores e pesquisadores que a memória vai agregar novas vozes aos textos. Sob esse aspecto, o fazer literário assume o objetivo político de desnudar sucessivas atrocidades ocorridas durante séculos, as quais foram, intencionalmente, silenciadas com o intuito de justificar guerras, massacres para exaltar os vencedores, de forma a não permitir aos vencidos a possibilidade de também se constituírem sujeitos da história.

Para Ginzburg (2012, p. 201), essa modificação da ótica está relacionada diretamente ao deslocamento de olhares, uma alteração de foco que descentraliza os poderes do patriarcado tão impregnado na sociedade e na literatura de outrora. Se o centro está para a cultura dominante do patriarcado, englobando, entre outros, a política conservadora, o autoritarismo de Estado e a defesa de suas ideologias, o descentramento do fazer literário volta seu olhar para as margens desconsideradas pela história social dominante, ao fazer ecoar as vozes marginalizadas. O narrador, portanto, opta por uma narrativa fragmentada, complexa, não linear, tomada pela falta/ausência em que os cacos da memória de um passado traumático são apresentados na tentativa de reelaboração das agruras vividas. Nessa confluência entre passado e presente, o narrador busca a confiabilidade do leitor, que é conduzido a compreender a dificuldade em falar sobre o trauma histórico. Para isso, é preciso compreender como a memória, em sua imperfeição, comporta agudezas capazes de preencher lacunas, mesmo diante do silêncio.

Para Santo Agostinho (2020), a memória é um imenso palácio de imagens e sentidos que, evocados no cotidiano do sujeito, trazem à tona sentimentos,

sensações e recortes daquilo que se viveu. Se não há marcas no corpo físico, essas existem no corpo/alma, que guarda as experiências do sujeito. Em outras palavras, aquilo que ficou marcado na “alma” é perene, mesmo que se tente esquecer. Por essa razão, eventos traumáticos ficam guardados no “palácio da memória”, os quais, segundo Agostinho (2020), por meio de sensações e sentimentos vivenciados no presente, vêm à tona pelos sentidos outros — seja um odor, uma visão, um som, ou qualquer sentido que tenha marcado a alma, e não somente o corpo físico —, que ressignificados, acessam uma memória que, por vezes, é de difícil acesso para narrar.

Nesse sentido, se, como desenvolve Luiza Silva (2016), “a memória é sempre ‘imperfeita’, no sentido de sua incapacidade de comportar as ‘agudezas’ da experiência, enquanto acrescenta ressignificações” (Silva, 2016, p. 141), ela persiste no corpo como uma “marca” (Fontanille, 2016).

A confluência de vozes nas narrativas nos leva a refletir sobre como a memória também está relacionada a um eu coletivo e não somente ao eu indivíduo, já que, ao vivermos em sociedade e nos relacionarmos uns com os outros, há traços comuns que nos ligam e que nos fazem representar mutuamente. Esses traços comuns nos determinam e nos diferenciam: descobrimos, então, se somos pertencentes ou não a determinado grupo. Nesse sentido, para Maurice Halbwachs (1990, p.34), essa coletividade traz marcas de um passado que ecoa na memória daqueles com quem nos relacionamos, o que nos constitui, como coletividade, em um corpo que sente, pela memória, a dor de nossos antepassados. Nessa conjuntura, a memória do eu indivíduo é a representação da memória do eu coletivo, uma vez que, ao acessá-la, os sujeitos do mesmo grupo conseguem encontrar uma linha tênue que os une.

4.1 LITERATURA E O FAZER DA MEMÓRIA

A memória como impulsionadora do fazer literário faz ecoar diversas vozes, abrindo-se a possibilidades de pôr em diálogo diferentes versões e interpretações a respeito do que aconteceu. Diante da necessidade de compreender as escolhas enunciativas adotadas pelos autores, e como é feito o trabalho com a memória a

partir das várias formas de narrar a história não contada pela versão oficial, surgiu a necessidade de apresentarmos, mesmo que sucintamente, o caminho dos estudos a respeito da literatura de testemunho e de como essa produção vai sendo configurada na América Latina, a fim de compreendermos melhor a literatura contemporânea produzida no Brasil, especificamente, no Norte, em relação a eventos catastróficos vivenciados pela população.

Todo esse percurso teórico se fez necessário durante a pesquisa para podermos refletir e melhor delinear como se configura a literatura produzida no Norte, em suas especificidades e divergências em relação à literatura das catástrofes, por exemplo. Nosso intuito, é compreender, a partir dessa vertente, como se configura, no Norte do Brasil, uma literatura cujo tema são as agruras do período de exceção brasileiro, em específico, os impactos da Guerrilha do Araguaia na população da região, pelo viés de um narrador sensível.

Em primeiro lugar, chamamos a atenção para a questão do termo testemunho na literatura. Diferentemente da abordagem jurídica, as narrativas de memória sobre o passado configuram-se como uma forma de sobrevivência, em que o narrador busca dar sentido, no momento presente, ao que lhe ocorreu. Para Márcio Seligmann-Silva (2003, p. 64), “pode-se falar em uma *ética de representação* do passado que implica nossa *dívida* para com ele e para com os mortos” (Grifos do autor). É a respeito dessa ética que Norton Cru fala nos muitos documentos dos combatentes da I Guerra Mundial e que buscavam contrapor a narrativa literária das guerras traduzidas fartamente com seus atos de bravura e heroísmo à fragilidade e ao terror vivenciados nas trincheiras:

A humanidade sempre se glorificou por fazer a guerra, embelezou o ato da batalha, retratou com magnificência os ataques dos cavaleiros, o corpo a corpo dos soldados em marcha; atribuiu ao combatente sentimentos sobre-humanos: a coragem ardente, o ardor para a luta, a impaciência de alcançar o desprezo pelas feridas e pela morte, o sacrifício feliz de sua vida, o amor pela glória. Os séculos, os milênios ancoraram essa concepção no espírito dos cidadãos que não combateram. Quem ousaria duvidar de coisas tão antigas, confirmadas pelo testemunho unânime das gerações desde as origens do tempo? (Cru et al, 2023 [1929], p. 107).

Como apontado por Luiza Silva (2016), para o sobrevivente, é necessário produzir sentido para o vivido e, assim, o trabalho da memória resulta como processo de reconstrução do que, antes, foi apenas sentido e ininteligível. A memória pode trazer à tona as agudezas do passado, de forma a permitir ao sujeito

dar sentidos outros ao vivido. Sendo assim, o autor de uma literatura cujo objetivo é o de testemunhar o acontecimento tem o desafio de buscar estratégias que tornem verossímil o que narra, mesmo correndo o risco, apontado por Primo Lévi, de que já ninguém se importe em ouvir.

Atentemo-nos ao fato de que, quando se trata do trabalho com a memória traumática, é preciso compreender que existe uma diferença entre traduzir a dor da experiência traumática e em reinventar essa dor. Para que haja ética em produções que abordam a memória coletiva daqueles que experienciaram eventos catastróficos, é necessário compreender que o trabalho com a memória e a história desses fatos catastróficos devem andar lado a lado, não há como excluir esse ou aquele fato. Conforme discutido por Walter Benjamin, e reiterado por Seligmann-Silva (2003, p.77), “devemos salvar os cacos do passado sem distinguir os mais valiosos dos aparentemente sem valor.” Uma outra questão é que essa literatura, como transmissão do inenarrável, é um ato político à medida em que mantém viva a memória dos sem nome e daqueles que não tiveram, por vezes, sequer um enterro digno (Gagnebin, 2009). Tal perspectiva confronta o silenciamento imposto por uma política do esquecimento. Essa política, para Márcio Seligmann-Silva (2022), está profundamente relacionada à destruição sistemática da memória coletiva, como um “memoricídio”, já que visa apagar a memória social, destruir evidências, como se deu até mesmo com os corpos de sujeitos assassinados pela ditadura (Miranda; Tibúrcio; Tierra, 2024), pela insistente negação dos fatos, de forma a corroborar, contundentemente, para que outros eventos de assassinato em massa existam.

Para Seligmann-Silva (2022, p.18), o memoricídio envolve o apagamento ou a distorção da memória de genocídios e crimes cometidos por ditaduras ou outras formas de opressão. Esse processo não se restringe à perda acidental ou natural da memória com o tempo, mas refere-se a um esforço intencional promovido por governos, regimes autoritários ou grupos dominantes para reescrever a história, eliminar registros e suprimir as vozes daqueles que sofreram ou resistiram. No caso da ditadura civil-militar brasileira, por exemplo, temos a que ficou conhecida como Casa da Morte de Petrópolis, que, ao lado de locais congêneres, existiu “para que não houvesse testemunhas dos que ali seriam mortos, com ocultação de corpos, sem qualquer forma de registro” (Miranda; Tibúrcio; Tierra, 2024, p. 25).

Em casos como o da *Shoah* ou das ditaduras militares na América Latina, Seligmann-Silva argumenta que a memória é um campo de disputa. Os

sobreviventes e testemunhas buscam reconstruir e preservar a história como um ato de resistência ao apagamento, enquanto os responsáveis pela violência, frequentemente, tentam encobrir suas ações, negar os crimes ou reescrever as narrativas históricas. Nesse sentido, o memoricídio é uma forma de violência simbólica que visa deslegitimar as lembranças de grupos subalternos ou oprimidos, consolidando um discurso dominante que oculta a verdade.

Seligmann-Silva também associa o memoricídio à negação do direito ao testemunho. Para ele, o ato de testemunhar é essencial não apenas como forma de preservação da memória, mas como uma prática ética e política que dá voz às vítimas e reafirma o valor da vida e da dignidade humana. Quando o testemunho é silenciado ou desacreditado, ocorre uma segunda violência: a tentativa de aniquilar não apenas a história, mas a subjetividade e a existência daqueles que viveram o trauma. Isso se manifesta, por exemplo, em esforços de censura, manipulação de arquivos históricos e narrativas oficiais que omitem ou relativizam as atrocidades cometidas.

Outro aspecto importante é que o memoricídio, ao erradicar ou distorcer memórias traumáticas, impede que as sociedades processem, adequadamente, seus passados dolorosos, dificultando os processos de reconciliação e justiça histórica. Sem memória, não há possibilidade de responsabilização ou de aprendizado com os erros do passado, e o trauma se perpetua no presente, impactando gerações futuras.

Portanto, a partir de Seligmann-Silva, o memoricídio é visto como uma forma brutal de opressão e dominação, que visa apagar os registros e as vozes dos que sofreram violências históricas, negando-lhes o direito à memória e perpetuando a impunidade e a injustiça. O combate a essa prática envolve a preservação do testemunho, a valorização das memórias coletivas e o reconhecimento dos traumas históricos como parte fundamental da construção de uma sociedade mais justa e consciente de seu passado.

Nesse sentido, vemos a importância, nessa literatura, do trabalho com uma memória que ressoa na coletividade, uma vez que o autor, mediante recursos enunciativos específicos, faz ecoar a experiência da testemunha ou de um coletivo, muito diferente de um tribunal no qual o sobrevivente, por vezes, é tratado com certa desconfiança devido à sua própria dificuldade em narrar, com a objetividade e a linearidade pretendidas, o que viveu. Esse compilado de memórias, então, torna-se

um “arquivo”, como apontado por Eurídice Figueiredo (2017), mais acessível para ser estudado, discutido e compartilhado, na contramão das forças do esquecimento. Por esse viés, o conceito de testemunho na literatura alarga-se, tornando-se interdisciplinar e múltiplo, ao tratar de uma memória não somente individual, mas, também, coletiva. Daquela memória que ressoa, sobrevivendo ao silenciamento e às tentativas de anulação, incluindo como testemunhas todos aqueles que viram, viveram, ouviram e/ou experienciaram de alguma forma o evento traumático. Considera-se, principalmente, a voz dos vencidos, daqueles desconsiderados pelos documentos oficiais.

Jeanne Marie Gagnebin (2009), em sua obra *Lembrar, escrever e esquecer*, alerta-nos para o cuidado, em tempos voláteis, com o registro da memória, pois, se nos atentarmos somente aos registros oficiais, sabemos, como visto anteriormente, que eles representam apenas o ponto de vista do Estado. A autora ainda chama nossa atenção ao fato da perenidade da memória, haja vista que a mesma, se considerarmos os vestígios deixados por ela, ainda incorre em esquecimento, pois “o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (Gagnebin, 2009, p. 44). Cabe, portanto, o registro, seja do rastro seja dos momentos permitidos pela reminiscência dos sujeitos, mas sem tomá-los como verdade dogmática. Para Gagnebin (2009, p.44), ao registrar, pela escrita, algum evento, é preciso mostrar as várias facetas que a memória comporta, com o intuito de lutar contra o esquecimento, a denegação e a mentira.

Considera-se que o início da produção compreendida como literatura de testemunho nasce com vários documentos gerados a partir da I Guerra Mundial (1914-1918), produzidos pelos combatentes, traduzidos em cartas, diários, livros de memórias. Uma vasta produção advinda desses atores foi sistematizada por Jean-Norton Cru, em *Testemunhas* (2023 [1929]). O referido pesquisador dedicou-se, por quatorze anos, a pesquisar essa produção.

Alguém se perguntou se a concepção tradicional da batalha está de acordo com os fatos materiais e psicológicos observados pelas testemunhas? Existem somente testemunhos? Quem são? Seus autores estão realmente qualificados para testemunhar? Quais são suas credenciais? Essas questões eu me coloquei, como também sem dúvida outros soldados, desde o dia em que, em 1914, o contato, o choque brutal das formidáveis realidades da guerra reduziu a migalhas minha concepção livresca dos atos e sentimentos do soldado em combate, concepção histórica e que,

ingenuamente, acreditava científica. Compreendo, então, que ignorava a guerra de uma ignorância total porque, no tocante ao que ela tem de fundamental, sempre verdadeira, de aplicável a todas as guerras, essa ignorância levava à ruína todas as opiniões que dela derivavam. Detestando realmente a guerra, menos pelas misérias que ela me infligia – estava estoico – que pelas angústias e as torturas morais, eu me ponho a amá-la como objeto, pus-me a estudá-la em todas as suas fases com a ajuda de precários meios de que então dispunha! (Cru et al, 2023 [1929], p. 108).

Nessa perspectiva, Cru contrapõe essa outra produção literária advinda dos combatentes à literatura do século XIX, que primava pela fantasia nas suas ficções de guerra. O que emerge desse novo “gênero” de produção literária é o compromisso ético em dizer a verdade, a partir da perspectiva de quem, efetivamente, participou como ator dos acontecimentos. Veja-se, a esse respeito, o que relata Roland Dorgelès na introdução de *La drôle de guerre: 1939-1940*: « Je me suis imposé d’être avant tout sincère; je ne puis pas tout dire, mais ce que je dis, j’en répons, les événements que je relate je les ai réellement vécus »¹⁵ (Dorgelès, 1957, p. 16). Dorgelès fora combatente na I Guerra e participou dos primeiros anos da II Guerra como uma espécie de jornalista, acompanhando de perto os acontecimentos dos primeiros anos do novo confronto. Ele comenta a respeito do termo *drôle*, que emprega para o título do livro em que narra seus registros: a palavra pode ser compreendida como correspondendo a algo “engraçado”, mas não há, como adverte ainda na tradução, nada ali de *amusant* – divertido. É, sobretudo, “bizarro e surpreendente”. O autor já narrara, em *Les croix de bois* (1919), as experiências ao lado de outros jovens soldados que, como ele, foram envolvidos no primeiro conflito. Seu relato visa o trabalho contra o esquecimento, ainda que saiba ser inevitável: “On oublia. Les voiles de deuil, comme des feuilles mortes, tomberent. L’image du soldat disparu s’effacera lentement dans le couer consolé de ceux qu’ils aimaient tanta. Et tous les morts mourront pour la deuxième fois”¹⁶ (Dorgelès, 1919, p. 434). É a partir de produções como a de Dorgelès que se introduzem estudos sobre o testemunho na literatura, principalmente em função do esforço teórico de pesquisadores como Jean-Norton Cru.

No contexto da II Guerra, novamente, multiplicam-se os muitos registros produzidos por incontáveis testemunhas, ganhando destaque aqueles que dizem

¹⁵ Nossa tradução: “Forcei-me a ser, acima de tudo, sincero; não posso dizer tudo, mas respondo pelo que digo, os acontecimentos que relato eu realmente os vivi”.

¹⁶ Nossa tradução: “Esquecer-se-á. Os véus do luto, como folhas mortas, cairão. A imagem do soldado desaparecido desaparecerá lentamente dos corações consolados daqueles que tanto amaram. E todos os mortos morrerão pela segunda vez”.

respeito aos sobreviventes dos guetos, dos campos de concentração e de extermínio. Emergem aí obras relativas ao assassinato de judeus (Holocausto), denominada como literatura de *Shoah*, termo judaico que significa catástrofe. São obras elaboradas sob o ponto de vista daqueles que sofreram a barbárie, os judeus sobreviventes aos campos de concentração, além de textos escritos por aqueles que não sobreviveram, mas deixaram seus relatos, poemas, diários (posteriormente encontrados em esconderijos e escombros). “Essas obras transformam o passado perdido em traços de uma escritura que tem o valor de cemitério para aqueles que não puderam ser enterrados” (Seligmann-Silva, 2003, p. 79). Dentre o vasto acervo de obras sobre a II Guerra, destaca-se o livro do italiano Primo Levi, *É isto um homem?* (1988 [1947]):

Este meu livro, portanto, nada acrescenta, quanto a detalhes atrozes, ao que já é bem conhecido dos leitores de todo o mundo com referência ao tema doloroso dos campos de extermínio. Ele não foi escrito para fazer novas denúncias; poderá, antes, fornecer documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana. [...] Sou consciente dos defeitos estruturais do livro e peço desculpas por eles. Se não de fato, pelo menos como intenção e concepção o livro já nasceu nos dias do Campo. A necessidade de contar "aos outros", de tornar "os outros" participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. Daí, seu caráter fragmentário: seus capítulos foram escritos não em sucessão lógica, mas por ordem de urgência. O trabalho de ligação e fusão foi planejado posteriormente. Acho desnecessário acrescentar que nenhum dos episódios foi fruto de imaginação. (Levi, 1988, p. 7- 8).

Primo Levi já adianta ao leitor, no prólogo, que, em seu romance, optou por tratar da dor que experienciou durante o período em que esteve no campo de concentração. Vale enfatizar que, segundo o próprio autor, há várias maneiras de se dizer a mesma coisa, mas, em sua escrita, busca expressar o vivido de forma a fazer o seu interlocutor compreender a dor de quem vivenciou a desumanidade praticada por outros humanos. Para Gagnebin (2003, p.101), ao tratar da questão da escrita após “Auschwitz”, é “a instância ética, que nasce da indignação diante do horror que comanda, pois, sua elaboração estética”. Nesse sentido, o fazer da memória encontrado em Levi abre precedência para um trabalho mais sensível com a linguagem, já que, como analisam os pesquisadores Frédérick Detue e Charlotte Lacoste, “dire ‘toute la vérité’, ce n’est pas raconter toute son expérience; c’est

raconter ce qui, dans cette expérience, est le plus représentatif de ce que d'autres, soumis au même régime, ont pu également subir¹⁷ (Detue; Lacoste, 2016, p. 6).

O trabalho ético e estético de Levi corrobora para uma política da memória que confronta o esquecimento e, portanto, faz ecoar a voz daqueles que, diretamente, tiveram contato com o inenarrável, tão abominável, mas necessário em compartilhar como forma de garantir que isso não mais ocorra. Uma das regularidades que vão caracterizar a produção do testemunho é, pois, esse compromisso ético de enfrentar o que pode ser sentido como indizível, em nome dos que já não podem narrar porque não sobreviveram. Testemunha-se para evitar que novamente um tipo de acontecimento volte a acontecer.

Frédéric Detue e Charlote Lacoste (2016) enfatizam que, em *É isto um homem?*, o autor prima por uma escrita semelhante à da “libertação da alma” — como afirmado pelo próprio autor no excerto de seu prefácio apresentado neste trabalho — mas que também visa a não repetição da História. É uma escrita que visa à reflexão do leitor quanto às atrocidades vivenciadas nos campos de concentração, de forma a trazer à tona a verdade dos fatos pela perspectiva de quem experienciou o evento traumático. Para Jean-Norton Cru, esse ponto de vista assume não a

[...] « vérité dogmatique, absolue ou transcendantale, mais vérité toute humaine, vérité du témoin sincère qui dit ce qu'il a fait, vu et senti, vérité accessible à tout homme intelligent qui sait voir, réfléchir et sentir ». Or ce parti pris matérialiste ne va pas de soi en littérature; d'ailleurs, sauf exception, les témoins qui étaient déjà des écrivains avant de partir au front et qui voulaient rendre compte de la « vérité de la guerre », ne s'y sont pas résolus. Avec l'apparition du témoignage se produit un véritable schisme littéraire. (Detue; Lacoste, 2016, p. 4-5).¹⁸

Sob a perspectiva semiótica, cabe, pois, analisar que recursos enunciativos são operados pelos autores que se dispuseram a produzir essa literatura.

¹⁷ Tradução nossa: [...] dizer “toda a verdade” não é contar toda a sua experiência; é contar o que, nessa experiência, é o mais representativo daquilo que outros, submetidos ao mesmo regime, foram capazes de sofrer. (Detue; Lacoste, 2016, p.06).

¹⁸ Tradução nossa: “[...] verdade dogmática, absoluta ou transcendente, mas verdade bem humana, verdade da testemunha sincera que diz o que fez, viu e sentiu, verdade acessível a todo homem inteligente que sabe ver, refletir e sentir”. Ora, esse viés materialista não é evidente na literatura; além disso, com poucas exceções, as testemunhas que já eram escritores antes de irem para a frente e que queriam relatar a “verdade da guerra”, não resolveram fazê-lo. Com o aparecimento do testemunho, ocorre um verdadeiro cisma literário.

Uma outra vertente dessa literatura emerge no contexto latino-americano, a partir de 1960, e que ganha eco com a instituição do Prêmio “Casa de Las Américas”. Esse outro fazer da memória, também centrado nos vencidos, difere da literatura sobre as Guerras Mundiais e de *Shoah* devido à questão de que quem faz o registro dessa memória não é aquele que experienciou a catástrofe, mas um ouvinte/leitor sensível que transcreve a experiência de um sobrevivente que, comumente pertencente a uma cultura oral, não tem acesso à escrita e, portanto, é excluído do prestígio acessado apenas por aqueles que dominam uma cultura escrita canônica. Nesse bojo, faz-se necessário que haja uma maneira de acesso à memória dos povos originários já que é preciso haver uma forma de representação desse passado. Para Hugo Achúgar (2002, p. 68), no caso específico dos povos originários da América, é necessário que um *letrado solidário* narre os fatos, de forma a buscar traduzir, de maneira sensível, a dor de outrem.

Como exemplo da literatura de testemunho latino-americana, encontra-se a obra *Biografía de um cimarrón* (1966), do cubano Miguel Barnet. Escrita em primeira pessoa, o romance de Barnet narra a história de um ex-escravo a partir de depoimentos deste, encontrados pelo pesquisador, em 1963. Essa obra une documentalismo etnográfico e ficção, constituindo, portanto — segundo os críticos —, modelo para o romance-testemunho na América Latina. Um outro exemplo é o testemunho da ativista política e indígena quiché quatemalteca, Rigoberta Menchú, transcrito e publicado pela antropóloga venezuelana Elizabeth Burgos-Debray, na obra intitulada *Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu a consciência* (1983). Cabe ressaltar que, nesse caso, a antropóloga transcreve o depoimento de Rigoberta, evitando intrometer sua voz autoral. É a voz da testemunha que encontra eco a partir de uma prática de solidariedade em que a escritora funciona como escriba do testemunho. Em outras palavras, a autora se anula para que a voz da testemunha ganhe eco por meio da escrita. De caráter político, essa produção visa fazer ecoar as narrativas de sujeitos subalternizados, em sua maioria, sem acesso à escrita, de forma a registrar episódios reais silenciados pela história oficial e pelos grupos dominantes: “El testimonio latinoamericano contemporáneo denuncia y celebra, pues su deseo es la verdad. Narra en paralelo no para identificar sino para confrontar, distingue y no asimila. Su deseo es desmontar una historia hegemónica,

a la vez que desea construir otra historia que llegue a ser hegemónica¹⁹.” (Achúgar, 2002, p. 62).

Como ato político que confronta o legado colonial — em que apenas a voz do colonizador é referência —, o testemunho latino-americano reverbera, portanto, uma voz paralela, uma voz outra que diz, não apenas de outro modo, mas o que ainda não foi dito e não pode ser esquecido (Achúgar, 2002). Para João Camillo Penna (2003, p.307), isso só é possível, pois “o transcritor (autor) deve se apagar para chegar a uma ‘despersonalização’ quase que absoluta”, assumindo uma postura de denúncia às atrocidades silenciadas pelo sistema repressor, como um veículo em que o sujeito testemunhal possa narrar sua história, que também é a história de um coletivo. Essa voz “outra”, segundo John Berveley (2002, p.15), que ressoa a partir da sensibilidade de um ouvinte solidário, reafirma uma política de construção igualitária a partir da memória coletiva de uma nação heterogênea que deseja ser reconhecida a partir de sua cultura, seus modos de ser e de viver. Desse modo, os genocídios dos povos originários, bem como outros eventos históricos de massacre e exploração são ressignificados pela literatura, seja a partir de relatos das próprias testemunhas e/ou de seus descendentes, ou ainda, de um ouvinte sensível à dor do outro que opta por escrever sobre o tema a partir da perspectiva de quem experienciou o acontecimento.

Se nas produções relativas às duas grandes guerras e à *Shoah*, as testemunhas da barbárie eram sujeitos que dispunham de recursos de escrita, e portanto, escreveram suas próprias memórias, seja em forma de documentos oficiais, diários, poemas ou de romances, na América Latina, as testemunhas, comumente, são pertencentes à cultura de tradição oral, ignorados pelos documentos oficiais e por uma literatura que dê conta de fazer ecoar suas vivências. Para que haja o registro escrito dessas memórias, é preciso que um outro, aquele que domine a cultura escrita, esteja disposto a ouvir, internalizar, sensivelmente, o que ouviu para, em seguida, escrever, atento a questões éticas e estéticas, uma narrativa que dê conta da experiência daquele que vivenciou a catástrofe sem que se perpetue a barbárie.

¹⁹ Tradução nossa: O testemunho latino-americano contemporâneo denuncia e celebra, pois, seu desejo é a verdade. Narra em paralelo não para identificar, mas para confrontar, distinguir e não assimilar. Seu desejo é desmontar uma história hegemônica, a fim de construir outra história que chegue a ser hegemônica. (Achúgar, 2002, p. 62)

Sob essa perspectiva, a literatura de testemunho envolve um compromisso ético do enunciador, ou seja, aquele que narra está comprometido com a verdade do que relata. Nesse sentido, estamos no campo do *ethos*²⁰ – a partir da compreensão de Aristóteles (2005) – constituído pela recuperação de regularidades que produzem como efeito uma “imagem” de confiabilidade com relação àquele que diz. Para alcançar esse *ethos* do enunciador, comprometido em contar “a verdade”, é necessário investigar quais estratégias enunciativas são mobilizadas e utilizadas pelo narrador ao relatar o que diz ter vivido. Não cabendo a semioticistas ocupar-se de qualquer certeza quanto ao estatuto de “verdade” de um texto, o que nos interessa é observar as escolhas enunciativas que, no texto, produzem efeito de verossimilhança, mesmo quando o que se narra — como nos horrores do campo de extermínio, nas minas de carvão da América Latina, nas favelas brasileiras, nas sessões de tortura por militares no contexto da ditadura, etc. — possa parecer excessivo e humanamente inaceitável. Quer produza o efeito passional do desespero, como em *A dor*, de Marguerite Duras, ou indignação contra a fome, em Carolina Maria de Jesus.

A literatura de testemunho é caracterizada, portanto, pelo fato do enunciador se declarar como alguém que estava presente no acontecimento. Estando lá, o narrador só pode enunciar a partir de sua própria percepção, com todas as limitações e a precariedade de sua compreensão sobre o desenrolar dos eventos. O mesmo se aplica quando o transcritor se esforça para apagar sua presença no texto para alcançar uma espécie de “despersonalização” quase absoluta que garanta fazer emergir, de fato, a voz do autor, o que testemunha. Diferentemente de um narrador ficcional, que pode estar em vários lugares ao mesmo tempo, como nas frentes de uma mesma batalha, o narrador de testemunho está restrito à sua própria perspectiva e vivência. Há, ainda, escolhas figurativas, modos de dizer, perspectivas que são assumidas, elipses guiadas pela mesma orientação ética, conforme analisa François Rastier:

Como a missão comemorativa do testemunho supõe uma elaboração que honra aqueles a que se destina o texto, não se encontram ali descrições

²⁰ Em sua *Retórica* (2005), Aristóteles conceitua *ethos* como a imagem de si que o orador projeta em seu discurso. Intimamente ligado ao exercício da palavra, tal conceito leva em conta tanto o discurso que parte do orador, como a ideia que o auditório faz do locutor, antes e durante sua fala. É importante destacar que, segundo Aristóteles, essa imagem que o orador projeta a fim de persuadir o público não corresponde, necessariamente, à sua identidade, mas a seus objetivos de persuasão.

horríveis, nem detalhes sobre sua miséria psíquica que rebaixaria os mortos, nada desses “cadáveres salpicados de rosa e verde” evocados por Agamben (1999, p. 29), nem de “seio desnudo roído pelos cachorros” (2006, p. 171) que ilumina o olhar do herói de Littell. Comparemos, por exemplo, a descrição do SS “dissidente” Kurt Gertein: “Jogam-se fora os corpos azuis, úmidos de suor e urina, as pernas cheias de excrementos e sangue periódico”²⁵, à elipse de Gradowski “os corpos despejam por todos os orifícios seus humores” (2001, p. 111). Gradowski prossegue: “Arrasta-se o cadáver sobre o solo de cimento gelado e sujo, e seu belo corpo de alabastro polido varre toda a sujeira, toda a lama em sua passagem”. O cadáver retornado à condição de corpo escapa de qualquer modo à sujeira da morte, tornando-se uma espécie de lustrada estátua de alabastro. Assim descritos, os corpos permanecem restos mortais, não cadáveres: não se encontra, portanto, nos escritos dos membros do Sonderkommando, Gradowski ou Müller, esses corpos tornados dejetos que pululam, no entanto, nos falsos testemunhos em autores como Wilkomirski ou nos folhetins históricos como os de Littell. O que não é dito do próprio crime deixa antever a aniquilação. O papel da elipse é fundamental porque conserve a dignidade das vítimas, acentua sem enunciá-las as regras de um universo assassino. Diferentemente dos best-sellers que exploram o filão bastante rentável do extermínio, não encontram nos testemunhos qualquer vulgaridade, qualquer horror vendável. Assim o respeito pelas camaradas *engloutis* se encontra redobrado em relação ao leitor. Primo Levi quer impedi-lo de “partir em pedaços” (« se ne vada a pezzi », 2002, p. 241): a recusa ao *pathos* está, assim, de acordo com a missão educativa que ele reconhece no testemunho. (Rastier, 2010).

Essa dimensão ética, portanto, pode ser analisada nos textos a partir das especificidades que caracterizam um modo de compreensão particular sobre o papel político do que se deve dizer e como dizer em honra dos que não podem mais dizer.

4.1.1 A memória na literatura brasileira

Ao traçarmos um breve paralelo cronológico das produções do Brasil dos anos de chumbo, não podemos esquecer que as produções literárias sofreram forte repressão no período pós golpe de 1964, sendo o Ato Institucional 5 (AI-5)²¹ o que

²¹ Publicado pelo então presidente Costa e Silva, em dezembro de 1968, o AI-5 — ou Ato Institucional número 5 — instaura o momento de maior truculência da ditadura civil-militar brasileira. É a partir dele que o presidente da República passa a ter poderes para, entre outras coisas, fechar o Congresso, intervir nos estados e municípios, suspender a garantia de *habeas-corpus* e nomear interventores. A cassação de mandatos, assim como a suspensão de direitos políticos e a liberdade de demitir ou aposentar funcionários públicos tornam-se corriqueiras no país. Estabelece-se, na prática, a censura escancarada, e a tortura transforma-se em método de governo, o que desencadearia uma onda de assassinatos e desaparecimentos de presos políticos. Tais elementos fomentam a revolta e a indignação por parte de setores da esquerda que, na década de 1970, nos chamados anos de chumbo, aderem à luta armada como estratégia de enfrentamento às arbitrariedades e crimes cometidos pelo governo ditatorial militar (Fausto, 1995).

mais impactou a sociedade de forma geral, inclusive os movimentos culturais, cuja crítica — como apontado por Renato Franco (2003) — denominou de cultura da derrota, essa cultura despolitizada e vigiada pela censura. Apesar da censura, a literatura foi, também, lugar de resistência, como em *Incidente em Antares* (1971), de Érico Veríssimo, e *As meninas* (1973), de Lígia Fagundes Telles, obras que, segundo críticos da literatura brasileira, serviriam de exemplo para as próximas produções do período literário após abertura política que se inicia em 1979.

Somente após uma certa flexibilização na esfera da censura, foi possível atualizar o fazer da memória na literatura brasileira sobre o período de exceção experienciado pela população, surgindo, então, os romances-reportagem e os romances de denúncia, os quais objetivavam “denunciar a violência e as atrocidades cometidas pelos militares e, dessa maneira, relatar os atos políticos da década que, até então, por força da interdição, só comportavam a versão oficial dos fatos” (Franco, 2003, p.359). Tais obras, de acordo com Malcolm Silverman (2000), possuíam um caráter apenas de denúncia, de exposição dos culpados, mas sem uma preocupação com a justiça social, com o fazer da memória, nas produções da literatura do testemunho.

Um outro modo de fazer literatura em relação aos abusos de poder do Estado sobre a população brasileira, surgida mais para o fim da década de 1970, refere-se aos textos testemunhos de ex-militantes, os quais decidem relatar suas experiências em forma de romance, reelaborando, por meio da ficção, as agruras que sofreram no período ditatorial. Como exemplo dessas produções, citamos *Em câmera lenta*, de Renato Tapajós (1977), e *O que é isso companheiro?* de Fernando Gabeira (1979). São ambos trabalhos que relatam, sobretudo, os confrontos no âmbito urbano. Para Silverman (2000, p. 63), na fase inicial desse período, os romances memorialísticos brasileiros que se voltaram para a denúncia política trabalharam de modo factual com a memória dos anos de chumbo, explicitando a tortura (física e psicológica) sofrida pelos encarcerados, o que, esteticamente, foi reconhecido como um “passo atrás” na literatura, que pode ser explicado pela necessidade de catarse dos autores/leitores desses livros, comumente, pertencentes à mesma classe média que apoiou o golpe. Desse modo, passamos de um memorialismo ficcionalizado, de cunho mais psicológico, o qual, ao incluir na narrativa dados biográficos do autor, possuía uma linha tênue entre ficção e realidade, para narrativas de cunho

testemunhal, reconhecida pela crítica como memorialismo político da década de 1970.

As décadas de 1980 e 1990, de acordo com Silverman (2000), não foram muito diferentes da anterior. Isso apesar do número de publicações ter aumentado devido à gradativa abertura política — cujo objetivo seria o de voltar o país para os trilhos da democracia — e a anistia política que fez com que os exilados pudessem voltar ao Brasil, juntamente com a necessidade de denunciar os abusos sofridos no período de recessão, bem como suas experiências no exílio. Em outras palavras, a necessidade de denunciar o que foi a ditadura continuou, porém, sem a censura que impedia os movimentos culturais de se expressarem mais abertamente, além do “desenvolvimento temático com uma experimentação estilística mais ampla” (Silverman, 2000, p. 427). Assim, a literatura brasileira contemporânea nos apresenta um trabalho mais abrangente da memória coletiva, pautado em narradores que exploram os diferentes pontos de vista desse passado silenciado: da testemunha sobrevivente àqueles sem túmulo; do não dominante da cultura escrita ao letrado, todos terão sua parcela de contribuição com a memória coletiva dos da ditadura, mesmo que uns mais que os outros tivessem suas obras mais amplamente divulgadas.

Sob esse viés, as obras literárias brasileiras do século XXI, de acordo com a professora e pesquisadora Gínia Gomes (2021), possuem um trabalho estético primoroso, com diversas estratégias narrativas, o que lhes garante um narrador com diferentes pontos de vista sob uma memória traumática que insiste em se fazer presente nas lembranças daqueles que tiveram suas vidas afetadas pela repressão. Enquanto uns tratam diretamente de suas próprias experiências, outros lidam com as memórias de algum familiar. Há, ainda, aqueles autores que, afetados por esse trauma coletivo, fazem pesquisa a respeito dos casos brasileiros para escreverem a respeito do tema. A maioria da produção brasileira está centrada na ditadura de nosso país, mas, também, há autores que tratam da ditadura na Argentina, como é o caso da militante, jornalista e escritora Maria Regina Pilla, em sua obra *Volto semana que vem* (2022), a qual narra sobre sua experiência de militante como exilada na França após ter que sair do Brasil, e sua prisão na Argentina, o que leva o leitor a compreender sua transnacionalidade militante, assim como a extensão do autoritarismo no continente latino-americano.

De forma sensível, Pilla centra-se em suas memórias de resistência e de suas companheiras no presídio feminino, sem se ater aos momentos de tortura pelo qual passou. Ao desenvolver a narrativa, com foco, predominantemente, em primeira pessoa, o leitor tem contato com pequenos trechos da história de vida da autora e da história sobre a ditadura, tanto no exterior quanto no Brasil. A narrativa segue de forma não linear, entre lembranças de seu cotidiano, com ênfase no tempo prisional, ressaltando a solidariedade das prisioneiras.

Para marcar, metaforicamente, o significado da perseguição, repressão e tortura sofrida pela autora, há um trecho em que um armário se despedaça: “O móvel voou por cima do corrimão da escada como uma panqueca e se espatifou com estrondo no andar inferior. Embaixo, os restos do armário exalavam um perfume de flores e cachos de uva” (Pilla, 2022, p. 88).

Em outro, broas feitas para viagem caem no chão após um dos meninos da família se desequilibrar e derrubá-las: “O tacho se despreendeu das mãos da criança, empinou para a copa das acácias, desceu em direção aos ladrilhos e esparramou no ar uma generosa onda de broinhas brancas e perfumadas” (Pilla, 2000, p. 111).

Nos dois exemplos citados, vemos a recorrência de cenas cotidianas, importantes para as famílias (um armário passado de geração em geração e broas feitas, com carinho, pela mãe), sendo estilhaçadas, não podendo haver reparo apesar de ambas as famílias, mesmo dilaceradas, seguirem em frente. Isso nos revela um trabalho estético singular da autora, em que a memória traumática é substituída por metáforas que potencializam ao leitor a compreensão da ferida causada na alma do sobrevivente, ao permitir que o próprio leitor vá montando um quebra-cabeça sobre esse período sombrio, estabelecendo, ele mesmo, *links* com a história. Ainda em relação aos trechos acima citados, vemos que mesmo os destroços trazem consigo um perfume de flores — muito presente no enredo de forma geral — anunciando que há esperança de dias melhores, que ainda poderia voltar para casa (Brasil). Eram os cheiros da Porto Alegre (RS), conforme apontado pela própria autora em conversa com estudantes em aula *online* ministrada por Gínia Gomes, em março de 2021²².

²² Disciplina UFRGS - (LIT00007). O romance brasileiro contemporâneo: faces da ditadura. Docente: Gínia Maria de Oliveira Gomes. A referida disciplina foi ministrada via *google meeting* no primeiro semestre de 2021, da qual participei como aluna especial.

Um outro exemplo de obra brasileira que tematiza a ditadura, ao mostrar, de forma sensível e intensa, como uma família é afetada pela perda abrupta de um de seus membros — fazendo com que isso mude completamente a rotina e a vida daqueles que ficam — é o romance *K. relato de uma busca* (2014), do jornalista, escritor e cientista político Bernardo Kucinski, o qual também teve uma irmã sequestrada e morta no período. Mesmo o enredo tendo, predominantemente, um narrador onisciente em terceira pessoa, que centra a história na perda de K. — personagem do pai que vê sua vida transformada quando sua filha desaparece misteriosamente e não é encontrada — faz ecoar diversas vozes. São diferentes pontos de vista de uma mesma história que levam o leitor a ter contato com a forma de pensar e agir tanto dos militantes, das famílias que buscam, sem resposta, os desaparecidos e dos próprios agentes de Estado. O pai judeu procura por anos informações sobre a filha desaparecida, envelhecendo e definhando-se sem resposta. Em *Por trás das chamas*, de Nilmário Miranda, Carlos Tibúrcio e Pedro Tierra (2024), informa-se que a filha, Ana Rosa Kucinski, assim como seu marido, Wilson Silva, foram enviados assassinados e depois tiveram seus corpos incinerados em Cambahyba: “Há inclusive indícios de que os dois passaram pela Casa da Morte, e como os militares eram vinculados ao CIE e ao DOI-CODI, eles podem ter sido mortos no DOI-CODI” (Miranda et al, 2024, p. 28). A respeito da escolha enunciativa no romance de Kucinski, escrevem Santos e Andrade:

A opção pela onisciência de quem, de fora, acompanha esse pai, provoca um efeito de subjetividade do enunciador, Bernardo Kucinski, uma vez que o leitor relaciona a angústia da procura, presente no romance, com o desaparecimento, no contexto histórico, de Ana Kucinski, irmã de Bernardo, professora de Química da Universidade de São Paulo (USP), desaparecida política em 1974. Como se nota, existe um enunciador que precisa expressar algo que não foi possível dizer e, por isso, opta por revelar aos leitores a angústia de uma família, por meio da voz de um pai aflito que vive sob a (in)certeza de óbito de um ente familiar. Sem um corpo para fazer a cerimônia fúnebre, além da sensação dilacerante do apagamento de uma identidade, não há como se comprovar os fatos - desaparecimento e morte na ditadura -, e buscar justiça contra os algozes. (Santos; Andrade, 2022, p. 32).

Esse gênero de produção traduz “uma memória coletiva ao mesmo tempo em que trabalha nos arquivos para dar testemunho do que existiu no passado” (Eurídice Figueiredo, 2017, p. 42). A opção por narrar a partir da tentativa de apagamento de uma memória coletiva nada mais é que um ato político em que os mecanismos de

repressão utilizados pelo Estado, bem como as formas de resistência por parte dos cidadãos contrários ao regime, aparecem à medida em que vão sendo evocados. Por essa razão, de acordo com Eurídice Figueiredo (2017), é preciso um cuidado maior com a memória coletiva brasileira referente à produção e ao arquivamento das vozes violentamente censuradas no período relativo à ditadura civil-militar (1964-1985).

Desse modo, a literatura brasileira contemporânea nos apresenta, por meio da escrita e reescrita de memórias, as várias faces de um passado que, no caso específico da ditadura brasileira, “dá túmulo a mortos e desaparecidos e realiza um luto em suspenso, elaborando o trauma da história nacional que ainda nos assombra” (Gínia Gomes, 2021, p.18). Essa literatura constitui-se como atitude política de resistência. Assim, o deslocamento de percepção presente na escrita de textos contemporâneos “promove um movimento sociopolítico de crítica à violência” (Ginzburg, 2012, p. 207). Investe-se no trabalho com a memória daqueles que foram vitimados e podem ser esquecidos.

5 LITERATURA NO NORTE: NARRATIVAS DE MEMÓRIA SOBRE OS ACONTECIMENTOS NO ARAGUAIA

Para compreendermos a importância da produção literária contemporânea que retoma a temática da ditadura, é preciso levar em conta a percepção da fragilidade democrática, a mobilizar, novamente, autores para o trabalho com a memória. Para Eurídice Figueiredo (2017), a literatura assume o caráter de arquivo, uma vez que traz à tona sentidos que querem ser silenciados, principalmente, considerando que permanecem interdições de acesso quanto ao destino dado a tantos mortos e desaparecidos. Nesta seção, vamos nos deter, de modo mais específico, em produções que tematizaram mais de perto os confrontos que se desenrolaram no contexto da região Norte, mais precisamente, os relacionados ao que se denomina como Guerrilha do Araguaia (1972-1975).

As tabelas, dispostas mais abaixo, buscam apresentar as obras literárias com que tivemos contato mais direto no desenrolar desta pesquisa e cujo enredo aborda, de alguma forma, a Guerrilha do Araguaia, considerando que, em algumas delas, não é propriamente a temática principal. Nesse conjunto de textos nos quais, inicialmente, nos detivemos, atentamos para a questão da autoria, tendo em vista relações mais ou menos diretas que seus autores pudessem ter com esse evento. Por exemplo, no trabalho de Guiomar Grammont, não parece existir alguma espécie de vínculo entre a autora de *Palavras cruzadas* e sujeitos diretamente implicados. Num texto bastante polifônico, os interlocutores assumem vozes contraditórias quanto aos fatos e, de certo modo, a versão militar parece emergir com mais convicção, sancionando, negativamente, os militantes do Pcdob no Araguaia (Silva, 2022a). A respeito de *Palavras cruzadas*, Gínia Maria Gomes tem um olhar mais favorável, ao considerar que o livro aborda a insistente busca pelos corpos de desaparecidos políticos:

Nele, uma jovem, Sofia, propõe-se perseguir os rastros do irmão desaparecido. Em sua jornada, várias vozes se cruzam, compondo um mosaico de narrativas sobre o paradeiro do irmão, porém nenhuma delas têm qualquer primazia sobre as demais. Cada uma apresenta-se com lacunas, as quais nunca são preenchidas. (Gomes, 2021, p. 120).

É a busca pelo parente desaparecido que motiva, de fato, a narrativa de *Antes do passado* (2012), de Linianne Haag Brum. Brum narra a busca por informações a respeito de seu tio, Cilon Cunha Brum, desaparecido no Araguaia. Diretamente envolvida com as paixões produzidas pela falta, o romance traz uma narradora que quer ouvir de camponeses da região e de militantes sobreviventes da guerrilha a respeito do papel de seu tio na luta contra a ditadura. Para isso, demanda dados sobre o heroísmo de Cilon, como que a justificar que sua morte não tenha sido em vão.

Há, nesse sentido, autores que parecem se valer mais da pesquisa bibliográfica sobre a temática e da necessidade de retomá-la no contexto contemporâneo mediante a urgência de evitar que, novamente, a democracia ceda lugar a outros anos de ditadura, ameaça que se mostra bem presente quando se acompanham as muitas informações que chegam pela imprensa, em 2024, sobre as articulações que visavam impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022. Para o escritor de Porto Nacional, Pedro Tierra, por exemplo, os indícios de recrudescimento já se acenavam com o golpe contra Dilma Rousseff, como explicita na “Advertência”, espécie de apresentação, de seu livro de contos *Pesadelo* (2019):

O círculo perfeito: as tiranias no Brasil, ora nos perseguem, ora se anunciam. Ora vestem fardas, ora envergam togas. Ainda não conseguimos contar e sepultar os mortos daquela que anoiteceu o país por 21 anos e seus herdeiros já arrombam nossa porta. De tal modo que não estou seguro sobre se as narrativas que lhes ofereço nestas páginas serão relatos do já vivido ou premonições sobre o destino que nos aguarda. (Tierra, 2019, p. 12).

Tierra, no caso, foi um dos prisioneiros políticos da ditadura, mas autores como Grammont ou Adriana Lisboa parecem, antes, mais motivados pela urgência de retomar o passado, inserindo-se no campo de embates de narrativas e de sentidos que querem (res)significar esse passado.

A seguir, destacamos breves apontamentos a respeito de cada uma dessas obras relacionadas nas Tabelas 1 e 2, mas já advertindo que não estão ali presentes todas as produções que tematizam os acontecimentos do Araguaia. Buscamos contemplar, nessa relação, narrativas que assumem a perspectiva dos “vencedores”, contribuindo para reiterar a legitimidade das ações militares, narrativas que pretendem, supostamente, uma abordagem mais “neutra”, considerando diferentes

ângulos dos acontecimentos e discursos de diferentes atores; enunciadores que participaram diretamente dos acontecimentos que narram; enunciadores que narram a partir de pesquisas bibliográficas e entrevistas; narrativas que dão proeminência aos militantes do Pcdob; narrativas que ecoam vozes de moradores da região do conflito.

Tabela 1 - Produções literárias sobre a Guerrilha do Araguaia e a Ditadura Brasileira

	TÍTULO	AUTOR(A)	MODALIDADE/ GÊNERO	TEMÁTICA	NARRADOR	ENUNCIADOR
	XAMBIOÁ GUERRILHA DO ARAGUAIA	Pedro Corrêa Cabral	Novela	Guerrilha do Araguaia	3ª Pessoa	Militar da Aeronáutica (Aviador) Versão oficial
	PALAVRAS CRUZADAS	Guiomar de Grammont	Romance	Guerrilha do Araguaia	1ª e 3ª pessoa	Professora e pesquisadora Historiografia/ versão oficial
	BORBOLETAS E LOBISOMENS	Hugo Studart	Romance	Guerrilha do Araguaia	3ª pessoa	Jornalista, pesquisador e historiador Historiografia/ versão oficial
	AZUL CORVO	Adriana Lisboa	Romance	Guerrilha do Araguaia	1ª pessoa (Vanja)	Professora e pesquisadora Historiografia/ versão oficial
	ANTES DO PASSADO	Lianne Haag Brum	Romance	Guerrilha do Araguaia	1ª pessoa	Jornalista e pesquisadora Familiar de desaparecido político
	NO FUNDO DO OCEANO, OS ANIMAIS INVISÍVEIS	Anita Deak	Romance	Guerrilha do Araguaia	1ª pessoa (Pedro Naves)	Escritora e editora Memória do passado recente do Brasil
	CABO DE GUERRA	Ivone Beneditti	Romance	Ditadura brasileira	1ª pessoa	Professora e tradutora Voz do "cachorro"
	DOUTOR ARAGUAIA: A HISTÓRIA DE JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO	Deigo Moreira Gabriel Kolbe	História em quadrinhos	Ditadura brasileira	1ª pessoa	Quadrinista Memória do passado recente do Brasil

Fonte: elaboração da autora (2024)

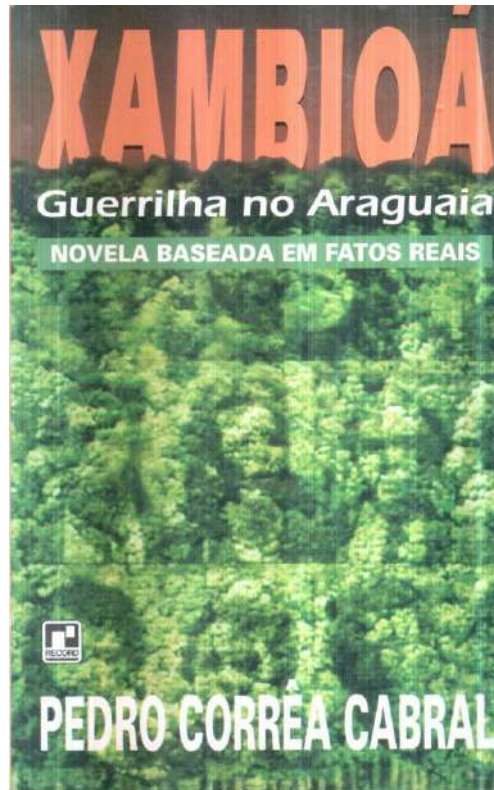
Tabela 2 - Produções literárias sobre a Guerrilha do Araguaia e a Ditadura Brasileira

	TÍTULO	AUTOR(A)	MODALIDADE/ GÊNERO	TEMÁTICA	NARRADOR	ENUNCIADOR
	CRÔNICAS DO ARAGUAIA	Janailson Macêdo	Contos	Guerrilha do Araguaia	1ª e 3ª pessoa	Professor e pesquisador Memória social dos camponeses do Araguaia
	EM DESPROPÓSITO: MIXÓRDIA	Abílio Pachêco	Romance	Massacre de Eldorado dos Carajás e Guerrilha do Araguaia	1ª pessoa (Bartmario)	Professor, pesquisador e poeta Memória coletiva do Sudeste do Pará
	XAMBIOÁ: PAZ E GUERRA	Carmo Bernardes	Romance	Guerrilha do Araguaia	1ª pessoa (Drº Marquinhos)	Jornalista e escritor Memória dos camponeses do Araguaia
	PESADELO: NARRATIVAS DOS ANOS DE CHUMBO	Pedro Tierra	Contos	Ditadura brasileira	3ª Pessoa (predominância)	Militante e poeta Experiência no cárcere
	GOELA DE OURO A VISITA DO CORONEL	JJ Leandro	Contos	Guerrilha do Araguaia	1ª e 3ª pessoa	Jornalista e escritor Memórias da infância do autor
	CONTOS DO ARAGUAIA	Luiza Silva e Demerval Venâncio Jr (Orgs.)	Contos	Guerrilha do Araguaia	3ª Pessoa	Professores e pesquisadores Memória de moradores e pesquisadores da região Norte
	À BEIRA DO ARAGUAIA	Francisco Neto Pereira Pinto	Contos	Vida de moradores ribeirinhos	3ª Pessoa	Professor, pesquisador e escritor Memória de moradores da região Norte
	SERRA DAS ANDORINHAS	Bertin de Carmelita	Poema	Guerrilha do Araguaia	3ª pessoa	Poeta Memória social da população do Sudeste do Pará

Fonte: elaboração da autora (2024)

A) Xambioá: Guerrilha no Araguaia – novela baseada em fatos reais

Figura 5 - Reprodução da capa de *Xambioá: guerrilha no Araguaia*



Fonte: Editora Record

Xambioá: Guerrilha no Araguaia, publicada em 1993, foi produzida por Pedro Correia Cabral e publicada por uma editora de expressão nacional, a Record. Na época da Guerrilha, o autor atuou como capitão-aviador da Aeronáutica, sendo, atualmente, coronel da reserva.

Cabral narra os acontecimentos a partir de sua perspectiva militar, reforçando, por sua narrativa, a visão do Estado sobre a região, mesmo quando se enuncia contrário a algumas das atrocidades cometidas pelas ações militares — como faz em uma Nota do autor, introduzindo o romance em que assume ter sido adjuvante impotente e envergonhado. De certo modo, trata-se de um texto importante para a memória nacional, justamente porque evidencia, ao longo da narrativa, as estratégias de infiltração, as torturas e assassinatos assumidos por um dos atores envolvidos:

Uma complexa concorrência de eventos e circunstâncias, todavia, colocou-me no centro daqueles tristes acontecimentos e, por maldada sina, propiciou que eu fosse, não apenas e simplesmente testemunha dos episódios, mas também, e principalmente, alguém que os vivenciou com um nó de revolta e de vergonha que, ainda hoje, me revolve e me amarga as entranhas. Revolta por ter presenciado feitos sobre os quais eu não tinha qualquer poder para modificar-lhes o curso. Vergonha por ter assistido, completamente impotente, à tortura e ao assassinato de brasileiros, levados a cabo por outros brasileiros, numa nojenta carnificina de irmãos contra irmãos. (Cabral, 1993, p. 5).

Cabral chega, até mesmo, a negar, pela voz de um dos personagens, que se tratasse de uma guerrilha de fato, dada a diferença de forças entre os dois lados do embate. Apesar desse reconhecimento, o mesmo personagem reitera que os guerrilheiros deveriam ser “liquidados”, sem deixar “sementes” que pudessem fazer florescer nova rebelião.

- [...] de maneira que é essa a situação na região. Guerrilha propriamente não existe. Na verdade, estamos aqui conduzindo uma tremenda caçada. Não há qualquer tipo de oposição por parte deles. Os caras se instalaram na área para uma missão para a qual estavam completamente despreparados. A liquidação dos poucos que ainda restam, no entanto, é de suma importância para não ficar nenhuma semente da subversão, num local cujo caldo de problemas sociais é tão amplo que, se ficar um, este um fará germinar novamente a guerrilha – dizia Oran a Nilo, o novo comandante da Casa Azul. (Cabral, 1993, p. 203).

É essa perspectiva que vai justificar, por parte do Exército, a implantação de batalhões na região (23ª Brigada de Infantaria da Selva, em Altamira; 24ª Brigada de Infantaria da Selva, em Santarém; 51ª Brigada de Infantaria da Selva, em Marabá; 50º Batalhão de Infantaria da Selva, em Imperatriz) e o poder que será dado a um dos principais assassinos e quem mais lucrará com a exploração de terras e minérios na região, o major Curió.

Sob o ponto de vista adotado, o autor situa os aviadores como adjuvantes do destinador comando militar que determina as ações da guerra instalada no Araguaia, de forma a apresentá-los, durante a narrativa, como preocupados com a população e com os guerrilheiros.

No entanto, todas as forças militares, sem exceção, participaram das ações que lhe foram incumbidas, não recuaram ou desistiram destas, reafirmando ser uma guerra necessária, além de exaltar o Estado com as operações de assistência à população do Araguaia (ACISO), campanha de caráter assistencialista que visava aproximar militares dos camponeses e trabalhadores locais de forma a persuadi-los

a denunciarem os guerrilheiros. Considerando o total abandono por parte do poder público na região, a ACISO fazia registros civis, doações de leite em pó, vacinação.

Na obra de Cabral, apesar do narrador se colocar como preocupado com a população e os guerrilheiros, durante a narrativa, mantém a ideologia do Estado de que os jovens do PCdoB eram subversivos, perversos e ignorantes, como no trecho em que os guerrilheiros, preocupados com a segurança, levam um forasteiro até uma clareira na floresta para lhe fazer perguntas. Este, na verdade, era um dos agentes infiltrados – Simplício – descrito como apavorado pela truculência do líder dos guerrilheiros – Zenóbio: “Num fique brabo não, moço. Eu só me atrapaiei — desculpou-se ele com cara de aflito” (Cabral, 1993, p. 41). Depois de tentativas frustradas para debelar a presença dos guerrilheiros organizados em acampamentos no sul do Pará, a estratégia de infiltração será fundamental para o sucesso da ação que matou militantes do Pcdob e camponeses aliados.

A linguagem utilizada se aproxima da oralidade, com emprego constante do discurso direto e registros do que seria o modo de falar de militares e camponeses, com muitas palavras que podem ser consideradas de baixo calão, o que contribui para a produção de efeito de verdade. Testemunha dos fatos, Cabral projeta um narrador que tem suas atribuições militares, mas sua obra não pode ser compreendida como literatura de testemunho, na medida em que toma partido dos algozes e não das vítimas.

Um outro momento, dentre vários, em que reverbera a ideologia de que todo guerrilheiro age com truculência, inclusive, roubando, ameaçando, espancando e até matando camponeses (o que é inverossímil, dadas as pesquisas e depoimentos dos camponeses para a Comissão de mortos e desaparecidos políticos), é quando, encurralado na floresta, na tentativa de fuga das tropas militares, um grupo de guerrilheiros cansados e com fome decide invadir uma propriedade e tentar se alimentar a todo custo: “Concordo com Zenóbio. Não podemos tentar chegar ao igarapé dos Perdidos sem comer. Se for preciso assaltar os sítios e dar porrada para conseguir comida, nós vamos fazer isso” (Cabral, 1993, p.168).

Em outras passagens, inclusive, apresenta os moradores e moradoras do Araguaia como interesseiros, fofoqueiros, com moças de vida fácil e mulheres casadas empreendendo relações extraconjugais, que vislumbravam apenas o prazer em ter relações com os soldados e oficiais, como se essas aventuras fossem um troféu.

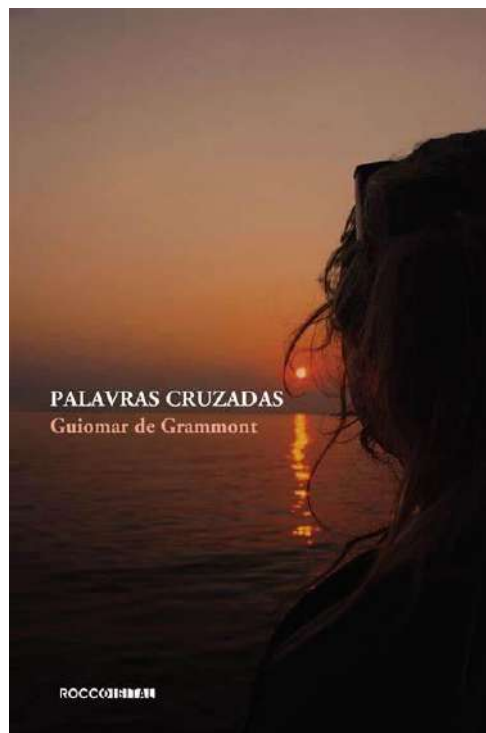
O romance finaliza com aviadores sobrevoando a Serra das Andorinhas, emocionados com as lembranças:

- Sim, meu amigo Parise, é impossível esquecer esse lugar. Ali estão os restos mortais de meia centena de jovens que um dia sonharam um Brasil melhor. Que Deus tenha compaixão por eles!! – disse João Pedro, emocionado. Uma lágrima rolou. O aviador ergueu a viseira de seu capacete e enxugou-a com as costas de sua luva de voo. (Cabral, 1993, p. 251)

Apesar dos afetos que atribui aos personagens, esses mesmos atores que ali se organizam em mistura de memória de acontecimentos reais e ficção, não estariam novamente dispostos a escrever nova etapa dessa história, retomando, mais uma vez, as rédeas do poder?

B) Palavras cruzadas

Figura 6 - Reprodução da capa de *Palavras cruzadas*



Fonte: Editora Rocco

A outra obra que aqui destacamos é *Palavras cruzadas* (2015), na qual a autora e professora universitária Guiomar de Grammont opta por tratar do evento histórico pela via polifônica, fazendo ecoar as diversas vozes que perpassam a

história: da jovem Sofia que busca pelo irmão Leonardo desaparecido, abordando, diretamente, o tema sobre a impossibilidade de realização do luto das famílias dos desaparecidos políticos; dos guerrilheiros, mediante acesso a registros em diários em que Leonardo e sua amada escrevem sobre as dificuldades na mata e questionam as ações de seus companheiros; dos militares, os quais são apresentados como salvadores da pátria, misericordiosos e de boa conduta, pois um deles salva a bebê de um casal de guerrilheiros, cuja mãe é morta por suas próprias mãos, e a cria como filha, reafirmando o *Alzheimer nacional* pós anistia.

Mais do que embaralhar vozes numa estratégia que remete a uma opção de ordem literária de construção de um narrador fragilizado, também ele montando precariamente um quebra-cabeças, pensamos que sua perspectiva serve para dar legitimidade a ações militares enquanto sanciona desdenhosamente da resistência. A terceira via que parece buscar como meio para narrar com o devido distanciamento serve, por fim, para relativizar os crimes cometidos pelo regime militar, abrindo caminhos para o discurso de reconciliação com a ditadura. (Silva, 2022a, p. 183).

Sofia, a jovem que busca respostas sobre o desaparecimento de seu irmão, é, a todo momento, bombardeada por afirmações como as de que os guerrilheiros eram perversos e, além de matarem inúmeros soldados do exército, também cometeram crimes contra a população da região: “Encontrei no caminho um mateiro que estava indo atrás de uma onça-pintada. [...] Pouco depois, soube que ele foi justificado pelos nossos por estar colaborando com os soldados” (Grammont, 2015, p. 361).

Nesse trecho, o personagem, guerrilheiro Leonardo, irmão de Sofia, há dias na selva, obtém ajuda de muitos camponeses, inclusive desse mateiro, o qual, na narrativa, compartilha com ele parte da pouca comida que carrega, o que leva o personagem a não entender o motivo de ser morto pelos seus outros companheiros. Suas preocupações, nesse e em outros momentos, revelam um outro lado da guerrilha, o qual apresenta os jovens do PCdoB como impiedosos e sanguinolentos.

Em outro momento, o editor de Sofia reafirma essa ideologia quando lhe propõe escrever sobre a Guerrilha sob o ponto de vista reverberado pelo governo Médici, o qual considerou a guerrilha como “guerra suja”, em que muitos militares morreram enquanto lutavam pelo restabelecimento da ordem. Todo o capítulo XVI é, então, dedicado à propagação dessa ideologia, sem que haja contestação, como podemos observar nas seguintes passagens:

Queremos um retrato da Guerrilha do Araguaia sem retoques, nem heroísmos – disse o editor. – Foi uma guerra suja. Além de terem matado muitos soldados em emboscadas, os guerrilheiros cometeram inúmeras atrocidades, fizeram justiça com as próprias mãos, executaram pessoas do lugar em atos que eles próprios definiram como criminosos. Julgavam-se deuses, eram senhores do bem e do mal e se sentiam mais poderosos ainda, ali, entre pessoas humildes e analfabetas. (Grammont, 2015, p. 608)

Em um ato falho, o ex-ministro de Médici dizia, referindo-se ao episódio: "O que alguns podem chamar de chacina, eu honestamente não conheço." O que teria havido, segundo Passarinho, teria sido "uma guerra civil declarada, um processo de guerrilha que eliminou muita gente do lado de cá", ou seja, do lado dos militares. O exemplo que deu para o que chamou de "guerra suja" foi a história que teria ouvido dos soldados, da guerrilheira loura que fora ferida em um combate corpo a corpo. (Grammont, 2015, p. 633).

Ao ser colocada em contato com tantas versões sobre o mesmo fato, a personagem Sofia fica confusa, questiona as intenções dos guerrilheiros e equipara-os aos militares, acreditando ser a Guerrilha do Araguaia um "terrível equívoco, no qual muitas vidas foram ceifadas" (Grammont, 2015, p. 650).

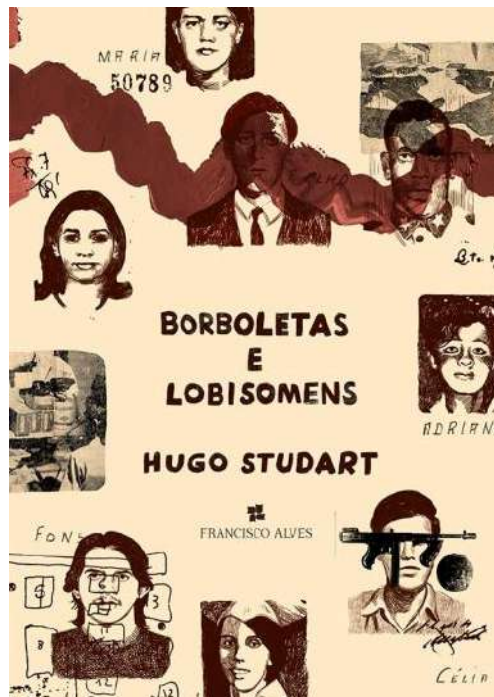
Tal perspectiva enunciada por Grammont corrobora a ideologia de reconciliação com o passado sobre a Guerrilha, em que, ao invés de utilizar-se de suas pesquisas para criar uma literatura crítica sobre o passado silenciado de nosso país, abre mais possibilidades de perdão dos feitos do Estado, possibilitando mais silenciamento ao difundir uma versão contrária aos fatos reais, portanto, inverossímil, como já vimos nos documentos da Comissão de Mortos e Desaparecidos políticos do Araguaia (2013) e as pesquisas de Eduardo Reina (2019); Eduardo Reina e Irene Gomes (2022); Irene Gomes e Borges (2022); César Figueiredo (et. al., 2020), entre outros pesquisadores que lidaram, diretamente, com os sobreviventes do Araguaia:

Para além da censura imposta aos veículos de comunicação, concorreu para esse obscurecimento uma série de causas. Dentre elas, ressaltamos o próprio massacre dos militantes comunistas, com a até hoje indeterminação sobre o paradeiro de seus restos mortais; a prisão e a tortura dos sobreviventes; a violência contra indígenas, camponeses e camponesas do Araguaia (SILVA; REIS, 2021); a permanência da presença ostensiva de militares e informantes na região; o poder exercido no interior paraense por um dos envolvidos no massacre, o chamado major Curió, cujo prestígio e influência nos anos seguintes lhe outorgaram inclusive o nome de uma cidade no interior paraense, Curionópolis. (Silva, 2022b, p. 182).

Compreendemos que o ponto de vista escolhido — de forma não inocente — por Grammont possui relação com as pesquisas de Hugo Studart, autor de *A lei da selva* (2006) e *Borboletas e lobisomens* (2018), de quem foi banca de doutorado e a quem recorre e agradece em seu livro. Studart — jornalista, professor universitário e pesquisador — é filho de militar da aeronáutica que atuou diretamente no período de repressão, e em seus livros, opta pela perspectiva dos militares em relação à Guerrilha do Araguaia, tema ao qual se dedicou desde o mestrado.

C) Borboletas e lobisomens

Figura 7 - Reprodução da capa de *Borboletas e lobisomens*



Fonte: Editora Francisco Alves

Em *Borboletas e lobisomens: vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia* (2018), o pesquisador Hugo Studart afirma ter elaborado seu texto a partir do acesso a documentos sigilosos e detalhes nunca revelados, os quais aparecem na obra, fruto de sua pesquisa de doutorado defendida junto à UnB, e que resulta no livro de 658 páginas. O título metafórico remete às transformações que seriam operadas na identidade dos militantes do PCdoB, inicialmente, “borboletas”,

cooptados pela direção do partido para empreender uma guerrilha rural e que, diante da realidade, se tornariam, aos poucos, “lobisomens”: “Trabalho com a hipótese de que os guerrilheiros do Araguaia estavam essencialmente tomados por sonhos, movidos pela esperança de construção de um país justo e igualitário, seguindo o imaginário revolucionário daquele tempo, as décadas de 1960 e 1970” (Studart, 2018, p. 31).

O livro produziu intensa reação, principalmente por parte de dirigentes do Pcdob, porque uma de suas teses é a de que os militantes João Amazonas, Elza Monnerat e Ângelo Arroyo teriam abandonado os mais jovens para a morte no confronto com militares. Não se trata, porém, de um romance, mas de uma pesquisa cujas fontes, segundo os detratores da obra, não se encontram explicitadas. Além disso, é importante levar em conta que Studart é filho de Jonas Alves Corrêa, que participou como tenente-aviador da guerrilha, ocupando alto posto no comando do CISA, serviço de informações da Aeronáutica.

D) Azul corvo

Figura 8 - Reprodução da capa de uma das edições de *Azul corvo*



Fonte: Editora Rocco

Em *Azul corvo* (2010), de Adriana Lisboa — escritora, poeta e tradutora —, a narrativa aborda a Guerrilha do Araguaia como pano de fundo a partir da memória de um desertor cujo codinome era Chico Ferradura (Fernando), o qual abandona os companheiros no momento do ataque dos militares.

A história é contada por Evangelina (Vanja), enteada de Fernando, e que, após a morte da mãe, busca saber sobre seu pai biológico, sua história de vida. Nessa trajetória, ela volta a morar com o padrasto nos EUA e, a partir das memórias e de artefatos guardados pelo ex-militante, narra sobre a vida de Fernando (Chico Ferradura). Este não somente abandona seus companheiros no Araguaia, como também sua companheira, de codinome Manuela.

Durante a narrativa, ao tratar do Araguaia por meio das memórias de seu padrasto, a narradora apresenta ao leitor as operações do exército com descrição de alguns eventos já consagrados pela historiografia, como a morte de Osvaldão, a abertura da Transamazônica, as ações do presidente Geisel, o amor entre guerrilheiros. Nesse entrelaçamento das histórias de vida de Vanja e Fernando, o leitor tem contato com a Guerrilha do Araguaia sob o ponto de vista de um desertor.

Reconhecemos ali muito da pesquisa histórica que faz com que passagens do romance se aproximem em demasia do tom e dos relatos de jornalistas e pesquisadores que historicizam a Guerrilha. Quem narra sobre o que lá ocorreu não é, portanto, propriamente Fernando, atendendo à necessidade da jovem Evangelina de compreender sobre seu passado, mas o relato histórico que parece falar por si mesmo, repetindo o que se tornou consensual do ponto de vista historiográfico. (Silva, 2022a, p. 189).

Diferentemente de Cabral, Grammont e Studart, Adriana Lisboa faz emergir a história da Guerrilha com um tom menos ufanista. Cita, inclusive, a questão do silenciamento no Araguaia ao abordar a “Operação Limpeza” e as consequências dessa para a história do país. Segundo Eurídice Figueiredo (2022, p.19), há momentos da narrativa que “a autora se funde com sua narradora para afirmar que as Forças Armadas preservam o sigilo sobre a guerrilha”. Ainda segundo Eurídice (2022, p.19), mesmo o romance sendo publicado em 2010, Adriana Lisboa teve que fazer suas próprias pesquisas, haja vista que, durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o Exército não liberou os arquivos sobre a guerrilha, como também não se preocupa em esclarecer o que ocorreu. Dessa forma, por meio da voz de Vanja, o leitor tem contato com a informação de que era preciso apagar

todo tipo de vestígio e memória sobre o Araguaia: “Era preciso matar a história, matar a memória e alguma consciência com gordurinhas inconvenientes” (Lisboa, 2010, p. 280). Sobre isso, ainda acrescenta: “Para matar as próprias pegadas, os militares resolveram desenterrar na mata os cadáveres comprometedores e queimá-los, o que faziam usando pneus de gasolina. Na história extraoficial e confidencial do país, tinha acabado a Guerrilha do Araguaia.” (Lisboa, 2010, p. 281).

Em relação aos desaparecimentos no Araguaia, vale citar, aqui, uma passagem do romance *K. Relato de uma busca* (2014, p. 22-23), de Kucinski. Mesmo se tratando de uma narrativa relativa ao desaparecimento de um familiar no Sul do país, o enunciador cita os desaparecimentos no Norte quando o personagem pai se reúne na cúria metropolitana de São Paulo com as vítimas de desaparecidos políticos e lá estão os familiares dos jovens do Araguaia. É então que o narrador, um pai que busca sua filha incansavelmente, tem ciência do que vem ocorrendo de forma ampla em todo o país, o que ele denomina de “sorvedouro de pessoas”, pois aqueles jovens desaparecem sem deixar pistas. Se não há corpo, não há vítima: lógica da guerra do período de exceção brasileiro.

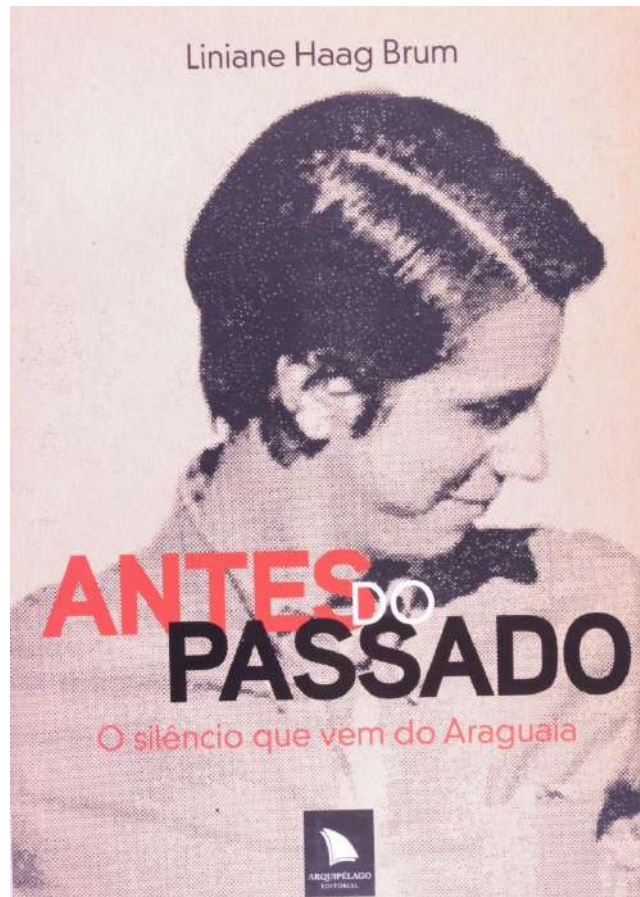
O que vai se consolidando, nessa produção contemporânea, é um maior embaralhamento de vozes e perspectivas, para além de uma confrontação entre dois lados. São múltiplos, contraditórios e escritos por sujeitos ora diretamente comprometidos com uma das versões oficiais produzidas pela direita e pela esquerda, ora buscando efeito de distanciamento, sem deixar tão claras as razões porque tomam a guerrilha como objeto para sua escritura.

E) Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia

Em *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia* (2012), Liniane Haag Brum — escritora, pesquisadora, docente e familiar de um dos desaparecidos políticos do Araguaia — narra, em primeira pessoa, sob a perspectiva de quem procura, incansavelmente, conhecer a história do tio e padrinho de batismo, Cilon

Cunha Brum²³ — ex guerrilheiro do Araguaia —, que desapareceu após vir para o Norte, assumindo o codinome de Simão.

Figura 9 - Reprodução de capa de *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*



Fonte: Editora Arquipélago

Conforme Eurídice Figueiredo,

A busca da autora pelos rastros do tio, que foi seu padrinho de batismo em 1971, na última visita à família no Rio Grande do Sul, é narrada à avó através de cartas que pontuam a narrativa. Essas cartas imaginárias têm um viés ficcional, já que a avó estava morta quando Liniane começou sua busca; elas dão o tom emotivo, que no resto do livro é mais nuançado.

²³ Cilon da Cunha Brum (1946-????) militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi comandante do Destacamento C das Forças Guerrilheiras do Araguaia, assumindo o codinome de Simão. Há divergências sobre a data de sua morte, não se sabe se 1973 ou 1974, pois até o momento não há indícios conclusivos sobre a data de seu óbito. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/cilon-cunha-brum>. Acesso em 24 de out. de 2022.

Numa das cartas, escreve que o simples fato de mencionar o nome do tio e padrinho causava mal-estar (BRUM, 2012, p. 35). Essa paralisia só seria quebrada pela sobrinha, 32 anos depois, em 2003, ao empreender uma busca que se concluiria com a publicação do livro em 2012. (Eurídice Figueiredo, 2022, p. 21).

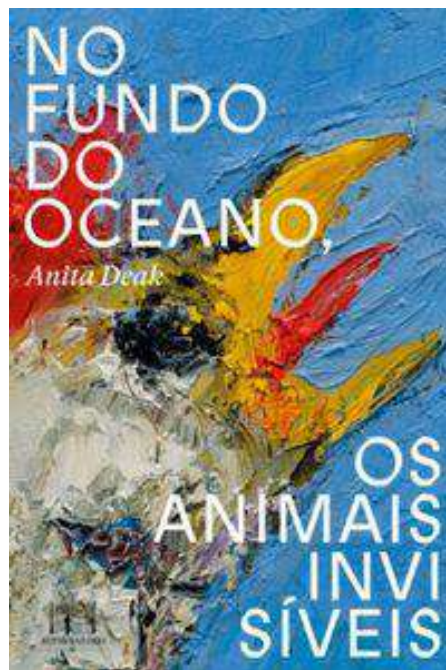
Segundo Brum, após o desaparecimento de seu tio, nem mesmo o nome dele era mencionado na família: “Vô Lino nunca mais voltou ao assunto. Jamais disse ‘Cilon’ enquanto esteve vivo. Levou para o túmulo o seu silêncio. E um segredo: a carta que recebeu do filho” (Brum, 2012, p. 49). Do mesmo modo, a avó, cujo impacto do desaparecimento do filho desencadeou um Acidente Vascular Cerebral (AVC), não mais vozeava nem andava: “dizia com o corpo e com os olhos as palavras, que as mãos paralisadas, não podiam escrever” (Brum, 2012, p. 53).

Em sua família havia, pois, lacunas, silenciamento, dor e desespero, o que lhe causava uma angústia e moveu a autora para a pesquisa e escrita sobre essa ausência tão latente de seu tio, que se transformara em uma forte e pulsante presença. Para Coronel, “A escrita sobre a história mutilada adquire, assim, um caráter intrinsecamente reparador: trata-se de preencher com palavras o vácuo instaurado pelo desaparecimento forçado de uma pessoa” (Coronel, 2021, p.45). Nessa tentativa de dar túmulo aos mortos, de se despedir de um ente querido, Brum, assim como Kucinski, escreve para expurgar a dor de quem sentiu na pele o que é ter um familiar desaparecido político.

F) No fundo do oceano: os animais invisíveis

Outro romance em que a Guerrilha do Araguaia aparece como sinônimo de trauma coletivo é a obra *No fundo do oceano: os animais invisíveis* (2020), de Anita Deak (Fig. 10).

Figura 10 - Reprodução da capa de *No fundo do oceano: os animais invisíveis*



Fonte: Editora Reformatório

Conforme Eurídice Figueiredo (2022), no romance de Anita Deak, o personagem principal, um guerrilheiro, Pedro Naves, narra sua experiência, mas não seguindo o formato de um testemunho realista e factual. Além de não obedecer a um relato linear, perfazendo os embaralhamentos da memória, realidade e devaneio se confundem, como se reproduzindo o caos de sentimentos de um sujeito que, como Aureliano Buendía, em *Macondo*²⁴, já antecipa o instante de sua morte. Faminto e maltrapilho na mata, solitário, caçado por militares, refaz sua história desde o nascimento, quando o pai abate um boi como ritual de sacrifício e comemoração: “Muitos anos depois, com uma ponto 20 apontada para a têmpora, sob os murmúrios verdes afiados, entendo como se sentiu o boi e aceito que morrerei ali, no meio da mata, como dívida hereditária à terra” (Deak, 2020, p. 11).

Ainda que remeta à vida familiar, o que acentua são os caminhos de jovens que enfrentaram a ditadura, alimentados por farta leitura de intelectuais de esquerda, participação em sindicatos e grêmios estudantis, movimentos em favor da reforma agrária. Nesse sentido, enquanto sonega do pai o envolvimento crescente

²⁴ Personagem do romance *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Márquez.

na luta política, afasta-se da visão de mundo que deveria ter herdado da família e dos ensinamentos do padre da infância.

A autora se afasta do modelo realista de se reportar ao acontecimento histórico, inserindo elementos mágicos e a espiritualidade dos encantados. Conforme depoimento de um sobrevivente da Guerrilha, José Genoíno (Figueiredo et al, 2020), dentre as ações que visavam aproximar os militantes do PCdoB da população do Araguaia, uma delas consistia em participar de eventos religiosos como os do terecô, que compreende o diálogo com os encantados. Nesse sentido, incorporam-se elementos da cultura do lugar, desfazendo-se os limites entre planos do mundo natural e espiritual.

No epílogo do romance, Deak adverte que o personagem Pedro Naves não foi inspirado em nenhum guerrilheiro, sendo uma homenagem a todos. A despeito disso, é possível reconhecer o grande trabalho de pesquisa que deve ter elaborado para a constituição de Pedro Naves, sua companheira Sara, o líder comunista Altino, os guerrilheiros Tina (que remete, pela coragem e pelo modo como é assassinada, à guerrilheira Dina), Lucas, Zé (que encarna a figura de Osvaldão), recompondo o quadro histórico que transformará jovens estudantes e guerrilheiros movidos pela crença em uma revolução. Uma das questões que emerge é o fracasso de que seria possível fazer uma revolução sem povo:

A revolução é um prato de mandioca e ninguém pode salvar esse país de merda, não somos bons, nenhum de nós, brancos, índios, negros, mulatos, somos todos pecadores, indefensáveis, olha a lama, Sara, olha a lama em que nos metemos, olha o povo, olha a lama, onde está o povo? Cadê a merda do povo? Não foi por eles? (Deak, 2020, p. 57)

Estamos nós dois, eu e você, sentados no chão da mata e Padre Cícero aparece. O que vocês estão fazendo aqui? Eu disse que era para o povo vir, não vocês, e por acaso não seríamos também o povo? Preencha aqui o que é o povo: _____. Se temos dificuldade em falar de Tina, para Tina, por Tina, talvez pelo povo seja mais confortável. O que é o povo? _____. Do que o povo precisa: _____. Quem está a favor e contra o povo: _____. (Deak, 2020, p. 154)

As lacunas, na segunda citação, ampliam a certeza de que, afinal, um punhado de 69 militantes — a maioria, jovens estudantes universitários — não poderia, enfim, ameaçar o governo militar a ponto de se justificar que fossem, pelas ordens do então presidente, exterminados. Não havia povo na luta que empreenderam, compreensão que aumenta o desamparo de Pedro em seus últimos

dias escondido na mata, tendo por única companhia uma cadela com quem compartilhava a fome.

Para Eurídice Figueiredo (2022), ao analisar a produção contemporânea sobre o tema, uma geração que não vivenciou diretamente a repressão ditatorial consegue transformar o sofrimento do passado, traduzindo-o em uma expressão estética e ética. Nesse sentido, Deak elabora um dos mais belos e complexos textos no enfrentamento da memória do passado recente do país.

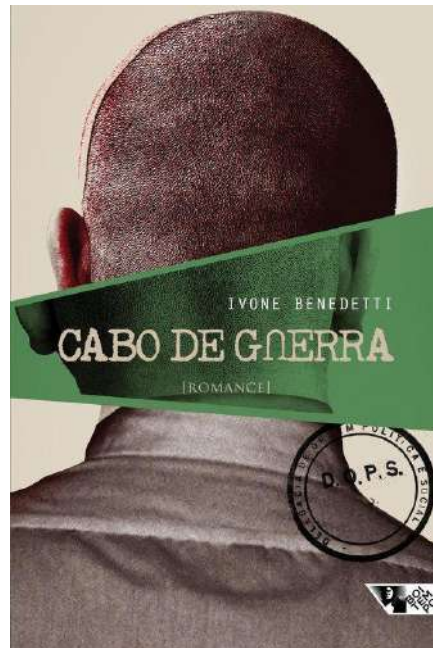
G) Cabo de guerra

Outro romance que envolve o Araguaia é *Cabo de Guerra* (2016), de Ivone Beneditti (Fig. 11). Nele, a escritora e tradutora brasileira opta por enunciar sobre os anos de chumbo a partir da perspectiva daquele cidadão ainda não certo de suas convicções políticas, e que, após experimentar os porões da ditadura, escolhe delatar seus companheiros de luta, aceitando infiltrar-se no movimento como delator. O “cachorro”, narrador personagem não nomeado, em contato com um agente mais experiente, Tomás, um “fanático” em derrotar o inimigo (conforme o narrador), tem conhecimento sobre o que acontece no Araguaia pela primeira vez: “Nas conversas que temos, fico sabendo que ele acaba de chegar do Araguaia. Conta com franqueza o que aconteceu por lá, fala das execuções primárias de prisioneiros como se falasse de animais imolados no altar da pátria” (Beneditti, 2016, p. 237-238).

Surpreso, questiona o parceiro sobre o motivo de não divulgarem a respeito do Araguaia, de forma que Tomás reforça a questão da necessidade do silêncio: “Esse não é assunto para gringo nenhum ficar metendo o bedelho. É coisa nossa, interna, que deve ser resolvida à nossa maneira” (Beneditti, 2016, p. 238).

A partir dessa conversa, após quinze dias ao lado de Tomás, o narrador é convidado para ir ao Araguaia com o agente, mas, mesmo temeroso, prefere recusar o “convite”, ao alegar não ser qualificado para a missão: “Fui convidado a acompanhá-lo de volta à floresta, onde dizia, o trabalho ainda não estava acabado. Recusei educadamente, alegando que não tinha condições físicas de enfrentar aquele ambiente difícil” (Beneditti, 2016, p. 243).

Figura 11 - Reprodução da capa de *Cabo de guerra*

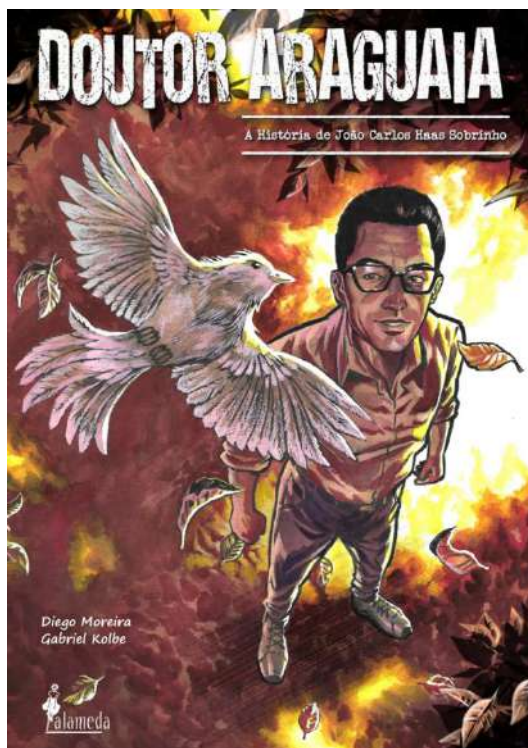


Fonte: Editora Boitempo

Alguns dias após esse diálogo, é avisado que eles não irão para o Araguaia, pois Tomás não precisaria voltar, eles estavam dispensados. Para o narrador, isso é um alívio, já que está ciente da lógica de guerra dos generais, e pelas conversas com Tomás, sabe que não conseguiria viver em um ambiente “hostil” como o Araguaia. A autora remete, pois, a sujeitos que abortaram ideais democráticos, aliando-se aos militares e servindo, como agentes infiltrados, para a derrocada final de guerrilheiros, como foi o caso do cabo Anselmo (1942-2022), que não se arrependeu de seu papel. No caso do Araguaia, há menção, também, a um agente infiltrado no romance do ex-combatente Pedro Corrêa Cabral. Em *Pesadelo*, de Pedro Terra (2019), o traidor aparece como personagem no conto “O filho do alfaiate”. Como nos contou Terra em uma conversa na UFNT (2024), o conto remete à traição que levará à sua queda, sendo o agente responsável por vinte mortes.

H) Doutor Araguaia

Figura 12 - Reprodução da capa de *Doutor Araguaia*



Fonte: Editora Alameda

Doutor Araguaia: a história de João Carlos Haas Sobrinho, de Diego Moreira e Gabriel Kolbe (2023), é uma narrativa que fala da vida do médico e guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho, codinome Dr. Juca (1941-1972). A iniciativa de retomar a história de Juca nesse formato nasceu com o quadrinista Diego Moreira, de São Leopoldo (RS), cidade natal do militante do PCdoB assassinado pelos militares e cujos restos mortais não foram encontrados. A irmã de Juca, Sônia Maria Haas, há anos segue na luta pelo direito ao acesso aos arquivos militares relativos às prisões, torturas e mortes na ditadura. É ela que escreve, num relato pós-textual:

Em setembro de 1972, João Carlos foi morto numa emboscada do exército quando se dirigia a um atendimento médico, na mata do Araguaia. A família até hoje não pôde realizar o ritual de despedida; os pais e os seis irmãos caminharam por estes 50 anos carregando a angústia do vazio e a dor de saudade. (Haas in Moreira; Kolbe, 2023, p. 48).

A opção pelos quadrinhos se orientou pela necessidade de buscar leitores mais jovens, afeitos a essa modalidade sincrética de narrativa, com forte apelo

visual. A história se inicia com João Carlos despedindo-se da população de Porto Franco (MA), Tocantinópolis (TO) e Estreito (TO), a qual atendia como único médico da região. Informado a respeito de que teria sido descoberto por militares, dirige-se, em seguida, para Xambioá (TO) e, por fim, ao sul do Pará, onde será comandante de uma das três frentes guerrilheiras e assassinado no início da Operação Papagaio.

Para Eurídice Figueiredo (2022), todas essas obras que verbalizam sobre as faces da ditadura colaboram para a organização de um arquivo sobre a história silenciada do passado brasileiro, ao abordarem, sob diferentes pontos de vista, uma memória social que se tenta apagar. Apresentamos, à continuação, produções de escritores que vivem no Norte e se abrem à escuta de outras vozes e perspectivas.

5.1 A GUERRILHA CONTADA POR ESCRITORES DO(NO) NORTE

Como já enfatizado na primeira seção deste trabalho, a população da região Norte do Brasil ainda vive sob o peso do cerceamento de direitos desde o período em que as famílias oligárquicas da castanha e da borracha ditavam as regras. Tal situação foi sendo agravada à medida que militares avançavam aos milhares para o interior dessa região, na década de 1970, no intuito de combater jovens do PCdoB que aqui se instalaram visando promover uma guerrilha camponesa para combater o período de exceção. Nesse contexto, a população se viu sob a mira não só dos coronéis da castanha, mas também sentiu a mão do Estado repressor que, de forma abrupta, aprisionou, torturou e matou indígenas e camponeses. Diante disso, para que a memória coletiva da região, pela perspectiva dos moradores locais, tivesse eco, foi necessário o estabelecimento de ouvintes dispostos a transmitir a história “outra”, paralela à narrativa do Estado, em que um “letrado solidário” atuasse em defesa daqueles que não puderam falar.

Nesse ínterim, a literatura contemporânea brasileira produzida no Norte, especificamente, relacionada a eventos como a Guerrilha do Araguaia — objeto de investigação desta tese — possui relação direta com o testemunho de matriz latino-americana, haja vista que a população camponesa atingida pelo Estado repressor não está inserida em um espaço letrado de prestígio, além de ainda viver sob o

silenciamento impingido no período ditatorial brasileiro que se estende, de certa forma, até os dias atuais. Tratamos, mais detidamente, dessa forma de escrita nesta seção, na qual apresentamos algumas obras que possuem como característica principal serem narrativas relacionadas à memória coletiva da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), sob o ponto de vista de atores subalternizados, camponeses da região Norte atingidos de forma traumática pelas ações do Estado ou militantes de esquerda encarcerados durante esse período.

Antes, porém, reiteramos que — de acordo com as pesquisas de Luiza Silva (2016, 2020a) —, para a população da região, a Guerrilha do Araguaia foi não somente um evento histórico, mas um acontecimento, compreendido, sob a perspectiva de Claude Zilberberg (2011, p.169), como algo afetante e perturbador que — da ordem do sobrevir — rompe, abruptamente, a integralidade do sujeito e marca a trajetória de um indivíduo ou de um coletivo. Assim, irrompe-se uma nova narrativa para aquele(s) que foi(foram) afetado(s), uma vez que o acontecimento possui o poder de transformar o estado de alma dos sujeitos, devido à intensidade vivenciada e sentida por eles. Nessa perspectiva, durante o acontecimento, é impossível dar sentido às coisas, por isso o ato de narrar só é possível quando o sujeito, depois de décadas, mantém distância do evento, e como forma de compreender o incompreensível, ressignifica no presente, reelaborando o acontecimento, de forma a torná-lo dizível após anos de distanciamento desse evento traumático.

É a partir dessa concepção de acontecimento²⁵ que compreendemos o fato de que o sujeito afetado pela memória traumática só consiga narrar sobre o evento após tomar uma distância significativa — seja de tempo e/ou de espaço — do ocorrido. No momento em que a catástrofe acontece, torna-se impossível atribuir sentido dado o estado de desintegração do sujeito (ser no mundo), sendo também impossível tornar inteligível sua experiência com o terror. Vale ressaltar que, mesmo décadas após o acontecimento, a intensidade do evento ainda assombra aquele(s) que experienciou(aram) momentos perturbadores, como podemos observar, logo abaixo, no depoimento de José Genoíno Neto²⁶, um dos sobreviventes da Guerrilha:

²⁵ Retomaremos, mais detalhadamente, sobre essa questão na seção de análise.

²⁶ Ex - guerrilheiro do Araguaia e, atualmente, uma das grandes lideranças de esquerda no Brasil, Genoíno também é ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) e um de seus fundadores.

E eu considero muito, mas foi uma coisa muito dramática: como conviver com essa história toda? E você sabe que aconteceu uma coisa pior, que pela primeira vez eu estou revelando para vocês aqui. Como eu era sobrevivente, a gente tinha uma culpa por ter sobrevivido. Era barra pesada, porque os companheiros morreram, eu sobrevivi. Por que que eu sobrevivi? Então, eu sentia culpa por ter sobrevivido. Olha a loucura que é! A quantidade de pesadelo, a quantidade de noite mal dormida, a quantidade de coisas interiores... Porque esse é um lado da história, um lado que... (Normalmente, eu estou colocando isso pela primeira vez para vocês porque eu não posso deixar de analisar todos os aspectos dessa memória que vocês estão fazendo para uma universidade que, quando eu estava aí, não existia, porque não tinha nem Tocantins, tinha norte de Goiás. Então, eu acho que eu tenho até um dever ético comigo mesmo de colocar essas coisas) foi muito! (César Figueiredo, et. al, 2020, p. 304).

Como apontado por Genoíno em entrevista cedida ao Gesto (Grupo de Estudos do Sentido/UFNT), ainda hoje é difícil conviver com o fato de ter sobrevivido, de não ter sido também exterminado como seus companheiros, sabendo quantos inocentes camponeses foram torturados e mortos somente por terem uma relação de companheirismo com os guerrilheiros. Há, ainda, o decoro político que o levaria a ter que conviver com o então deputado Jair Bolsonaro e outros, como o Major Curió, nos corredores do Senado.

Conforme confidencia Genoíno, o ex-guerrilheiro ainda tem pesadelos, já teve surtos psicológicos, não conseguindo andar entre muita gente logo que saiu da prisão. Como ele mesmo discute, falar/escrever sobre esses momentos é um dever ético do sobrevivente, já que, no agora, é possível se posicionar diante da catástrofe vivida, ao apresentar um outro ponto de vista sobre a história silenciada.

Quem também não silencia é um outro militante de esquerda, o escritor tocantinense Hamilton Pereira, pseudônimo de Pedro Tierra²⁷, o qual, por meio das memórias do seu tempo de cárcere, enuncia, em versos e prosa, a experiência daqueles anos. Em seus escritos, nos quais traz à tona também a história de outros colegas de cela que não tiveram a chance de falar e que possuem traços comuns com sua história, Tierra evoca sentidos singulares e comuns em um movimento que vai do individual ao coletivo, pois, sozinho, nem sempre o sujeito consegue dar sentido ao acontecimento ao lembrar, a todo instante, daquilo que quer esquecer.

²⁷ Consideramos Pedro Tierra figura essencial nesse processo de desconstrução da história oficial em relação à Guerrilha do Araguaia, uma vez que sua produção, além de dar grande visibilidade a uma página infeliz de nossa história (marca inegável de resistência e valorização de vozes marginalizadas), contribui grandemente à compreensão de perspectivas outras sobre o evento. E, por mais que tenhamos dado ênfase em sua produção ficcional nas linhas desta tese, entendemos como mais viável ao nosso percurso atermo-nos à análise do romance de Pachêco e do conto de Macêdo.

Jaime Ginzburg, ao discutir a respeito da nova postura assumida pelos textos literários contemporâneos, afirma que “obras literárias podem corresponder a intervenções de resistência, na medida em que constituem interpretações da História a partir de lugares de enunciação diferentes dos que estão estabelecidos como aceitáveis pelas instituições de controle social” (Ginzburg, 2012, p.212).

Esses vários pontos de vista, portanto, permitem a elaboração de um passado silenciado, que ainda é uma incógnita, dada a não reparação às famílias dos desaparecidos políticos, aos camponeses desconsiderados pela história oficial e o silenciamento que ainda assombra o Araguaia, dada a repressão presente na região até os dias atuais — que não acabou, conforme a historiografia nos faz pensar —, como podemos verificar em entrevista feita ao professor, escritor e pesquisador do Araguaia, Janailson Macêdo. A esse respeito, Macêdo relata seu impacto ao assistir, em 2014, aos depoimentos à *Comissão Nacional da Verdade*, em Marabá (PA).

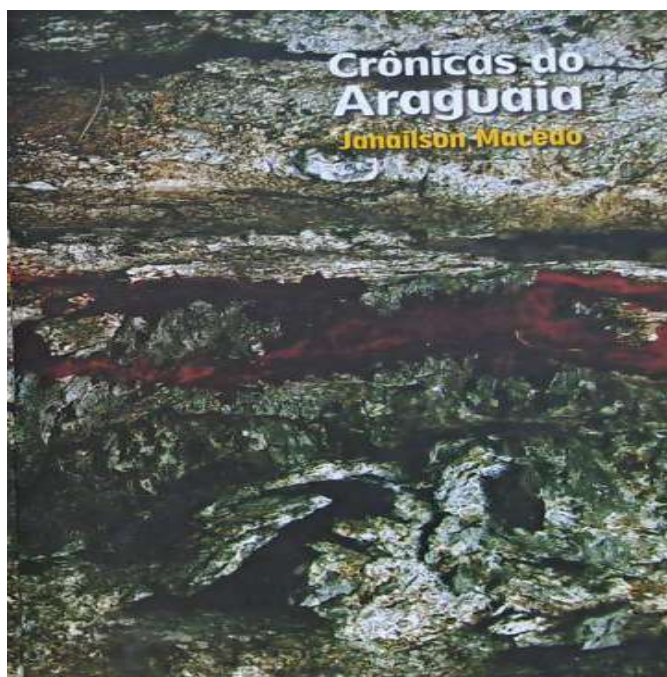
Fiquei muito impactado assistindo a uma das audiências. Embora não tenha sido o primeiro conto escrito, a ideia para o conto “Fantasma da Casa Azul” surgiu mais ou menos nessa hora, nessa audiência, quando um dos senhores que moram em Marabá levantou e disse algo mais ou menos assim diante do auditório lotado, mirando para uma filmadora: “Olha, estou aqui falando para vocês, mas foram lá na minha casa, me procuraram e disseram que eu não falasse muita coisa porque, enfim, poderia acontecer algo comigo, com minha integridade física”. (Santos et al. 2020, p.443).

É esse impacto sensível diante do acontecimento histórico que ainda paira sobre as famílias do Araguaia, assim como a dor de ter experienciado o cárcere nos anos de chumbo que mobilizará escritores como Janailson Macêdo e Pedro Tierra a escreverem suas obras ficcionais a partir da experiência. No caso de Macêdo, as narrativas falam dos camponeses impactados pela guerrilha; em Tierra, trata-se de sua própria experiência e de seus companheiros de cela, fazendo ecoar as vozes daqueles que foram impedidos de falar pela força da repressão. Desse modo, apresentamos, a seguir, uma sucinta descrição das obras selecionadas para nossa pesquisa e apresentadas no quadro do item 2.2, nas quais destaca-se o desejo de reconstruir a história narrada oficialmente, fazendo ecoar a voz dos vencidos.

A) Crônicas do Araguaia

Em *Crônicas do Araguaia* (2015), de Janailson Macêdo, livro composto por doze contos, temos narrativas escritas a partir da memória coletiva de moradores da região que englobou a Guerrilha do Araguaia. As doze narrativas estão divididas entre abordagens de temas, como prisão e tortura dos camponeses; revolta daqueles camponeses que foram obrigados (por ameaças e torturas) a ajudarem os militares na caça aos guerrilheiros; monitoramento e perseguição dos moradores da região da guerrilha até os dias atuais; desaparecimento dos militantes que vieram para o Araguaia e a espera incansável da família que busca por respostas ou pelo corpo insepulto; a aliança entre pistoleiros e militares como desencadeadora de mais injustiças à população; a perseguição aos padres e missionários da Igreja Católica; os guerrilheiros considerados como seres encantados. Todas as narrativas ecoam a partir do ponto de vista dos camponeses, de forma a compreendermos tanto o impacto da Guerrilha quanto a continuidade da violência na vida da população local. Os contos transitam entre um narrador onisciente e personagem, todos revelando a forma violenta e bárbara como a ação civil-militar no estado do Pará agiu/age com os camponeses, guerrilheiros e seus descendentes.

Figura 13 - Reprodução da Capa de *Crônicas do Araguaia*



Fonte: Ed. do Autor

Dentre os contos de Macêdo, destacamos:

1. *O fantasma da casa azul*: nessa narrativa, além de trazer à tona a questão da continuidade das perseguições às famílias dos camponeses, apresenta, no título, o centro de tortura em Marabá (PA), mencionado também por Romualdo Correia Brito em sua obra sobre a Guerrilha. De acordo com Irene Gomes e Thelma Borges (2022, p.11), a Casa Azul — antiga sede do Departamento de Estradas e Rodagens (DNER) de Marabá (PA) — também conhecida como “casa do terror”, “é reconhecida como um dos maiores locais de tortura do país”. Durante a breve narrativa, o leitor tem contato com as sensações estranhas que o camponês tem ao retornar, após décadas, ao lugar em que ficara preso: “Há pelo menos três décadas Raimundo não adentrava os domínios da Casa Azul, centro da sua velha vida em Marabá” (Macêdo, 2015, p.13). Os sentimentos de estranheza, repulsa e medo levam o personagem a se afastar um pouco dos entrevistadores que ali estavam para registrar seu depoimento. O que não esperava era reencontrar um dos seus torturadores se esgueirando pelo local, o que lhe deixa mais apreensivo: “Um estremecimento tomou conta de Raimundo. Não é como se a terra estivesse se mexendo, o terremoto estava era mesmo dentro dele, no seu peito, em sua cabeça” (Macêdo, 2015, p.16)]. Apesar das ameaças feitas, mesmo ainda atônito, Raimundo cria coragem, uma maior do que ele pensava que tinha e, então, mais nada o impede de narrar a respeito do Araguaia.

2. *Cova cristã*: tematiza a questão da tortura e silenciamento impingidos aos camponeses, inclusive, àqueles obrigados a guiar os agentes pela floresta. A opção por tematizar essa questão surgiu, segundo o autor, após ver uma notícia em que os mateiros falavam a respeito de como eram forçados pelos militares a cavar covas de “sete palmos”, como covas cristãs, para enterrarem os guerrilheiros na floresta. Para Macêdo, a questão da “cova cristã” era um dado curioso, e então, decidiu escrever o conto: “Existe, existiriam, não sei, outros tipos de covas, mas eu achei curioso o termo ‘cova cristã’. Estava lá numa entrevista, então, criei o conto, fui refazendo ...” (Santos et.al., 2020, p. 443).

No conto, inicialmente, um narrador em primeira pessoa nos apresenta o desejo por justiça de um camponês que foi forçado a entrar na floresta com os militares, ajudar a caçar os guerrilheiros, matar, decepar as cabeças e abrir covas. “No começo, cada vez que a pá tocava a terra, eu imaginava que seria eu a ser

jogado ali e lembrava dos choques e do pau-de-arara e do começo daquilo tudo e do rosto dele me observando e do braço que não queria mais dobrar e das costelas e da dor, da dor, da dor... Essa parte nem dá pra lembrar” (Macêdo, 2015, p. 34).

Ter que conviver com seus algozes o transporta, a todo momento, ao passado sombrio. O narrador anseia por fazer os agentes, principalmente aquele que o torturou e ameaçou sua família — e ainda ameaça —, pagarem por tudo que lhe fizeram. É esse desejo que o move e que o faz aguentar anos e anos. Em um discurso polifônico em que ecoa não somente a voz do camponês, mas também dos agentes de Estado que o perseguem e do locutor de rádio que anuncia o desaparecimento do personagem João (camponês), Macêdo faz ecoar as diversas vozes em confronto, assim como a demanda por uma justiça que ainda não aconteceu.

3. *Judiaria*: o termo empregado no título é atribuído à forma como os camponeses se referiam às ações dos militares contra os moradores do Araguaia: “Pai e filho são levados para o terreiro defronte de casa, sob chuva de coronhadas, socos e botinadas. Carícias repentinas num dia escaldante, como outro qualquer” (Macêdo, 2015, p. 27). O conto foi produzido em homenagem ao Senhor “Beca”²⁸, camponês preso e torturado por militares, o qual morreu — alguns dias após o autor ouvir seu depoimento — sem receber anistia. Segundo Irene Gomes e Thelma Borges (2022, p. 10), o Senhor Beca “foi um dos camponeses que mais vivenciou as violências praticadas pelo Estado”. Ainda em vida, deu diversas entrevistas, participou de documentários, mostrou as marcas da tortura em seu corpo, mas, mesmo assim, teve seu requerimento indeferido por falta de provas, mesmo o Estado tendo ciência das “prisões em buraco” na base de Xambioá (TO) em que ficaram diversos camponeses, entre eles, além de Beca, Antônio Alves de Souza, conhecido como Precatão²⁹. “

Da vila, pai e filho são levados, braços amarrados, até Xambioá. Pouco depois do meio-dia, são abrigados dentro de uma base, onde lhes é apresentada a parte que lhes caberá nos próximos dias, uma fossa. Ao nela

²⁸ Euclides Pereira de Sousa, conhecido por senhor Beca, foi um dos muitos camponeses torturados por meses, sendo colocados em uma vala de, aproximadamente, 2 metros de profundidade, cobertas por arame farpado, na base Militar de Xambioá (TO).

²⁹ Segundo Irene Gomes e Borges (2022, p.10), o Sr. Beca e o Sr. Precatão fazem parte do grupo de 700 entrevistados no Araguaia com objetivo de instrução processual, cujos documentos de anistia encontram-se sob a responsabilidade da pesquisadora e advogada Irene Gomes.

mergulharem, sentem seus odores de suor, urina e sangue serem lavados por aquele aroma. (Macêdo, 2015, p. 28).

Líder das romarias do Divino Espírito Santo na região, homem sinônimo de resistência e fé, como apontado pelo professor, pesquisador e cineasta Evandro Medeiros, em seu documentário “Araguaia Campo Sagrado” (2011), Beca era um dos muitos moradores da região que tiveram a coragem de falar, mas foram desconsiderados pelo Estado. Em entrevista feita em 2021³⁰, Medeiros afirma que, em contato com os camponeses do Araguaia, opta por tratar do tema de forma mística — sem tocar na questão da tortura, mesmo tendo contato com esses depoimentos —, chama atenção à resistência e fé dessas pessoas que ainda buscam pela restauração de suas vidas como cidadãos;

4. *O enxoval*: dá ênfase à violência empregada pelos militares às famílias camponesas, tematizando a destruição de uma família após receberem a visita dos agentes de Estado. Nesse conto, o leitor conhece a relação de companheirismo estabelecida entre os guerrilheiros e a população, que inocente, não sabia do trabalho paralelo dos jovens do PCdoB, tendo suas vidas despedaçadas apenas por conhecerem os guerrilheiros que estavam disfarçados de trabalhadores rurais e comerciantes.

Para escrever os contos, Macêdo afirma ter contato com relatos sobre a Guerrilha desde que chegou à cidade de Marabá (PA), mas somente após ouvir os depoimentos dos próprios camponeses e de seus descendentes é que esse desejo aumentou, e então, resolveu escrever. As narrativas de Macêdo, portanto, reverberam a memória social da região e confronta as decisões judiciais que indeferiram indenizações solicitadas pelos camponeses. Mesmo que todos os personagens sejam fictícios — não se relacionam a nenhum sujeito específico, envolvido direta ou indiretamente na Guerrilha —, como afirmado pelo próprio escritor em entrevista concedida a nós (SANTOS et al, 2020), o leitor pode perceber a verossimilhança porque, nas narrativas, ecoam depoimentos das vítimas da região. Macêdo, portanto, insiste na história daqueles que foram negligenciados,

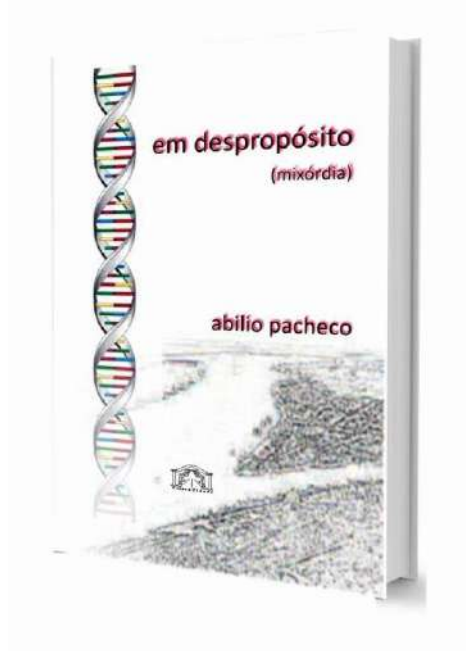
³⁰ O professor Evandro Medeiros (UNIFESSPA) participou de uma entrevista feita via *google meeting* durante a aula da professora Gínia Gomes (UFRGS) na disciplina “O romance brasileiro contemporâneo: faces da ditadura”, na qual tratou-se do tema da Guerrilha do Araguaia a partir da discussão do livro *Palavras Cruzadas* (2015), de Guiomar de Grammont, e do documentário “*Araguaia Campo Sagrado*” (2013). A referida disciplina foi ministrada via *google meeting* no primeiro semestre de 2021, da qual participei como aluna especial.

mas que sobrevivem na memória coletiva do Araguaia. Mais adiante, aprofundaremos a análise de um dos contos.

B) Em despropósito (mixórdia)

No romance *Em despropósito (mixórdia)* (2013), o professor-pesquisador e escritor Abílio Pachêco tematiza os anos de violência impingidos à população do sul e sudeste do Pará. A narrativa é fragmentada, seguindo os *flashes* da memória do narrador, atravessado pela continuidade de ações violentas no sudeste paraense. Nesse sentido, aborda o Massacre de Eldorado dos Carajás como uma continuação dos anos de exceção relativos à Guerrilha do Araguaia (Luiza Silva et al, 2021a). Durante a leitura do romance, podemos apreciar uma escrita provocativa e ir desvendando os mistérios e as pistas colocadas pelo autor ao optar por um foco narrativo em primeira pessoa que nos possibilita conhecer um personagem intenso, que busca não sentir e não saber (relembrar) de fatos de seu passado que lhe provocam dores na alma.

Figura 14 - Reprodução da capa de *Em despropósito (mixórdia)*



Fonte: Editora LiteraCidade

São essas dores que fazem emergir, no trauma individual, ecos da coletividade: “Tirado o véu do meu presente. Quando ia para consulta ou fisioterapia, meu caminho era o aquele antes, o das pétalas, do qual e das quais eu cuidava não lembrar. Jozele me dizia o problema não ser o lembrar, mas o sofrer pelo lembrar”. (Pachêco, 2013, p.96).

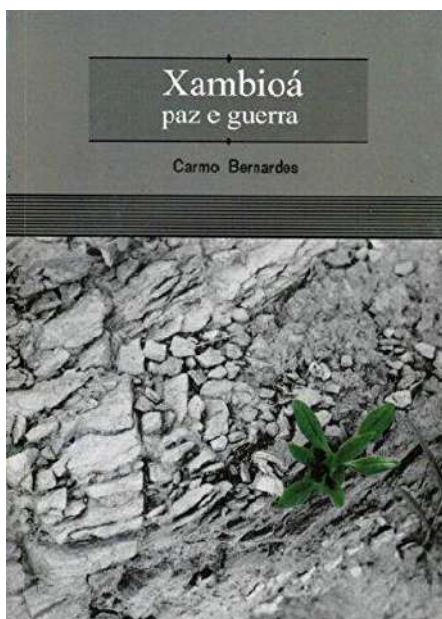
Fruto de um estupro, Bartimário saberá que o pai foi um dos apoiadores do Estado de exceção, atuando como adjuvante dos militares ao colaborar para encontrar os guerrilheiros e ameaçar os camponeses. Do mesmo modo, participará das mortes de camponeses em Eldorado dos Carajás. O romance foi elaborado na época do centenário de Marabá (PA), com toda a efervescência do plebiscito da divisão do Estado. Segundo o autor, a escrita do romance visava, “além de uma reflexão sobre identidade regional, inserir a temática da violência agrária, a violência urbana na periferia e a violência decorrente da ditadura militar em falas de pessoas no cotidiano não só em Belém, mas também em Marabá” (Santos, et.al., 2022, p. 321). No entanto, esses temas deveriam aparecer ao leitor em forma de montagem e fragmentação, não explicitamente identificáveis.

Pesquisador da literatura de testemunho relacionada à ditadura militar brasileira desde 2002, Pachêco objetivou, em seu romance, envolver o leitor nesse emaranhado de sentimentos, sensações, buscas e devaneios apresentados pelo personagem Bartimário, que sente os efeitos da experiência e da violência cotidianamente, direta e/ou indiretamente. Outro aspecto a considerar é que o narrador está em tratamento psicológico, mas somente é possível compreender isso ao final do romance. Tudo o que o leitor descobre pela narrativa — os devaneios, as pausas... — são, na verdade, a tentativa do narrador, ao escrever sua história. É a angústia que o leva a querer e não querer lembrar, o que o fragiliza cada vez mais. A obra trata das relações sociais, dos modos de vida, da dinâmica da exploração do trabalho da região e a questão da contribuição do Estado na perpetuação da violência. Nesse sentido, Pachêco nos aproxima do *continuum* de violência experienciado pelos moradores do Sul e Sudeste do Pará, que ainda enfrentam o silenciamento. Desenvolveremos a análise do romance em seção posterior.

C) Xambioá: paz e guerra

A obra *Xambioá: paz e guerra* (2005), do jornalista e escritor goiano Carmo Bernardes, foi publicada postumamente devido ao receio do autor em relação à perseguição sofrida por ele logo após o golpe de 1964. O romance é dividido em três partes, sendo uma narrativa de memória que transita entre elementos reais e ficcionais, numa convocação polifônica que marca a posição ideológica do enunciador ao remeter à memória coletiva (Halbwachs, 2006); noticiários do período ditatorial (fim da década de 1960 e início da de 1970); e ficção a partir da tematização da Guerrilha do Araguaia. Autoexilado na Ilha do Bananal (TO), vivendo como barqueiro, Bernardes escreveu sobre a Guerrilha do Araguaia, mas pediu à família que somente após sua morte publicasse seu livro, que relata denúncias sobre a violência contra os camponeses, a relação desses com a natureza e o impacto da Guerrilha na população de Xambioá (TO) e região.

Figura 15 - Reprodução da capa de *Xambioá: guerra e paz*



Fonte: Editora Elysium

Na primeira parte do romance, o narrador principal (Marcos Vinícius), conhecido na região do Araguaia como doutor Marquinho (comerciante), apresenta ao leitor, de forma descritiva, o modo de vida dos camponeses, a flora e a fauna da região, a função do Rio Araguaia para aqueles moradores, ao mesmo tempo em que

introduz informações históricas a respeito da Guerrilha urbana e rural e a repressão aos moradores do Sul e Sudeste do Pará e Tocantins, entre os anos de 1966 a 1976. Também leva o leitor a conhecer a Casa Azul, a repressão à imprensa e qualquer informação sobre a Guerrilha que diferenciasses da versão do Estado, a questão da camaradagem entre pistoleiros e agentes de Estado, entre outros.

O Marabá regurgitava, soldado, puta e malandro, deles internacionais, o lugar nunca tinha visto tanta gente esquisita. O resto do País não sabia de nada, proibido publicar notícias, só se permitia a presença de repórteres que entravam nas folhas de pagamento dos quartéis. Esses tinham carta branca, e derramavam notícias para os quatro cantos do mundo. Um desses ficou célebre, fez na televisão grandes reportagens da situação da área, sem sair da cidade, e ficou nominado Amoral Nato. (Bernardes, 2005, p. 64)

O armazém de tábua, Casa Azul porque pintaram-lhe a cobertura de azul, de muito longe, dos aviões beirando as nuvens, podia-se divulgar a mancha azulega plantada no barranco do Rio Itacaiúna. Dali é que os danados dos avejões malditos, anjos maus do meio dos infernos, vinham cá me atentar, quase toda semana, e depois eu soube que o Brito é que era o encarregado da espionagem nesta área. A ordem era intimidar os que combatiam a ditadura militar estabelecida no país, esparramados por toda banda. (Bernardes, 2005, p. 64).

Utilizando a linguagem literária e o jogo de palavras, o enunciador denuncia as muitas formas de violência, ao mesmo tempo em que antecipa possíveis represálias. Uma das referências históricas é feita a Fidélis dos Santos Amaral Netto (1921-1995), político e apresentador de TV que, desde os fins da década de 1960 a início de 1980, teve um programa de televisão em que exaltava o governo militar. Ao trocar algumas vogais do nome do político e apresentador (Amaral Netto é grafado como Amoral Nato), o enunciador faz surgir novos sentidos, denunciando, com ironia, a ausência de moral explicitada na adesão ao discurso nacionalista dos militares: Amoral Nato é, assim, o homem sem moral desde o nascimento; aquele que não conhece os princípios da moralidade. As referências à Casa Azul e à figura do Brito fazem emergir as várias formas de monitoramento e repressão na região. Ao longo da narrativa, o leitor terá mais contato com essas duas figuras, além de outras muito conhecidas que, de forma violenta e bárbara, transformaram a pretensa paz da região em guerra.

Na segunda parte da obra de Bernardes, o leitor terá contato, sempre de forma polifônica, com a situação dos camponeses após a cidade de Xambioá (TO) ser invadida pelos militares; a repressão dos pecuaristas — com apoio do Estado —

para que os colonos entregassem suas terras; a falta de assistência à população local; as operações e toda transformação da vida campesina a partir de cada fase dessas; os noticiários, as *fake news* e os silêncios forçados. O tempo da narrativa é de cinco meses e meio, tempo este que parece breve, mas que se alonga em momentos de aflições, medos e perdas por parte do narrador, que foge de Xambioá, ficando pela redondeza, esgueirando-se dos militares que podem matá-lo, já que esse era simpatizante dos jovens do PCdoB, ajudando-os a entrar no Araguaia.

Pedro Bruguéia, ao me receber, fez festa. Lisonjas nunca se viu tantas. [...].

Fiquei arranchado, não era para armar a rede, já tinha uma no jeito. A notícia de minha chegada corre, vem gente para me ver, e vou botando sentido naquela gente [...].

Minhas arreatas no cabide, a espingardinha 22 no prego, dona Rosana pulou de alegria vendo o rádio. O deles zangou e não tinha pilha, e ela doida para ouvir música caipira. Sabia o horário de todos os programas, e eu tive a advertência de trazer cargas de sobressalência.

- Quando a gente descia com a balsa não faltavam esses objetos, agora certas coisas ficaram escassas. (Bernardes, 2005, p. 73).

Ao vagar pelas redondezas, o narrador apresenta os camponeses, trabalhadores rurais, como acolhedores, receptivos, sempre tendo comida e espaço para mais um. Muitos deles, devido ao local geográfico em que moravam, a falta de acesso ao básico (como as pilhas para o rádio, já que não havia energia elétrica) os impedia de saber sobre as notícias do Brasil e do mundo.

Bernardes opta por descrever os costumes e os moradores da região como pessoas simples, mas solícitas, sempre prontos a ajudar os viajantes ou qualquer um que se aproximasse, diferentemente de algumas das produções anteriormente elencadas. Bernardes conheceu a região, era um estudioso da fauna e da flora da Amazônia, sempre conviveu com camponeses, aprendeu vários ofícios quando jovem, sendo assim, relata como quem viveu de perto os acontecimentos, aproximando-se do que se compreende como literatura de testemunho.

Na terceira parte do romance, doutor Marquinho, o narrador, volta para Xambioá (TO) e só encontra destruição e silêncio tanto na cidade quanto nas redondezas. O comércio não é o mesmo, muitos daqueles que sobreviveram foram embora da região e os que ficaram vivem sob o silenciamento impingido pela força da repressão que ainda ronda o Araguaia: “No hotel tudo mudou. Agora é de poucos

hóspedes, e aparecem muitos tipos mal-encarados, ninguém sabe donde vieram”. (Bernardes, 2005, p. 130).

Nesse momento, o leitor tem contato com a “Operação Limpeza” e todas as sequelas da guerra do Araguaia para a cidade de Xambioá (TO): “Também o rio fez mudança, a praia doutra banda mudou de lugar, talhou, fez perau, o manguari parece ser outro...” (Bernardes, 2005, p. 131).

Entre os moradores, há, também, os que trazem as sequelas da tortura física e psicológica, como é o caso do personagem Moura que, capturado pelos militares enquanto trabalhava, é preso, levado para Marabá e torturado na Casa Azul. De volta para casa, vive, ainda, os sobressaltos dos dias em que esteve em posse dos militares.

No Xambioá matando gente, Juana me conta, Moura andou por lá, esteve preso no Marabá, diz que acabou o lugar, e eu fico partido se de noite terei que dar uma chegadinha na Casa Verde, como é que converso com Moura sobre esse assunto não sei. (Bernardes, 2005, p.131).

[...] e eu aflito, queria era saber das notícias do Xambioá, Moura me contando devagar, às doses, que eu não assustasse, vez em quando cortava o fio da conversa, como quem leva um susto, e Juana me conta que ele ficou assim, parece que delirado depois que foi preso no Marabá, de tanto ver mortes e perversidades. (Bernardes, 2005, p.132).

Como vemos, a narração sobre as torturas e humilhações da população é feita aos poucos, sem dizer muitos detalhes, mas o narrador apresenta ao leitor o que realmente aconteceu e como aconteceu no Araguaia com aquela população.

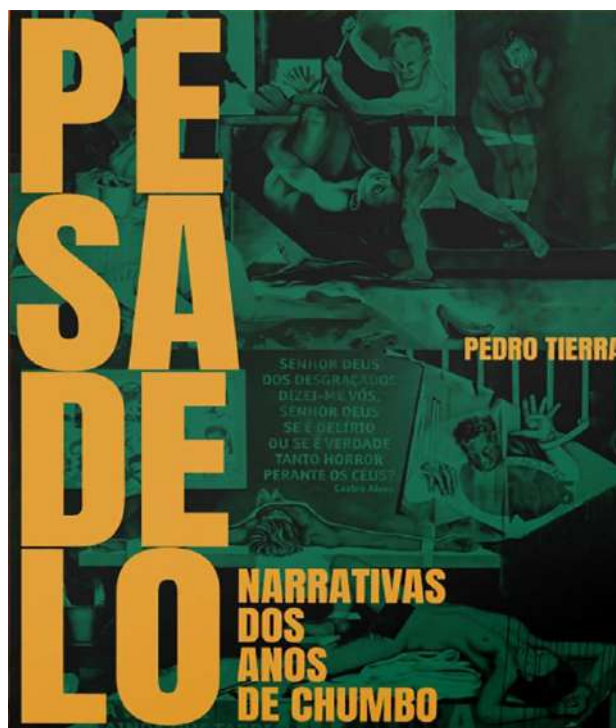
O silenciamento também é uma peça importante durante a narrativa, pois aparece a todo momento, seja em forma de cautela dos personagens para falar sobre a guerrilha e os guerrilheiros, o receio de estarem sendo espionados, o medo e abandono de suas terras e suas plantações, a mudança do curso do rio e o grito do manguari, que falam quando a população não pode falar.

No início da terceira parte, o narrador descobre que o personagem Moura fora preso, mas é somente quase ao final que o leitor compreende a perversidade vivida por ele durante o tempo que esteve com os militares, já que Moura também presencia a violenta morte de um dos principais guerrilheiros, Osvaldão (que, na narrativa, aparece como Geraldão), o que lhe deixa em um estado de atordoamento e silêncio profundo: “Desde essa vez Moura ficou meio avoado, sonhava de noite e gritava dizendo palavras incompreensíveis, e não dava conta de contar o que

assistiu com o finado Geraldão” (Bernardes, 2005, p. 139). Esse impacto, evidente ao longo da narrativa de Bernardes, ecoa a voz daqueles que, silenciados, não conseguem verbalizar a experiência traumática da Guerrilha do Araguaia, mas que, pelo contato com tantos anos de silêncios, interditos e não ditos, dizem muito mais para aquele enunciador que compreende o que foi a ditadura militar em nosso país, ao transformar a dor e o não dizer em literatura.

D) Pesadelo: narrativas dos anos de chumbo

Figura 16 - Reprodução de *Pesadelo: narrativas dos anos de chumbo*



Fonte: Editora Autonomia Literária

Em *Pesadelo: narrativas dos anos de chumbo*, de Pedro Terra, pseudônimo de Hamilton Pereira da Silva (1948 -), temos a enunciação da experiência dos anos da ditadura a partir de um enunciador que viveu na prisão, juntamente com outros companheiros. De maneira polifônica, Terra enuncia, por meio da literatura, a dor daqueles anos de clausura, que mais que individual, ressoa também na coletividade, ao abordar as várias faces da ditadura brasileira, lançando seu olhar do mesmo modo para a ditadura no Norte. Natural de Porto Nacional (TO), que, na ditadura, situava-se ao norte de Goiás, integrou, como estudante, a Aliança Libertadora

Nacional (ALN), um dos grupos de resistência democrática. Em 1972, aos 24 anos, foi preso, sofrendo, sistematicamente, torturas empreendidas pelos órgãos da repressão, sendo libertado apenas em 1977.

Sua produção literária inicia-se nos anos de cativeiro, registrada em *Poemas do povo da noite*, cuja primeira edição se deu na Itália. Essa obra se constitui, portanto, como uma das produções da literatura de testemunho dos anos da ditadura. No Brasil, a publicação do livro de poemas só seria possível em 1979. A obra recebe menção honrosa do prêmio *Casa de las Américas* (1978), dedicado a produções da literatura de testemunho na América Latina. Posteriormente, Tierra publica várias outras obras, sendo *Pesadelo: narrativa dos anos de chumbo* (2019) a primeira publicação em prosa e, conforme adverte no início do livro, assumido como trabalho de ficção: “Num país onde a história se tece com os fios da própria ficção, pode ser que algum leitor as tome como verdade” (2019, p. 11). Em entrevista concedida a professores da UFNT em 2018, Tierra falou a respeito dessa produção:

Concluí nos últimos dias de 2018 um pequeno livro. Como é o mais recente por algum tempo será o mais importante... Pela primeira vez ficção em prosa. Uma experiência árdua. Imaginei produzi-lo em um ano. Levei três para concluir. São seis histórias curtas e levará por título “O pesadelo circular (Narrativas dos anos de chumbo)”. Histórias imaginadas num país que anda em círculos... Uma experiência como essa me põe à prova. Como me afastar da linguagem poética que molda minha produção há tantos anos para me aproximar de um relato mais ‘objetivo’? É um exercício de aprendizado e não estou muito seguro se alcancei o resultado desejado. O leitor dirá. Como nos livros anteriores, não posso abrir mão de recorrer à memória e à invenção, afinal, parafraseando Manoel de Barros: “Tudo que não invento, é falso...” (Testa; Marinho, 2018, p. 369).

Como ressalta em sua fala, antecipando o livro a ser então publicado, Tierra analisa a circularidade dos episódios políticos no país, salientando as aproximações entre a ditadura pós-1964 e os fatos que levaram ao golpe contra Dilma Rousseff³¹. Certamente, antecipa, em muito, o que estaria por vir nos anos subsequentes. Para o autor, o livro foi escrito, simultaneamente, mediante a memória e uma espécie de “premonição” quanto ao desenrolar dos fatos no cenário nacional. A premonição é, então, possível, justamente em função da memória da testemunha que não pode esquecer. É também por trazer a memória do vivido que se torna possível ler os

³¹ Economista e política brasileira, Dilma Vana Rousseff (1947 -) foi presidenta do Brasil de 2011 a agosto de 2016 quando sofreu o golpe e foi destituída do cargo. No ensino médio, foi líder de movimentos estudantis, e em 1964, ingressou, ativamente, na luta contra o regime ditatorial brasileiro, sendo presa e torturada em 1970.

indícios no presente e antecipar o que está por vir. “O círculo perfeito: as tiranias no Brasil, ora nos perseguem, ora se anunciam. Ora vestem fardas, ora envergam togas. Ainda não conseguimos contar e sepultar as mortes daquele que anoiteceu o país por 21 anos e seus herdeiros já arrombam nossa porta” (Tierra, 2019, p. 11).

A julgar pelos episódios de 08 de janeiro 2023, o arrombamento das portas pelos herdeiros não é metáfora, já que nosso país anda em círculos. O quadro atual se agrava pelas denúncias que chegam a partir de investigações da polícia federal, em 2024, que denunciam uma trama militar golpista, que se organizou para instaurar uma nova ditadura, sob o comando do ex-presidente Bolsonaro (Veja, 2024, s/p).

Narrar sobre a arbitrariedade dos anos de chumbo, para Tierra, é muito mais que resistência, é uma revolução no campo cultural, a qual leva ao amadurecimento do leitor para que ele próprio possa compreender a real natureza das coisas e tomar uma postura de consciência revolucionária e resistente. Em *Poemas do povo da noite* (2009), temos duas referências ao Araguaia, conforme afirmação do autor em mesa redonda³² na UFNT, em 2022. São eles: *Ponto de chegada* e *Golpe*. O primeiro foi escrito após um primeiro contato, em 1974, com José Genoíno Neto, na prisão do Carandiru. Havia incertezas quanto ao que acontecia no Araguaia para aqueles que ali estavam, como também o desejo de que — pela literatura — essa memória de resistência perdurasse. Vejamos:

Aqui deixareis tudo: as dúvidas,
O hábito ao conforto, a palavra fácil.
Ao lado da trempe repousa
Vossa bagagem de certezas.

Tomaia-a em silêncio:
Os olhos da noite estão atentos.
Há apenas o necessário:
a rede, o sal, o amor ao povo.

Sob o paiol de arroz
Encontrareis as armas.
Essa vereda serve
a quem busca a planície.

Na margem do rio,
alguém vos espera
antes do amanhecer.
A Guerrilha tomou o rumo do norte.

(1974)

(Tierra, 2009, p. 59).

³² A fala de Tierra se deu em mesa-redonda do III SIELL, intitulada Testemunhos Literários, que contou com a participação dos escritores Airton Souza (mediador), Pedro Tierra, Liniane Haag Brum e Janailson Macêdo Luiz (Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=YPLluFOIHmk>).

Os sonhos de liberdade, a resistência de jovens que deixam suas casas e seu conforto para o enfrentamento pela restauração da democracia brasileira é que os move. Perseguidos e acuados na cidade, partem para o campo e, como o poeta ressalta, é o amor ao povo que os guia. A nação brasileira precisava se desprender daqueles anos sombrios de cerceamento dos direitos dos cidadãos, principalmente, a população mais distante dos grandes centros que, em sua maioria, nem conheciam os direitos que possuíam.

Como o calabouço era formado por dúvidas, a chegada e posterior desaparecimento de Genoíno no ano seguinte à sua prisão — como de tantos outros companheiros — levou Tierra a produzir um outro poema (*Golpe*), o qual faz ecoar a angústia vivida por todos aqueles que ali estavam.

Hoje sou um a menos.
Tenho o braço amputado,
naveguei a lama
de uma noite faminta,
noite de vermes armados.
Naveguei, menino
de olhos vazados
pela brasa de ferros

enfurecidos.

Vivo o chão dos mortos.
Uma terra onde se costura
a boca dos homens.

Naveguei uma noite de feras.
Minha alma morreu um pouco esta manhã.

Sangra no telhado
a lágrima recusada por meus olhos,
meu ódio,
minha dor.

Foge esta lágrima de fogo
queimando a lenha do meu peito,
devastado por um vento
de girassóis.

Companheiro,
guarda nos ouvidos
nossa canção de coragem,
aprisionada como tuas mãos
nesta manhã de silêncio

e cinzas...

(Presídio Político de São Paulo, 13 de novembro de 1975)
(Tierra, 2009, p. 178).

O eu-lírico, que é um entre tantos, traduz a dor da tortura no corpo físico e na alma daqueles que ali estavam. A dor na alma é tamanha que os olhos não mais possuem lágrimas, apenas sangue, sinônimo de ódio e dor. A dor os une e os faz resistir durante a tormenta. É também silêncio não somente para aqueles que são calados pela morte, mas para os que resistem e seguem a tormenta de dias e noites no calabouço forjado pelos “vermes da ditadura”.

Durante toda a narrativa de *Tierra*, fica nítida a necessidade dos agentes de Estado de matar não somente o corpo, mas a alma daqueles jovens que, arbitrariamente, foram encarcerados, torturados e mortos. Aos que sobreviveram, cabe a necessidade de continuar a resistir e fazer ecoar as vozes daqueles que não estão mais aqui para serem ouvidos.

A coletânea *Pesadelo: narrativas dos anos de chumbo* (2019) possui sete contos subdivididos em seções que tratam sobre as várias faces da ditadura, como prisão, tortura, delação, desaparecimento e resistência. O livro conta com o *layout* da capa (em forma de colagem e sobreposição) e contracapa (como uma montagem em tira de algumas das imagens do interior do livro), produzidas pelo artista Elifas Andreato³³ quarenta anos antes da publicação das narrativas. As ilustrações sobre os vários tipos de tortura aplicadas aos prisioneiros do regime ditatorial estão organizadas da seguinte forma: na primeira página, o leitor encontra a mesma imagem da contracapa, só que colorida e mais nítida; a segunda imagem está localizada na página sete e refere-se à tortura no pau-de-arara com o símbolo do nazismo localizado na parte inferior esquerda, esta antecede os agradecimentos e a advertência; na página treze — antecedendo a “*Conversação sobre Pesadelos*” —, a imagem com a data de 1964 na parte superior esquerda representa os vários tipos de torturas, como pau-de-arara, afogamento e estupro; as próximas três imagens antecedem alguns contos, seguindo uma ordem que se orienta pela relação da narração com as imagens de Andreato.

A primeira representação (cadeira do dragão) antecede as duas primeiras narrativas do livro, sendo que, somente na página sessenta e sete, o leitor irá deparar-se com a próxima imagem a qual representa um corpo torturado em desfalecimento com alguns elementos (as sandálias, os pregos nas mãos e pés, o pequeno tecido branco que cobre as partes íntimas) que remetem à imagem de

³³ Designer gráfico e ilustrador brasileiro, Elifas Vicente Andreato (1946 - 2022) usava a arte como uma atividade poética de sentido social para fazer protestos e denunciar a ditadura brasileira.

Cristo crucificado. Essa imagem, que simboliza a morte do indivíduo após vários tipos de tortura, antecede os demais contos (do III ao VII). Após o último conto, segue mais uma imagem de Elifas que representa a tortura em homens e mulheres, contendo não somente os corpos mortos como também um quadro no lado superior direito (marcado com um x em vermelho), com vários rostos das vítimas da ditadura brasileira. Na mesma representação, no lado superior esquerdo, encontra-se um homem torturado, mesclado com a bandeira do Brasil escrito ao centro em azul e vermelho “*Nunca mais 1985*”. Entre o quadro e a bandeira, acima do corpo de um homem crucificado, está um verso (em caixa alta) de Castro Alves: “SENHOR DEUS / DOS DESGRAÇADOS/ DIZEI-ME VÓS, / SENHOR DEUS / SE É DELÍRIO / OU SE É VERDADE/ TANTO HORROR / PERANTE OS CÉUS?” (Tierra, 2019, p. 158). Na parte inferior, abaixo do homem e da mulher torturados, a legenda: “A VERDADE AINDA QUE TARDIA *DODORA*”.

Segundo Tierra (2019, p.10), as imagens relacionadas aos modos de tortura utilizadas pelos militares no período de exceção brasileira “dão forma, figura e testemunho dos tempos bárbaros em que vivemos”. Para melhor compreendermos a relação entre as imagens de Andreato e as narrativas de Tierra, vejamos, abaixo, alguns dos contos de *Pesadelo*:

1. I. *Sinfonia nº 2*: o conto remete à Sinfonia nº 2 de Jean Sibelius, ouvida por um dos oficiais enquanto torturava, com água e choque elétrico, os considerados inimigos do Estado. O conto é dividido em cinco partes, sendo elas com títulos que remetem a movimentos musicais: I. Primeiro movimento: *Allegretto*, II. Segundo movimento: *Andante ma rubato*, III. Terceiro movimento: *Vivacíssimo*, VI. Quarto movimento: *Finale-Alegro Moderato*, V. Epílogo manuscrito encontrado à margem da partitura. Todas as partes do conto representam a maneira como a tortura era impingida aos sujeitos encarcerados, ora de modo acelerado ora de modo mais moderado. O ritmo é controlado pelo torturador, que como um maestro, orientava a forma como a tortura deveria ser conduzida. Para aquele torturado, independente da maneira escolhida por seu algoz, a tortura é da ordem da aceleração, pois é impossível ao sujeito atribuir sentido a uma experiência como essa. Com narrador em primeira pessoa, intercalando com a voz de seu algoz em alguns momentos, o leitor conhecerá, passo a passo, a tortura na cadeira do dragão acompanhada da Sinfonia nº 2. Ao final, o torturado assassina o torturador com uma corda de

violoncelo. Trata-se de um final ficcional, mas Tierra revelou a pesquisadores da UFNT, em novembro de 2024, que narra ali sua experiência na prisão.

2. III. *O leitor do livro do Apocalipse*: o conto é dedicado ao líder camponês que emerge como liderança no movimento de Trombas e Formoso, em Goiás (anos 1950), José Porfírio. Porfírio foi perseguido pelo governo militar em 1964, refugiando-se no Maranhão até ser descoberto e preso em 1972. Solto sete meses depois, desaparece quando voltava para casa. Trata-se, pois, de um dos muitos desaparecidos da ditadura.

O conto narra o cotidiano da carceragem dos porões da ditadura e a importância da pouca comunicação entre os que ali estavam. É a chegada de um homem de olhos azuis, que de memória, narra passagens da bíblia, em específico do livro do Apocalipse, que chama a atenção do narrador. Dividido em três partes, a narrativa segue na descrição deste personagem emblemático que é apresentado ao leitor como o novo Antônio Conselheiro, sendo sua voz identificada em alguns trechos destacados em itálico que mais parecem delírios. Na segunda parte do conto, o leitor conhece mais um pouco sobre a história da luta em Trombas e Formoso, o que nos leva a crer, apesar de não haver identificação, a relação dos delírios do personagem com a construção da figura de Porfírio, desaparecido em 1972 após ser preso, torturado e “solto” pelos militares.

A terceira e última parte da narrativa inicia com um dos delírios do leitor do Apocalipse, o qual avisa, em forma de premonição, que desaparecerá e se transformará em “sombra” para viver eternamente sem sentir dor. *“Quando eu sair daqui ninguém nunca mais saberá de mim. [...] Vou virar sombra. Uma sombra não se prende. Não se mete em cadeias. [...] São defendidas da dor”*. (Tierra, 2019, p.82, *itálico do autor*). Trata-se de um dos contos mais poéticos do livro e Tierra confirma ter convivido com Porfírio na prisão.

3. IV. *Coragem*: o conto é dedicado a Alaor Figueiredo, dirigente do PCB de Goiás nos anos de 1970, também encarcerado, preso e torturado em Brasília à época. A narrativa está dividida em três partes, com um narrador em primeira pessoa que descreve o lugar em que se encontra (a carceragem) e o que ouvia sobre os que ali estavam, como por exemplo, a chegada de uma das militantes do Baixo Araguaia, capturada com um bebê recém-nascido e torturada: “Por alguns

dias, da cela 14, escapavam nas madrugadas, vagidos insistentes: a vida fere. A vida rompe. A vida incomoda” (Tierra, 2019, p. 89).

Na segunda parte, a narrativa segue com a descrição do local e dos companheiros que chegavam do Baixo Araguaia com malária. Recebidos a ferro e fogo, é pela escuta atenta do narrador que o leitor conhece como funcionavam os porões da ditadura. A voz de um dos torturados aparece demarcada em itálico já ao final da segunda parte, aproximando o leitor, mais uma vez, do inenarrável. Na última parte do conto, um outro companheiro de cela, esse já com sessenta anos, em meio aos que tinham por volta de vinte e cinco, demonstra aos jovens a sabedoria de um militante mais experiente, aquele que resiste nas palavras e no corpo, apesar da idade: “A coragem — aprendemos ali — não elimina o medo: é a sua contraface. Ela continua lá, como um veneno latejando sob a pele. É a insuportável tensão entre o impulso de vida e a vertigem de renunciar a ela” (Tierra, 2019, p. 98-99).

A temática da tortura perpassa todos os contos, no entanto, vale ressaltar que a abordagem é sensível e cuidadosa. Conforme Silva (2020a), as frases curtas, concisas, primando pela objetividade, potencializam o efeito da crueza e falta de sentido da violência que denuncia, trazendo para a prosa elementos da experiência com a poesia. Do ponto de vista temático,

Tierra traz as imagens desse universo prisional no contexto ditatorial, que exaspera práticas da violência do Estado, visando a destituir o sujeito de qualquer resistência, razão e esperança. As figuras que possibilitam ver, ouvir e sentir o que aquele que testemunha viveu se organizam por encadeamentos isotópicos de figuras que vão dar concretude ao instante terrível do encontro do corpo/sujeito com o sofrimento que sobre ele recai como punição. Como destinador supremo, o Estado não perdoa e tem nos oficiais e suboficiais os adjuvantes ideais, executando com prazer e/ou indiferença a sanção que ali se impõe. (Silva, 2020a, p. 13).

A produção literária de Tierra, portanto, faz ecoar como o Estado de exceção agiu e age sobre os corpos que julga inimigos.

E) Contos da guerra do Araguaia

Em 2022, Luiza Silva e Dernival Venâncio Ramos Jr. organizaram a coletânea *Contos da guerra do Araguaia*, publicada como e-book pela editora da UFNT, e na

versão impressa, pela editora de Araguaína LeCoq, em 2023. O livro reúne 15 autores, dentre pesquisadores e/ou escritores residentes no Tocantins que produziram 29 contos, alguns deles escritos a partir da memória que trazem da infância e das informações que chegavam do conflito no Araguaia, como no caso do escritor jjLeandro, a forte presença militar na região, reportando-se a acontecimentos que obtiveram por relatos orais ou são apenas ficcionais. Dentre esses contos, destacam-se os do escritor e jornalista jjLeandro, pseudônimo de José Leandro Bezerra Jr. Membro da Academia de Letras de Araguaína (ACALANTO), o escritor vinha reunindo, desde 2015, narrativas para a organização de um livro dedicado à guerrilha, publicando aos poucos em sua página no Facebook.

Em *A visita do coronel* (2015), jjLeandro tematiza a questão de como a população, inclusive crianças, que nada sabiam sobre a Guerrilha, era persuadida pelos agentes de Estado a ver os guerrilheiros como bandidos, “terroristas”, compreendendo que quem não os entregassem seriam também inimigos da nação brasileira. Na narrativa, um dos coronéis responsáveis pelas ações no Araguaia vai a uma escola de ensino fundamental da região e intimida, por sua fala enfática e gestos de ameaça, toda a comunidade escolar, inclusive as próprias crianças, a delatarem os jovens do PCdoB ou qualquer um que os ajudasse. A maneira como a narrativa é conduzida — sendo o narrador uma das crianças ali presentes — denuncia o modo de agir do Estado repressor que, pela força de fogo, poder de matar qualquer um sem explicação, gera medo na maioria da população levando-a a ceder às exigências daqueles que a coíbe.

Imediato passou da severidade à bonomia, abriu um largo sorriso paternal que nos tirou por um instante a inquietude, afinal estava ali para nos cativar à sua causa, não para nos combater. Mas as palavras acompanhavam seu humor volátil. Por isso fez-nos tremer no momento seguinte quando, circulando entre as fileiras de alunos, postura teatral de passos medidos e pesados, como se esmagasse raivosamente inimigos da pátria com o tacão da bota militar, disse num quase vitupério que as selvas do Araguaia estavam infestadas de terroristas. Quase todos os alunos, num só olhar, voltamo-nos para o diretor; pedíamos socorro, afinal o que era um terrorista? Pobres diretor e professores, mantinham-se imóveis, pálidos como folha morta no outono, suando debaixo do calor do sol firme da manhã que terminava. (jjLeandro, 2015, s/p).

Assim, ao descrever os gestos do personagem coronel, a maneira como fala e olha para os estudantes dispostos em fila no pátio da escola, o narrador revela que o temor de serem os próximos alvos daquele coronel leva os estudantes, ao final da

narrativa, inocentemente, a aceitarem a empreitada de “caçar terroristas” e entregá-los aos agentes. A narrativa de jjLeandro nos revela que nem mesmo as crianças foram poupadas da violência, seja psicológica ou física, instaurada pelos militares na região do Araguaia. Fica claro que todos, sem distinção, que ousassem contrariar os agentes seriam punidos severamente.

Convidado para o projeto da coletânea pelos organizadores, o escritor participa da publicação com seis contos, três deles dedicados ao guerrilheiro Osvaldão e um à guerrilheira Dina. Menino nos anos 1970, assistia, assustado, à chegada de tanques de guerra atravessando a Belém-Brasília rumo a Xambioá. Na medida que aumentava a presença de soldados, tanques, helicópteros e os guerrilheiros resistiam, estes alcançaram, na região, *status* de heróis e, mesmo, de seres dotados de poderes sobrenaturais, protegidos pelos encantados da mata. Ao lado de meninos de sua idade e companheiros de jogos de futebol, o narrador explicita sua torcida pela derrota dos militares:

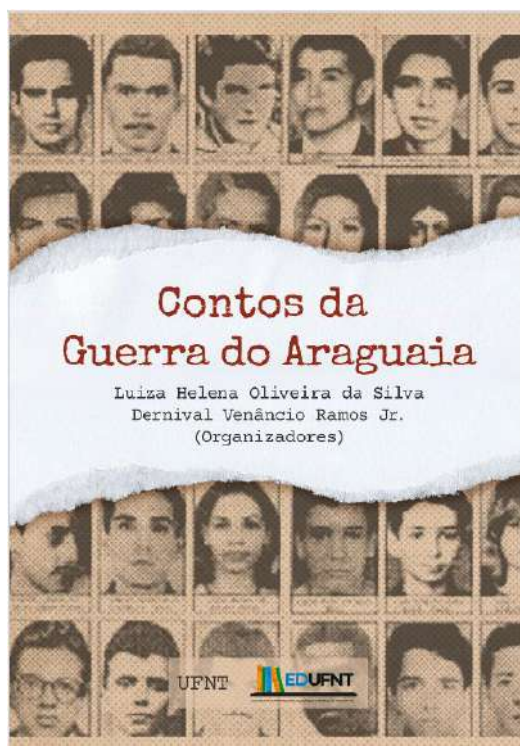
Apesar de neutralizar a guerrilha como força militar, o exército sentia o desconforto da situação e por isso não tinha descanso. A vitória seria pírrica se toda a guerrilha fosse eliminada, mas um único elemento impelisse suas forças no final. Como explicar aos supremos chefes da Ditadura em seus confortáveis gabinetes em Brasília que mais de cinco mil homens farejavam como cães de caça até a exaustão a região do Bico do Papagaio e a serra das Andorinhas e não tinham notícia alguma de Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão? Adiantava dizer que ele se fundia com a floresta, transformando-se em árvore ou pedra, tal a facilidade com que desaparecia quando perseguido pelos mateiros e o exército? Piores ainda eram as baixas que infligia ao exército, vergonhosas do ponto de vista militar, pois sabiam que o inimigo estava faminto, mal armado e quase morto. Devia rir num justo riso vingativo a cada vexame das forças nacionais, como um saci executando suas traquinagens. (jjLeandro in Silva; Ramos Jr., 2023, p. 63-64).

No conto *Goela de ouro* (2023), um narrador onisciente apresenta ao leitor o sofrimento de um garimpeiro nos últimos dias de vida, o qual teve que deixar seu ofício, assim como muitos outros, devido ao receio de ser confundido, na mata, com um guerrilheiro.

Depois que o Exército chegou ao Bico do Papagaio para combater a Guerrilha do Araguaia, a saúde de Goela de Ouro declinou tão rápido quanto a paz na região. Ele e tantos outros precipitaram-se dos garimpos para as cidades, não porque estivessem implicados com a insurreição. Mas porque um homem na mata tinha muito que responder às forças de repressão, qualquer vacilo na fala era confissão de colaboração, podendo ser pior — identificado como guerrilheiro. E se sabia que nessas circunstâncias a vida valia menos que nos atribulados dias de garimpo. Só por isso. Não havia salvo-conduto possível. A prudência ordenava evasão. Assim muitos fizeram, Goela entre eles. (jjLeandro, 2023, p. 75).

É pela lembrança da vida do personagem Goela que o narrador faz referência aos percalços enfrentados pelos moradores da região após a chegada dos militares. No conto, o narrador apresenta todas as transformações, os medos e as dores de uma população que se viu em meio a uma guerra sem nem saber os motivos. É pela experiência de viver aqueles anos que Leandro leva o leitor, pelo viés ficcional, a conhecer as várias faces desse período sombrio de nossa história, ao optar por ressignificar aqueles anos ao ecoar tantas vozes silenciadas.

Figura 17 - Reprodução da capa de *Contos da guerra do Araguaia*



Fonte: EdUFNT

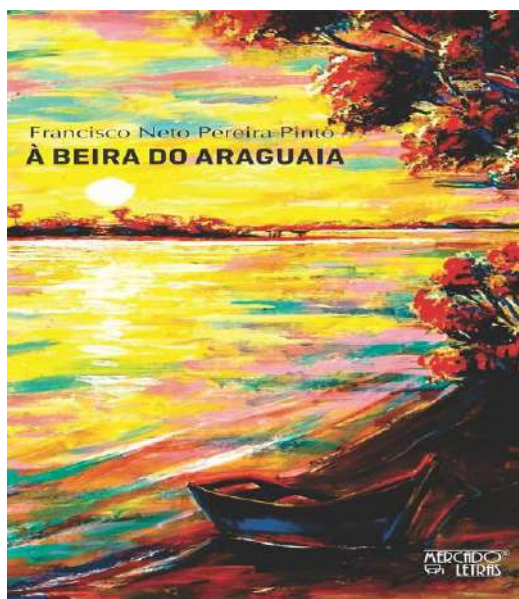
Na coletânea, ainda que a figura do guerrilheiro Osvaldão seja presença em grande parte dos contos, tendo em vista que se torna uma espécie de mito, calçando os sapatos ao contrário para despistar mateiros em seu encaixo, como se encarnasse o Curupira, emergem narrativas que, como em *Goela de ouro*, os protagonistas são pessoas da região impactadas com a violência. É o caso dos contos de Irene Gomes (advogada e pesquisadora), Olívia Medeiros, Maria Leal e Dornival Ramos Jr. (historiadores), Luiza Silva, no conto Edmaira, que fala da tortura

e estupro de uma camponesa. Em outros, o tema é o silenciamento da memória na região, como na narrativa de Naiane Vieira. A prefaciadora, Rita Bittencourt, resume a proposta do livro: “[...] se exhibe como evento de arquivo, capaz de operar em nome de um presente elástico e potente, revisitando o passado para apontar para o futuro, quiçá mais livre e menos temeroso” (2023, p. 9). A julgar pelos últimos relatos de tentativa de golpe no país, ao menos o presente segue temeroso, a demandar que a literatura se mova em potência de luta.

F) À beira do Araguaia

À beira do Araguaia é uma coletânea de contos de Francisco Neto Pereira Pinto, com primeira edição publicada em 2021. Em 2024, a segunda edição é acrescida de um conto, ilustrações e modificações, como o uso de pontuação mais tradicional e reconfiguração do tamanho dos parágrafos. Os contos se circunscrevem à vida de moradores ribeirinhos, o casal Ana e Pedro, os filhos Téo e Eve, Romão e Sebastiana. Apesar dos nomes repetirem a presença dos personagens, estes se mostram em cada um como sujeitos diferentes. Ora Pedro é pescador, ora Pedro é garimpeiro, o mesmo acontecendo com os demais atores, que encarnam diferentes papéis. Comum a todos eles é a forte presença do rio Araguaia, na margem paraense, como também um personagem e, mesmo, destinador dos sujeitos.

Figura 18 - Reprodução da capa de *À beira do Araguaia*



Fonte: Mercado das Letras

Em um dos contos, *Silêncio*, Francisco Neto recupera uma das narrativas que nos chegam como relatos comuns, dada a ação de militares sobre camponeses humildes. Nele, o camponês Pedro é levado preso por militares, acusado de atuar como terrorista ou adjuvante dos terroristas — modo como eram denominados os militantes do PCdoB. Ignorando o envolvimento político dos vizinhos, tem sua casa invadida à noite, é preso e torturado. Retorna tempos depois, traumatizado e silencioso. O conto é finalizado com versos: “O homem não estava mais ali / Era só um corpo arquejante meu Deus / A morte num resto teimoso de vida” (Francisco Neto, 2021, p. 72).

Natural do Pará, o autor recupera a memória de camponeses da região. Assim como JJ Leandro, o pesquisador e professor é também membro da ACALANTO.

G) A poesia de Bertin da Carmelita

Como se pode observar pela relação que elaboramos até aqui, multiplicam-se as produções literárias que tomam a Guerrilha do Araguaia como tema, principal ou secundário. Nesse sentido, há produções recentes, como a do jornalista Paulo Roberto Ferreira, que, em 2024, publicou o romance *A figa verde e a misteriosa*

mulher de branco, no qual, a temática se volta para os efeitos das políticas para a Amazônia empreendidas pela ditadura militar. Nomes de personagens históricos são ali modificados, mas as características que apresentam e seu papel da trama permitem relacioná-los, por exemplo, a Osvaldão ou ao Dr. Juca. A relação que aqui comentamos brevemente não é, pois, exaustiva. Finalizamos a seção, desse modo, com a referência ao poema do escritor paraense Bertin da Carmelita, *Serra das andorinhas*, publicado no livro *Fazenda Alegria* (2019).

O título do poema remete a uma serra do sul paraense em que corpos de militantes do PCdoB e de outros envolvidos na Guerrilha teriam sido queimados, a fim de não deixar rastros do que aconteceu. No poema, Bertin da Carmelita tematiza a resistência e a denúncia aos anos de subjugação do temido militar que se manteve na região, mesmo após o que se considerou o fim da guerrilha para a história oficial, o major Curió. Lá, comparece também o tema da resistência: “Torturas, nunca mais / Andorinhas (juntas) ainda fazem .../ Verão!!”.

No poema, evoca-se o desaparecimento das pessoas, personificadas nas andorinhas que não voam mais à serra e nem habitam a terra. A Casa Azul é representada por uma “gaiola azul da morte”, fazendo alusão às torturas que se abateram, modificando o cotidiano dos moradores da região, com a destruição de suas roças, expulsão das terras e assassinatos. Remete, ainda, às mudanças severas na natureza após a chegada dos militares à região, como o rio de águas cristalinas ser transformado em águas rubras, pela evocação do sentido da guerra sanguinolenta que ocorreu no Araguaia.

Tanto Bertin quanto Bernardes utilizam dos recursos poéticos e da linguagem literária para se referirem, explicitamente, ao capitão Curió como o agente que transforma a vida dos moradores da região após sua chegada. Em Bernardes, o personagem é o responsável, direto e indireto, pela morte de camponeses, expropriação das terras dos colonos e enriquecimento ilícito. Já em Bertin, o pássaro Curió tem a função de torturar e desaparecer com aqueles que eram levados para a “gaiola azul da morte”. Ambos os autores enunciam o temor que a presença desse personagem emblemático do Araguaia exerceu na região durante o tempo que aqui esteve, seja como agente, como político ou empresário.

As narrativas ora apresentadas garantem ao leitor o acesso a outras versões da história oficial, versões estas que fazem ecoar as vozes daqueles considerados à margem, ao ressignificar a versão coletiva da experiência dos moradores da região

do Araguaia e as consequências, seja no corpo, seja na alma de cada um que sobreviveu à guerra instalada no Norte. Conforme apresentado anteriormente, a Guerrilha do Araguaia foi da ordem do acontecimento (Zilberberg, 2011) para os moradores da região, que sem saberem sobre o que acontecia fora daqui, viram-se em meio a uma guerra que ainda os assombra. Da continuidade da vida campesina, passaram, abruptamente, à descontinuidade da guerra instalada. Foram torturados, perderam amigos e familiares, tiveram suas plantações destruídas, muitos perderam suas terras e os que sobreviveram não tiveram condições de voltar a trabalhar na lavoura dadas as sequelas das torturas sofridas pelos militares e agentes do poder.

Assim, as escolhas enunciativas de autores relacionados nesta seção ressignificam a história por meio da ficção, em uma tomada de posição política/social que confronta, ao passo que também denuncia, as atrocidades impingidas pelo Estado aqui no Norte, seja antes, durante ou após a Guerrilha do Araguaia. A partir dessas narrativas, a história hegemônica ecoa lado a lado com a versão que ela nega e que questiona seus métodos, de forma a promover, segundo entrevistas feitas com alguns desses escritores, o não esquecimento requerido pela Lei de Anistia Brasileira, e ainda, para que o leitor tenha contato com as duas versões de forma a conhecer e refletir sobre o que aconteceu, ao perceber as várias facetas da história e compreender a ideologia do silenciamento presente na versão oficial. As escolhas enunciativas apresentadas nesta seção sinalizam uma vertente próxima à concepção da teoria do testemunho na América Latina, cujas especificidades estão sendo discutidas e serão apresentadas na seção de análise desta tese.

6 SEMIÓTICA DISCURSIVA E A ANÁLISE DO SENSÍVEL

Pensar nas relações entre sujeito e mundo nos leva a várias reflexões, dentre as quais, o questionamento a respeito de como podemos sentir a realidade que nos cerca e problematizar isso a partir de nossas experiências sensíveis. Sob esse viés, a semiótica, a partir de Greimas, busca compreender o sentir dos sujeitos e sua relação com o mundo natural concebendo que jamais temos acesso ao ser das coisas, mas apenas à sua aparência, ao modo como se apresentam aos nossos sentidos e, sendo assim, estamos condenados à imperfeição (Greimas, 2002), movendo-nos, ao menos do ponto de vista da nossa relação estésica e estética com o mundo, entre fraturas e escapatórias.

As fraturas são momentos em que ocorre uma ruptura na continuidade de um processo narrativo, indicando uma mudança significativa no percurso do sujeito, seja em termos de valores, expectativas ou ações. No nível da narrativa, a fratura pode ser vista como uma quebra na coerência esperada, como um evento que altera o curso da história, desestabilizando o equilíbrio entre as forças contrárias. No caso das fraturas da ordem do inesperado, o sujeito apenas sofre os efeitos da imprevisibilidade, que instauram, momentaneamente, a descontinuidade na continuidade. No caso das escapatórias, por sua vez, o sujeito age sobre o mundo, a partir de uma intencionalidade que busca ressignificar uma continuidade que se esvazia de sentido. São formas de lidar com as fraturas, ou de desviar do caminho normativo, que permitem, ainda, que o sujeito escape de uma situação de impasse ou de uma narrativa negativa.

Em outras palavras, as fraturas são quebras ou rupturas que interrompem a continuidade de uma narrativa ou de um processo de significação, desestabilizando a trajetória esperada do sujeito. As escapatórias são as soluções ou desvios que o sujeito adota, elegendo um caminho alternativo. Esses conceitos são fundamentais na semiótica de Greimas (2002) para entender como as narrativas e os sistemas de significação lidam com momentos de crise e como o sentido é negociado em situações de ruptura e desvio. Nas duas situações, interessa o “sentido sentido”, de forma que esse sentir possa partir tanto do sujeito que sente o mundo quanto do objeto que apreende o sujeito, de maneira a levá-lo a sentir.

É nas interações cotidianas que, em algum momento, por algum motivo — por vezes, não tão claros — percebemos o mundo que nos cerca e nossas relações com os objetos do mundo natural a partir de relações sensíveis. Essas relações possuem uma via de mão dupla, já que não somente o sujeito atribui sentidos aos objetos, mas também, os objetos impõem sua presença por meio de sua materialidade significativa. No caso do acidente que marca a aparição inesperada e impactante do objeto no campo de presença do sujeito, pode ocorrer uma espécie de inversão de papéis actanciais, deixando o sujeito atônito e estupefato.

Essa forma de experienciar o mundo leva a dois pontos cruciais da análise semiótica greimasiana: a dimensão sensível (estesia) e o olhar estético para o objeto semiótico (a estética). No campo da percepção, o olhar estético está relacionado à forma como o sujeito percebe o mundo que o cerca, ou seja, como ele sente o objeto, como percebe sua dimensão sensível. O olhar estético, por sua vez, está atrelado ao plano da expressão.

A fim de melhor refletirmos sobre nosso *corpus*, pautamo-nos pela noção de corpo em Fontanille (2016), considerando que é o corpo que comporta o sentir/sofrer e guarda em si, como marcas, uma memória.

Embora a fenomenologia que convoca o corpo esteja nos fundamentos da semiótica, a orientação que dominou as produções nos anos iniciais incidiu sobre a elaboração de um percurso formal e lógico, deixando de fora o operador sensível. A partir de *Da imperfeição*, porém, essa dimensão é retomada, de modo a empreender o percurso analítico não mais sob a perspectiva lógica e formal, mas como “fenomênico e encarnado”. Fontanille propõe uma semiótica da “marca”, considerando as marcações observáveis e interpretáveis atualizadas por um actante enunciativo e/ou actante narrativo. Além disso, as próprias operações efetivadas pelo sujeito epistemológico se dão sob esse modo, também ele encarnado e sensível. Como observa Fontanille (2016, p. 15):

[...] se as conversões entre níveis de pertinência são consideradas como fenômenos, até mesmo como práticas, e não como operações lógicas formais e de natureza especulativa, então elas implicam um sujeito epistemológico dotado de um corpo, que percebe os conteúdos significantes e que calcula e projeta seus valores. A cada mudança de nível de pertinência, pode-se imputar a rearticulação das significações à atividade desse operador sensível e encarnado [...].

Nesta tese, mobilizamos, de suas contribuições, o que nos interessa mais de perto para os estudos da memória e do testemunho, levando em conta, conforme o autor, que:

[...] para que haja testemunho, é preciso então que a ausência atual da experiência que o locutor está prestes a enunciar seja compensada (i) pelas marcas que a memória de um corpo sensível conservou, e em seguida (ii) pela capacidade de restituição *eticamente legítima* que essa experiência e esses traços proporcionam ao corpo enunciante. (Fontanille, 2016, p. 152-grifos do autor).

A substância corpórea de que tratamos aqui refere-se à compreensão de que “o actante é um corpo e não somente ‘tem um corpo’” (Fontanille, 2016, p.19). Assim, o corpo semiótico será analisado, nas obras escolhidas, como uma figura que sente, sofre, tem memória, é sensível e vive o acontecimento (Zilberberg, 2011). Todo ato enunciativo realizado pelo Eu carne (corpo sensível) será potencializado na memória do uso, como uma memória do corpo semiótico, a qual estabelece marcas em sua superfície. Segundo Fontanille (2016, p.131), a marca é resultado de um contato entre dois corpos e das forças que esses trocam entre si. Assim, a *práxis* é estabelecida a partir de um corpo social, que também pode ser coletivo, já que todo ato enunciativo (Benveniste, 1986) reverbera o discurso de outrem, o qual vai sendo incorporado ao ser individual, formando-o e modulando-o em um jogo de forças por meio do qual a identidade do Ser é construída.

O corpo actante, aquele que sente e enuncia, narra, após o *devir*, a construção do corpo próprio (Si), o qual sofre as ações e estabelece as orientações a partir das tomadas de posição (os gestos) do corpo individual, que reflete uma coletividade ao construir, ao longo do percurso, sua identidade de corpo social, sensível e sempre em movimento. Essa mobilidade do corpo semiótico pode ser exemplificada em um esquema dinâmico, como apresentado por Fontanille (2016, p. 26) ao afirmar que as pressões do *devir* (sentidas e absorvidas ou repelidas pelo Si) constroem uma identidade, que não é fixa.

O gesto do EU carne, como substrato sensório motor, coloca o corpo em movimento, e este enfrenta as pressões (excitação, inibição) desse gesto no *devir*. Desse modo, a capacidade ou não de resistência constrói a identidade figural do corpo actante (Fontanille, 2016, p. 28), a qual, na enunciação em ato, toma concretude e se estabelece como figura do mundo natural. Nesse sentido, já que para a construção da identidade figural (autonomia esquemática, singularidade) é

preciso uma inércia³⁴, para a construção da figura é necessária uma concretude que só pode ser manifestada na enunciação em ato. Assim, somente na concretude do realizado (a enunciação em ato) é que se pode ditar um certo grau de estabilidade da identidade construída no percurso.

Se, para Greimas (2002), é a falta que move o sujeito em direção ao objeto e vice-versa, para Zilberberg (2011), o que movimenta o sujeito é o excesso: “Se por um lado, o acontecimento se apropria do sujeito [...], transformando-o em sujeito do *sofrer*, a ascendência, por outro lado, determina ao sujeito um modo do *agir*” (Zilberberg, 2011, p. 24 – grifos do autor). É o corpo actante que sente e registra as marcas do acontecimento, de forma a construir, ao longo do percurso, uma resistência, à medida que consegue ou não atenuar esse impacto para poder manter seu curso. Alinhando essa discussão com as questões do corpo semiótico em Fontanille (2016), compreendemos que, no *devenir*, as forças antagônicas que moldam o Si constroem a identidade de um sujeito que precisa resistir, mesmo que sua dor esteja em ascendência e seu Eu, em descendência. Uma das formas dessa resistência é o narrar, pois, optar por transformar (após o impacto) o vivido em uma narrativa em que possa se compreender as experiências desse sujeito que sentiu, sofreu, mas precisa se estabilizar para poder continuar, é um gesto que ajuda o sujeito do sofrer a se reerguer.

Para Fontanille (2016, p. 107), todo processo de semiose perpassa pelo corpo discursivo, construindo, no *devenir*, uma identidade que é resultado das marcas das narrativas de nossas vivências. Essas marcas nada mais são do que a memória do corpo em *devenir*, do jogo de forças que o Si enfrenta ao resistir, persistir — em seu ponto de remanência — às tensões do mundo com o qual se relaciona, de forma a estabelecer uma capacidade de não sucumbir (ponto de saturação). Nesse percurso, o ponto de remanência do corpo actante é a direção estabelecida e sustentada pelo Si até seu ponto de saturação, seu limite, no qual ocorrem os excessos e/ou a extinção do jogo de forças que constrói a identidade do sujeito. Nessa perspectiva, quando o corpo actante, aquele que apreende o mundo sensível, recebe uma carga extrema de intensidade, ele precisa atenuar ou dissolver esse impacto para poder continuar. É esse excesso, como veremos nos próximos tópicos,

³⁴ Segundo Fontanille (2016, p. 28), a inércia, para a semiótica, consiste em um jogo de forças contrárias (remanência e/ou saturação) que agem sobre o corpo actante e nele, possibilitando, a partir daí, forjar uma identidade em *devenir*.

que move o sujeito a produzir uma literatura de testemunho. Como os sujeitos diretamente impactados pela guerrilha não produziram relatos por escrito — guerrilheiros que não sobreviveram, camponeses e indígenas sem acesso ou pouco acesso à escrita de gêneros diversos —, outros sujeitos entram em cena, buscando traduzir o sentir e o sofrer de outrem.

Na próxima subseção, apresentamos reflexões acerca de narrativas que operam pelo registro da memória do acontecimento, e para isso, selecionamos trabalhos de Janailson Macêdo e Abílio Pachêco. Nossa proposta, então, busca refletir sobre quais sentidos os sujeitos assumem em relação à experiência do vivido, a partir de uma compreensão da memória como sempre do presente, construção de sentido de um agora, conforme observa Luiza Silva (2016, 2021a), atrelada à discussão da semiótica tensiva em Zilberberg (2011) a respeito da tônica do acontecimento para os sujeitos que experienciaram eventos que modificam suas vidas, irrompendo uma nova narrativa para eles. Além disso, buscamos relacionar essa experiência a partir da concepção de corpo semiótico em Fontanille (2016), o qual traz as marcas da construção do corpo em *devenir*, a partir de um jogo de forças em que a identidade do sujeito é construída.

6.1 JANAILSON MACÊDO: NARRAR O INENARRÁVEL

Lançamos nosso olhar, inicialmente, para a coletânea de contos do professor, escritor e pesquisador Janailson Macêdo, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Macêdo tematiza a Guerrilha do Araguaia sob o viés da memória dos sobreviventes negligenciados pelo Estado, em uma coletânea de contos intitulada *Crônicas do Araguaia* (2015). O livro possui doze contos, sendo uma das poucas produções em que ecoam vozes subalternizadas de sujeitos fortemente impactados pela repressão militar, levando em conta que estes não conseguiram a mesma atenção que foi concedida aos militantes do PCdoB nas produções literárias, historiográficas e jornalísticas. Tendo migrado para a região para atuar como docente, participa de oitivas da Comissão Nacional da Verdade e, nesse momento, depara-se com depoimentos de camponeses que denunciavam os sofrimentos a que foram submetidos.

A CAPA

Para análise, inicialmente, detemo-nos na capa dessa publicação, que integra o livro pensado como objeto. Levamos em conta o plano da expressão e sua abordagem sobre a superfície plástica, embasados nos trabalhos de Lucia Teixeira (1998; 2008).

Considerando a dimensão visual, a escolha de cores, textura e formas – no plano da expressão – incide sobre o plano do conteúdo, dando sentidos que se complementam à medida que se correlacionam. Conforme Teixeira, “Ler o texto visual, assim, é sempre considerar que o conteúdo se submete às coerções do material plástico e que essa materialidade também significa” (Teixeira, 1998, p. 03).

Figura 19 - Capa e contracapa do livro *Crônicas do Araguaia*



Fonte: Ed. do Autor

A capa e a contracapa da coletânea de contos de Macêdo constituem a representação gráfica de um objeto artístico talhado em um pedaço de madeira

(tronco de árvore), com tinta vermelha na vertical, do artista plástico Flaw Mendes³⁵, amigo de Janailson Macêdo. Segundo Macêdo, o próprio Flaw diagramou a capa da obra, tendo como resultado a representação registrada na figura 19.

O *layout* da capa do livro de Macêdo foi um trabalho de construção conjunta entre escritor e artista, já que, por serem amigos, Flaw sabia da intenção do autor ao escrever a obra, conheceu seus rascunhos e quis homenageá-lo com o objeto artístico que produziu, especificamente, para esse fim. Escritor e artista, então, decidem transformar a arte talhada em madeira na capa do livro, ficando a cargo do próprio artista esse trabalho. Compreendemos, assim, que a diagramação do *layout* dessa obra compõe sentidos que se entrecruzam com as temáticas do livro, de forma a também fazer referência a um elemento “local” pela escolha da representação, inicialmente, de um tronco de árvore que testemunha os acontecimentos do Norte ocorridos na mata, a Guerrilha do Araguaia.

Ao voltar nossos olhos à imagem (Fig. 19), no canto superior à direita da capa do livro, sobreposto à representação diagramada do que pode ser um tronco de árvore, aparece apenas o nome da obra (na cor branca) e do autor (na cor amarela). Na contracapa, em fundo branco e sobreposto à representação do tronco e da linha vermelha, temos as informações a respeito do prêmio PROEX³⁶ de Arte e Cultura (2014) da UNIFESSPA, no qual o livro obteve o primeiro lugar. No rodapé, também sobre a representação, aparecem as informações das logomarcas dos financiadores e o ISBN da obra. Com isso, evidenciamos, no *layout* da capa, criado a partir da obra do artista Flaw Mendes, a mesclagem do claro e escuro — com predomínio das cores mais frias (diferentes tons de verde) —, linhas curvilíneas em diagonais, textura rugosa em relevo. Tal representação assemelha-se não somente à madeira (tronco de árvore), mas também pode ser atribuído o sentido de gruta ou pedras das cachoeiras da região Norte do Brasil, enfim, trata-se de uma presentificação da natureza (madeira), ressignificada como fotografia para composição de capa de livro. A árvore ali está presente com seu corpo de linhas,

³⁵ De nome artístico Flaw Mendes, Flaudemir Sávio Sousa Mendes é um artista plástico, ilustrador, *design* e poeta. Também é autor de diversas capas de livros e CDs e já ilustrou diversas histórias, fábulas e poemas de livros infantis. Mistura à sua poética visual elementos da linguagem literária e desdobra-se por vários suportes e visualidades: intervenção urbana, site *specific*, videoarte, livro-objeto, história em quadrinhos, infogravuras entre outros. Disponível em: <<https://www.paraibacriativa.com.br/artista/flaw-mendes/>> Acesso em: 06 nov. 2020.

³⁶ Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais.

relevos, nuances de cor, ranhuras, rugosidades, do qual emerge o sangue, semi-simbolicamente apreendido pela tinta vermelha.

O título da obra (na parte superior direita), somado à imagem e ao cromatismo dessa, faz emergir os temas do conflito e da morte, reiterando, plasticamente, o que o texto anuncia. Um dos possíveis sentidos para os conhecedores das histórias sobre a Guerrilha do Araguaia é o que permite, ainda, relacionar a capa a uma visão aérea da Serra das Andorinhas, em São Geraldo (PA).

Em uma leitura mais abstrata da oposição semântica estabelecida pelo cromatismo e pela figurativização (Teixeira, 2008), podemos perceber um percurso narrativo a partir da relação entre o plano de expressão e o plano de conteúdo, que é marcado pela oposição vida *versus* morte. Assim, quando relacionamos o predomínio de cores frias (os vários tons de verde) em mesclagem com as neutras (branca e preta) e a cor quente (amarela), salta aos olhos a imagem de uma gruta, cuja representação, na diagramação, faz emergir o sentido de um aspecto áspero, frio e duro (parecer ser pedra). A cor amarela que se soma ao cromatismo sugere raios de sol que, durante o dia, atravessam a floresta fechada e leva luz às rochas e cavernas. Portanto, o sentido direcionado à caverna ou gruta evidencia, inicialmente, de modo eufórico, a vida em harmonia com a natureza; já a cor vermelha que se alonga, disforicamente, apresenta a desarmonia entre homem e natureza e homem contra próprio homem, ao sugerir o sangue derramado no acontecimento histórico que serve de tema ao livro.

Ainda, o aspecto de parecer relevos associados ao jogo cromático sugere certas profundidades, como em uma grande rocha que, ao longo dos anos, sofre deterioração pelas ações da natureza ou do próprio homem. Na diagramação, a tinta vermelha que parece escorrer pela superfície porosa por todo o *layout*, mudando de espessura ao avançar em direção à contracapa, direciona o sentido de continuidade de uma ação, a qual, inicialmente, foi mais intensa, mas ainda persiste, mesmo que em menor intensidade.

Podemos relacionar a descrição à narrativa de anos de conflito na região do Araguaia (1972-1975) que ainda perduram nos dias atuais, conforme entrevista do próprio autor, que assistiu aos depoimentos da Comissão Estadual da Verdade no ano de 2011 no auditório da UNIFESSPA, em Marabá-PA; e ainda, pesquisas como as de Eduardo Reina (2019, 2022) e Irene Gomes (2022). O fazer crer, derivado do

parecer tronco de árvore, pedra ou gruta cortada por um feixe vermelho que se alonga em continuidade, revela a posição subjetiva do enunciador/destinador, que, já na capa, anuncia que as narrativas que os leitores podem encontrar na obra são elaboradas sob o ponto de vista da memória coletiva da região. Em suas doze narrativas, os leitores se deparam com personagens que representam, em sua maioria, os camponeses que experienciaram a Guerrilha do Araguaia e que ainda sofrem seus efeitos.

Apresentamos, à continuação, análise de um dos contos.

O ENXOVAL

No conto *O enxoval*, temos um narrador em terceira pessoa que narra a tragédia de uma família de camponeses pelo olhar de um militante do PCdoB que, escondido na floresta por algum tempo, vai em busca de fumo e informações, além de notícias de seus compadres.

À medida que o militante avança em direção à pequena propriedade da família de Firmino, depara-se com a destruição deixada na roça pelos militares que por ali passaram. “Ao atravessar a roça do compadre, Ele tem uma surpresa: o milho, a mandioca, o feijão... Tudo lambido pelo fogo” (Macêdo, 2015, p.44).

O ponto de vista assumido pelo narrador aproxima o leitor da tragédia e das sensações e emoções vivenciadas pelo guerrilheiro que, inicialmente, já esperava se deparar com a devastação. Em um primeiro momento, tranquiliza-se por ouvir o cantarolar da mulher de Firmino, pois imagina estar tudo bem, apesar da roça queimada. No entanto, ao se aproximar da casa do compadre, suas expectativas são quebradas e o leitor passa a conhecer os fatos experienciados pelos camponeses durante a guerra no Araguaia. O militante que avança, mesmo preparado para o que, possivelmente, irá encontrar, depara-se com o inesperado, que o leva a exprimir todo seu espanto por meio da sua sensorialidade. São os fortes odores e as varejeiras que anunciam a tragédia, levando o guerrilheiro a ficar nauseado: “Dados os primeiros passos no interior da casa, ele sente um fedor intenso, insuportável, e não acredita na quantidade de varejeiras que guardam a porta de um dos quartos” (Macêdo, 2015, p.45).

Mesmo hesitante, precisa adentrar a casa e verificar como o compadre está. Na narrativa, verbos no imperativo surgem como que por meio de uma voz outra,

que sussurra: “Vá e veja!”. Tem-se, aqui, a passagem do enuncivo ao enunciativo, na ambiguidade instaurada pelo discurso indireto-livre. O narrador obedece, chegando, finalmente, ao quarto onde as moscas estão. Lá, encontra Firmino na cama do casal e a criança no berço em estado de putrefação: “Seus batimentos aceleram./Ele estanca./Vá e veja! Continua a voz, quase tão persuasiva quanto o cheiro acre, que lhe impele a acelerar as resoluções” (Macêdo, 2015, p.45).

As frases curtas anunciam a tensão da situação e o leitor pode acompanhar cada sentimento e sensação vivenciados por aquele que vê, e ao ver, sente todo o drama da cena narrada. A descrição do espaço e as sensações do militante anunciam a tragédia. Envolvido pela situação em que se encontra, ele não consegue elaborar o que precisa fazer naquele momento, apenas é apreendido pela situação. Seu desejo é correr dali e não avançar, mas seu corpo físico não responde, suas pernas teimam em avançar em direção ao interior do quarto. É pelo corpo e no corpo sensível (Fontanille, 2016), guiado pelo que vê e pelo odor de putrefação, que o Eu carne reage, acelerando seus batimentos.

Ao mesmo tempo em que quer sair dali, seu consciente, na figura de uma voz que ressoa “Vá e veja!”, o faz se movimentar em direção ao compadre deitado na cama. Essa voz que ressoa, e ao mesmo tempo convoca, pode ser entendida como a personificação do narrador que se coloca no enunciado em uma debreagem actancial enunciativa. Em outros momentos, essa voz torna a aparecer, e somente cessa quando o guerrilheiro se aproxima do compadre e do bebê, testemunhando o já enunciado na capa do livro e no início do conto.

O corpo sensível que sente e apreende o mundo na e pela sensorialidade, diante do estupor do momento de maior tensão, deixa-se envolver e ser guiado somente pelo Si, que apreende o outro de forma empática. É o contato entre os invólucros, que pelo olfato, unem os corpos de forma a fazer com que o sujeito que sente e permite-se sentir seja penetrado pelo outro, o *não próprio*.

A fusão do *não próprio* com o *próprio* do campo sensorial recíproco, para Fontanille (2016, p.86-87), implica um modo de interação específico em que o outro (o *não próprio*) é a zona de referência para o corpo que sente. Ao sentir olfativamente, o *Si próprio* é penetrado pelo *não próprio*, de forma que sua presença (o *Si próprio*) se envolve, de tal modo, que se enfraquece e dá lugar somente ao outro (o *Si não próprio*). Por isso, mesmo o militante querendo sair daquele lugar, seu corpo apenas segue em direção ao outro, que, pelo odor putrefato, o convoca a

presenciar a tragédia daquela família, tornando esse militante uma testemunha do que se abateu sobre uma das famílias camponesas pela ação de militares.

Conforme os muitos registros já citados nesta tese, sabemos que o Estado repressor, por meio dos militares, promoveu estratégias de guerra no interior do Brasil, espalhando medo e terror por onde passava. Torturas físicas e psicológicas foram aplicadas no Araguaia, independentemente da idade ou sexo. Mulheres, crianças, idosos, camponeses, trabalhadores das minas, todos eram vistos como terroristas e deveriam ser exterminados. O enunciador de *Crônicas do Araguaia*, por sua vez, como pesquisador da Guerrilha, opta por revelar aos leitores de seus contos todo o horror experienciado pelas famílias do Araguaia, por meio da escolha do espaço e dos papéis temáticos dos atores que, por si só, enunciam a tragédia. Desse modo, pode instigar os possíveis leitores (enunciatários) de seu livro a conhecerem os fatos sob a ótica da comunidade local; sendo possível, ainda, colocar em xeque aqueles que duvidam que algo tão macabro possa ter sido vivenciado no Norte do Brasil.

Mesmo diante de todo o horror narrado, e tendo como testemunha a esposa do compadre e o guerrilheiro, o acontecimento como o compreendemos a partir de Zilberberg (2011) se dará tanto para o militante que se depara com o inesperado quanto para a esposa de Firmino, já que ela vê sua vida ser dilacerada, deixando de ser mãe e esposa, passando a ser aquela que espera o que lhe foi tirado abruptamente, sua família.

Grávida do primeiro filho, ao viver uma vida da ordem da previsibilidade — lavar, limpar, preparar o enxoval, costurar, ajudar o marido com a roça —, tem sua rotina suspensa abruptamente com a chegada dos militares até sua morada. Suas plantações são queimadas, tudo é destruído, seu esposo é torturado até a morte em sua presença. Também torturada fisicamente, a mulher expelle o bebê já morto, passando a viver em um estado de transe em que não consegue elaborar tudo o que sofrera e continua a bordar o enxoval do filho e a cantarolar canções de ninar, na tentativa de permanecer no momento anterior à violência sofrida pela família. É o excedente, a exacerbação que produz como efeito o definhamento da personagem. O ponto de saturação é levado, ali, ao paroxismo, já que a exacerbação desse ponto de saturação destruiu a inércia do ponto de remanência. A identidade da mulher é esvaçada. Não existe mais. Recorre, então, à programação (Landowski, 2014), ao hábito dessemantizado, como modo de desvincular-se do momento presente,

excessivo. O enunciador atenua a isotopia da violência e joga as fichas no estraçalhamento da identidade da mulher.

O acontecimento da ordem do duplo acréscimo de intensidade e andamento transtorna o sujeito, levando-o a desacelerar para tentar retomar o curso de sua vida. Nesse ponto, o sujeito precisa recuperar o tempo suspenso e tomado abruptamente pelo acontecimento de modo a “alongar o breve ou abreviar o longo” (Zilberberg, 2011, p. 171). Voltar a bordar o enxoval e cantarolar canções de ninar ameniza a intensidade da dor da perda daquilo que vivera brevemente (o planejamento do primeiro filho), retomando o curso de sua vida planejada, o que funciona como alongamento daqueles instantes em que espera por seu primeiro bebê.

Da exacerbação do ponto de saturação (ápice da dor) à destruição da inércia do ponto de remanência, o corpo que sofre o acontecimento (Zilberberg, 2011) recorre à programação para se desvincular, no momento presente, da memória dolorosa do evento traumático que insiste em ser evocado pela memória. Em outras palavras, a mulher busca um equilíbrio na memória do fazer o enxoval para seu bebê (da ordem da programação)³⁷, uma dessemantização do acontecimento, já que sua identidade foi estraçalhada. Esse fazer dessemantizado lhe restaura o mínimo possível de controle sobre si mesma e, portanto, configura uma nova maneira de resistir à dor. Aqui, o enunciador opta por atenuar a isotopia da violência ao escolher trazer a programação do fazer o enxoval como forma de demonstrar como aquela mulher teve sua identidade estraçalhada ao sofrer o acontecimento.

A partir da exacerbação, a opção é o estado de anestesia. Por um pequeno instante, após o militante a sacudir, a mulher sai do transe em que se encontra e narra o que houve. É a voz da camponesa, em primeira pessoa, que representa o sofrimento de toda a população negligenciada pelo Estado e pelas narrativas oficiais, que optaram por apagar os registros, por silenciar o “vício hediondo” que foi o Araguaia. A mulher, porém, segue como testemunha viva do massacre. Por meio de sua voz, o enunciador faz ecoar diversas outras vozes que experienciaram a

³⁷ De acordo com Eric Landowski (2014, p. 22-23), a ideia de programação remete à possibilidade de fazer algo mecanicamente, como um “algoritmo de comportamento”, em que o indivíduo exerce seu papel social rotineiramente, sem que haja reflexão sobre o seu fazer. Ao aplicar esse conceito à narratividade, podemos associá-lo ao papel temático atribuído aos personagens dos textos ficcionais, como por exemplo: professor (a), mãe, esposa, costureira, rei, princesa, etc. Assim, na programação, temos um operador e não um sujeito do fazer, já que a rotina aplica as ações do fazer, esvazia o sentido das coisas.

Guerrilha do Araguaia como um acontecimento (Zilberberg, 2011), o qual quebrou a integralidade dos sujeitos do campo e das cidades do Araguaia, ao mudar para sempre a vida de cada um dos moradores.

— Eles vieram aqui. Queriam informações e alojamento. Quiseram tocar fogo na plantação, para os terroristas, que era como eles chamavam os amigos lá do senhor, não encontrarem vida fácil no caminho. Meu marido não deixou. Eles bateram nele. E bateram mais e mais e mais. Aí bateram em mim. Grávida ainda. Depois bateram mais nele, tocaram fogo em tudo e foram embora. Ele deitou. Tava cansado... Não levantou mais. O bebê inventou de sair. Um mês antes do esperado. Nem havia nascido e já tava cansado também... Deixei os dois lá descansando.

Ela se cala por um instante.

Engole em seco e, Penélope de um Ulisses sem esperança de retorno, continua a costurar o enxoval. (Macêdo, 2015, p.47).

Numa breve narrativa, também em frases curtas, a camponesa relata o que ocorrera de maneira acelerada, indicando a violência que sofrera e a não possibilidade de atribuir sentido a tudo o que viveu, dado o estupor do momento. De forma recrudesciente, ainda atônita, a sujeita (Reis, 2020) — mãe e esposa — é quebrada em sua integralidade. Primeiro a roça, fonte de seu sustento, é queimada; em seguida, seu marido é torturado, assim como ela também, ainda grávida; por fim, seu esposo e filho morrem. Ela, aquela que presencia tudo, sobrevive, mas é apenas seu corpo físico que, aparentemente, se mantém inteiro, já que seu Si precisa procurar um equilíbrio. Dessa forma, a desaceleração permite que ela ainda se mantenha viva.

Apesar da cena ser de violência, o enunciador opta por usar o termo “*cansado e mais cansado ainda*” para indicar a morte de Firmino e de seu filho, respectivamente, após a tortura pelos militares. Mais uma vez, a isotopia da violência é atenuada pelo uso da expressão “mais ainda”, a qual revela ao leitor a duplicação da intensidade daquele momento para a mãe não mais grávida que resiste, ao contrário de seu filho que foi exterminado pelos militares. O eufemismo empregado pela personagem no discurso direto acentua a incapacidade de poder dizer o que não é capaz de dizer, por que é excessivo: ambos estão mortos.

Nota-se que, em nenhum momento, a dor da camponesa é narrada diretamente, sabemos apenas o que ocorrera com seu marido e seu filho, enquanto ela volta ao curso “normal” de vida — bordar o enxoval, algo da ordem da programação. Também não há nenhuma descrição, por parte do narrador, de que a camponesa esteja machucada fisicamente, no entanto, o leitor pode apreender que

a dor ultrapassa os limites do físico e alcança a alma, a integralidade dessa mulher que não é mais mãe nem esposa e que ainda borda à espera do primeiro filho na tentativa de não sucumbir de vez.

Com isso, ela também ameniza o impacto do breve instante em que perdera tudo, mas que, apesar de breve, será eterno: "... Penélope de um Ulisses sem esperança de retorno". A eternidade desse momento fica registrada na memória, que molda o sujeito, transformando-o, a partir de suas experiências, em um outro ser, não mais mãe, não mais esposa. Agora, mãe sem filho, esposa sem marido (viúva). São marcas que, no *devir*, transformam os sujeitos, pois a memória, como um imenso palácio (Agostinho, 2020), guarda as lembranças de um passado que se faz presente, mesmo com o passar dos anos, e que é ressignificado no aqui agora da enunciação. Se a dor do corpo físico diminui com o tempo, a dor na alma, na integralidade do sujeito, é para a eternidade, pois suas marcas jamais são apagadas, sendo as mesmas acionadas à medida que o sujeito interage com o mundo.

São as escolhas enunciativas de Macêdo, por meio dessa personagem camponesa, mãe e esposa, que garante ao leitor um efeito de proximidade da ação que ainda ressoa na memória coletiva dos moradores da região. É por meio do jogo discursivo criado a partir das escolhas do espaço e dos atores, além da diagramação da capa da obra, que o enunciatário é levado a compreender uma outra versão sobre o Araguaia. Trata-se de uma versão que, ainda hoje, é negligenciada pelo Estado, mas que deixou marcas visíveis e invisíveis no Araguaia. Vale destacar, ainda, que a maneira com que o enunciator opta por narrar a violência e a tortura traduz uma sensibilidade e uma preocupação em não reverberar a violência, mas sim, de fazer ecoar as vozes de camponeses em uma espécie de justiça solidária àqueles que experienciaram o acontecimento sem estarem preparados para uma guerra.

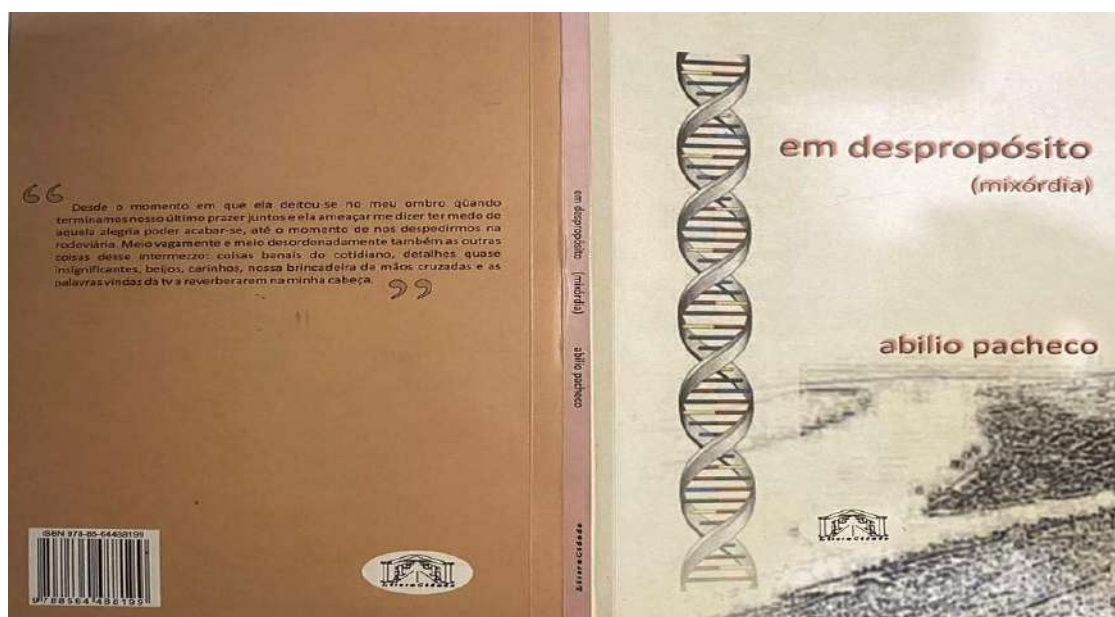
6.2 ABÍLIO PACHÊCO: A VIOLÊNCIA DO ESTADO É CONTÍNUA

Nesta subseção, procederemos à análise de um romance do professor e pesquisador Abílio Pachêco, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

(UNIFESSPA), que aborda a violência perpetrada pelo Estado na região Norte, com base nas vivências de moradores do Sul e Sudeste do Pará. O romance tem como tema o Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), tratando-o como parte de um contínuo de violência que remonta à Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Intitulado *Em despropósito (mixórdia)*, o livro de Pachêco traduz a violência vivida indiretamente pelos moradores da região, narrada por um personagem que desconhece sua própria origem e que, desde o nascimento, tem sido marcado pelas várias formas de violência. Na narrativa, o protagonista é levado a lembrar e refletir sobre esses traumas, por meio de objetos e memórias do presente. Inicialmente, ele não entende por que se sente tão desconfortável ao ouvir comentários sobre a violência experimentada pela população local, até que descobre suas origens e compreende a verdadeira razão de seu desconforto. Assim como na obra anteriormente analisada, iniciaremos pela descrição da superfície plástica do romance, embasada nos estudos de Lucia Teixeira (1998; 2008), para, então, avançarmos para a análise discursiva.

O romance explora uma perspectiva pouco usual, já que o narrador não vivencia diretamente os acontecimentos, conforme a abordagem de Zilberberg (2011), mas é afetado por eles. Dessa forma, a narrativa revela que o impacto da violência se estende não apenas às vítimas diretas.

Figura 20 - Capa e contra capa do romance *Em despropósito: (mixórdia)*



Fonte: Editora LiteraCidade

A CAPA

Na capa do romance *Em despropósito (mixórdia)* (Figura 20), temos a presença marcante da figura de um DNA que, longilíneamente, acompanha todo o lado esquerdo do seu *layout*, sendo colocado sobre a porção de terra que pode ser identificada como a famosa Praia do Tucunaré, em Marabá-PA. Ainda abaixo, do lado direito da representação da Praia do Tucunaré, temos os rios Itacaiúnas e Tocantins, que contornam a cidade de Marabá-PA. Em frente ao Rio Tocantins, em maior extensão, aparecem mais duas porções de terra. Em destaque, o núcleo da Velha Marabá, e ao fundo, já quase imperceptível, aquilo que seria o núcleo da Nova Marabá. Abaixo da porção de terra, semelhante a um triângulo (Velha Marabá), temos o encontro dos rios Tocantins e Itacaiúnas, que também pode ser identificado (na capa do livro) pela logomarca da editora, LiteraCidade. Logo após o encontro dos rios, em uma outra porção de terra, bem mais abaixo, pode ser identificado o núcleo da Cidade Nova. No *layout*, o rio Tocantins aparece em maior extensão, englobando os núcleos da Velha Marabá e da Nova Marabá, e ainda contornando a praia do Tucunaré, a qual só aparece nas temporadas de verão da cidade, já que, no período das grandes chuvas e enchentes, ela se mantém submersa. O rio Itacaiúnas engloba os núcleos da Velha Marabá e da Cidade Nova.

Na representação dos rios e na demarcação do território, assim como na representação do DNA, no delineamento dos rios predominam tons de cinza e, como que seguindo o curso, dilui-se no fundo branco do horizonte. Compondo a paisagem em traçado diagonal, predomina o traçado curvilíneo, delineando o desenho irregular das margens. A figura engloba, por uma visão de cima e distanciada, grande parte do território marabaense, administrativamente ordenado como Velha Marabá, Nova Marabá e Cidade Nova.

Os rios que fluem e contornam a cidade de Marabá são também locais do sustento da população ribeirinha e, atualmente, local de diversão para os moradores e turistas. Foi também palco da escoação das castanhas no período de grande impulso econômico da cidade, entre as décadas de 1920 e 1980. No passado, esses mesmos rios faziam parte das narrativas das histórias de conflitos e reverberação destes ao longo do curso fluvial. Acima dos rios e do mapa da cidade, temos, na cor preta e em sombra laranja, o nome do autor, e mais acima, o nome da obra.

À esquerda, há uma representação de uma cadeia de DNA, resultante de uma espécie de trança composta de pequenos núcleos coloridos por linhas azuis, vermelhas e amarelas. Antecipando os sentidos do texto, estão, ali, elementos que remetem, metaforicamente, a temáticas emergentes da trama.

O ROMANCE

Para Luiza Silva (et al, 2021a), em *Em despropósito (mixórdia)*, temos uma narrativa passional, na qual o sujeito do sofrer revela, aos poucos, e de modo não linear, as razões que o levam a seu estado de desorientação e fragilidade. A opção por essa forma de escrita da memória traz uma certa desaceleração à narração dos eventos traumáticos (Zilberberg, 2011), narração esta que se dá no intervalo entre o esquecimento e a lembrança. Já as lembranças evocadas na e pela sensorialidade aceleram e intensificam a modalização do sujeito do sofrer. Com isso, durante a leitura do romance de Pachêco, podemos apreciar uma escrita provocativa e ir desvendando os mistérios e as pistas deixados pelo enunciador, uma vez que este opta por um foco narrativo em primeira pessoa, que nos possibilita conhecer um personagem intenso que busca não sentir e não saber (relembrar) de fatos de seu passado que lhe provocam dores na alma, ao mesmo tempo em que sente. Por meio da polissensorialidade, todas as dores o fazem lembrar o que ele mais quer esquecer: “[...] Eu deveria ter enfiado meu nariz naquele bom odor e fechado os olhos, para dali sair com tudo para trás apagado ou mudado” (Pachêco, 2013, p. 49).

As marcas do corpo actante (Fontanille, 2016), adquiridas no *devenir*, moldam o percurso do protagonista, que busca, incessantemente, ter uma vida alheia aos acontecimentos de violência que o cerca, mas como não pode ser totalmente indiferente ao que sente, vai sendo impactado e, concomitantemente, resistindo, em um jogo de forças intensas que o levam a sucumbir em algum momento, parar, anestesiá-lo, e em seguida, retomar a direção pretendida.

Assim, para poder retomar seu curso de vida de alguma forma, sente a necessidade de escrever sobre o que viveu, na tentativa de reelaborar as dores e seguir adiante: “Talvez não pareça óbvio eu ainda hoje me lembrar. Lembro com a clareza com que se recorda de um sonho perverso. O objetivo é revelar o que me perturba para disso eu me expurgar” (Pachêco, 2013, p. 51). São as marcas deixadas pelo contato com o outro, a partir de uma cadeia de sucessões de violência

da vida do narrador protagonista, que moldam a identidade do sujeito de maneira a levar o leitor a compreender, sob o ponto de vista enunciado, um trauma individual com ecos na coletividade.

Bartmario, o narrador-personagem, é um representante comercial, morador de Marabá (PA), que viaja pelo interior do estado a trabalho, como também vai, algumas vezes, à capital: Belém do Pará. Criado por Maria em uma zona rural do Sudeste paraense, conhecida como Cederó Dois, é filho biológico de Rute, amiga de Maria, que lhe entregou o filho ainda bebê e foi embora com Irma, ainda criança, para Belém. Maria e Rute foram vítimas de Bartolomeu, homem poderoso da região, com poder de mandar e desmandar. De certo modo, seria ele um personagem que remete ao major Curió, figura à qual já nos referimos. Bartolomeu estupra as duas mulheres, assim como várias outras. Dessa violência, nascem Mário e Irma, separados ainda bebês, que se reencontrarão na vida adulta e alimentarão sentimentos amorosos um pelo outro, tendo relações sexuais, vivendo como amantes, fazendo planos de se casarem e construir uma família. O drama que vai dilacerar Bartmário, portanto, envolve a descoberta do incesto.

Meu pai era um bandido. Durante a Guerrilha, apoiou a morte de terrorista, ajudou a polícia, matou para ter as posses que acumulou, violentou camponesas, fez abigeatos, assistia às torturas comprazendo-se como Boilesen, ajudava a dar fim do que restava das cabeças de papagaio. Era-me vexatório aquilo, asqueroso por demais. (Pachêco, 2013, p. 58).

Bartolomeu é figurativizado, no romance, como o “mal que assola a região”, aquele que está sempre presente, mesmo estando fisicamente ausente, pois seu nome já impõe temor, medo e horror: “Bartolomeu – já disse – homem e nome, pelo qual na região tinham respeito e medo. Ou só medo. Somente depois de mudar para Marabá é que as histórias dele foram se amiudando” (Pachêco, 2013, p. 68).

Pai biológico de Mário, cujo nome de batismo é Bartimario, é um dos apoiadores do estado de exceção que ajuda os militares a encontrarem os guerrilheiros e ameaçar os camponeses. Além disso, tem participação nas mortes de trabalhadores em Eldorado dos Carajás, abigeatos e estupro de várias moças, usadas como pagamento de dívidas, que são marcadas a ferro e, depois, abandonadas: “Não duvidava que ele estivesse envolvido naquilo dos sem-terra. Por isso me esquivava de saber de política” (Pachêco, 2013, p. 81). Tais eventos, como já mostrado na primeira seção deste trabalho, representam uma sucessão de

episódios violentos em relação à população da região, impingindo medo, terror e horror aos que ainda vivem ali.

Deitado no hospital eu me recordava das notícias que me haviam entrado por ouvidos e olhos, nos dias entre nosso retorno de férias e nossa ida a Belém (primeiro ela e depois eu). Sério de fala fria e técnica, camisa alva, calvície em meio a moleira, óculos de aro escuro em feição de meia lua, falava um legista. Quando a repórter lhe perguntou se alguns trabalhadores sem-terra haviam sido executados, ele respondeu que alguns foram mortos por outros instrumentos diversos dos projéteis de arma de fogo. Eles teriam sido dominados quando foram executados por aproximação com o uso de seus próprios instrumentos de trabalho. A voz, entre embargada e ponderada pelo peso das palavras ainda acrescentou acreditar na morte de dois trabalhadores com tiros claramente pelas costas, à altura da nuca. Os disparos todos contra tórax e cabeça não tinham objetivo de amedrontar, mas de abater mesmo. (Pachêco, 2013, p. 61).

De acordo com as pesquisas de Luiza Silva (2016; 2020a), para a população da região, eventos como a Guerrilha do Araguaia e o Massacre de Eldorado dos Carajás foram não somente um evento histórico, mas um acontecimento, o que, compreendido sob a perspectiva de Claude Zilberberg (2011, p.169), é algo afetante e perturbador que, da ordem do sobrevir, rompe abruptamente a integralidade do sujeito e marca a trajetória de um indivíduo ou de um coletivo. São esses dois acontecimentos traumáticos para os moradores da região que comparecem no romance, contudo, como pano de fundo, porque o que será sentido como impactante é o desvelamento da paternidade e das condições em que isso se deu. Bartmário traz já no nome uma composição que trai suas origens, Bartolomeu e Maria. Denomina-se a si mesmo apenas pela redução – Mário -, o que evoca o esquecimento, o não querer saber.

O protagonista, inicialmente, descreve-se como um homem comum, apático, que apenas deseja um mundo em que ele e sua amada, Irma, se unam amorosamente, sem interrupções, nem distrações com outros eventos da vida. O romance se inicia com as notícias que chegam do Massacre de Eldorado dos Carajás, mas o personagem mantém-se apático, indiferente à gravidade das informações que chegam pela TV, pelos jornais, seguindo sua rotina. Por um acaso do destino, ao se envolver sensualmente com sua desconhecida tia em um ônibus, seu segredo é revelado e, então, irrompe-se uma nova narrativa que irá mudar a vida de Mário e Irma para sempre. O Massacre não é sentido pelo personagem como acontecimento, mas pano de fundo. Marca apenas o momento em que a

ignorância de Mário sobre sua origem paterna se desfaz, passagem do não saber ao saber.

Mário e Irma sofrerão o impacto desse acontecimento que marca uma sucessão de violências em suas vidas, todas tendo Bartolomeu como a figura que destrói, seja o corpo físico seja a alma dos sujeitos.

Durante todo aquele ano eu estava propício a desmantelo. Tudo se desordenava, tudo o antes e tudo o novo. No chão de Eldorado dos Carajás, ficaram 19 mortos. Irma foi-se a Belém e lá ficou para sempre, sempre. Também umas quantas dezenas de pessoas feridas. Depois morreram mais. Mutilados mais uns. Aquela lista era só amostragem. Registro. Para jornal e História. Os dois nomes sob a unha vermelha indicados no jornal. Ruth mandava Nô pôr ordem em caos. Defendia. Apartava. De revés, o ônus inverso, a legítima defesa contra o arsenal de pistolas-bufete, pedras e instrumentos de lavoura mais ou menos manejáveis. A força de Bartolomeu e seus enconchavados. A marca da bunda ferrada a metal chiando. [...] O Pacífico é o oceano mais violento. A guerra dos cem anos durou cento e seis. (Pachêco, 2013, p. 81).

A narrativa é fragmentada, pois se organiza a partir de *flashes* da memória do narrador que é atravessado pela continuidade de ações violentas no Sudeste paraense. O Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, seria efeito da continuidade da violência de Estado exercida sobre trabalhadores. Conforme escreve o jornalista Paulo Roberto Ferreira, em *Encurralados na ponte* (2019), a respeito de um massacre anterior, envolvendo garimpeiros de Serra Pelada (1987), o Estado manteve-se presente com forte repressão a qualquer movimento que insinuasse uma revolta popular, mesmo considerando que, historicamente, estivéssemos de volta a uma democracia. O massacre de 1987, ocorrido em uma ponte na cidade de Marabá, tem um número ainda indefinido de mortos. Na ocasião, tropas policiais e militares encurralaram garimpeiros em protesto sobre a ponte, impedindo que escapassem por um dos dois lados. Muitos morreram sob efeito de balas, outros, pulando sobre o rio. Além de garimpeiros, morreram vendedores ambulantes e motoristas que esperavam o fim da paralisação. Ferreira fala, então, da forte presença militar, e na sequência, de atos que se traduzem como massacres no Sul paraense:

A localização do garimpo de Serra Pelada, próximo de um grande projeto de mineração estatal, como era o caso do Projeto Grande Carajás, levou o governo militar e seus aliados (fazendeiros, latifundiários da castanha e madeireiros) ao delírio paranoico sobre a possibilidade de um novo movimento guerrilheiro no sul do Pará. Era tudo o que o Serviço Nacional

de Informação (SNI) desejava para manter em ação seus homens que atuaram no Bico do Papagaio durante o combate à Guerrilha do Araguaia, conforme narra Leonencio Nossa. (Ferreira, 2019, p. 73).

Mário/Bartmario já odiava o pai biológico por ter sido criado sem uma figura paterna, antes mesmo de ter conhecimento do evento que muda sua vida — o Massacre de Eldorado —, que o leva a uma reunião da família de Irma na capital para esperarem a lista de mortos do referido massacre e identificarem se há parentes e conhecidos. Na reunião, Noemi, madrinha de Irma, desconfia da união sanguínea entre Mário, Irma, Rute e Bartolomeu. A partir da desconfiança de Noemi, com quem Mário teve um caso dias antes de encontrar a família de Irma, é que a união incestuosa é desvendada.

[...] Passavam-se pouco mais de 90 dias depois da tia Nô ter aparecido em Marabá. Naquele sábado planejado, a porta aberta para Irma, dei de cara com Noemí. Nossa conversa, ou o que ela me disse, derrubaram-me de meu gaudío, de minha levedura. [...] Nas semanas seguintes, fiquei feito entulho de obra, liso que nem chapisco. A barba cresceu. Faltei ao trabalho. Quando eu ia, olhavam-me de través, como fosse um Lázaro. Perdi apetite, afinei, badalei nas roupas. Cuidava logo ficar sem emprego. O pedido para ir fazer qualquer coisa em viagem foi recebido com um pé atrás. O gerente não confiava em mim para mais nada. Na última representação, fiz má estampa. Cliente reclamou que eu parecia um bicho. O pedido foi preenchido por metade. Devem ter contado para ele o havido, e ele deve de ter dado desconto por pena de mim. As reações eram essas: uns me tinham pena, outros asco. (Pachêco, 2013, p. 59).

Mesmo com tantas questões apresentadas ao longo da narrativa pelo protagonista sobre não querer lembrar de seu passado no Cederdo Dois, o ferimento maior de Bartmário em sua alma foi descobrir que tinha um relacionamento amoroso com sua irmã biológica, o que faz sucumbir o seu corpo, que não aguenta a intensidade do acontecimento. No estupor do acontecimento, Bartmário sofre um acidente de trânsito, que o deixa manco, impossibilitando-o de trabalhar como representante comercial. À fragilidade da alma, causada pelas revelações, soma-se a fragilidade do corpo:

Quando o ônibus estava no alto da lombada seguida por uma vala, eu resolvi descer. Conforme o ônibus avançava, eu movia-me para baixo, ainda que tendo um pé no veículo e segurando a borda da porta. Pense! O meu peso descendo com uma distância grande calculada e o peso do ônibus na descendência. Estrupiei-me! Uma dor em despotismo. Como minha perna estivesse sendo soqueada para o tronco. Articulações todas arrebutaram-se. Os médicos explicavam os traumatismos como os engenheiros explicam a planta de uma edificação. Eu ouvia semi-acordado

no hospital em Marabá. Eu tenho vergonha de dizer, mas na hora da dor eu apaguei e me urinei. (Pachêco, 2013, p. 61).

Irma, uma outra insinuação do enunciador ao escolher o nome da personagem, anunciando/escondendo que fosse “irmã”, longe de Bartmário, diante da descoberta de incesto, define até morrer. Para ela, não há resolução para o paroxismo: “Irma, eu apenas veria mais uma vez depois da verdade conhecida. Naquele dia no shopping, ela já até estava doente e eu não sabia. Noemí, quando me trouxe a notícia, deu veredicto de castigo. Aquela doença. A morte lenta, maltratando amiúde” (Pachêco, 2013, p. 75).

Bartmário, apesar do impacto, reage aos poucos, usando da escrita como estratégia para dar sentido à vida. Para Irma, o desvelamento da verdade foi excessivo demais. Para Bartmário, temos o que Zilberberg (2011) define como “exercício”. Durante o desenrolar do romance, vemos que o primeiro impacto da notícia o leva a não cuidar mais de si, deixar a barba crescer, não comer, não conseguir trabalhar, correndo o risco até de perder seu emprego. Nesse período, o tormento das lembranças do cheiro e visão de Irma o acompanham, fazendo-o sofrer mais a cada recordação. Logo depois, e não nessa ordem (devido ao embaraço que é escrever sobre a dor que sente), o protagonista, ainda atônito com a descoberta, desce do ônibus em movimento. Ali, é o corpo físico que sente todo o impacto da dor que, mais que emocional, passa a ser física. Com a perna quebrada, internado em um hospital, revive suas dores, consciente e inconscientemente, durante aquilo que não sabe se é sonho ou realidade. Irma, Noemi, o perfume, sua camisola azul, o choro, a TV ligada, as vítimas do Massacre...

O corpo actante, em Fontanille (2016), é figura sensível que sofre, tem memória, possui uma marca inscrita a partir das experiências do sujeito no contato com o outro: “o cheiro meio ranço, um pouco doce e nitidamente amadeirado” (Pachêco, 2013, p. 44) de Irma e Noemi; o cheiro e a visão das pétalas de rosas que indicavam o caminho para o amor entre ele e Irma; os comentários dos taxistas sobre a importância das ações do Estado em relação à Guerrilha do Araguaia, que ativados pela audição, ao ouvir comentários a respeito também do Massacre de Carajás, faz o protagonista rememorar a marca da coxa de sua mãe Maria (aquela que o criou). Há, ainda, a alusão à marca de ferro que é um dos símbolos da

violência contra a mulher, a violência no campo, que sinaliza também décadas da exploração sexual de camponesas, gerando outras violências.

Durante toda a narrativa, o protagonista foge. Primeiro, do lugar em que nasceu, de sua origem dolorosa. Em seguida, das lembranças da descoberta de quem é seu progenitor, como ele foi concebido, sua relação amorosa com sua irmã, a possível morte de seus irmãos no Massacre de Eldorado. A presença constante de Bartolomeu em sua vida e a descoberta do incesto irrompem uma nova narrativa, transformando o estado de alma do protagonista, fazendo emergir o ser ao invés do parecer, já que o acontecimento (Zilberberg, 2011) possui o poder de transformar o estado de alma dos sujeitos, devido à intensidade vivenciada e sentida por eles. Segundo Silva (et al, 2021a), no romance de Pachêco, o espaço e o tempo da narrativa também possuem funções modalizadoras, já que, ao se distanciar de tudo que viveu para não poder sentir, a personagem acaba intensificando a dor que carrega em seu âmago: a dor que construiu um Bartmário que se diz Mário, que se diz alheio aos acontecimentos de violência do Norte e de questões de política.

É no hospital, em meio a devaneios e dores, que Bartmário conhece Leda. Ainda em sofrimento, não consegue compreender como aquela mulher pode cuidar dele e ainda amá-lo, mesmo sabendo de seu amor por Irma, da relação incestuosa. No ponto mais alto da dor, Mário, assumidamente Bartmário, volta ao curso da vida, após paralisar. De forma ascendente, move-se em busca de outros modos de vida, perfazendo o caminho do amor, apesar de acreditar que não pode amar. O Si busca, em seu ponto de saturação, retomar seu rumo, ao renunciar a Irma, a uma vida com ela, refazendo seu percurso a partir do amor de Leda.

Mário assume, após o estupor do acontecimento, sua identidade de Bartmário, mas sempre com receio de que, outra vez, tenha sua vida interrompida pela presença constante e marcante daquele que ele odeia, seu pai Bartolomeu, aquele que estuprou tantas moças, entre elas, sua mãe biológica, Ruth, também mãe de Irma, e pai de tantos outros, inclusive de alguns daqueles nomes de mortos da lista do massacre de Eldorado dos Carajás.

Evocando Greimas (2002), em uma análise semiótica entre *o ser e o parecer*, compreendemos o narrador da obra de Pachêco como aquele que busca parecer indiferente frente às violências que o cercam, mas que, na verdade, esconde um ser concebido de forma violenta, que já traz em seu espírito a marca do abuso, sempre

presente em seu âmago e em suas relações sociais, já que a origem de seu nome de batismo é em homenagem a seu progenitor, estuprador de sua mãe.

Dessa forma, para Greimas (2002), o sentir dos sujeitos (o sentido sentido) está relacionado à busca por uma perfeição, por meio da qual vão surgir fraturas (momento estésico), no momento em que o sujeito se depara com as imperfeições que o cercam. Bartmário, vivendo como Mário, busca, na perfeição de uma vida amorosa com Irma, tudo aquilo que não pode ter, dada a situação em que cresceu e viveu até sua vida adulta. Mas, na busca por essa perfeição, encontra a imperfeição do parecer Mário, paraense marcado por sucessivas ações de violência.

Próximo ao final da narrativa, o narrador protagonista afirma estar em tratamento psicológico, pois, somente assim, pode reelaborar a dor e seguir seu curso, já que seu desejo é o de não viver e, portanto, não sentir a dor que sentiu e sente pela descoberta do incesto. Por essa razão, a narrativa é elaborada por idas e vindas, oscilando entre passado, presente e perspectivas do futuro, de maneira a construir um dizer permeado por distrações para não lembrar, não dizer o que precisa ser dito. Tal escrita revela ao leitor a dificuldade em narrar sobre o que o protagonista não quer lembrar, não quer escrever, mas precisa para se libertar: “Você não contava que o escrever é também doloroso. Que algum paciente fosse escrevendo como um andar bêbado. Num compasso de velório fastioso. [...] Eu preciso conseguir escrever, declarar no papel para me desprender disso. Catar-me.” (Pachêco, 2013, p. 58).

Somente treze anos após o acontecimento, o protagonista consegue escrever, mesmo que ainda cambaleante, como em um andar trôpego, numa escrita confusa, cheia de rodeios, com frases curtas, truncadas, as quais revelam como é doloroso lembrar aquilo que marca o sujeito, marca sua história e sua vida. Vemos que, mesmo décadas após o acontecimento, a intensidade do evento ainda assombra aquele(s) que experienciou(aram) momentos perturbadores. Tudo o que o leitor descobre pela narrativa de Pachêco — os devaneios, as pausas... — é, na verdade, a tentativa do narrador de expurgar o trauma, pela escrita de sua história, que ele não quer lembrar, mas precisa acessar essa memória para sobreviver. Bartmário torna-se um homem manco, que perde o emprego, vira taxista, escritor, e acaba se envolvendo amorosamente com Leda, etimologicamente remetendo à alegria, coisa que ele acredita não ser possível, já que é um sujeito desintegrado pelas marcas da memória que o acompanham.

Em seu novo relacionamento, descobre que será pai e preocupa-se em sê-lo diante de tudo o que viveu. Sua dificuldade está em ser pai sem saber ser filho (Pachêco, 2013, p. 110). Isso revela que, mesmo ao reelaborar a dor no presente, com ajuda profissional, o sujeito carrega consigo as marcas de seu passado.

O corpo que sente (EU- carne e SI- ipse invólucro) apreende o mundo por meio dos valores que esse sujeito carrega, sentidos e expressos na e pela sensorialidade. O locutor, aquele que enuncia o testemunho, como o que viveu e pode narrar porque esteve lá, é o sujeito que reconstitui o vivido pela memória atualizada no aqui-agora da enunciação. Nesse sentido, a tonicidade que marcou o vivido, ainda que em descendência, pode evidenciar-se em marcações apreensíveis no discurso, que deixa mostras do corpo que sofreu e que guarda memória do sofrer, uma marca. Bartmário é construído como esse sujeito que vai sendo destruído emocional e fisicamente, tendo na memória as marcas das experiências que fazem ecoar narrativas do corpo que não deixa de sofrer, que não possui esperanças, que desconfia de todos. Esse corpo que enuncia a dor da alma é a representação de um testemunho dos anos de violência que imperam sobre o Norte, mais especificamente, no Sul e Sudeste do Pará.

Nessa perspectiva, Naiane Reis (2023)³⁸ nos leva a refletir a respeito de como obras literárias relativas ao testemunho no Brasil, especificamente no Sudeste, trazem à tona a descontinuidade imposta àqueles que enfrentaram o regime ditatorial, e ao lançar o olhar sobre as obras do Norte, vemos como essa descontinuidade se configura, na verdade, como uma continuidade de ações violentas contra pobres, negros, mulheres, crianças, trabalhadores e trabalhadoras do campo e dos garimpos. Ainda, segundo Reis (2023),

[...] o romance “Em despropósito (mixórdia)” possui um narrador-personagem que persiste no pretense ideal de indiferença e silenciamento, performados socialmente a fim de expressar desinteresse pelos temas políticos e polêmicos da região. No entanto, o corpo demonstra tal desafeto ou falta de sensibilidade apenas como simulação, já que há contínua convocação da percepção dos sujeitos para os múltiplos eventos violentos que demarcam suas sensibilidades e seus projetos identitários. A indiferença e o não sofrer são privilégios não alcançáveis aos marginalizados social, econômica, geográfica e racialmente. (REIS, 2023, p. x).

³⁸ Texto apresentado em forma de comunicação, na Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic), em Salvador (BA), em julho de 2023.

O romance foi elaborado na época do centenário de Marabá (PA), com toda a efervescência do plebiscito da divisão do Estado. Segundo o autor, a escrita do texto visava, “além de uma reflexão sobre identidade regional, inserir a temática da violência agrária, a violência urbana na periferia e a violência decorrente da ditadura militar em falas de pessoas no cotidiano não só em Belém, mas também em Marabá” (Santos, et.al., 2022, p. 321). Para Pachêco — pesquisador da ditadura militar brasileira desde 2002 —, esses temas deveriam, em sua narrativa, aparecer ao leitor em forma de montagem e fragmentação, nada imediatamente visível. Assim, por meio do ponto de vista projetado na obra, ele envolve o leitor nesse emaranhado de sentimentos, sensações, buscas e devaneios de Bartmário, que pode ser a vida de alguém que experiencia a violência como instaurada na continuidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstrução da memória, especialmente em contextos de trauma e violência, faz-se como um movimento necessário de dar sentido ao vivido, num momento posterior, quando a dor se atenua e é possível interpretar o que, no instante do acontecimento, foi excessivo demais. No âmbito da literatura, a memória é elemento central nas narrativas aqui selecionadas, pelos gestos de recriação ficcional, mesmo quando, como nos casos das produções de Pedro Terra e Carmo Bernardes, os sujeitos estiveram lá, na linha de frente. Resta, como obrigação ética, reportar-se, ainda que com as linhas da ficção, a uma memória coletiva que não pode ser apagada, no movimento revisionista que quer negar que algo aconteceu com a contundência com que aconteceu.

As emoções (efeitos patêmicos projetados no enunciado) que surgem dessa dinâmica são reveladoras. No conto *O enxoval*, vemos a camponesa confrontada com as expectativas de ter uma família completa; já no romance de Pachêco, Bartmário vive uma tensão emocional com Irma, sua amante e irmã. Em ambos os casos, temos emoções contrastantes: de um lado, felicidade e alegria dão lugar ao vazio e tristeza no conto, e indiferença no romance. Já a espera e a suspensão do tempo são elementos comuns, seja no ato de bordar o enxoval do filho, seja no perfume de Irma, que paralisa o tempo na memória do narrador de *Em despropósito*. No entanto, esses momentos de suspensão são seguidos por tristeza e dor.

Nos dois textos, a disjunção é evidente: ambos os personagens experimentam uma separação abrupta e dolorosa de algo ou alguém, levando a um sentimento de espoliação. A camponesa, ao perder esposo, filho e plantação, vivencia uma dor excessiva, e para não sucumbir de vez, coloca suas expectativas no ato de bordar o enxoval do bebê; enquanto Mário sofre uma dor mais controlada, mas igualmente devastadora. A dor da camponesa parece eterna, prolongando-se indefinidamente; a de Mário tem uma duração definida: treze anos de espera e sofrimento. Essas experiências são marcadas pela mistura de sentimentos contraditórios. A mulher experimenta uma combinação de felicidade, dor e saudade, enquanto Mário lida com uma mistura de felicidade, excitação, irritação e medo.

Esse jogo de emoções revela a complexidade do ser humano frente à perda, ao silêncio e à resistência, tanto no plano individual quanto no coletivo.

Na teoria semiótica greimasiana, o percurso narrativo é estruturado por uma sequência de transformações, onde o sujeito busca alcançar certos objetos de valor. No caso dos textos aqui analisados, tanto a mulher do conto quanto o narrador do romance (Bartmário) buscam a conjunção com a família que estavam formando e que perderam subitamente. Para Greimas (2002), as fraturas podem ocorrer nesse percurso quando algo interrompe ou desvia o sujeito de seu objetivo inicial, causando uma mudança radical na sua trajetória ou na estrutura narrativa. Nesse percurso, quando o sujeito se depara com uma fratura (Greimas, 2002, p. 26), pode buscar uma escapatória para fugir da situação ou encontrar um novo sentido, reconfigurando sua trajetória. As escapatórias (Greimas, 2002, p.73) podem, assim, ser vistas como soluções criativas, desvios ou estratégias alternativas que o sujeito adota para evitar um desfecho negativo ou contornar uma dificuldade insuperável.

Enquanto a mulher de *O enxoval*, abruptamente, perde sua família e não consegue se reerguer dada a dor da perda, entrando em um estado de dilaceramento de sua integralidade enquanto sujeito, ocorre aí uma fratura, uma vez que a identidade da mulher, esposa e mãe do primeiro filho é esvaçada, fazendo com que a narrativa mude radicalmente. É no ápice da dor, e do acréscimo de mais dor, que a mulher, para não sucumbir de vez, volta a bordar o enxoval de seu bebê na tentativa de não sentir; de não sofrer. Esse ato dessemantizado não recupera sua identidade, já esvaçada, mas permite que ela seja testemunha do que ocorrera. O corpo sensível, que sofre e sente a dor da perda, trabalha, incansavelmente, com o bordado e cantarola canções de ninar para não sentir, não reviver o que seus olhos e seu corpo experienciaram. Essa forma de narrar a dor estabelece um contrato de veridicção com o leitor, conhecedor dos traumas de perdas de entes queridos, a aderir ao sofrimento da camponesa sem que, para isso, seja preciso escrever de forma esdrúxula tudo que ocorrera, gerando mais e mais violência.

Em ambos os textos, a memória, enquanto ferramenta de reconstrução, move-se do plano individual para o coletivo, permitindo que experiências particulares ganhem significância mais ampla. Nesse processo, para a mulher do conto de Macêdo, o evento Guerrilha do Araguaia é um acontecimento, conforme preconizado por Zilberberg (2011), já que quebra toda a integralidade do ser. Já no romance de Pachêco, tanto a Guerrilha do Araguaia como o Massacre de Eldorado dos Carajás

são panos de fundo que possibilitam que questões políticas sejam retomadas a partir de uma malsucedida história de amor.

A continuidade do descontínuo se revela como um elemento central nas narrativas analisadas, onde a projeção de diferentes identidades emerge em cenários de resistência e memória. Essas projeções envolvem tanto a figura do indivíduo quanto o coletivo regional. A pessoa retratada nas obras é, sobretudo, o nortista, muitas vezes, representado pela figura de pessoas que trabalham no campo, cuja vida é marcada pela luta e pelas cicatrizes deixadas pela violência e pela exclusão social. O tempo nas narrativas é fragmentado, dominado pelas lembranças e pelos *flashbacks* que trazem à tona memórias dolorosas e experiências passadas. O espaço, por sua vez, é a Amazônia Oriental, o Norte do Brasil, uma região que carrega consigo o peso de uma história de conflitos, repressão e resistência.

Nas duas narrativas aqui analisadas, projeta-se uma *ethos* do autor testemunha, aquele que insiste no trabalho da memória. No conto *O enxoval* (2015), a testemunha é "aquele que ouviu e narra". Nesse sentido, as produções do Norte levantadas por nós e analisadas nesta tese evidenciam que autores como Janailson Macêdo e Abílio Pachêco optaram por enunciar como testemunha, ao utilizarem de estratégias discursivas acontecimentos que impactaram e impactam a gente da região. Não perfazem os moldes da literatura de testemunho produzida no contexto europeu, porque não são sobreviventes do acontecimento, não estiveram lá nas circunstâncias em que as narrativas enunciam, mas se comprometem em reverberar o acontecimento em nome daqueles que não saberiam/poderiam contar. Seu ponto de vista é político e ético.

E levando em conta esses importantes aspectos, abordamos, nesta tese, narrativas contemporâneas sobre o massacre do Araguaia, traçando paralelos com produções de pesquisadores, um ex-combatente, sobreviventes do PCdoB e relatos que sobrevivem na memória da população local. Embora não esgotemos o tema — e nem é esse o objetivo —, exemplificamos algumas produções que abordam esse episódio, preparamos o terreno para futuras pesquisas a respeito das diferentes perspectivas de leitura dessas narrativas, enfocando nossa análise naquelas que foram construídas a partir da memória da população do Araguaia.

Escritores e artistas, como Janailson Macêdo, Abílio Pachêco e Flaw Mendes, oferecem, em suas obras, a voz, respectivamente, aos camponeses e aos

moradores do Norte, protagonistas ignorados ao longo dos anos, resgatando uma história não contada e ressignificando os eventos históricos sob uma nova perspectiva. Assim, suas narrativas convocam o leitor a acolher essa outra visão, colocando em evidência a subjetividade e o compromisso político que permeiam suas escolhas artísticas.

Assim, é na memória coletiva que concentramos nossa análise, sem deixar de lado as experiências sensíveis da memória individual, fundamentais para a compreensão do impacto dos eventos traumáticos abordados na primeira seção, que permeiam nosso *corpus* de estudo. Nesse contexto, aprofundamos a discussão sobre o fazer literário, destacando a relevância da literatura de testemunho para a reflexão sobre eventos catastróficos, sem propor modelos rígidos para análises futuras. Nosso objetivo é apenas fomentar uma reflexão sobre as obras investigadas, contribuindo para a compreensão da literatura como um ato político e ético.

Nos dois textos, a memória atua como um mecanismo de reconstrução que transita do individual para o coletivo, permitindo que experiências pessoais ganhem uma dimensão mais ampla. Nesse contexto, para a mulher, no conto de Macêdo, a Guerrilha do Araguaia se configura como um evento que, conforme Zilberberg (2011) sugere, rompe a integralidade do ser. No romance de Pachêco, tanto a Guerrilha do Araguaia quanto o Massacre de Eldorado dos Carajás são vividos como formas de resistência por Bartmário, que, mesmo “quebrado”, consegue se reerguer. Observa-se, também, que, enquanto a mulher permanece silenciada, incapaz de expressar plenamente sua dor, Bartmário narra sua trajetória, revelando diferentes formas de silêncio e suas repercussões.

A ideia de continuidade dentro do que é fragmentado surge como um aspecto central nas narrativas, onde diferentes identidades se projetam em cenários de resistência e memória. Essas identidades englobam tanto o indivíduo quanto o coletivo regional, especialmente o nortista, frequentemente representado por trabalhadores rurais cujas vidas são marcadas por lutas e pelas cicatrizes da violência e exclusão social. O tempo nas histórias é fragmentado, com memórias dolorosas e *flashbacks* que remetem a experiências passadas. O espaço é a Amazônia Oriental, no Norte do Brasil, uma região carregada de uma história de conflitos, repressão e resistência. Em ambas as narrativas, emerge uma identidade

que pode ser vista como o *ethos* da testemunha, aquele que dá voz ao passado, seja como ouvinte ou como protagonista.

A literatura produzida no Norte é fonte de saberes da memória coletiva que podem ser sistematizados nas escolas e inseridos nos planejamentos das aulas de leitura literária, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de compreenderem a realidade em que vivem a partir das experiências de seus antepassados. Cabe a nós ressaltarmos, mais uma vez, que não estamos aqui excluindo os textos canônicos do convívio dos alunos, pelo contrário, eles são extremamente necessários e é um direito de todos o acesso a tal manancial.

Esta tese, por fim, espera poder contribuir para o campo pedagógico, que tem na literatura produzida no Norte alguns de seus objetos de ensino. Estão aqui relacionadas algumas obras que interessam a estudantes, seja pela qualidade estética seja pela temática que envolve a história da região. Gostaríamos de frisar que os textos apresentados são apenas uma pequena parcela do que temos de produção no Norte, o que torna possível a constante ampliação desse repertório por meio da comunidade escolar e acadêmica.

Optar por uma literatura em sala de aula em que reverbera a relação entre a memória coletiva e a memória individual dos sujeitos do trauma histórico, por uma escolha enunciativa em que os oprimidos ganham destaque, é uma tomada de posição política. Encontrar quais sentidos emergem por meio da escolha da voz narrativa, da criação e ações dos personagens e das escolhas do dizer levam o leitor a perceber as intenções que subjazem à narrativa. Conforme já defendido por Paulo Freire (2000), o acesso à educação, à leitura e à escrita, por si só, já permite um melhor preparo político para o enfrentamento das desigualdades sociais, e se tomada a partir da perspectiva não hegemônica, possibilita o desenvolvimento de um olhar crítico da realidade social, ao garantir mais chances de expulsão do opressor de dentro do oprimido.

Nesse sentido, nosso trabalho, ao visar possibilitar uma reflexão acerca da literatura produzida no Norte, traduz a experiência do vivido no período de exceção brasileiro a partir do olhar camponês e/ou dos cidadãos que estão à margem da sociedade. Cogitamos, também, como professoras(es) que somos, a necessidade de compreender como as obras aqui apresentadas podem fazer parte do planejamento dos(a) professores(as) da rede estadual do Tocantins, uma vez que garantem aos estudantes o direito de terem contato, por meio da literatura, com

textos que fazem reverberar a memória coletiva do passado recente da ditadura brasileira e seu impacto em nossa região, apresentando-lhes outra versão da história.

O contato com essas obras (como tantas outras não elencadas aqui, mas pesquisadas pelo GESTO), que enunciam a perspectiva do olhar do nós sobre a região Norte ao invés do olhar do outro sobre nós, permitirá aos estudantes perceberem, criticamente, por meio da leitura literária na perspectiva semiótica, como o uso da linguagem literária pode ser uma forma de conhecer a si mesmo e aos outros como ser social.

Narrativas como as selecionadas neste trabalho permitem o direito não só ao acesso a outra versão da história por meio da ficção, como também ressignifica esses acontecimentos a partir da escolha enunciativa e tomada de posição política/social dos autores, o que possibilita que a história hegemônica seja colocada lado a lado com outra versão desses acontecimentos. Por meio destas, também podemos ouvir as vozes do Norte, por vezes, ignoradas ou sem grande difusão, a partir da inserção delas nas unidades didáticas de ensino das instituições escolares do Tocantins. Dessa forma, tanto os estudantes como toda a comunidade escolar poderão ter acesso às produções locais, conhecendo os vários significados do dizer literário ao confrontar as inúmeras versões sobre o mesmo tema. Trazer essa literatura para a sala de aula de nossas escolas estaduais, mobilizada por meio da semiótica discursiva, é considerar a formação do leitor literário como um passo primordial na educação, a fim de garantirmos o acesso à leitura de textos ficcionais na escola e não para a escola.

REFERÊNCIAS

ACHÚGAR, Hugo. Historias paralelas/ejemplares: La historia y la voz del otro. In. BERVELEY, John; ACHUGAR, Hugo. (Org.) **La voz del outro**: testimonio, subalternidade y verdade. 2.ed. Guatemala: Latinoamericana Editores, 2002. p. 61-82.

AGOSTINHO DE HIPONA. **Confissões**. 354-430; A221c [e-book Kindle].Edição Bilingue: Português – Latim. Monte Cristo Editora, 2020.

ANDRADE, Francisca Verônica Feitosa; GOUVÊA, Elda Hipólito Simiema; SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Existir e resistir na palavra: entrevista com o escritor araguainense JJLeandro. **Revista Humanidades e Inovação**, - ISSN 2358-8322 - Palmas - TO - v.9, n.07, 2022, p. 329-335.

ARAGUAIA: **Campo Sagrado**. Direção: Evandro Medeiros. Produção: Labour Filmes. Roteiro: Paulo Fonteles Filho, 2011. (53 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8fnvPOruziM>. Acesso em 08 jun. 2020.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: INCM, 2005.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

BARROS, Mariana Luz Pessoa de. **O discurso da memória: entre o sensível e o inteligível**. Tese de Doutorado. 309p. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I e II**. Campinas, SP: Pontes, 1986.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BERVELEY, John. Prólogo a la segunda edición. In. BERVELEY, John; ACHUGAR, Hugo. (Org.) **La voz del outro**: testimonio, subalternidade y verdade. 2.ed. Guatemala: Latinoamericana Editores, 2002. p. 09-16.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM). **Famílias de camponeses da Revolta dos Perdidos dão depoimento na Comissão de Direitos Humanos e Minorias**. Pedro Calvi entrevista a advogada Irene Gomes na sala da CDHM, Câmara dos Deputados, 185/A em 23 de agosto de 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Camponeses mortos e desaparecidos**: excluídos da justiça de transição. Projeto Direito à Memória e à Justiça. Coordenador Gilney Amorim Viana. Brasília, 2013. 225 p.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. *In*: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1992. p. 327-348.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1992, p. 07-38.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: **Vários escritos**. 6. ed., reimpr. Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul, 2017. p. 171-193.

CELLA, Tiana Nunes; SANTOS, Fábio Luis dos; BERNDT, Jorge Antônio. O romance histórico paranaense: perspectivas e pluralidades, primeiras impressões. **Revista EntreLetras** (Araguaína), V. 11, Nº 1, jan/abr. 2020, p.170-195.

CORONEL, Luciana. Antes do passado, de Liniane Haag Brum: o tempo da memória em que a palavra germina o futuro. *In*: GOMES, Gínia Maria (org.). **Vozes da resistência**: ecos ditatoriais na literatura brasileira do século XXI. Porto Alegre: Polifonia, 2021. p. 43-59.

CRU, Jean-Norton. Testemunhas: ensaio de análise e de crítica das memórias de combatentes publicadas em francês de 1915 a 1928. Tradução de Luiza Helena Oliveira da Silva, Naiane Vieira dos Reis Silva, Carolina Alves Rodrigues. **Revista do Curso de História de Araguaína (TO)**, vol. 15, n. 2 (2023). Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/17931/22285>. Acesso em 18 mai. 2025.

DETUE, Frédéric; LACOSTE, Charlotte. Ce que le témoignage fait à la littérature. Europe. Revue littéraire mensuelle, 2016, **Témoigner en littérature**, 1041-1042, pp.3-15. fhal-01362527. Trad. Luiza Silva, fev. de 2020.

DORGELÈS, Roland. **La drôle de guerra**: 1939-1940. Paris: Albin Michel, 1957.

DORGELÈS, Roland. **Les croix de bois**. Paris: Albin Michel, 1919.

DOURADO, Maiara. A Luta de Trombas e Formoso: uma ruptura narrativa no contexto da ditadura militar. **Campos - Revista de Antropologia Social/ Universidade Federal do Paraná (UFPR)**, V. 15, N. 2 (2014), 2014, p. 99-120.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/ 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERREIRA, Paulo Roberto. **Encurralados na ponte: o massacre dos garimpeiros de Serra Pelada**. 1. Ed.- Belém (PA): Paka-Tatu, 2019.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo; REIS, Naiane Vieira dos; SILVA, Luiza Helena Oliveira da; SOUSA, Paulo César Lucena de. Memórias da Guerrilha do Araguaia: entrevista com José Genoíno Neto. *In: Escritas - Revista do Curso de História Araguaína*. História e Educação: práticas e reflexões em tempos de pensamentos anticientíficos, Vol. 12, n. 2, ISSN 2238-7188, 2020, p. 274-318.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FIGUEIREDO, Eurídice. A literatura sobre a Guerrilha do Araguaia: Adriana Lisboa, Liniane Haag Brum, Guiomar de Grammont, Anita Deak. *In: BITTENCOURT, Rita Lenira de Freitas; SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Literatura e resistência* [livro eletrônico]: reler os anos de chumbo. Reler os anos de chumbo: volume 1- Araguaína, TO: Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, 2022, p. 94 - 113.

FIORIN, José Luiz. **Tendências da análise do discurso**. Cadernos de Estudos Linguísticos, v. 19, p. 173-9, 1990. Acesso em 12 maio 2024.

FIORIN, José Luiz. Objeto artístico e experiência estética. *In: LANDOWSK, Eric; DORRA, Raúl; OLIVEIRA, Ana Cláudia (Orgs.) Semiótica, estesis, estética*. São Paulo: EDUC/Puebla:UAP, 1999. p. 101-117.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. Discurso Estrutura e História. **Cadernos de Linguística**, v 2, n 1, 2021, p. 01-18.

FONTANILLE, Jacques. **Corpo e sentido**. Tradução Fernanda Massi e Adail Sobral. Londrina: EDUEL, 2016.

FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 89-110.

G1, BRASÍLIA. VEJA íntegra do relatório da PF sobre trama golpista. **G1, Brasília**, s/p, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/11/26/veja-integra-do-relatorio-da-pf-sobre-a-trama-golpista.ghtml>. Acesso em 04 dez. de 2024.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Após Auschwitz”. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 89-110.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever e esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira. **Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane**, v. 2, 2012, p. 199-221.

GOMES, Gínia Maria. A ficção brasileira contemporânea: rastros de um passado de agruras. In: GOMES, Gínia Maria (Org.). **Vozes da resistência: ecos ditatoriais na literatura brasileira do século XXI**. Porto Alegre: Polifonia, 2021, p. 09-20.

GOMES, Gínia Maria. Em busca dos rastros de um corpo insepulto: reflexões sobre Palavras cruzadas de Guiomar de Grammont. **Revista EntreLetras** (Online), v. 12, p. 118-140, 2021.

GOMES, Irene; BORGES, Thelma Pontes. Violência de estado e trauma: Camponeses da Guerrilha do Araguaia. **Direitos Humanos e Democracia**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Unijuí. Editora Unijuí, Ano 10, nº 20, jul./dez. 2022, p. 1-20.

GREIMAS, Algirdas Julian. **Semântica Estrutural**. Trad. Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julian; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Da imperfeição**. Tradução Ana Claudia de Oliveira. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

GUIMARÃES, Ed Carlos de Sousa.; BARP, Wilson José. Pistolagem no contexto do judiciário: o caso do Pará. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/101>. Acesso em: 4 mar. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo - SP: Editora Revista dos tribunais LTDA, 1990.

LANDOWSKI, Eric. **Interações Arriscadas**. Tradução Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2014.

LANDOWSKI, Eric. O olhar comprometido. **Galáxia**, n. 2, p. 17-56, 2001.

MACHADO, Ismael. Ameaçada desde 1996, Regina sonha viver em paz. Agência de jornalismo investigativo publica (**APUBLICA**), 15 de julho de 2013. Reportagem. Disponível em: <https://apublica.org/2013/07/regina-sonha-viver-em-paz/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra; SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Semiótica e Teoria literária: um percurso interdisciplinar nas práticas/reflexões em torno do letramento literário na pós-graduação. **Revista EntreLetras**, nº 3 – 2011-2 ISSN 2179-3948. p. 109-125. Acesso em 03 de ago. 2023.

MEIRELES, Joseilson Costa de. **A redivisão municipal e a organização do espaço de Abel Figueiredo (Pará)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Plena em Geografia, Universidade Federal do Pará – UFPA. Marabá, 1992.

MONTANINI, Marcelo. Um jogo de cartas marcadas. **Folha de Pernambuco**, 12 de fevereiro, 2017. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/um-jogo-de-cartas-marcadas/17656/>. Acesso em: 18 mai. 2025.

ORLANDI, Eni Pucinelle. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. - 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PACHÊCO, Abílio de Souza. “**No rastro e no rumo das palavras**”, dos fragmentos, da história brasileira recente na obra de **Benedicto Monteiro**. Campinas, SP: [s.n.], 246p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2020.

PATO SÁ MOTTA, Rodrigo. Universidades e cultura na ditadura militar brasileira. **Revista Estudos del ISHiR** - Unidad Ejecutora en Red ISHiR – CONICET, Argentina. ISSN 2250-4397, Año 8, Número 20, 2018. Disponível em: <http://revista.ishirconicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaISHIR>]. Acesso em: 10 mar. 2021.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-amaericano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 297-350.

PEREIRA, Airton dos Reis. A luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará: algumas reflexões sobre a designação posseiro e os conflitos por terra na Amazônia (1975-1990). In: BARROS, Lucilvana Ferreira; SANTOS, Roberg Januário dos. (Orgs). **Amazônia Oriental brasileira: história, migração e região**. Curitiba: CRV, 2019. p. 149-164.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

RASTIER, François. Témoignages inadmissibles. **Littérature**, n. 159, p. 108-129, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-litterature-2010-3-page-108.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RECHI, Lucileide da Silva. **Memórias do Massacre da Ponte**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Linguística, Letras e Artes, Faculdade de Estudos da Linguagem, Curso de Licenciatura Plena em Letras, Habilitação em Língua Portuguesa. Marabá, PA: [s. n.], 2020.

REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil**. - 1 ed. – São Paulo: Alameda, 2019.

REINA, Eduardo; GOMES, Irene. Áreas de terras tomadas dos camponeses durante a Guerrilha do Araguaia é superior a municípios brasileiros e cidades europeias. **Polifonia - Revista Internacional da Academia Paulista de Direito**, n. 9, nova série, outono/inverno, 2022, p. 305 – 329.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social - Revista Sociologia**, USP/São Paulo, 10(2): 25-35, outubro de 1998.

REIS, Naiane Vieira dos. **Entre estudos, leitura, maternidade e trabalho: análise semiótica de histórias de vida de estudantes da área de Letras da UFT. Araguaína, TO, 2020**. Tese (doutorado). 189p. Universidade Federal do Tocantins – Curso de Pós-Graduação em Letras (Doutorado) Ensino de Língua e Literatura, 2020.

REIS, Naurinete Fernandes Inácio; SANTOS, Paula Porto Bandeira dos; SILVA, Karoline de Souza; RODRIGUES, Claudinete Chagas Pereira. Guerrilha do Araguaia e resistência camponesa – o trabalho subversivo da memória. *In: Anais do 10º CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói (RJ) Programa de Pós-Graduação, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xc22021/437666-GUERRILHA-DO-ARAGUAIA-E-RESISTENCIA-CAMPONESA--O-TRABALHO-SUBVERSIVO-DA-MEMORIA>. Acesso em: 23 de fev 2023.*

SANTOS, Jacielle da Silva; ANDRADE, Francisca Verônica Feitosa. Ausência e silenciamento em “K. relato de uma busca”, de Bernardo Kucinski. **Revista Escritas do Tempo** – v. 4, n. 11, mai-ago/2022, p. 30-44.

SANTOS, Jacielle da Silva; FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo; SOUZA, Abílio Pachêco. O continuum da violência no Sul e Sudeste do Pará: entrevista com o professor, pesquisador e escritor Abílio Pachêco, autor do romance *Em despropósito: mixórdia*. **Revista EntreLetras** (Araguaína - *online*), v. 13, n. 3, set./dez. 2022, p. 316-338.

SANTOS, Jacielle da Silva; LUIZ, Janailon Macêdo; SILVA, Luiza Helena Oliveira da; FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. Crônicas do Araguaia: entrevista com o escritor e pesquisador Janailson Macêdo. **Revista EntreLetras**, v. 11, n. 1, p. 440-451, Araguaína, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a Memória, a História e o Esquecimento. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 59-88.

REIS SILVA, Naiane Vieira dos. O corpo e a carne da memória interrompida: análise semiótica do romance “*Em despropósito: Mixórdia*”. Ensaio: **ABRALIC**, jul. de 2023.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira. Crimes do estado e justiça de transição. **Sistema Penal & Violência** (Online), v. 2, p. 22-35, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/issue/view/490>. Acesso em: 05 de fev. 2022.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. O passado que se faz presença: uma leitura de Meu primeiro picolé, de José Francisco da Silva Concesso. **Revista EntreLetras**, v. 2 n. 1 – 2011, p. 49-58.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Memórias da guerrilha: acontecimento e história. In: MENDES, C. M.; LARA, G. M. P. (Orgs.). **Em torno do acontecimento: uma homenagem a Claude Zilberberg**. Curitiba: Appris, 2016, p. 141-162.

SILVA, Luiza Helena Oliveira. Narrativas do tempo da noite: a literatura de testemunho em Pedro Terra. **ORGANON**, v. 35, p. 1-20, 2020a.

SILVA, Luiza Helena Oliveira. Ecos da ditadura nas memórias de Ângelo Bruno. **Escritas**: Revista do Curso de História de Araguaína (TO), Vol. 12, n. 2 (2020b), p.230-256.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da; FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo; SANTOS, Jacielle da Silva. História e ficção no romance Em despropósito (Mixórdia), do escritor paraense Abílio Pachêco. **Fermentum**, v. 31, n. 91, mayo-agosto 2021a. ISSN 07983069. Editada por el Centro de Investigaciones HUMANIC, Universidad de Los Andes, Mérida-Venezuela.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Formação do leitor na escola: questionamentos a partir da semiótica discursiva. In: PINTO, Francisco Neto Pereira [et al.]. **Ensino da literatura no contexto contemporâneo**. Campinas: Mercado de Letras, 2021b. p. 197-218.

SILVA, Luiza Helena de Oliveira. Que sujeitos são condenados nesse trabalho de memória? Inquietações sobre Palavras Cruzadas, de Guiomar de Grammont. **Margens - Revista Interdisciplinar**, v. 16, p. 179-194, 2022a.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Um herói da Guerrilha pelas lentes de jJLeandro. **Revista Escritas do Tempo** – v. 4, n. 11, mai-ago/2022b – p. 45-62.

SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Tradução de Carlos Araújo. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Vinícius Lisboa; MANCINI, Renata. Uma leitura tensiva das modalidades veridictórias. **Estudos Semióticos**, 19(1), p.15-29. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2023.206156>. Acesso em 05 de jun. de 2024.

SOARES, Ingrid. Com discurso dúbio, Bolsonaro dá a entender que Faz devem “lealdade ao povo”. **Correio Braziliense**, 10 de dezembro, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/12/5058099-com-discurso-dubio->

bolsonaro-da-a-entender-que-fas-devem-lealdade-ao-povo.html. Acesso em: 18 mai. 2025.

TEIXEIRA, Lucia. Para uma leitura de textos visuais. **Comunicação apresentada no III Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso**, 1998.

TEIXEIRA, Lucia. Leitura de textos visuais: princípios metodológicos. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua portuguesa: lusofonia – memória e diversidade cultural**. São Paulo: EDUC, 2008.

TESTA, Eliane C.; MARINHO, Paulo A. Falando de poesia: entrevista com o poeta Pedro Tierra. **Revista EntreLetras**, Araguaína, v. 9, n. 3, p. 363-371, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIERRA, Pedro. Testemunhos literários de um poeta militante. In: BITTENCOURT, Rita Lenira de Freitas; SILVA, Luiza Helena Oliveira da (Orgs). **Literatura e resistência** [livro eletrônico]: Reler os anos de chumbo: volume 1- Araguaína, TO: Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, 2022, p. 44 - 52.

VECCHI, Roberto. O passado subtraído da desapareição forçada: Araguaia como palimpsesto. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 43, p. 133-149, jan./jun. 2014.

ZILBERBERG, Claude. **Elementos de semiótica tensiva**. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

LITERATURA

BARNET, Miguel. **Biografía de un cimarrón**. México: Siglo XXI Editores, 1966.

BENEDITTI, Ivone. **Cabo de Guerra**. [e-book Kindle]. São Paulo: Boitempo, 2016.

BERNARDES, Carmo. **Xambioá: paz e guerra**. Goiânia, GO: AGEPEL/ Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

BURGOS-DEBRAY, Elizabeth. **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia**. México: Siglo XXI Editores, 1983.

BRUM, Liniane Haag. **Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia**. Porto Alegre: Arquipélogo, 2012.

CABRAL, Pedro Correia. **Xambioá: Guerrilha no Araguaia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

CARMELITA, Bertin di. Serra das Andorinhas. In: **Fazenda Alegria**. Campina Grande: Editora Leve, 2019, p. 94-95.

DEAK, A. **No fundo do oceano, os animais invisíveis**. São Paulo: Reformatório, 2020.

PINTO, Francisco Neto Pereira. **À beira do Araguaia** (contos). 1ª. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** 29ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

GRAMMONT, Guiomar de. **Palavras cruzadas**. [e-book Kindle]. Rio de Janeiro: Rocco digital, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LEANDRO, JJ. **A visita do coronel**. (2015). Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10205340719302898&id=1395812272&sfnsn=wiwspwa. Acesso em 10 jul. de 2021.

LEANDRO, JJ. Goela de Ouro. In: SILVA, Luiza Helena O. da; RAMOS JÚNIOR, Dornival Venâncio (Orgs.). **Contos da guerra do Araguaia**. Araguaína, TO: EDUFT, 2022.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LISBOA, Adriana. **Azul corvo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

MACÊDO, Janailson. **Crônicas do Araguaia**. Marabá, PA: Ed. do Autor, 2015.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos; TIERRA, Pedro. **Por trás das chamas: mortos e desaparecidos políticos – 60 anos do golpe de 1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

MOREIRA, Diego; KOLBE, Gabriel. **Doutor Araguaia: a história de João Carlos Haas Sobrinho**. São Paulo: Alameda, 2023.

PACHÊCO, Abílio. **Em despropósito (mixórdia)**. Belém, PA: LiteraCidade, 2013.

PILLA, Maria Regina. **Volto semana que vem**. 1ª ed. Porto Alegre: Ama Livros, 2022.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da; RAMOS JUNIOR, Dornival Venâncio. (Orgs.). **Contos da guerra do Araguaia** [livro eletrônico]. Araguaína, TO: Universidade Federal do Norte do Tocantins - EDUFNT, 2023. 122 p.

STUDART, Hugo. **A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. 1. ed. São Paulo: Geração editorial, 2006.

STUDART, Hugo. **Borboletas e lobisomens: vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmera lenta**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

TELLES, Lúgia Fagundes. **As meninas**. 8ª ed. Rio de Janeiro: livraria José Olímpio, 1976.

TIERRA, Pedro. **Pesadelo: narrativas dos anos de chumbo**. São Paulo: Autonomia Literária; Fundação Perseu Abramo, 2019.

TIERRA, Pedro. **Poemas do povo da noite**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Publisher, 2009.

VERÍSSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. Porto Alegre: Globo, 1971.

APÊNDICES
ENTREVISTAS COM JANAILSON MACÊDO E ABÍLIO PACHÊCO, PUBLICADAS
NA REVISTA ENTRELETRAS



**CRÔNICAS DO ARAGUAIA:
ENTREVISTA COM O ESCRITOR E PESQUISADOR JANAILSON MACEDO**

**CHRONICLES OF ARAGUAIA:
INTERVIEW WITH WRITER AND RESEARCHER**

Jacielle da Silva Santos¹
Janailson Macêdo Luiz²
Luiza Helena Oliveira da Silva³
César Alessandro Sagrillo Figueiredo⁴

Entrevistamos para esse dossiê da ENTRELETRAS o escritor Janailson Macêdo Luiz que publicou, em 2015, o livro *Crônicas do Araguaia*, o qual remete diretamente a acontecimentos relacionados ao que a história convencionou denominar como Guerrilha do Araguaia. Estamos diante de uma produção inserida na classificação de “literatura de testemunho”, mais próxima às vertentes latino-americanas do *testimonio* e que transita entre a ficção e o fato histórico. Janailson é docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e doutorando em História Social pela USP. A entrevista com o autor se deu pelo Whatsapp, em abril de 2020, durante o período da quarentena relativa à pandemia do Covid-19. Seu trabalho se mostra bastante relevante por trazer à memória uma parte da história que, até mesmo por orientação das diretrizes do governo ditatorial (1964-1985) e por uma justiça de transição que não se efetivou, deveria ser lançada ao esquecimento. Em seu relato, trata de seu processo de criação, a relação entre ficção e história, trazendo personagens que perpassam suas narrativas e aludem à memória social em torno dos acontecimentos relacionados à Guerrilha, à tortura, à resistência.

*

Jacielle: Inicialmente, gostaria que se apresentasse e nos respondesse se você se apresenta como alguém que participou de algum modo dos acontecimentos relacionados à ditadura militar.

¹ Mestre em Letras pelo Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (PROFLETRAS/UFT), docente da rede pública de ensino no Tocantins e aluna especial do doutorado no Programa de Pós-graduação em Letras da UFT. Desenvolve pesquisas sobre literatura de testemunho no contexto do norte do Brasil. Membro do GESTO – Grupo de Estudos do Sentido – Tocantins. E-mail: jacyla03ale@gmail.com

² Docente da Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, doutorando em História Social pela USP. E-mail: janailson@unifesspa.edu.br

³ Docente da Universidade Federal do Tocantins, desenvolvendo pesquisas que convergem semiótica discursiva e literatura de testemunho. E-mail: luiza.to@uft.edu.br

⁴ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa Violência e Estado. Desenvolve pesquisas sobre Guerrilha do Araguaia, Justiça de Transição, Literatura de Testemunho. Docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* de Tocantinópolis. E-mail: cesarpolitika@gmail.com



Janailson Macêdo: Não, eu não participei nem diretamente de acontecimentos relacionados à ditadura porque, inclusive, eu nasci já depois, em 87, dois anos depois do marco que é considerado como final desse processo, o ano de 85.

Não tive também um familiar diretamente engajado, pai, mãe etc. que tivesse engajado em movimentos sociais no contexto da ditadura. Também não tinha memórias familiares relativas a essas, esses acontecimentos da repressão em si.

É claro que tive parentes que, evidentemente, viveram a época e que tinham uma ou outra lembrança do período, mas não eram muito vinculadas. É diferente de alguém que tenha sofrido determinados eventos mais vinculados à militância política, como, por exemplo, o Paulinho Fonteles⁵, filho do Paulo Fonteles⁶ que era advogado da CPT, deputado. O Paulinho Fonteles nasceu nesse contexto, foi torturado na verdade porque, quando estava ainda na barriga da mãe quando ela foi torturada e os pais foram presos políticos. Eu não tinha pessoalmente esse tipo de memória.

Meu pai era um daqueles retirantes nordestinos que foram para o Rio, para São Paulo. Então, curiosamente, ele relatava aquela cena típica do Nordeste, com o sujeito que sai no pau de arara para o Rio de Janeiro. Assim que chegou no Rio, enfrentou aquelas prisões para averiguação, porque descia um bocado de gente ali perto da feira de São Cristóvão ou outro local específico de que não me lembro. Ele chegou no Rio e foi detido para averiguação como acontecia com muitos, porque os militares já usavam isso como intimidação para população e, também, para ver se tinha algum dissidente político no meio dos migrantes. Ele já é falecido, faleceu mês passado.

Aí quando curiosamente, segundo ele relatava, abriu a mala – eram aquelas malas de madeira de gente bem do interior, na época, no ano de 64, o ano do golpe e quando tinha cerca de 18 anos – só tinha lá o restinho de galinha, rapadura, enfim, e liberaram ele. Tem aquele primeiro constrangimento, então, no máximo memórias relativas ao contexto, mas que não eram memórias nem pessoais e nem familiares relativos à luta armada, por exemplo.

Vamos considerar a questão do Araguaia e a militância política de forma mais ampla. Pelas memórias familiares eu creio que tinha alguns, alguns familiares do meu pai, que chegaram a servir o exército na época, enfim, então imagino que deveriam ter memórias também nesse sentido, mas não conheço esses familiares, não tive contato com eles, faleceram no Rio de Janeiro...

Jacielle: Poderia comentar como foram gerados os dados para criação das crônicas? Gostaríamos que o senhor falasse um pouco do processo de criação dos textos que deram origem ao livro *Crônicas do Araguaia*.

Janailson Macêdo: Antes de responder a essa segunda pergunta, só queria retomar a questão sobre a memória. Além do que eu falei antes, queria destacar que, em relação à Guerrilha, não cresci na região. Estou dizendo isso porque agora, inclusive, aqui na quarentena, estou na casa

⁵ Paulo Fonteles Filho. O ex-vereador faleceu em 2017, de enfarto, aos 45 anos. Era presidente do Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos, escritor, poeta e membro da Comissão da Verdade.

⁶ Paulo César Fonteles de Lima, advogado, político, sindicalista, ativista junto a camponeses no estado do Pará e Comissão Pastoral da Terra. Assassinado por pistoleiros em 1987 ligados a UDR (União Democrática Ruralista).



dos meus pais na Paraíba. Meu pai faleceu e eu acabei tendo que vir aqui para dar o suporte nas coisas todas. Sou paraibano. Só fui pra, pra Marabá aos 27 anos quando eu passei no concurso e assumi lá na UNIFESSPA há quase seis anos. Fiz 33, agora. Em julho, completo 6 anos lá em Marabá. Assim, em paralelo à atividade de historiador, professor historiador, o que me fez né, migrar como muitas pessoas, né, o fizeram em outras décadas e ainda o fazem hoje, em paralelo, eu tenho uma carreira literária, com algumas publicações. Tenho um livro de microcontos, de 2012, chamado *Micro Fricções* e que meu primeiro livro lançado. Tem uma plaquetezinha sobre a história da UEPB, mas, em termos literários, foi o primeiro livro. O segundo foi esse *Crônicas do Araguaia*. Há um outro livro de contos, que ainda não publiquei. Alguns textos desse volume já tinham sido publicados em revistas, mas não gostei muito do resultado e acabei engavetando.

Eu participo – a gente está, inclusive, fora do ar por enquanto, de um núcleo literário aqui em Campina Grande, na Paraíba, chamado no clube literário *Blackout*. A gente edita, desde 2008, uma revista literária que vai ser lançada no vigésimo número. Ela é eletrônica e, inclusive, nos próximos dias vai sair o próximo número e o novo site. Está fora do ar temporariamente, mas a gente está recriando a revista em um novo site. Basicamente, essa carreira literária começa quando eu estava na graduação ainda, no curso de história. Tinha alguns amigos como Bruno Galdêncio, João Matias, Flávio Mendes. O Bruno criou a revista e participei desde o primeiro número. Foi quando publiquei meu primeiro conto. Enfim, assim, a gente podia ampliar as sociabilidades literárias, em paralelo.

Para mim, essa atividade não é menos importante. Ainda não consegui me dedicar a ela com mais, maior tempo por causa dessas questões da sobrevivência mesmo. Você tem que fazer concurso, tem que seguir outra profissão de onde eu tiro meu ganha pão e, também, eu acho muito importante. Mas eu considero, de certo modo, atividades que se complementam na minha trajetória.

Estou com alguns projetos literários novos só esperando ter mais um tempinho. Talvez depois do doutorado, enfim, de vez em quando estou rascunhando algumas coisas para poder dar continuidade, porque às vezes a ação, enquanto professor-pesquisador, toma uma energia, um tempo, além da vida familiar também... Mas a ideia é de que tenho pesquisado, estudado mais a fundo questões da ditadura. Continuo silenciosamente, aqui rascunhando os textos e a próxima ideia é a escrita de um romance. Estou com uns livros de contos novos, mas não, não sei se ano que vem já estarão prontos. Vai ser um tempo mais demorado para saírem essas próximas publicações. Enfim, essa parte da resposta foi meio que para contextualizar um pouco né, como é que eu cheguei ao *Crônicas do Araguaia*. Basicamente, quando eu fui para Marabá, não conhecia ninguém no estado.

Na verdade, eu conhecia dois escritores. Não conhecia pessoalmente, mas conhecia dois escritores que já haviam publicado nessa revista da qual eu sou um dos editores. É o Abílio Pacheco, que é inclusive marabaense, professor da UFPA, e que mora em Bragança. E o Airton⁷ que é lá de Marabá, que é poeta bem conhecido. Já os conhecia dessa interlocução pela publicação em números da revista *Blackout*. Não me lembro em que números publicaram, mas o fato é de que não os conhecia pessoalmente.

⁷ Airton Sousa é poeta paraense, professor, licenciado em História, pela Uniasselvi, e em Letras, pela UNIFESSPA.
442



Quando eu fui para lá, já tinha a ideia de lançar um livro de contos e a ideia, tentando pensar nas temáticas da nova região onde estou morando. Há o próprio interesse pela Amazônia. Sei que são Amazônias, no plural, mas a gente vai com aquele interesse: “Vou morar na Amazônia”. Ao mesmo tempo, há o contato com narrativas, seja em História, seja em Literatura, interessantes, que possam desempenhar junto aos leitores a questão de um contato com as experiências. Eu gosto daquela concepção do narrador do texto de Walter Benjamin.

Tinha essa ideia: “Meu projeto vai ser um livro de contos”. Não sabia ainda qual seria e aí, em 2014, tive contato com toda aquela efervescência sobre a memória da Guerrilha em virtude da *Comissão Nacional da Verdade*. Inclusive, logo que eu cheguei à cidade, assisti audiências na UNIFESSPA, com o auditório lotado com pessoas da sociedade em geral, familiares de camponeses que haviam sido torturados e acabaram tendo que colaborar com os militares no contexto da Guerrilha. Passei a ter contato maior com a literatura em relação à Guerrilha, no caso, a literatura correspondente à produção científica a respeito do tema. Fiquei muito impactado assistindo a uma das audiências. Embora não tenha sido o primeiro conto escrito, a ideia para o conto “Fantasma da Casa Azul” surgiu mais ou menos nessa hora, nessa audiência, quando um dos senhores que moram em Marabá levantou disse algo mais ou menos assim diante do auditório lotado, mirando para uma filmadora: “Olha, estou aqui falando para vocês, mas foram lá na minha casa, me procuraram e disseram que eu não falasse muita coisa porque, enfim, poderia acontecer algo comigo, com minha integridade física”.

Eram muitas narrativas pesadas às quais já era acostumado, mas que naquele dia, assim, eu senti como algo impactante. Era a questão da memória social, porque uma coisa é a narrativa literária, outra coisa a narrativa histórica, outra coisa que pode até englobá-las também é a questão da memória social. Senti muito forte aquelas narrativas ali, estar vivendo ali, no meio das pessoas que viveram e ainda vivem aquele trauma mais de 35 anos depois e isso me impactou. A ideia do “Fantasma da Casa Azul” não é literalmente o depoimento desse senhor, mas eu me inspirei, por exemplo, em casos como dele que são muitos. Muitas pessoas dizem, que relataram e relatam que continuavam sob certa vigilância. Então, isso de certa forma inspirou o relato. Não cheguei a fazer uma entrevista com esse depoente, mas seu relato me inspirou a construção do conto, embora não tenha sido o primeiro a ser escrito.

Ainda continuando essa resposta, falando mais agora desses dados, havia um edital na UNIFESSPA na época que era em apoio a publicações, um concurso. Eu acabaria vencendo esse concurso, ficando em primeiro lugar. O Airton ficou em segundo e o pessoal – um coletivo lá de estudantes, de meninas – ficou em terceiro. A gente tinha que para concorrer a esse edital fazer uma, um pequeno projeto e além desse pequeno projeto tinha que elaborar dois contos. Esses contos vieram rapidamente à cabeça. Assim, juntando o projeto que eu já tinha para essas narrativas todas, enviei o conto “Cova Cristã”, numa versão diferente da final e o “Do outro lado da floresta”, que fecha o livro.

Esse “Cova Cristã”, por exemplo, foi uma notícia que eu li, não lembro se de um dos mateiros, dos guias que colaboravam com os militares, dizendo que, na época, tinha que cavar os locais para enterrar os guerrilheiros na mata como uma cova cristã - a sete palmos. Existe, existiriam, não sei, outros tipos de covas, mas eu achei curioso o termo “cova cristã”. Estava lá numa entrevista, então, criei o conto, fui refazendo, enfim, o dado existia, vem de uma narrativa anterior. Mas não utilizei diretamente essa narrativa, criei uma coisa nova a partir dos



referenciais de outras leituras sobre o tema, sobre outras leituras literárias também, que não se encerram somente ali na Guerrilha.

“O Fantasma da casa azul” também acabaria ativando um pouco aquela memória daquele primeiro depoimento e recriando uma outra coisa mais. Os contos fazem parte dessa memória social, remetem à memória social. Então, não seria necessariamente a narrativa daquele senhor específico que falou no auditório, mas, de certa forma, a conexão com narrativa de pessoas que continuavam sob vigilância, no caso do “Fantasma da Casa Azul”.

Esse da “Cova Cristã” não necessariamente trata daquela pessoa da notícia, pois, infelizmente, foi algo que se passou com vários dos mateiros. Fui em busca de informações e o lado historiador ajudou bastante, porque eu já estava ali inserido, já tinha contato com as obras. Fui comprando obras. Na medida em que foi aprovado e que eu tinha esses dois contos, tive que fazer os outros, pois eu não tinha na verdade os outros contos. Tinha ideia de alguns, mas eu não tinha os outros contos, todos. Acabei escrevendo até mais do que os que foram publicados, mas eu achei que os 12 que estão publicados correspondiam... Tem isso, se você publica um livro de contos, ele tem que ter uma certa coesão dos textos entre si, senão seria uma mera coletânea e a ideia não era uma coletânea de contos, mas um livro cujos textos dialogassem, tivessem um certo diálogo entre si. Não como um romance, ou seja, eles não tão concatenados, mas fazem parte de uma mesma atmosfera, digamos assim.

Vou abrir aqui o índice. Esse conto “Judiação”. Até o Johnny Martins, que fez a revisão do texto, disse: “Mas esse termo não é pejorativo em relação aos judeus?”.

Aí não, não é judiação por causa dos judeus, mas porque as pessoas da região costumam chamar assim os atos de tortura, que sofreram de judiação por causa da judiação. São por causa do termo judiação. Eu não sei a etimologia se mais a fundo isso tem a ver com a questão judaica, mas era mais ou menos esse significado que eu tentei capturar. Esse texto “Judiação” é, inclusive, dedicado a seu Beca⁸.

Fiz entrevista na época, conversei com pessoas que viveram a época, com filhos também, mas sobretudo com camponeses que haviam sido torturados. Posteriormente, tive contato com familiares de guerrilheiros e, inclusive, na minha pesquisa de doutorado agora, entrevisto alguns deles também, no caso, delas pois entrevistei mulheres, como as irmãs da Helenira Rezende⁹, por exemplo. Na época, eu não tinha ainda contato de memórias que estavam em publicações, mas entrevistei pessoas.

O seu Beca entrevistei alguns dias antes de ele morrer. Ele morreu doze dias depois que eu entrevistei. O conto não tem nada a ver com a entrevista dele, assim, literalmente. Ele falou das experiências dele que não são as mesmas experiências dos personagens do conto. Esse conto foi, inclusive, lido numa rádio lá em Marabá. Achei interessante, mas não ouvi. Soube pelas pessoas que me contaram depois. Eu achei muito legal. Num evento público, o próprio Airton fez um elogio a esse conto. É claro que eu tenho ciência de que os textos são produzidos por um escritor que estava iniciando, tem seus problemas também, mas eu gostei dessa, ainda que mínima, mas boa repercussão que teve. E é justamente essa questão das experiências.

⁸ Apelido de Euclides Pereira de Souza, torturado pelos militares na ditadura.

⁹ Helenira Rezende de Souza Nazareth, codinome Fátima, foi militante do PCdoB, estudante de letras da USP, vice-presidente da UNE nos anos 60, incorporou-se a Guerrilha do Araguaia no início dos anos 70, vindo a ser assassinada em confronto armado pela corporação ação militar em 1972, seu corpo nunca foi encontrado.



Seu Beca foi preso na base lá em Xambioá, não viveu exatamente aquilo que tá ali narrado, mas coisas tão dramáticas quanto. Ser jogado lá, no buraco do Vietnã, ser torturado, enfim. Então, não é a mesma coisa que os personagens que é um pai e um filho viveram, mas existem outras pessoas que tinham essas memórias. Existem memórias de filhos que viram pais sendo torturados e pais que viram os filhos sendo torturados e até mortos. Desse modo, o conto não se refere a um caso específico, mas faz um *link* com essas memórias tidas em relação à Guerrilha.

Para os dados, fiz essa consulta, essa parte da pesquisa que eu penso que muitos escritores o fazem, inclusive fiz um curso ano passado, em São Paulo, com a escritora Carol Bensimon¹⁰ e ela defende muito essa questão da pesquisa na produção literária. Muitos, muitos o fazem no sentido diferente da pesquisa, por exemplo, que eu faço em história, onde tem que ter a fidelidade do relato, a menção, enfim. No caso, era muito mais uma questão de atmosfera, digamos assim, das experiências, mas não é propriamente a experiência que o próprio seu Beca vivenciou, mas é muito próximo. Essa é a questão, ou seja, aquele contexto tinha tanta atrocidade que aconteceram coisas piores do que as que são relatadas nessas obras.

Ainda com relação a essa questão dos dados, eu queria chamar atenção para questões que não dizem respeito necessariamente somente ao universo da guerrilha do Araguaia e da ditadura. Por exemplo, para o conto “Enxoval, duas inspirações na época da escrita desse livro foram o livro que citado na epígrafe que é o *Exército de Cavalaria*, do Isaac Babel¹¹, escritor russo, que inclusive traz a ideia de crônicas. O livro é de contos, mas eu coloquei o nome no título de crônica um pouco no sentido dessa própria epígrafe, tentando remeter um pouco à ideia antiga de crônica. Na época, não existia um relato histórico como a gente entende hoje a crônica, mas tinha uma significação diferente dessa feita no domingo nos jornais que foi a que se consagrou aqui no Brasil com Rubem Braga e outros.

Lembremos daqueles textos recentes que fazem referência a esse tipo de publicação que tinha mais relação com a memória, como, por exemplo, as próprias *Crônicas de Gelo e Fogo*¹², *As crônicas de Nárnia*¹³. Trago essa ideia de crônica como os relatos do que teria acontecido no passado de um povo, só que no caso literalizado. Esse livro do Isaac Babel, na época, tinha muita influência e quero retornar a ele daqui a pouco para novas leituras, pois me fez muito pensar na parte estética, inclusive, ainda que eu não tenha necessariamente o mesmo estilo que ele, mas me inspirou bastante na escrita. Lembro então que são contos. E a história de vida dele é muito complexa. No contexto pós revolução russa, ele era um jornalista, também literato, judeu que acompanhava o Exército Vermelho que era o exército dos que haviam feito a revolução na guerra civil contra o exército que representava as forças conservadoras do próprio czar que foi derrubado¹⁴.

¹⁰ A escritora, nascida em 1982, em Porto Alegre, foi finalista em 2018 do prêmio Jabuti de melhor romance pela publicação de *O clube dos jardineiros de fumaça*, pela editora Companhia das Letras.

¹¹ Escritor de origem judaica, nascido em 1894 e morto em 1940, executado pelo governo stalinista.

¹² De autoria de George R. R. Martin.

¹³ Série de C. S. Lewis.

¹⁴ O autor faz referência à Revolução Russa, de 1917, que derrubou do poder o czar Nicolau II.



Babel foi alguém que escreveu enquanto os acontecimentos estavam sendo vivenciados, mas escreveu em formato literário. A própria história de vida dele é bem complexa, bem interessante. Há outras referências, como o chamado *Vá e veja*¹⁵ que é um filme da década de 80 sobre a Bielorrússia que retrata a questão da ocupação nazista, com uma série de atrocidades que os nazistas fizeram lá. Esse filme *Vai e veja* não corresponde ao formato dos filmes estadunidenses, ou mesmo ao italiano *A vida é bela*, com aquela catarse no final que apela mais para o drama, como aquela cena do pai, que tenta fingir pro filho que não tá acontecendo algo muito atroz, como se tudo fosse uma grande brincadeira e tal, mas no final como era de se esperar, ele morre e o filho... Você vê aquela sensação típica de uma catarse.

Na verdade, esse filme é muito porque mostra o terror que foi a ocupação e a guerra entre o pessoal da Bielorrússia contra os nazistas, quando usaram de artifícios de guerrilha porque os nazistas atacam a população camponesa os próprios camponeses têm que se unir para poder fazer movimentos de resistência. São atrocidades próprias de uma guerra e próprias do que os nazistas fizeram em vários locais lá da Europa. Então, assim, é um filme que me chocou bastante, assim. Essas duas narrativas, a do Isaac Babel e do *Vá e veja* influenciaram também a produção do livro no sentido da inspiração pois foram obras que estavam na cabeceira durante aqueles dias de produção do *Crônicas de Araguaia*.

“Enxoval” é bem atmosfera dessas outras narrativas a que fiz referência, havendo, então, um pouco dessas conexões com a realidade do sul e sudeste do Pará. Essas situações ficcionais, permitiram *links*, pontes com situações reais, contextos reais de violência exacerbada no século 20 e muito marcadas também pelo próprio autoritarismo, impacto desse autoritarismo junto as populações camponesas, sobretudo.

“Despedida” e “Do outro lado da floresta” falam mais dos guerrilheiros, militantes e, para isso, tomei outras leituras sobre o tema. Salvo engano, esse texto “Despedida” foi um dos últimos a serem escritos. O “Desenhando Laura” também foi um dos últimos. “Pedaço de mim” de Chico Buarque, citada na epígrafe, estava ouvindo também e serviu de mote. Como a gente diz na poesia popular do Nordeste, o pessoal lá do cordel, isso aqui pode ser um mote para uma história também a partir dessa questão dos familiares dos mortos desaparecidos.

Jacielle: Qual a relação que você estabelece entre verdade e ficção?

Janailson Macêdo: A terceira pergunta é muito difícil. Digamos que de fato aconteceu aquilo que é recriado, reinventado. “Crônicas do Araguaia” não é um livro de história. Ele é diferente de um livro de história no sentido de que sejam acontecimentos reais e algumas pessoas até sejam reais. O Osvaldão¹⁶, que é citado em um dos contos, era um personagem real. No conto “O sonho” há referência a um acontecimento sobre um dos chafurdos que eles sofreram e foram atacados e que muito possivelmente alguns elementos que estão ali se aproximam da realidade dos fatos, enfim...

Só que isso não, não faz com que sejam uma obra de história. Essa obra não tinha essa intencionalidade de ser fidedigna na escrita em relação aos acontecimentos em si, mas dialogar

¹⁵ Filme russo dirigido por Elem Klimov, 1985.

¹⁶ Referência a Osvaldo Orlando da Costa (1938-1974), uma das principais lideranças da Guerrilha do Araguaia. Assassinado por militares, seu corpo nunca foi encontrado.



com a memória social a respeito da *Guerrilha do Araguaia*. É um movimento diferente do que estou fazendo na tese, que vai ter um capítulo específico para o Osvaldão, porque lá vou debater explicitamente com os textos que falaram sobre ele, com as fontes. Eu gosto da ideia de rastro, de vestígio de rastro. A partir do filósofo francês Paul Ricoeur, em seu livro *A memória, a história e o esquecimento*¹⁷, vejo ali o papel da narrativa, seja ela qual for, é a questão da humanização do tempo. Pode ser uma narrativa histórica, pode ser uma narrativa literária ou de outros gêneros, trata-se de humanizar o tempo. Você falar o ano de 1972 é uma coisa. Se você disser algo como “Em 72 aconteceu um dos eventos mais marcantes da história do Brasil” já é outra coisa, “no ano 72 foi lançado o livro tal...” As narrativas humanizam o tempo, mas o fazem de formas diferentes. A escrita da história tem o papel de analisar os testemunhos, mas também fazer a crítica dos testemunhos. A gente tem que cruzar fontes entre si, visando à produção de uma verdade, mas a ficção pode dialogar de outras formas. Ela pode ser uma ficção baseada em fatos, nesse caso, aqui é um livro baseado em fatos, mas que não tem esse, esse intuito de ser, necessariamente, esse movimento de testemunho e crítica do testemunho. Li bastantes narrativas de testemunho, como do Glênio Sá¹⁸, uma obra pouco analisada no sentido da produção sobre testemunho, sobre a guerrilha que é o relato de um guerrilheiro. É um pouco nesse sentido, são movimentos. Entendo que são movimentos diferentes seja na parte da escrita e da produção em si, ou seja, a escrita em História. A gente começa essas escritas lançando perguntas, depois montando um arquivo de fontes, depois fazendo uma análise dessas fontes a partir da pergunta e produzindo um texto que ele vai ter elementos literários, mas vai tá atrelado essas outras duas etapas como cita o Paul Ricoeur. A produção literária pode até pode dialogar algum momento com essas etapas, mas a questão é mais a produção em si do texto.

O texto tem, de certa forma, que fazer alusão a essas outras questões externas, tem que se sustentar mais por si. É claro que a gente sabe que o texto evoca, que só vale a pena porque ele vai evocar a memórias das pessoas, sentimentos, emoções. Embora a gente saiba como uma série de autores já abordou também que dentro da produção voltada mais para a história, pra uma questão de verdade, existem tons que são da imaginação de quem tá produzindo. Veja, por exemplo *O queijo e os verme*¹⁹s, que é uma obra clássica em história, a partir dos pontos que são tão presentes nas fontes, mas também nas brechas deixadas. O Carlos Ginzburg, historiador italiano, faz uma análise brilhante usando muito a imaginação. São produtos diferentes e que inclusive remetem a leitores que conseguem transitar por gêneros diferentes. Imagino que alguém que vai pegar o *Crônicas do Araguaia*, pode ativar as experiências que tem em relação ao tema, alguém que de repente vivenciou, ou os pais vivenciaram isso, ou alguém próximo. Ele vai dizer - “Nossa, isso aqui dialoga com a experiência que a minha família teve. Mas não é necessariamente a narrativa do meu avô sobre isso, do meu pai sobre isso”.

Essas distinções são difíceis, mas a ideia é pensar a partir da memória social, que ela foi feita aqui de forma ficcional. Aquilo que já havia sido publicado em fontes, em depoimentos, em

¹⁷ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

¹⁸ Referência ao militante do PCdoB Glênio Fernandes de Sá (1950-1990), autor de *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, publicado pela editora Anita Garibaldi (1990).

¹⁹ A publicação do historiador italiano Carlo Ginzburg em 1976 trata das ideias e do cotidiano de Domenico Scandella, moleiro perseguido pela Inquisição, no século XVI. No Brasil, a tradução de *Il formaggio e il verme* foi publicada pela Companhia das Letras.



testemunhos, em obras de história, inclusive, serviram de referência para a leitura e depois para a produção de uma outra coisa que foi o livro. Não sei se eu respondi com precisão, mas é mais ou menos essa forma como eu entendo, né, essa relação...

Eu vou muito por essa linha do Paul Ricoeur e do Walter Benjamin. O que as duas podem oferecer em comum é aquilo da experiência do narrador, estão presentes ou podem estar nos dois tipos de escrita. Você pode ter uma obra de história que seja só sobre método quantitativo e que não vai falar muito de experiência, vai falar de números, de algo muito macro. Mas também há obras literárias que têm experimentações diferentes. A grande questão talvez seja o a experiência e a própria questão de narrativa, de humanização também. Ler uma obra que trata desse tipo de tema ajuda você também a compreender, ainda que não seja uma obra verídica, os acontecimentos em si, porque dialoga com essa memória, literatura dialogando com essa memória social de uma forma mais ampla.

Jacielle: Qual sua relação com os sujeitos que narram os fatos? Como foi o momento da geração dos dados? Foi diretamente com os sobreviventes? Eles tiveram dificuldade em narrar? Como foi o primeiro contato que o senhor teve com eles? Incluiu filhos dos sobreviventes, ou pessoas próximas aos sobreviventes?

Janailson Macêdo: Acho que em parte já respondi, mas vou acrescentar mais dados aqui. Não tive em relação a esse tema, memórias de infância. Não tinha militantes na minha família, ou também eu vivia muito longe da região, enfim. Mas também, tinha relatos de outras atrocidades envolvendo racismo, envolvendo questões de violência aqui, no Nordeste, que certamente me ajudaram a seguir um pouco por esses caminhos, esse tipo de narrativa que eu venho produzindo em relação à literatura sobretudo da parte desse livro. Por exemplo, no Mestrado em História, como historiador e na graduação, tive contato com memórias de quilombolas aqui na Paraíba que eram muito pesadas também, com relatos de muita violência que eles sofreram. De certa forma, as leituras iniciais sobre memória também vieram daí. Fazem parte, mas não diretamente estão vinculadas ao contexto da Guerrilha.

Alguns professores contribuíram no sentido de empréstimo de livros também, como é o caso da professora Rita. Fiz uma viagem de campo com a turma dela da Educação do Campo quando pude entrevistar algumas pessoas. Essa viagem compreendeu várias cidades do Sul e Sudeste do Pará e Xambioá, no Tocantins. Essa viagem que ocorreu mais ou menos em 2015 serviu muito de aprendizagem. Além do seu Beca, entrevistei outras pessoas também que haviam vivido acontecimento diretamente, que haviam sido torturadas. Depois da escrita do livro é que eu entrevistei mais pessoas, mas até esse momento, dezembro de 2014 eu não havia entrevistado pessoas, só assistido essas audiências de que eu falei e lido a respeito.

Também tinha procurado reportagens, assistido a documentários, como o do professor Evandro²⁰, *Araguaia, Campo Sagrado*, no qual seu Beca é um dos personagens centrais do documentário. Houve ainda o *Camponeses do Araguaia*, de direção do Vandrê Fernandes. São obras que falam dos camponeses e com as quais tive contato também. Pude entrevistar homens, mulheres, em Xambioá, em São Geraldo, São Domingos, mesmo em Marabá, e que me

²⁰ Evandro de Medeiros, docente da UNIFESSPA.



ajudaram. As narrativas foram incríveis. Tive problemas com o HD onde ficaram registradas entrevistas como a do seu Beca já muito idoso, cansado doente e que conversou comigo, que ficou até umas onze da noite falando.

Você disse que estavam discutindo, na sua turma o livro do Primo Levi²¹. E eu percebi neles algo que no Primo Levi é muito forte, a questão da necessidade de narrar. Quando o Primo Levi volta para a liberdade, após ter vivido lá em Auschwitz, no campo de concentração, as pessoas não entendiam aquele tipo de narrativa, já não tinham mais a paciência. Não havia interesse de escutar aquelas narrativas e o livro é movimento todo em relação à necessidade de expor as memórias do que aconteceu. Percebo que algumas pessoas, por vergonha, por trauma, optaram por não falar. Morreram sem falar ou até hoje não falam com medo de represálias ou porque alguns colaboraram também com os militares, receberam terras. Mas outras delas tem essa veia que o Primo Levi traz, essa questão da necessidade de narrar e o seu Beca era um deles. Depois, entrevistei a senhora Neusa²². Teve uma das entrevistas eu terminei quase à meia-noite. Depois a outra era mais de uma da manhã. Você fica naquela situação constrangido: “Nossa, estou na casa da pessoa, é 1h30 da manhã e a pessoa tá falando, falando, falando”. Foi literalmente o que aconteceu. Eu já estava constrangido. Teve, por exemplo, essa senhora que ela era a esposa do... Ela está nesses documentários todos também, acho que não tem problema eu falar o nome dela.

No livro não há referência às experiências do seu João, que depois vai participar da *Batalha dos Perdidos* e com quem conversei bastante. Fizemos entrevistas também com Precatão²³, em Xambioá. Foram narrativas muito ricas. Com relação a do seu Beca, estávamos em frente à casa dele, já um pouco escuro, por volta de 1h30 da noite e me lembro de ver o gesto que fazia para mostrar que não conseguia fechar os braços, atualmente, por causa do pau de arara. A tortura ficou marcada no corpo dele. Estávamos à meia-luz, o rosto dele saindo um pouco da luz e dizendo: “A gente ficava conversando assim como a gente está agora, olhava pro chão tinha uma pessoa deitada, que era geralmente algum militar infiltrado. Eles ficavam espiando o que as pessoas estavam conversando nas casas. Imagina só, você está conversando com uma pessoa de noite quando olha pro lado há um cara deitado. Você nem pode dizer que está vendo o cara, tem que fingir que não está vendo, porque sabe que é um militar infiltrado ou alguém que foi colocado ali para vigiar”.

No caso dos dois e dessas outras pessoas eu não vi muito a questão da hesitação. Eles falaram bastante, falaram muito, até porque, inclusive, já tinha esse contato com outros pesquisadores, como o próprio Paulinho Fonteles. Não lembro se o Paulinho Fonteles estava em um desses depoimentos comigo lá também, mas ele era uma pessoa que abria também muitos caminhos. Estavam lá falando com professor da Universidade e já tinham tido experiências positivas a partir do trabalho do professor Evandro, por exemplo, e desses outros documentários.

Na pesquisa posterior a essa, tive experiências mais pesadas, quando pessoas falaram muito profundamente. A Neusa, se não me engano, foi casada com Amaro, militante que se apaixonou

²¹ Referência à disciplina ministrada em 2020 no Programa de Pós-graduação em Letras da UFT, campus de Araguaína, que, dentre os textos selecionados, discuti a respeito de um dos principais exemplares da literatura de testemunho vinculada a *Shoah, É isto um homem?*, do escritor italiano Primo Levi.

²² Neusa Lins, viúva de Francisco Amaro Lins, militante preso pelos militares em 1972.

²³ Pseudônimo de Antônio Alves de Souza, torturado pelos militares durante a Guerrilha do Araguaia.



por ela. Amaro tinha uma idade um pouco mais avançada que os outros, que boa parte dos outros guerrilheiros. Ele então decide não participar da Guerrilha como um agente da luta armada, mas fica ali na região morando com ela e de certa forma ele acabou sendo um apoio quanto a informações. Depois que acabou a Guerrilha, ficaram vivendo no interior da mata uns 10 anos ainda. Algo assim. Muito tempo! Achei recentemente um filme na Netflix que fala de sujeitos perseguidos pelo regime franquista, apelidados de “touveiras”, que, acabados os conflitos armados, ficaram 30 anos morando escondidos dentro de casa, em buracos.

Foi algo que aconteceu no Araguaia também com essa família. Eles ficaram cerca de 10 anos escondidos, mesmo depois do fim.

Outro exemplo é o do Zezinho do Araguaia²⁴, guerrilheiro, que ficou escondido em São Paulo durante também mais de 10 anos. Só já nos anos 90, né, quase 20 anos é que ele veio se apresentar e ajudou a retomar um pouco das memórias a respeito da guerrilha. Penso que essas experiências de contato com pessoas também foram muito importantes justamente pela experiência. Com uma notícia de jornal ou num livro você pode ler sobre a experiência, mas estando ali com a pessoa, frente a frente, vendo ali os músculos do braço para fechar no caso de seu Beca, a disposição para falar por horas... Só essa senhora Neusa ela foi muito solícita e teve uma hora que eu desliguei, assim, porque já era mais de uma e tanta da manhã e ela continuou falando lá. Não me lembro de todos os nomes, nem os citei para preservar as pessoas. No caso do seu Beca, que havia morrido, mencionei lá o nome dele, o Osvaldão é mencionado no conto, alguns guerrilheiros também, a Laura...

Jacielle: Embora creia que de certo modo já falou disso, nessa última pergunta, gostaríamos de saber o porquê de seu interesse nesse assunto em particular, o da Guerrilha do Araguaia.

Janailson Macêdo: É muito interessante essa última pergunta, porque eu falei da experiência, mas não falei ainda por que ativar essas experiências.

Infelizmente, no Sul e Sudeste do Pará, há a questão das memórias de muitas histórias de violência. Ali dá pra escolher se você quer falar do que foi vivenciado pelos sem-terra, dos sindicatos rurais, em Rio Maria, esse próprio caso da Irmã Dorothy. São muitas atrocidades no período da história recente, com os indígenas. Inclusive, no meu próximo livro, a ideia é um pouco ativar essas outras memórias.

Mas por que a guerrilha? Essa questão da memória me chamou muita atenção, vivendo ali em Marabá. Houve um dia quando estava num táxi, logo nos primeiros dias na região, quando peguei um táxi na universidade. De repente, o taxista me veio falar do Osvaldão, das memórias da Guerrilha. Houve o depoimento do senhor que inspirou de certo modo o “Fantasma da Casa Azul”. Uma pessoa que é ligada a esse senhor estava no almoço lá na Velha Marabá e soltou: “Tal conhecido carregou cabeças na época da Guerrilha do Araguaia”. A memória desse senhor é pública. Ele teria colaborado com os militares na locomoção de corpos, de presos políticos em centros clandestinos de aprisionamento, como a Casa Azul.

²⁴ Zezinho do Araguaia, codinome de Micheas Gomes de Almeida, militante histórico do PCdoB e participante da Guerrilha do Araguaia, sendo um dos primeiros a chegar e na região e um dos poucos a sair vivo após o início do massacre final no ano de 1973.



É, portanto, uma temática com que você pode ter contato na rua, num táxi ou num almoço. Na antropologia, tem o Marcel Mauss, que fala do “fato social total”. É muito interessante porque a Guerrilha de certa forma representou um pouco o fato social total para essas pessoas, ou seja, percebi que dialogar com essas memórias poderia gerar uma produção literária interessante porque aí você tem uma realidade que as pessoas vivenciaram. Quando você disse que a leitura de meu livro ativou sua memória, fico muito feliz de ouvir essa narrativa sua. Sei que o livro tem suas limitações e ainda tem que melhorar para uma futura edição que pretendo lançar. Penso como é que esse livro ele pode de repente ativar outras memórias e, como você, outras pessoas me deram feedbacks que eu achei interessantes.

Por que o Araguaia? Por isso, porque foi um fato social total e, que ainda existe. Ainda são muito fortes as memórias em relação ao que aconteceu e, com isso, com as memórias, as experiências também. Então, ou seja, de certa forma ativar um pouco essas memórias, ativar um pouco essas experiências, certamente que visando a questão de justiça social.

Não acredito naquela ideia de uma literatura eminentemente política no sentido de você pertence, está vinculado a um partido. Não sou vinculado a nenhum partido político. É mais no sentido da justiça social, para poder mostrar essas histórias de violência e fazer com que se aumentem as reflexões a respeito delas, para que também não mais aconteça esse tipo de coisa. Se os próprios militares aprendessem com essas experiências, abrissem os arquivos que ainda estão fechados, não para uma revanche ou algo do tipo, mas pra que essas experiências possam ser conhecidas, para que o efeito da violência a que elas fazem referência seja minimizado...

A gente sabe que a região do Pará, ou a região do Bico do Papagaio, no norte do Tocantins, assim como em outras partes do Pará, do Tocantins, do Maranhão, da Amazônia, do Nordeste, do Brasil, da América Latina e outros espaços, a violência que ocorreu na Guerrilha do Araguaia vem sendo muito presente ainda nos dias de hoje em outros formatos.

Penso que uma motivação é poder produzir uma obra literária em que se inserisse nessa relação, como um desafio, com diálogo com outras obras. A gente quer que a obra seja lida, que as pessoas deem atenção, pois o escritor também produz para ser lido.

Recebido em 24 de abril de 2020

Aprovado em 26 de abril de 2020



**O CONTINUUM DA VIOLÊNCIA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ:
ENTREVISTA COM O PROFESSOR, PESQUISADOR E ESCRITOR ABÍLIO
PACHECO, AUTOR DO ROMANCE *EM DESPROPÓSITO: MIXÓRDIA***

**THE VIOLENCE *CONTINUUM* IN THE SOUTH AND SOUTHEAST OF PARÁ:
INTERVIEW WITH PROFESSOR, RESEARCHER AND WRITER ABÍLIO
PACHECO, AUTHOR OF THE ROMANCE *EM DESPROPÓSITO: MIXÓRDIA***

DOI 10.20873/uft2179-3948.2022v13n3p316-338

**Jacielle da Silva Santos¹
César Alessandro Sagrillo Figueiredo²
Abílio Pacheco de Souza³**

O trabalho a seguir apresenta uma entrevista com o escritor Abílio Pacheco de Souza sobre seu romance *Em despropósito: mixórdia* (2013), que remete diretamente a acontecimentos relacionados aos conflitos violentos na região Sul e Sudeste do Pará, como o Massacre de Eldorado dos Carajás (1996) e a Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Atualmente, Pacheco é docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e doutor em Teoria e História Literária, na área de Teoria e Crítica Literária, pela UNICAMP, sob orientação do Professor Dr. Márcio Seligmann-Silva. A entrevista com o autor se deu pelo

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura – PPGLIT na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Professora da Educação Básica vinculada à SEDUC-TO. Membro do Grupo dos Sentidos do Tocantins – GESTO e do Grupo de Estudo em Literatura, Política e Ensino (GELIPE). E-mail: jacyla03ale@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1131-4764>

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do Grupo de Estudo em Literatura, Política e Ensino (GELIPE). Desenvolve pesquisas sobre Guerrilha do Araguaia, Justiça de Transição, Literatura de Testemunho. Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) no curso de Licenciatura em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura – PPGLIT, campus de Tocantinópolis. E-mail: cesarpolitika@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6011-9527>

³ Doutor em Teoria e História Literária, na área de Teoria e Crítica Literária, pela UNICAMP. Líder do Laboratório de Estudos de Resistência e Testemunho (LAERTE). Integra os Grupos de Pesquisa: NARRARES, ITEMPO, Estéticas Performances e Híbridos e Educação e Direitos Humanos. Docente de Literatura no Instituto de Linguística, Letras e Artes e do PPGLIT da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Artigos, textos publicados em anais, capítulos de livros e outros trabalhos acadêmicos podem ser lidos em: www.abiliopacheco.com.br - abiliopacheco@unifesspa.edu.br; ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6809-4865>



Google Meeting, em novembro de 2020, durante o período da quarentena por ocasião da pandemia da Covid-19 com o objetivo de contribuir com nossas pesquisas relacionadas à análise de produções literárias contemporâneas do Norte relativas à Guerrilha do Araguaia.

O romance, à medida que se desenvolve, insere o leitor em um espaço de diversificadas formas de violência que modificam a vida das personagens, demonstrando como os abusos do período ditatorial (1964-1985) perduram na região. Na entrevista, Pacheco apresenta suas motivações e o processo de criação do romance, a necessidade de produzir uma ficção que registre a memória social e vivências dos moradores que, direta ou indiretamente, são atingidos pelas ações violentas do Estado. Para isso, traz personagens comuns que carregam traumas e buscam se esquivar de uma efetiva tomada de posição diante das barbáries contra camponeses e trabalhadores. Por estar inserido na vertente da literatura de testemunho brasileira, transitando entre ficção, memória e fatos históricos, o romance nos auxilia a compreender, na literatura produzida no Norte, quais perspectivas os sujeitos assumem em relação à experiência do vivido.

César Figueiredo: Professor Abílio, gostaria que você começasse comentando sobre sua origem, formação acadêmica e sua relação com a literatura e de que modo tal vivência influenciou no aparecimento do poeta e do escritor.

Abílio Pacheco: Minha identidade pessoal é um pouco fluida. Quando alguém me pergunta se eu sou de Marabá-PA, eu digo que sou o típico marabaense: nasci no Nordeste e vim para a região. Isso não é exatamente uma verdade em relação ao típico morador daqui, mas identifica uma boa parte da população que tem minha faixa etária. Acredito que o mesmo deve valer para muitas cidades do Sul e do Sudeste do Pará, assim como do Tocantins. Nasci em Juazeiro, na Bahia, e costumo brincar afirmando que a primeira vez que lá estive eu tinha 39 anos, pois a primeira vez estava na nave-mãe. De Juazeiro, fiquei pouco tempo em Petrolina, não sei com que idade fui para o Maranhão, mas vim para Marabá com 7 anos. Minha história com esta cidade se dá a partir desse tempo, embora tenha vindo passar férias com minha mãe nos anos anteriores. Falarei disso mais adiante. Fui criado por minha avó, em uma cidade pequena chamada Coroatá (MA), pacata, até hoje muito quieta, semelhante à das histórias de Gabriel Garcia Márquez, Macondo, microcosmo do romance *Cem anos de solidão* (1967), mundo relativamente mítico e silencioso. E a história do sujeito que habita esse tipo de espaço geográfico passa, necessariamente, por transformações. Até a escrita do livro eu era muito



diferente do que sou hoje. Descobri outras coisas minhas depois. Não por causa do livro, mas depois que o livro foi publicado, em 2013.

No que se refere a trabalho, antes de ingressar na vida acadêmica, trabalhei em algumas funções, tais como: pintura de gesso, vendi sandálias em feiras de fim de semana, assim como velas em porta de cemitério. O primeiro emprego formal foi como auxiliar de serviços gerais, embora tivesse formação de eletricista. No lugar onde morava, se tivesse qualquer coisa para fazer me chamavam, e foi exatamente por isso que passei a trabalhar no hospital Celina Gonçalves, que é citado no romance, embora não apareça com esse nome. Hoje ele é o hospital Regional de Marabá. Fiz um concurso para a prefeitura de Marabá e fui trabalhar como auxiliar de biblioteca. No mesmo ano, consegui uma vaga para dar aula na escola à noite e passei na graduação em Letras. Minha trajetória na literatura, que começa em 1997, é muito marcada por essa experiência anterior que me levou a trabalhar com funções diversas.

Minha mãe é costureira, o pai biológico era motorista de caminhão e descobri que ele também havia sido feirante. Meu padrasto é auxiliar de escritório. É muito forte hoje essa questão das clivagens de gênero, raça, assim como outras possíveis. Geralmente, as pessoas olham para mim e pensam imediatamente nos privilégios de classe, de cor etc., mas é relevante informar que não foi fácil para mim também. Posso não ter tido as mesmas dificuldades que outras pessoas tiveram por causa da cor, do gênero, da sexualidade, mas também tive meus perrengues para chegar até aqui.

Meu primeiro contato com a literatura foi quando comecei a enviar cartas para escritores. Naquele tempo, a carta social custava um centavo, era escrita à mão, e podíamos enviar no máximo cinco por dia. Eu era aluno de elétrica no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Primeiro, consegui cinco endereços na casa da cultura e me enviavam livros, jornais. Só sei que, nessa brincadeira, cheguei a ter 300 endereços numa caixinha de sapato, em ordem alfabética. Mantive contato não com os grandes, mas com muitos escritores do circuito alternativo e alguns deles já são falecidos. Alguns conheci pessoalmente em viagens para congressos de literatura, pois eram jovens como eu e tornaram-se professores. Fiz a graduação em Letras em Marabá-PA, especialização em Linguística Textual, mestrado em Belém-PA, doutorado na Unicamp sob a orientação do professor Márcio Seligmann-Silva⁴. Passei uma

⁴ Márcio Seligmann-Silva é professor titular de Teoria Literária na UNICAMP e pesquisador do CNPq. Atua principalmente nos seguintes temas: romantismo alemão, teoria e história da tradução, teoria do testemunho, memória da violência das ditaduras na América Latina, violências socioambientais e seus testemunhos, literatura



temporada na Alemanha, fazendo o doutorado sanduíche na Universidade Livre de Berlim. Sobre minha produção literária, tenho um livro de contos, um romance, alguns poemas e também trabalho com editora, cheguei a organizar livros individuais de mais de duas centenas de autores numa editora junto com minha esposa. Esse é meu perfil. Além disso, como costuma dizer uma amiga, ainda consigo ser pai, esposo, e quando aparecem os problemas domésticos, lá vou eu com chave de fenda e alicate para consertar. É a vida!

Jacielle Santos: O senhor poderia nos falar sobre o seu processo de criação? Como pensou essas personagens, e como surgiu o Abílio marabaense que reverbera a partir dos seus textos? Por exemplo, quando o narrador do romance (Mário/Bartmario) vai comentando, fazendo a descrição, imaginei-me no Hospital Celina Gonçalves, que é citado na narrativa. Conheci esse hospital e é tão interessante essa viagem.

Também já fiz várias vezes o percurso de ônibus de Marabá a Belém. Conheço a BR 222, e por isso, ao ler o romance, era como se eu estivesse viajando ao lado do Mário. Comente, por favor, como foi pensada a escrita desse romance, essas personagens e essas questões cotidianas e históricas tão fortes que vão aparecendo na obra.

Abílio Pacheco: Primeiro, a vontade de escrever um romance é antiga. Desde quando eu comecei a escrever eu tenho vontade de desenvolver uma narrativa longa. Isso começou a ganhar forma depois que eu conquistei o 1º lugar de um concurso nacional de literatura, com 17 anos. Olhando para fotos minhas nesse período, costumo pensar: “cara, você não chegou onde você queria, mas está bom aqui...”. Cheguei a ter vários romances começados, joguei vários fora. Acho que cheguei a começar sete vezes um romance. De todos os que comecei, até 2013, eu só tenho um guardado. Era um romance muito visceral, me consumia muito, tanto no que se refere ao que estava acontecendo com as personagens, quanto em relação à quantidade de coisas que eu queria colocar, de força, dentro da narrativa.

Foi no período de escritura desse romance visceral que eu também escrevi um livro de contos [*Com bolhas ao ar*] ou os contos que estão aqui dentro, levinhos, suaves, como uma forma de respirar um pouco diante daquele peso todo. Quando passei na seleção do doutorado, coloquei na minha cabeça o seguinte: se eu não escrever o romance antes de começar a elaboração da

e outras artes, teoria das mídias, teoria estética do século XVIII ao XX e a obra de Walter Benjamin. (Fonte: Currículo Lattes)



tese, não mais terei condições de fazê-lo. A tese realmente consome muito a gente. Eu já estava em Campinas- SP, fazendo as disciplinas, e consegui concluir muita coisa no primeiro semestre de 2013: terminar o romance, terminar o livro de poemas, organizar cinco antologias, cursei três disciplinas, escrevi dois artigos que foram publicados em revista A2. Inclusive, uma disciplina que fiz em Campinas foi sobre *Ulisses (1922)*, de James Joyce. E empolgado com minha capacidade de produção naquele momento, retomei um conto que já havia começado sobre a questão do perfume. O gênero conto, para mim, é um problema, porque consigo fazer aqueles contos pequenos, de página e meia, mas aqueles medianos, do tamanho de *O Espelho (1882)*, de Machado de Assis, possuem um grau de dificuldade maior de elaboração. Ou nascem de uma explosão imediata ou vão ficando tão longos a ponto de eu me perder. Sendo assim, eu retomei esse conto e planejei terminá-lo antes do aniversário de 100 anos de Marabá e colocar as histórias perpassando por Marabá e também por Belém. A estrada ou as estradas foram consequência, mas eu queria esse sujeito em trânsito por várias cidades, para ressaltar a questão do debate da identidade. Afinal de contas, o que é esse ser paraense? Esse ser do Carajás? A discussão sobre a divisão do Estado tornou-se muito forte. Tentei, então, mobilizar uma série de coisas para essa escrita, tão aparentemente bobas. Por exemplo, não queria diálogo de personagens mediados por travessão, também não queria personagens correspondendo-se por cartas, pois muitos romances que eu tinha lido recentemente usavam esse recurso. Também tentei mobilizar algumas coisas complexas, por exemplo, a questão da escrita do romance. Outra coisa que eu queria mobilizar referia-se à reflexão sobre identidade regional e inserir a temática da violência em alguns aspectos: a violência agrária, a violência urbana na periferia ... Estou pensando em fazer a segunda edição dele porque a primeira acabou e também porque é preciso corrigir algumas coisas. Inclusive, Joanna Moszczyńska, uma colega da Universidade Livre de Berlin, sugeriu o que colocar na contracapa: o mapa que se estende de Conceição do Araguaia-PA até Belém-PA. Quando eu publiquei, divulguei como o primeiro romance em que a história se passa em Marabá, mas alguém me corrigiu nos comentários no site do Hiroshi Bogéa⁵. O primeiro livro feito em Marabá foi escrito por Libero Luxardo⁶, que foi adaptado para o cinema com um filme chamado “*Marabá, um diamante e cinco balas.*” Mas é possível

⁵ Jornalista e publicitário paraense, ex-repórter de jornais, rádio e TV. Colunista de publicações em Imperatriz (MA), Marabá (PA) e Belém (PA).

⁶ Libero Luxardo (1908-1980) foi jornalista, político, escritor e cineasta nascido em Sorocaba - SP, mas que fez sucesso no cinema paraense e foi um dos pioneiros do cinema na Amazônia. Integrou a Academia Paraense de Letras (APL), tendo ocupado a cadeira de número 26, em 1961.



que tanto o filme como o livro se perderam. De repente, fazendo uma campanha, encontramos esse material.

César Figueiredo: O senhor considera o seu livro como Literatura de Testemunho ou Romance Histórico? Ou compartilha da visão do professor Márcio Seligmann-Silva, que ancora seu livro a essa situação em trânsito, entre o histórico e o testemunho?

Abílio Pacheco: Sobre a questão do gênero, eu mesmo não saberia classificar este romance. Acredito que poderia mobilizar as reflexões sobre determinado gênero e aproximá-lo. Posso aproximá-lo do romance histórico, do romance testemunhal, da auto-ficção, até mesmo daquilo que a professora Sandra Pesavento⁷ chama de autobiografia de personagem ficcional. Existem muitas possibilidades de classificação para ele. Acredito que vai ser o papel da Jacielle, por exemplo, pegar esse ou aquele gênero e ponderar: “olha, como isso se encaixa aqui nesse tipo de proposta, mas que não é a única”. E é o que a gente faz do doutorado, ou seja, nossa proposta de leitura é uma dentre muitas. E eu sou da época em que vi muita confusão de professores que se viam como ‘donos’ de autores. Eu fiz um doutorado sobre Benedito Monteiro⁸ e quando sei que alguém vai fazer um doutorado sobre ele eu fico feliz, quero mais é que faça mesmo. É uma outra geração de pesquisa. É possível mobilizar essas coisas dentro do texto. Até, em um dos comentários, vou falar sobre fragmentação e montagem, que tem no texto e dialoga um pouco com a literatura da década de 1970. E que também explora a relação literatura e política. Outro tema que queria explorar trata da violência agrária na nossa região e a violência urbana na periferia. Marabá sempre foi apresentada como muito assustadora, mas quando viajamos e assistimos a programação local, vemos que, em qualquer lugar, não há muita diferença. Está relacionado àquela pessoa que mora naquela cidade e que, muitas vezes, fica retroalimentando a violência. E, por fim, a violência decorrente da ditadura militar em falas de pessoas no cotidiano não só em Belém, mas também em Marabá, porque é o que eu vi o tempo todo, sendo pesquisador de ditadura militar desde 2002.

Pretendia que o romance, como introduzi acima, tivesse montagem e fragmentação, mas sem que esses elementos fossem demarcados visualmente. Queria que, quando o leitor folheasse o

⁷ Sandra Jatahy Pesavento (1946-2009) foi uma professora, historiadora, escritora e intelectual brasileira.

⁸ Benedito Monteiro (1914-2017) foi um político, advogado e escritor de Alenquer-PA. Foi preso e incomunicável por vários meses, sendo torturado e marginalizado da sociedade. Cassado em 1964 no período militar, teve seus direitos políticos suspensos por mais de 10 anos.



livro, não tivesse aquelas marcações como, por exemplo, em Loyola Brandão, que tem até recorte de jornal aparecendo. Eu queria esse esquema de montagem para que o leitor pensasse como cosmológico, como se fosse um romance do século XIX, mas que na hora que fosse ler, ficasse perdido no meio de tantas vozes, recortes, letras de música, citação, de modo que o repertório cultural pessoal desse leitor precisasse, de alguma maneira, coincidir com repertório cultural do Mário [personagem do romance]. E essas referências também precisavam ser perturbadoras, que tanto William Shakespeare (1564-1616) quanto Gaby Amarantos⁹ têm provérbios populares parafraseados e têm metáforas relacionadas à construção civil, que eu ouvi de pessoas, pedreiros trabalhando em Marabá. Inclusive, uma coisa que ouvi de crítica negativa e hoje mesmo um rapaz de vinte e poucos anos me escreveu pelo *Instagram*, é que o romance tem uma linguagem difícil. E a questão é: como uma pessoa, sendo escolarizada, tem esse tipo de palavreado? Na verdade, elas funcionam mais como arcaísmos, porque todas aquelas palavras que estão ali eu ouvi de pedreiros trabalhando em minha casa, de minha mãe, de meu irmão. Não são palavras (não gosto do termo difícil porque lembra aquelas que estão na ponta da língua e não quer sair), pouco usuais, são palavras que são usuais para essa comunidade.

O narrador precisava ser calado e indiferente, às vezes sem noção do que estava acontecendo ao redor. Ele precisava estar num trânsito social interrompido, mesmo sem ambição. Ou seja, era alguém que estava passando por um processo de ascensão. O mote é mais ou menos esse: Um menino de fazenda que vai para Marabá e vira servente de pedreiro, contador, representante comercial, e que no final do romance vira taxista. Trata-se de um trânsito social que vai sendo mostrado, no momento da época do massacre, mesmo que a personagem não demonstrasse ambição de subir. Também precisava ser alguém que sofresse um abalo pessoal na sua constituição familiar em construção, sendo ele mesmo proveniente de um abalo. Os conflitos familiares, tal qual acontece em vários romances, são importantes como uma metáfora ou uma alegoria ou alguma coisa que cabe aos críticos observarem.

César Figueiredo: Professor Abílio, noto que a Jacielle está muito empolgada com seu livro, vendo muito a cor local da região de onde ela é, de Marabá. Lembro-me de que, quando era estudante, lia muito Moacir Scliar (1937-2011), sou de Porto Alegre (RS). No dia que o encontrei na rua, conversei com ele como se fôssemos íntimos, dada a proximidade com a sua

⁹ Gabriela Amaral dos Santos (1971) é uma cantora, compositora, apresentadora e atriz brasileira.



literatura, porque ele descrevia as ruas de Porto Alegre. Nos sentíamos acolhidos pela literatura que tinha tudo a ver com nossa identidade. Acredito que é isso que você está sentido com Marabá e o professor Abílio, não é, Jacielle?

Jacielle Santos: Revisitando...

César Figueiredo: Sim, Jacielle, trata-se de uma memória afetiva do local. Nesse diálogo, falemos um pouco de construção da literatura. Professor Abílio, nesse livro, você traz o contexto de evento do massacre de Eldorado dos Carajás, assim como outros crimes – grilagens de terra, estupros, ameaças de morte e eventos, como a Guerrilha do Araguaia. Qual a sua relação com esses acontecimentos? Vivenciou direta ou indiretamente algum deles? Por que escolher esses contextos históricos que permeiam as cidades do Sul e Sudeste do Pará? Qual seu grau de afinidade com esses eventos? O senhor teve participação, baseou-se nos relatos de alguém, vivenciou e/ou testemunhou algo? Sabemos que o massacre de Eldorado dos Carajás é mais recente, a Guerrilha, não, qual sua proximidade com esses fatos? Tomando de empréstimo a expressão do professor Seligmann-Silva: como mobilizou isso para sua escrita?

Abílio Pacheco: Eu não vivenciei diretamente nenhum deles. Moro em Marabá desde 1984, mas as minhas memórias mais antigas de Marabá estão todas relacionadas a episódios de violência. Em 1982, por exemplo, morava numa cidade menor, com minha avó. Nessa época, televisão era um feitiço, um encanto. E naquele ano aconteceu em Marabá a morte de uma pessoa durante a entrevista ao vivo e eu estava assistindo. Lembro disso vagamente, porque eu tinha entre cinco e seis anos. Todas as emissoras de Marabá foram fechadas por causa disso. Eu lembro que quando eu vim para Marabá, os bairros estavam surgindo, a única casa da quadra era a de minha mãe. Ela dizia para nós que tinha que fazer barulho se escutasse alguma coisa à noite porque os problemas de Marabá em relação à violência sempre foram de arrombamento. E à noite ela abria a porta do quintal para dar tiro, do nada, para bandido que tivesse ouvindo. Ouvia barulho de pessoas passando do lado de fora e, às vezes, passavam a mão naquelas persianas de madeira, não sei se mão ou se ferro, o que fazia muito barulho e nos levava a sentir muito medo. Antes, morava em uma cidade muito pacata. Meu avô era ex-delegado e os ex-presos tomavam café com a gente sentados na porta da rua. Era uma coisa totalmente diferente. Depois que vim morar em Marabá, um vizinho era assaltante de casa e outro taxista e eu brincava com o filho do taxista com aquelas balanças de precisão, aqueles pesinhos. Mataram esse taxista e minha mãe me incentivava a pegar brinquedos e dar para essas crianças, os filhos



dele. Foi a primeira vez que eu vi alguém morto no caixão, defunto com um tiro na testa. Na época, ficamos sabendo que os taxistas se reuniram para matar quem assassinou o colega deles, não sei se é totalmente verdade. E as recomendações: “Não fala com ninguém, se perguntarem por vizinho, você não conhece, não sabe quem é”. São coisas que eu quero aproveitar em escritos futuros.

Outros eventos dos quais me recordo eram as brigas na Avenida Antônio Maia, com a polícia civil de um lado e os militares do outro, atirando, e minha mãe tentando entrar em uma loja junto comigo e com meu irmão. Era terrível! Esses temas de estética e violência sempre me atraíram como pesquisador, e a escolha por falar desses eventos não foi somente aleatória, mas também relativamente programática. Mas eu não vivenciei/presenciei nenhum desses eventos. Inclusive, eu estava em Marabá na época que mataram os sem-terra. Morei em Marabá de 1984 a 2002 e agora estou aqui há três anos de novo. E essa história é passada de leve, pelas bordas porque o narrador também não sofreu isso diretamente. Ao contrário de mim, o Bartimario teve danos colaterais, digamos assim. É um termo bem feio para dizer em relação a isso. O fundo histórico é o Massacre de Eldorado, mas também tematiza a continuidade da violência na região. Isso se tornou importante para mim, porque eu queria que não fosse apenas um tópico de evento de violência, mas tivesse algum tipo de ponto de contato - não muito direto - com a ditadura militar. Por isso, por onde ele vai, encontra pessoas elogiando a ditadura, fazendo uma referência positiva, seja no centro em Belém, seja o taxista em algum lugar, seja alguém que entra em seu quarto de hospital quando está doente. Tinha essa vontade de criar essa personagem apática, que pouco ou nada tinha o que falar de eventos, como Canuto¹⁰, Sebastião da Teresona¹¹ e Corumbiara¹². Uma personagem que encadeia, em uma única frase, vários

¹⁰ Refere-se ao assassinato de João Canuto de Oliveira (1936-1985), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, cidade do sul do Pará, em 18 de dezembro de 1985. João Canuto era militante ativo do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), defensor da reforma agrária, da justiça social no campo e na cidade. Disponível em: <https://nidh.com.br/joaocanuto/>. Acesso em 08 de nov. 2022.

¹¹ Sebastião Pereira Dias (1944-1995) ficou conhecido como Sebastião da Terezona. Pistoleiro responsável por alguns dos mais cruéis assassinatos em Marabá nas décadas de 1970 e 1980, como por exemplo, o Massacre do Castanhal Ubá (1985). Antes de ser punido pelo massacre, foi assassinado na penitenciária Fernando Guilhon (Americano/PA), em 14 de junho de 1995 quando pagava pena por outros assassinatos. Disponível em: <https://correiodocarajas.com.br/saiba-quem-foi-sebastiao-da-terezona-maior-pistoleiro-de-maraba/>. Acesso em 08 de nov. 2022.

¹² O massacre aconteceu em 14 de agosto de 1995, na Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara (RO). Camponeses que estavam no acampamento da fazenda foram emboscados de madrugada com bombas de gás lacrimogêneo. Estima-se que 355 trabalhadores foram presos e torturados, mulheres foram usadas como escudo por policiais e jagunços, oito trabalhadores foram executados sumariamente e o acampamento foi incendiado com todos os pertences dos posseiros. Do lado dos sem-terra, aproximadamente 20 trabalhadores desapareceram, 350 lavradores gravemente feridos, 200 presos e 8 mortos, incluindo uma criança. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/887/905>. Acesso em 08 de nov. 2022.



elementos de violência que, mesmo negando saber, ele conhece. E sabe que existe e reconhece como violência que faz parte desse contexto de violência no qual a gente vive.

Talvez não agora, mas os arrombamentos de casa em Marabá, pensando em 1996, sempre foram muito comuns. Eu tive noção do tipo de violência que não era comum aqui quando fui ver outros lugares, inclusive outros piores, muitos bem piores que aqui. Uma mulher em Belém levou o homem para o motel e cortou a cabeça e os dedos dele. Eu nunca vi isso por aqui. Inclusive, em relação a arrombamentos, um amigo teve a casa dele invadida e ele estava extremamente preocupado porque não levaram nada.

César Figueiredo: Retomando: falavas da violência de sua vivência em Marabá...

Abílio Pacheco: Para o livro, tive que inventar algumas delas, por exemplo, o justicamento do estupro em que se botou carne em cima do homem pelado rodeado de cachorros, aquilo foi invenção. Mas quem mora nessa região e escreve sobre a violência, embora escrever um romance não é o mesmo que escrever uma música de protesto, uma novela de televisão, um canal no *YouTube*, precisa ter certos cuidados, certos limites, porque se relata algo que aconteceu e coloca-se no livro, sabe-se lá quem você está acertando. Algo que conversei certa vez com o professor Janailson Macedo¹³ - até escrevi um artigo sobre três crônicas do livro dele - é a questão do silenciamento. A gente narra se referindo ao que aconteceu, mas com uma trava, até onde a gente pode ir para não se expor fisicamente. Mas tem uma coisa que inseri no trecho que é verdade, aquela casa roubada: o cidadão viajou com a família e quando voltou só tinha o baldrame, destelharam a casa, entraram e levaram tudo em dois caminhões. Quando ele chegou parecia uma quadra de futebol de salão.

Dei aula em Xinguara-PA entre 2001 e 2002 e ouvi muitos relatos de violência naquele lugar, diferentes das que ouvi aqui, uma cidade menor, com contato de vida rural mais intensa. Essa realidade regional queria trazer para o romance e o papel do narrador é importante nesse sentido.

César Figueiredo: Acho bastante pertinente, cada local ter sua marca de regionalidade, o Pará tem essa marca. O Rio de Janeiro, com as milícias, por exemplo, daqui a alguns anos é possível que se retrate muito bem o que está acontecendo agora a respeito das milícias. Para se entender

¹³ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob orientação da Prof.^a Tit. Maria Helena Machado.



César Figueiredo: Aqui, em Imperatriz, até década de 1990, essa cultura de contratação de matador era muito forte devido ao garimpo. A pessoa ganhava dinheiro no garimpo e vinha “estourar” aqui em Imperatriz (MA), até então um polo regional, onde garimpeiros gastavam, principalmente com a prostituição. Tinha muita morte, muito matador até a década de 1990 e isso fazia parte do imaginário coletivo. Salvo engano, dizem que o Curió¹⁵, do Pará, tem casa aqui em Imperatriz.

Abílio Pacheco: A personagem é uma construção da ficção, mas existem alguns pontos a serem destacados. Primeiro, existe um termo em inglês, *easter egg*¹⁶, que dá pistas sobre meus objetivos. A escolha do nome eu coloquei pelo seguinte: tem um bandido muito famoso na região chamado Sebastião da Teresona. O primeiro projeto de emancipação dessa região, inclusive, foi abarcar as cidades das regiões Sul e Sudeste do Pará, parte do Maranhão, parte do Tocantins, na época Goiás. Então, sobre o objeto escondido: Bartolomeu é o nome da rua onde morava Sebastião da Teresona, esse bandido da região, mas eu não pesquisei sobre ele, aliás, fiz pouca pesquisa direcionada para a escrita do livro. A única coisa que pesquisei foram relatos dos sem-terra a respeito dos acontecimentos na região. Outra pesquisa foi em relação às datas porque, como escrever um romance seria muito difícil, tinha muita preocupação com a questão cronológica. Queria que o pai representasse uma força onipresente do mal da região, representasse essa onipresença da violência. Mas essa referência precisava ser indireta. A propósito, não queria que fosse referencial, que fosse o nome de uma pessoa que existe porque existe devido, como falei antes, aos riscos para o sujeito citar uma pessoa, como alguns políticos que são citados no texto – vou até dizer o nome, Almir Gabriel¹⁷ – eu o cito sem dizer o nome, na página 95, quarta linha e seguintes do romance.

¹⁵ Sebastião Curió Rodrigues de Moura (1938-2022), mais conhecido como Major Curió, e pelo nome de guerra Marco Antônio Luchinni, foi um militar, ex-pugilista, engenheiro, jornalista e político brasileiro. Atuou na Guerrilha do Araguaia, sendo figura de destaque no enfrentamento contra camponeses e guerrilheiros. Responsável por torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres, faleceu em 2022 como coronel da reserva sem ser indiciado ou punido por seus crimes.

¹⁶ *Easter egg* é uma expressão utilizada por games ou empresas de tecnologia para fazer referência a algo escondido nas mídias em que são dadas pistas para que o usuário as encontre. Disponível em: <https://canaltech.com.br/curiosidades/easter-eggs-voce-sabe-o-que-sao/>. Acesso em 27 de out. de 2022.

¹⁷ Almir José de Oliveira Gabriel (1932-2013) foi um médico e político brasileiro filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).



O plano da ficção é muito fluido em relação a isso, não é possível constatar que todos os episódios de violência têm relação com Bartolomeu. O próprio narrador diz: “Eu não duvido que isso tem sido ele, isso pode ter tido o dedo do meu pai”. Esse jogo de incerteza do narrador é exatamente para apresentar a onisciência como algo não detectável com facilidade, imediatamente. A forma do narrador lidar com as incertezas que tem faz parte da situação do sujeito na região. Também é opinião que esse ser violento estivesse presente em tudo, mas que ele não aparecesse, uma espécie de materialidade do mal. Onde está o mal? Onde está o violento? Eu desejava isso quando fiz a construção desse pai.

César Figueiredo: O fato de não nominar as pessoas, no plano ficcional, como disse, era uma forma de você se preservar como autor?

Abílio Pacheco: Sim, naquele momento, era uma forma de não fazer apontamentos muito diretos. Até porque, quando escrevi, em 2013, o Almir Gabriel tinha falecido há pouquíssimo tempo, dois anos antes. Eu tinha certeza que o livro não ia ter nenhum tipo de repercussão muito grande naquele momento, nem em momento algum, mas eu também queria fazer dessa forma.

Jacielle Santos: Há outras produções suas que dialogam com essa violência no Sul e Sudeste do Pará, com essa violência urbana, a violência no campo? Poderia citar quais seriam elas? Pode ser poema, romance, contos. Inclusive, vi em um site em Marabá uma música cuja autoria é creditada ao senhor, falando sobre a relação da Serra das Andorinhas com a Guerrilha do Araguaia.

Abílio Pacheco: Sobre aquela questão da obra ser 100% ficcional ou 100% documento, eu digo que tenho alguns poemas esparsos publicados especialmente nos últimos anos, entrei muito nessa seara de escrita política. Mas tenho livros de 2008, com poemas relacionados a questões agrárias, como “Epigramário”. Reza a lenda que os sem-terra estamparam esse poema numa camisa, mas eu não tenho certeza porque nunca vi. Lembro que estive numa oficina com representantes do MST entre 2001 e 2002, e a professora Áustria Rodrigues¹⁸ utilizou esse poema para dar aula sobre literatura da região. O que mostra que existem poemas espalhados.

¹⁸ Áustria Rodrigues Brito, foi professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), vinculada ao Instituto de Letras, Linguística e Artes (ILLA). Faleceu em junho de 2022.



Tenho projetos em andamento relacionados com as questões políticas, até porque esse momento tem mexido muito com a gente. Por exemplo: possuo um projeto de poema para fazer a partir da canção “Como nossos pais”, em que cada verso da música é o primeiro verso de um poema. Isso vai para o índice, quem lê o índice lê a canção do Belchior¹⁹. Eu gosto muito desses experimentos. Tenho um projeto de crônicas e contos da década de 1980 sobre um evento que relatei acima: minha mãe me arrastando pela Avenida Antônio Maia fugindo de embates de militares. E no projeto para esse livro tem um conto que ainda não consegui terminar, sobre um episódio histórico que testemunhei involuntariamente: estava indo pegar passarinho perto da Folha Cinco e vi o pessoal se jogando da ponte no Massacre da ponte do Rio Tocantins²⁰. Não tenho certeza se esse pode ser considerado um episódio histórico. Anos depois é que eu fui saber que parte daqueles sobreviventes do massacre da ponte são os mortos de Eldorado, oficialmente. Também exploro a produção de artes visuais, projeto com o qual comecei a trabalhar há dois anos e fiz uma exposição aqui sobre a Guerrilha do Araguaia, que se chama “Bicos de Papagaio”²¹. Peguei os rostos dos militantes da guerrilha e coloquei em espelhos. O professor Janailson Macedo esteve na exposição e caminhou por ela mandando áudio para mim, falando sobre suas impressões. Era uma instalação em que eu tinha esses espelhos, num fundo preto, e todo material que sobrou eu coloquei no chão, restos de tinta, pedaços de moldura de espelho, plástico etc. A ideia era que ficasse aquela coisa de construção, no sentido de obra em andamento. E também coloquei duas figuras em destaque, com as obras não concluídas, uma delas, a figura do Oswaldão²² (peguei uma tampa de freezer de açougue). Como se pode ver, tenho essa produção estética em artes visuais que tem um diálogo forte com isso. Depois, eu criei uma Marielle²³ (Franco) com cacos de espelho.

¹⁹ Antônio Carlos Belchior (1946-2017) foi um cantor, compositor, músico, produtor e artista plástico brasileiro que fez sucesso na década de 1970.

²⁰ Em 29 de dezembro de 1987, trezentos garimpeiros que faziam reivindicações por melhores condições de trabalho foram encurralados por militares com fuzis e metralhadoras na ponte do Rio Tocantins, em Marabá-PA. São mais de 90 desaparecidos, cujas famílias continuam sem respostas, pois não há investigações e condenações em relação ao massacre. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/relembre-o-massacre-da-ponte-que-resultou-em-mais-de-90-garimpeiros-desaparecidos-em-maraba-1.470176>. Acesso em 24 de out. de 2022.

²¹ Podemos encontrar a exposição: “Bicos do Papagaio” no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=XbLMY-QEDTU>. Acesso em 24 de out. de 2022.

²² Oswaldo Orlando da Costa (1938-1974), comandante do Destacamento B, na Guerrilha do Araguaia, tornou-se uma espécie de lenda por sua atuação. Membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi um dos principais guerrilheiros integrantes da Guerrilha do Araguaia, ocorrida na região Norte do Brasil na década de 1970. Símbolo mítico na região do Araguaia, Oswaldão foi morto e decapitado pelos militares, tendo seu corpo deixado na mata e nunca encontrado. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/osvaldao/>. Acesso em 24 de out. de 2022.

²³ Marielle Francisco da Silva (1979-2018), conhecida como Marielle Franco, foi uma socióloga e política brasileira filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), assassinada em 14 de março de 2018 no Rio de



César Figueiredo: Você pegou uma imagem da Marielle, como uma serigrafia, e colocou no espelho? O visitante se olhava no espelho e via o rosto do guerrilheiro?

Abílio Pacheco: Sim, como uma serigrafia.

César Figueiredo: Professor Abílio, os parentes dos militantes ficaram sabendo dessa exposição? Nós entrevistamos a Sonia Haas²⁴ mês passado, a irmã do João Carlos Haas Sobrinho²⁵ (Dr. Juca), e a partir de sua fala, acredito que ela se interessaria por esse material. Ela é publicitária e poderia fazer um memorial para o irmão.

Abílio Pacheco: Tem uma pesquisadora que é orientanda do professor Márcio Seligmann-Silva, Liniane Haag Brum²⁶, sobrinha do Cilon²⁷, para quem enviei mensagem informando sobre o trabalho, mas ela não me retornou. Eu sei de um rapaz que está fazendo um filme sobre a Walkíria²⁸, que esteve lá, mandou áudio por *Whatsapp*, não me recordo o nome dele. Eu não fiz o rosto de todos os militantes da guerrilha, cerca de nove, pois era uma coisa que eu estava experimentando.

Janeiro por um ex-policial militar e um policial militar reformado a mando do miliciano Almir Rogério Gomes da Silva.

²⁴ Publicitária brasileira e irmã de João Carlos Haas Sobrinho, desaparecido na Guerrilha do Araguaia na década de 1970. Continua na luta pela memória do irmão. Em setembro de 2020, realizamos uma entrevista com ela pelo GESTO.

²⁵ João Carlos Haas Sobrinho (1941-1972) foi um médico e guerrilheiro brasileiro, integrante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), executado na Guerrilha do Araguaia na década de 1970, sendo um dos desaparecidos políticos brasileiros. “Dr. Juca” ou “médico dos camponeses” como era conhecido pelos moradores da região, João Carlos prestava serviços médicos gratuitos aos mais necessitados. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/17736-joao-carlos-haas-indomito-guerrilheiro>. Acesso em 24 de out. de 2022.

²⁶ Docente, pesquisadora e escritora, é sobrinha de Cilon da Cunha Brum, um dos desaparecidos políticos do Araguaia. Escreveu o livro *Antes do Passado - o silêncio que vem do Araguaia* (Arquipélago Editorial, 2012). Ministra palestras e participa de debates sobre a ditadura civil-militar brasileira; o desaparecimento político e a guerrilha do Araguaia, em eventos culturais e acadêmicos. (Fonte: Currículo Lattes)

²⁷ Cilon da Cunha Brum (1946-????) militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi comandante do Destacamento C das Forças Guerrilheiras do Araguaia, assumindo o codinome de Simão. Há divergências sobre a data de sua morte, não se sabe se 1973 ou 1974, pois até o momento não há indícios conclusivos sobre a data de seu óbito. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/cilon-cunha-brum>. Acesso em 24 de out. de 2022.

²⁸ Walkíria Afonso Costa (1947-1974), filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1971, mudou-se para o Araguaia com seu marido Idalísio Soares Aranha Filho (1947-1972), também guerrilheiro e militante. Fez parte do destacamento B comandado por Osvaldão e foi uma das últimas guerrilheiras a ser capturada. É lembrada pelos camponeses como uma professora alegre que ensinou muitos a ler. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/30/lembrar-e-preciso>. Acesso em 24 de out. de 2022.



Jacielle Santos: Nós entrevistamos o José Genoíno²⁹ e a Criméia Almeida³⁰, seria interessante mandar esse material para eles também.

Abílio Pacheco: Ainda nessa pegada política, eu fiz uma Marielle. O pessoal da Batalha do Conhecimento³¹, da UNIFESSPA, pediu para eu fazer alguma coisa e minha filha me ajudou. Então, peguei papelão e fiz o rosto dela de 1,20m com cacos de espelho porque queria começar a experimentar materiais que fossem menos ordenados, organizados. Queria compor algo com mais fragmento. Eu doei a Marielle para o pessoal da Batalha do Conhecimento, depois, comecei a trabalhar com lajota, agora minha obsessão é tentar misturar as coisas: lajota, cacos de espelho e outros materiais, aqueles anezinhos de cerveja. Ainda estou experimentando. Não é minha arte, minha arte é a literatura desde a juventude. Então, estou aprendendo. Fiz também, em Bragança, um tríptico relacionado à questão das mortes de negros: Marielle, Amarildo³² e Ágatha³³. Deixei na parede da Universidade como experimento de reações das pessoas. Em relação a questões políticas, tem essas coisas, cheguei até a fazer um poema para a Ágatha também, mais visceral por causa do contato, porque termina sendo forte para a gente também. Para eu encontrar tudo que está relacionado à política na literatura daria um pouco de trabalho, mas o que já está publicado dentro de volume, posso compartilhar. Você também perguntou

²⁹ José Genoíno Neto (1946) é ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) e um de seus fundadores. Ex-guerrilheiro do Araguaia, de pseudônimo Geraldo, na época filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi capturado, detido e torturado pelas forças armadas em 1972. É solto em 1977 e anistiado em 1979. Em junho de 2020, realizamos uma entrevista com ele pelo GESTO, publicada na Revista do Curso de História de Araguaína no mesmo ano.

³⁰ Criméia Alice Schmidt de Almeida (1946) é uma militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ex-guerrilheira no Araguaia. Ao engravidar de André Grabois (1946-1973), um líder guerrilheiro, ficou responsável pela comunicação entre os guerrilheiros e o partido, mas, em uma de suas viagens, foi presa e torturada. No mesmo período, prenderam e torturaram sua irmã - Maria Amélia de Almeida Teles (1944), seu cunhado e seus sobrinhos. Ela e sua família conseguiram que o Estado de São Paulo reconhecesse o Coronel Ustra (Chefe do DOI-CODI, na época) como responsável pelas torturas contra eles. Criméia mantém sua atuação política por meio da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/crimeia-de-almeida/>. Acesso em 27 de out. de 2022.

³¹ É um espaço artístico-cultural, organizado pelo DCE, cujo objetivo é fortalecer a cena do Rap em Marabá e nas cidades do entorno, bem como abrir espaço para artistas marabaenses e universitários. Também são aceitos voz e violão, teatro, slam, exposição fotográfica e demais intervenções culturais.

³² Amarildo Dias de Souza (1965-2013) foi um ajudante de pedreiro que ficou conhecido nacionalmente por conta de seu desaparecimento após ter sido detido e levado por policiais militares da porta de sua casa, na Favela da Rocinha/RJ. A repercussão do caso do desaparecimento de Amarildo tornou-se símbolo do abuso de poder e violência policial no Rio de Janeiro.

³³ Ágatha Vitória Sales Félix (2011-2019), de apenas 8 anos de idade, foi morta em setembro de 2019 por um projétil de fuzil no Morro da Fazendinha, no Rio de Janeiro. O inquérito apurou que a bala partiu da arma de um policial militar.



sobre artigos relacionados à temática: tenho, porque minha pesquisa na universidade é sobre isso, publiquei textos sobre o trabalho do Janailson (Crônicas do Araguaia, 2015), sobre as representações da ditadura na literatura paraense, uma análise de poema de Max Martins³⁴.

César Figueiredo: Percebemos que as mulheres com descrições erotizadas enlouquecem freneticamente o narrador e dão o tom ao romance. O tempo todo o leitor é lançado numa adrenalina, seja pela revelação de um segredo de Mário ou por viver um intenso revelar em cada respirar dele. A pulsação do coração, a adrenalina que sobe nas veias envolve o leitor e dão o tom do romance. Desse modo, o senhor pode comentar um pouco sobre as personagens Irma, Mário e Noemi e a escolha delas como metáfora que vai se constituindo ao longo do romance? Qual a importância dos nomes e características de cada um deles para a função do compasso da narrativa?

Abílio Pacheco: Não consigo ver muito essa questão do enlouquecer freneticamente. Acho ele tão morno em relação a tanta coisa, apático. O fato é que criar cenas de sexo e erotismo não são nada fáceis, porque não se pode cair no lugar comum, não tentar prender o leitor a um apelo desnecessário, filme de Hollywood está cheio disso. A primeira cena escrita foi essa do ônibus, da parte do conto, do projeto de conto que comentei. A intriga do conto seria por causa do perfume que fica no narrador, daquela mulher que deixou apenas um bilhete sem identificação no bolso dele. Só que eu não consegui saber o que fazer com aquilo. No conto, isso não funcionou para mais nada. Sim, ele vai procurar por ela e daí? Mas acho que, para o romance, ficou interessante. Queria que houvesse quatro episódios eróticos que são, de certo modo, chaves dentro da história e cada um deles tem uma certa finalidade. A iniciação sexual dele em Belém, que vai fazê-lo não entender direito o que seja fazer sexo e como isso vai, mais ou menos, impulsioná-lo para fora de casa porque, por causa disso, ele vai perceber a marca de ferro na mãe biológica, já que, na verdade, ele é adotivo, mas somente vai saber disso depois. Um adendo: o professor Gilson Penalva³⁵ me disse que essa coisa de tomar a mulher dos

³⁴ Max da Rocha Martins (1926-2009), poeta paraense pouco conhecido, representou a renovação da literatura no século XX e colocou o Pará numa posição de destaque na literatura nacional. Sempre morou em Belém do Pará, recebendo, em 2001, o título de doutor *honoris causa* da Universidade Federal do Pará (UFPA).

³⁵ Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Tem experiência na área de Literaturas Brasileira e Portuguesa, Teoria da Literatura, com ênfase em memória, identidade, oralidade e diferença cultural. (Fonte: Currículo Lattes)



agregados em pagamentos de dívida é algo que aparece na literatura paraense ou na literatura amazônica desde Ferreira de Castro.

Outro episódio se dá no ônibus, com a tia Nô ou Noemí. Esse episódio é importante porque vai fazer com que o leitor fique se perguntando se é por isso que ele foi impedido de rever a esposa. A história é construída para fazer com que o leitor crie uma possibilidade com essa personagem. Como diz Antônio Candido: o que faz com que se assista filme, novela, romance é a vontade de saber sobre a vida alheia. Então, a pergunta seria essa: por que ele não pode mais conviver com a esposa? Isso serve para instigar as investidas do leitor. E como a Jacielle já comentou, essa resposta está jogada várias vezes, com referências a Tamar, na Bíblia³⁶, aos Maias, em *Eça de Queiroz*³⁷.

O terceiro episódio de relação sexual é dele com Leda, uma personagem que eu queria que fosse boa, inacreditavelmente boa, que o leitor comum olhasse e dissesse “isso não é possível”. Ou uma personagem que o leitor da universidade lesse e dissesse: “é inverossímil”. Mas trabalhei em hospital e eu sei que esse tipo de coisa acontece, não só por causa do espaço em si, mas de ouvir as pessoas contarem histórias. E era importante que tivesse um momento em que a interação deles como casal acontecesse. Ele todo dolorido, machucado da fisioterapia que mais machucava que curava. E depois, seguindo a ordem na história, é a lembrança dele com Irma e isso já acontece depois que o leitor sabe que é a irmã, para criar esse impacto na recepção. Ela diz pra ele (foi para contracapa, escolhido pela editora, que é minha esposa): “uma felicidade tão grande que não consigo tê-la, não a mereço”. Elas tinham essas importâncias. Escrever as personagens femininas não é fácil. Acho difícil porque a gente está cada vez mais... não que o lugar de fala de Djamila Ribeiro³⁸ seja incomodante, mas o que as pessoas estão fazendo com esse lugar de fala, com essa expressão, torna-se algo complicado. Uma pessoa que leu o romance fez um vídeo para o *You Tube* e, para mim, ela falou uma coisa que não colocou lá. Ela disse que não gostou do desfecho da Irma porque parece que é a voz de um homem punindo a mulher por um erro, com ele ficando vivo.

³⁶ Referência à história de Amnon e Tamar na Bíblia em II Samuel capítulo 13. Eles eram irmãos por parte do Rei Davi, Amnon sente forte desejo pela irmã a ponto de estuprá-la, já que a mesma não aceita a relação incestuosa.

³⁷ *Os Maias* (1888) é uma das obras mais conhecidas do escritor português Eça de Queiroz (1845 – 1900). Personagem de Eça que aparece no romance de Abílio Pacheco é Carlos da Rocha Maia. Tal referência pode ser encontrada na página 75 de *Em despropósito: Mixórdia*.

³⁸ Djamila Tais Ribeiro dos Santos (1980) é uma filósofa, pesquisadora, feminista negra e escritora brasileira. Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (PUC/SP). Tornou-se conhecida no país por seu ativismo na Internet, sendo uma das principais vozes brasileiras no combate ao racismo e ao feminicídio.



Então, quem são as personagens femininas? Ele é cercado de mulheres, tem só um “pai” pedreiro, que existe de verdade, mas ele não tem nada a ver com a história, eu apenas quis homenagear meu amigo pedreiro de Marabá, porque muitas falas que estão ali, que chamamos de ‘inútil’, falar “desacoimado”, por exemplo, eram palavras que ele dizia. Ele empostica esse pedreiro como pai, mas a maioria das personagens ao seu redor são mulheres. A Irma, irmã, a mãe ou as mães, a tia, a terapeuta e a Leda. O romance tem muitos momentos que têm chave de leitura para uma coisa ou para outra. Até o momento em que aparece aquela parte em itálico, dividindo as duas partes do romance (Machado de Assis que dizia que o romance caminha trôpego, em voltas). Em um trecho na página 109, a personagem Jozele diz para ele: “todo seu ódio está aqui decantado, destilado”. A voz dele: “as personagens de meus afetos negativos tinham ficado nos primeiros blocos de anotação”. Então, ela fala: “a mulher com quem você perdeu a virgindade sumiu, as suas mães, as de gestação e de adoção, mesmo aparecendo vez ou outra ...”. O meio do livro é quase esse ponto de fricção, é quando aparece pela primeira vez a personagem Leda. E a Leda é a personificação da alegria, ela é importante por causa dessa construção de verossimilhança.

Tem muitas coisas que são interessantes de comentar no livro, mas as perguntas e respostas estão muito relacionadas ao que você está querendo extrair da narrativa. Em outra entrevista, todas as perguntas que me fizeram estavam relacionadas a questões de intertextualidade, para localizar influências. Porque depende do método de cada um.

Jacielle Santos: Uma coisa que fiquei curiosa, depois de reler o romance, é se “Irma” já não era um sinal para nós, leitores, de que ela era a irmã?

Abílio Pacheco: Eu estava brincando, como diz um professor meu: “James Joyce escreveu *Ulisses* sorrindo. De quem? Da gente que vai ler o livro depois”. Com certeza, sem sombra de dúvidas.

Jacielle Santos: Penso também na Jozele, se teria alguma intenção dessa personagem em representar a academia, a voz da academia. Estudamos o Sarmiento Pantoja³⁹, que fala do

³⁹ Carlos Augusto Sarmiento-Pantoja é professor Adjunto III, de Literatura Vernácula da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, é professor na Faculdade de Letras do Campus de Abaetetuba/PA. Líder do grupo de Pesquisa Estéticas, Performances e Hibridismos (ESPERHI) e pesquisador do grupo Estudos de Narrativas de Resistência (NARRARES). (Fonte: Currículo Lattes)



“*arbiter*”⁴⁰, que vai fazer ecoar a voz daquele que não consegue falar. No romance, isso se nota no próprio drama do Mário, que quer esquecer, não consegue falar sobre o assunto, mas, a partir desse contato com a academia, vai conseguir se expressar. Ele até diz que é muito difícil escrever, que não sabia que ia doer tanto. Podemos afirmar, então, que a Jozele teria esse papel de ajudá-lo nesse processo, de fazer ecoar toda essa violência?

Abílio Pacheco: Sim, não estava programado isso, é algo que não era minha intenção, mas é uma leitura bastante pertinente. É aquilo que a Jeanne Marie Gagnebin⁴¹ comenta sobre aquele que ouve o testemunho e leva-o adiante. A Jozele seria esse papel, com certeza. Falando em 1996-1997, é um período em que as pessoas nem estavam tão envolvidas com terapia.

Jacielle Santos: O Hugo Achugar⁴² vai falar dessa oportunidade que o letrado, como o senhor e o professor Janailson Macedo, considerando-o como aquele que tem acesso à academia, vai ajudar a ecoar essas vozes da violência, principalmente em relação aos sujeitos marginalizados. A segunda leitura que fiz já fui mobilizando tanto as paixões na perspectiva semiótica greimasiana quanto relacionando a essa questão mesmo. E então, fiquei pensando na Jozele, e só quem pode nos responder é o autor, se é possível essa leitura de pensar nela, não só no sujeito escritor, mas também nessa personagem que vai ajudar a ecoar essas denúncias da violência contra a mulher, violência no campo e todos os tipos de violência que vão aparecendo. Tem também a questão do suicídio, que me fez lembrar o suicídio – entre 2003 e 2004 - na ponte do Rio Tocantins de uma professora de história, não sei se estaria relacionado a ela ou a vários outros acontecimentos. Quando estava em Marabá, lembro de um caso parecido, que uma professora se jogou da ponte e faleceu...

⁴⁰ Augusto Sarmiento-Pantoja, em seu artigo intitulado *O testemunho em três vozes: testis, superstes e arbiter* (Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo, 2019), retoma as discussões tradicionais do Testemunho e aponta mais uma voz narrativa, elaborando uma tríade que é apresentada como: *testis* (3ª pessoa), aquela que viu e testemunhou a cena; *superstes* (1ª pessoa), aquela que relata o que viveu e *arbiter* (2ª pessoa), aquele que narra o que ouviu e escolhe o que e como narrar.

⁴¹ Jeanne Marie Gagnebin de Bons (1949) é uma professora, filósofa e escritora suíça, residente no Brasil desde 1978. Atualmente, é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Livre-docente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia. Atua principalmente nos seguintes temas: Walter Benjamin, Filosofia da História. (Fonte: Currículo Lattes)

⁴² Hugo Achugar (1944) é professor emérito da Universidade de Miami e poeta, ensaísta e pesquisador uruguaio. Atualmente, leciona políticas culturais na Universidade da República no Uruguai.



Abílio Pacheco: É que essa história de se jogar e ficar presa nas águas aconteceu mesmo, mas, nesse caso, a pessoa não morreu. Na década de 1990, Marabá era uma cidade com mais homicídio per capita mundialmente, não me lembro onde peguei essa referência, mas eram muitos casos de suicídio. E esse da professora que ficou presa na árvore, jogou-se na ponte, realmente aconteceu. Agora, teve muitos episódios de pessoas que morreram se jogando da ponte, acidentes também. Uma coisa terrível. A vantagem que se tem na internet é que, quando a gente direciona para algumas bolhas, a gente não fica no “Cidade Alerta”.

César Figueiredo: Professor, nesse sentido, o senhor funcionaria como um “*testis*”, testemunho mesmo na literatura, provocando, rememorando o que Seligmann-Silva falava?

Abílio Pacheco: Durante a fala da Jacielle, estava me lembrando de algo que ouvi, sempre me perguntavam em entrevista e certa vez me disseram: “vou dizer uma coisa para você, deixe desse negócio de ficar sabendo se isso existiu, se foi porque ele quis ou porque não quis. Leia, interprete e, posteriormente, você tem que correr o risco.” Tem hora que a gente precisa fazer esse exercício. Porque, a meu ver, acontece muito das pessoas interpretarem algo que foge à nossa intenção. Sobre essa questão do “*testis*” e do “*superstes*”, acho que vou deixar vocês correrem o risco agora. Acredito que seja importante essa liberdade que o leitor crítico precisa ter. Agora, confesso que não tenho muita certeza sobre o conceito de “*arbiter*” para o Augusto Pantoja, ainda vou ler esse texto para isso.

César Figueiredo: Precisamos colocar nós, da Região Norte, no mapa. Dialogar mais com o pessoal do Sul e Sudeste. Acho importante a gente reforçar nossa identidade aqui do Norte, aproximar pesquisas, vocês participarem de bancas da UFNT e vice-versa como vocês da UNIFESSPA. Fato importante: agora em 2022, temos 50 anos da Guerrilha do Araguaia, evento marcante que definiu muito nossa região, tanto Bico do Papagaio quanto vocês de Marabá, pensar algo em comum entre UFNT e UNIFESSPA.

Abílio Pacheco: Gostei muito da entrevista, bom para rever certas coisas. Procurei responder boa parte dessas perguntas muito dentro do que foi 2013. Agregações posteriores eu não coloquei porque elas podem fazer uma leitura anacrônica, por exemplo, em relação ao livro. Um exemplo somente, nesse encerramento de entrevista: quando eu escrevi o livro, em 2013,



sabia que tinha um irmão e uma irmã por parte de mãe. Em 2017, apareceram um monte de irmãs que eu não sabia que existiam (cinco). De 2013 para cá, minha reformulação como sujeito no mundo, como pessoa, indivíduo uno ou fragmentado, passou por várias outras reformulações e transformações e a pesquisadora Jacielle pode esbarrar, em algum momento, em relatos que eu faço sobre a minha dificuldade de aceitar essas novas irmãs, esses novos parentes que apareceram. Preciso que ela saiba que qualquer coisa que leia relacionado a isso não tem a ver com o processo de escrita do romance, porque, na época da escrita, eu não sabia que elas existiam.

Tem uma informação sobre Sarmiento Pantoja que diz que “o material produzido sobre a Guerrilha do Araguaia é muito maior do que se produziu sobre a ditadura no Pará”. Isso sem contar o fato de que a guerrilha faz parte da ditadura. É muita coisa. Em literatura, conforme Eurídice Figueiredo⁴³, a Guerrilha do Araguaia é uma fantasmagoria brasileira que vai acompanhar a pesquisa durante muito tempo. Por isso, é muito importante criar essas teias de pesquisa, de diálogo, de debate...

César Figueiredo: Por esse motivo, contatos como esse que estabelecemos hoje se tornam tão importantes. Professor, agradeço pela disponibilidade e pelas grandes contribuições concedidas nessa entrevista.

Referências

- ACHUGAR, Hugo. La historia y la voz del otro. In. BERVELEY, J.; ACHUGAR, H. (org.) *La voz del outro: testimonio, subalternidade y verdade*. 2.ed. Guatemala: Latinoamericana Editores, 2002.
- BRUM, Liniane Haag. *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever e esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MACEDO, Janailson. *Crônicas do Araguaia*. Marabá, PA: Ed. do Autor, 2015.

⁴³ Eurídice Figueiredo é professora associada aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura. (Fonte: Currículo Lattes). Tem artigos em livros coletivos e em revistas nacionais e internacionais. A referência citada acima consta no livro *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017, p. 97).



PACHECO, Abílio. *Em despropósito (mixórdia)*. Belém: LiteraCidade, 2013.

PACHECO, Abílio. Carmina de Magister Ludi: o estilo tardio em Max Martins. *Revista Moara*, Belém – Edição 46 – ago - dez, Estudos Literários, p. 40-59, 2016.

PACHECO, Abílio. Silêncio e Silenciamento nas “Crônicas do Araguaia”, de Janailson Macedo. In: Ana Lilia Carvalho Rocha; Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja. (Org.). *Caminhos da resistência: memória, história e pós-colonialismo*. Abaetetuba: Campus Universitário de Abaetetuba, UFPA, v. 1, p. 238-246, 2021.

PACHECO DE SOUZA, Abílio. “No rastro e no rumo das palavras”, dos fragmentos, da história brasileira recente na obra de Benedicto Monteiro. Campinas, SP: [s.n.], 2020. *Tese (doutorado)* – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Orientador: Márcio Orlando Seligmann-Silva. 246 p.

SARMENTO-PANTOJA, Augusto. O testemunho em três vozes: testis, superstes e arbiter. *Literatura e Cinema de Resistência*, Santa Maria, n 32, p. 5-18, 2019.

SELIGMANN-SILVA, M. (org). Escrituras da história e da memória. In: *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, p. 205-225, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, vol. 20, n.1. p. 65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 43, p. 13-34, jan/jun, 2014.

Recebido em 07 de novembro de 2022.

Aceito em 12 de janeiro de 2023.